

COMUNIDADE(S) CABO-VERDIANA(S): AS MÚLTIPLAS FACES DA IMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA

**ORGANIZADO POR
PEDRO GÓIS**



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

**COMUNIDADE(S)
CABO-VERDIANA(S):
AS MÚLTIPLAS FACES
DA IMIGRAÇÃO
CABO-VERDIANA**

**ORGANIZADO POR
PEDRO GÓIS**

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração
cabo-verdiana / org. Pedro Góis. – (Comunidades ; 2)

ISBN 978-989-8000-71-2

I – GÓIS, Pedro

CDU 316
314

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador do OI

Prof. Roberto Carneiro

Organização

Pedro Góis

Autores

Pedro Góis, Luís Batalha, Paulo Mendes, Catarina Reis Oliveira, José Carlos Marques, Rui Cidra,
César Augusto Monteiro, Marzia Grassi, Carlos Elias Barbosa, Max Ruben Ramos, Lúgia Évora Ferreira,
Kátia Cardoso, Cláudia de Freitas, Rocío Moldes Farelo, Lisa Åkesson

Edição

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA
Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Execução Gráfica

Editorial do Ministério da Educação

Primeira Edição

1500 Exemplares

ISBN

978-989-8000-71-2

Depósito Legal

287 075/08

Lisboa, Dezembro 2008

ÍNDICE GERAL

Prefácio	
<i>Roberto Carneiro</i>	7
Introdução	
Entre <i>Janus</i> e <i>Hydra de Lerna</i> : As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis</i>	9
I. Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade	
<i>Luís Batalha</i>	25
II. A comunidade cabo-verdiana nos Açores	
<i>Paulo Mendes</i>	37
III. Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: O caso dos empresários de origem Cabo-Verdiana	
<i>Catarina Reis Oliveira</i>	67
IV. Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i>	87
V. Produzindo a música de Cabo Verde na diáspora: redes transnacionais, <i>world music</i> e múltiplas formações crioulas	
<i>Rui Cidra</i>	105
VI. Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa	
<i>César Augusto Monteiro</i>	127
VII. O direito ao sucesso: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português	
<i>Lígia Évora Ferreira</i>	137
VIII. Identidades plurais na Europa Contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal	
<i>Marzia Grassi</i>	155
IX. Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal	
<i>Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos</i>	175
X. A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana	
<i>Kátia Cardoso</i>	195
XI. Do silêncio à participação: cabo-verdianos e saúde mental na Holanda	
<i>Cláudia de Freitas</i>	209
XII. The Cape Verdean community in León, Spain: the shift of economic immigrants from the industrial sector to the services sector	
<i>Rocío Moldes Farelo</i>	231
XIII. “They are ungrateful!” Cape Verdean notions of transnational obligations	
<i>Lisa Åkesson</i>	249

ÍNDICE DE QUADROS

– Quadro 2.1 Estrangeiros Residentes nos Açores por nacionalidades – 2007	39
– Quadro 2.2 Distribuição dos cabo-verdianos portadores de Autorizações de Residência, por ilhas – 2007	41
– Quadro 2.3 Data de chegada aos Açores (%)	43
– Quadro 2.4 Antecedentes Migratórios por data de chegada (%)	45
– Quadro 2.5 Razões de vinda para os Açores	46
– Quadro 2.6 Formas como se processou a vinda para os Açores (%)	48
– Quadro 2.7 Período de vinda para os Açores, por ilha de origem (%)	49
– Quadro 2.8 Nível de escolaridade dos migrantes à chegada aos Açores e por períodos (%)	51
– Quadro 2.9 Condição dos migrantes perante o trabalho em Cabo Verde (%)	51
– Quadro 2.10 Condição perante o emprego nos Açores, por sexo (%)	53
– Quadro 2.11 Composição profissional, por sexo (%)	54
– Quadro 2.12 Composição profissional, por ano de chegada (%)	55
– Quadro 2.13 Forma de exercício da actividade laboral	56
– Quadro 2.14 Vínculo contratual, por sexo (%)	57
– Quadro 2.15 Vínculo contratual, por ano de chegada (%)	58
– Quadro 2.16 Outras condições de exercício de actividade profissional	59
– Quadro 2.17 Participação em organização social, política, religiosa e recreativa, por ano de chegada	61
– Quadro 2.18 Projecto em relação ao futuro, por data de chegada (%)	63
– Quadro 3.1 Percentagem de cidadãos nascidos no estrangeiro no número total de empresários no país	67
– Quadro 3.2 Taxas de Empreendedorismo segundo a nacionalidade, entre 1981 e 2001	68
– Quadro 3.3 Taxa de Empreendedorismo segundo a nacionalidade	74
– Quadro 3.4 Pesos relativos de empregadores estrangeiros e cabo-verdianos	80
– Quadro 4.1 Práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos	100
– Quadro 8.1 Língua mais falada	162
– Quadro 8.2 Factores que definem culturalmente a comunidade	163
– Quadro 8.3 Definição de imigrante	165
– Quadro 8.4 Definição de europeu	166
– Quadro 8.5 Auto-identificação étnico-nacional	167
– Quadro 8.6 Lugar de identificação	168
– Quadro 8.7 Razões a favor da integração de Cabo Verde na União Europeia	170
– Quadro 8.8 Razões contra a integração de Cabo Verde na União Europeia	170
– Quadro 10.1 “O lugar da diáspora na política externa cabo-verdiana” – Síntese das respostas dos entrevistados	207
– Quadro 12.1 Distribution of the Cape Verdean Population in Spain by Years and Principal Autonomous Regions of Residence	233

ÍNDICE DE FIGURAS

– Figura 2.1 Cabo-verdianos portadores de Autorização de Residência nos Açores – 1996-2007	42
– Figura 4.1 População estrangeira residente em Portugal com nacionalidade cabo-verdiana, segundo o sexo	89
– Figura 4.2 Remessas de emigrantes, por país de origem	94
– Figura 10.1 Expansão das medidas <i>vis-à-vis</i> a emigração	201
– Figura 10.2 Relação Diáspora e o País de Origem	203
– Figura 10.3 Importância da política externa	206
– Figura 10.4 Desenvolvimento	206
– Figura 12.1 Important locations in Cape Verdean migration to Spain	235

PREFÁCIO

Em Junho de 2007 o Observatório da Imigração teve a “ousadia” de inaugurar uma nova vertente editorial a que intitulou Colecção Comunidades.

Na Introdução ao volume escrevemos o seguinte:

Tratava-se de proporcionar um olhar em profundidade, numa perspectiva marcadamente horizontal, sobre um grupo socio-cultural cujo dinamismo interno e externo – designadamente na sua relação com a sociedade de acolhimento, a sociedade portuguesa – justificasse uma análise autónoma.

Acesce o interesse científico de reunir num único volume uma espécie de “estado da arte” dos conhecimentos sobre essa comunidade, “eleita” como tema do livro. Para o efeito, importaria recolher e avaliar o corpus de investigação concluída e publicada sobre variadas vertentes da vida dessa comunidade de referência, procurando aliar o melhor das pesquisas existentes em Portugal (país de destino) e na origem (país de partida). Uma das novidades da iniciativa editorial consistiria, pois, no convite dirigido a um conjunto qualificado de investigadores, com obra reconhecida, para elaborar ensaios originais e susceptíveis de traduzir os “estados gerais” de conhecimentos acumulados sobre as diversas problemáticas atinentes à comunidade em apreço.

Esta inovadora fileira de investigação e de publicações começou por se debruçar sobre a comunidade imigrante brasileira.

O sucesso do volume e o interesse generalizado que ele suscitou animou-nos a prosseguir a aventura buscando um novo foco de análise.

O desafio foi lançado ao Doutor Pedro Góis que de pronto o aceitou com o objectivo de fazer incidir o 2.º número da colecção sobre comunidade(s) cabo-verdiana(s).

Já lá vão mais de 33 anos quando, no histórico dia 5 de Julho de 1975, nascia um novo Estado independente que passou a integrar a constelação de países soberanos que formam a comunidade internacional.

A República de Cabo Verde, assim cumprida, surgiu num abraço fraterno de história e afecto com a República Portuguesa. Dois Estados, duas Nações, irmanadas num destino entrelaçado pelo cimento de uma língua comum que é pátria de pátrias geograficamente dispersas.

Honramo-nos, assim, de centrar este novo volume sobre uma comunidade de imigrantes com que mantemos um relacionamento muito especial, mas sobre a qual, glosando as palavras do organizador da publicação, sabemos ainda muito pouco. E isto é tanto mais verdade quanto, conforme se intui do sugestivo título do volume, a imigração cabo-verdiana se dispersa por uma multiplicidade de micro-comunidades cujas múltiplas faces a dotam de uma singular riqueza humana, social e cultural. Por isso, os artigos científicos que compõem a presente obra não se limitam a analisar os cabo-verdianos em Portugal; antes, são também focadas dimensões diferenciadas da diáspora cabo-verdiana noutras paragens europeias e não só.

Precisamente, este é um dos objectivos da série Comunidades. Ao proceder ao inventário do que se sabe sobre o respectivo grupo socio-cultural, traduzindo os “estados gerais” de conhecimentos acumulados sobre as diversas problemáticas atinentes à comunidade em apreço, cada obra pretende também lançar uma luz original sobre o que ainda não sabemos e que se abre como agenda oportuna de investigação adicional.

O extraordinário acervo de contribuições científicas fica a crédito dos autores e do organizador – e principal impulsionador – da feitura do volume n.º 2 desta colecção.

O Observatório da Imigração e o ACIDI expressam o seu profundo reconhecimento ao Doutor Pedro Góis e à ilustre plêiade de autores que reuniu para dar corpo a esta iniciativa editorial.

Quem quiser construir um olhar global – e academicamente sustentado – sobre a comunidade cabo-verdiana no mundo, e especialmente em Portugal, encontrará neste conjunto de textos matéria de grata leitura e de desafiante reflexão.

Agradecemos a todos os leitores e fiéis amigos que nos acompanham nesta já longa mas exaltante caminhada. Esperamos que continuem a gostar de se encontrar entre nós e que se sintam sempre muito bemvidos.

Ou, dito de outro modo, em genuíno e expressivo linguajar cabo-verdiano, tenham a certeza de que vos acolhemos sempre com um grande e singelo abraço de... **Morabeza**.

ROBERTO CARNEIRO

Coordenador do Observatório da Imigração do ACIDI

INTRODUÇÃO

ENTRE *JANUS* E *HYDRA DE LERNA*: AS MÚLTIPLAS FACES DOS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
Centro de Estudos Sociais*

Ao longo das duas últimas décadas temos assistido a uma mudança no paradigma do estudo das migrações, na análise das comunidades de imigrantes (e seus descendentes) e no modo como estes interagem com as sociedades onde se inserem. De um paradigma que assentava numa lógica de análise de fluxos migratórios, de análise de relações unidireccionais simples e lineares (e.g. origem-destino; migração de retorno; (re)agrupamento familiar, migrações temporárias ou definitivas, etc.), passámos para uma lógica de análise multidireccional (e.g. migrações circulares; re-emigração; transmigrações; migrações transfronteiriças, comunidades transnacionais, práticas transnacionais, etc.). De uma análise linear dos processos de integração dos imigrantes passámos para uma análise multidimensional, em que a diversidade interna dos grupos migrantes, as suas características específicas e o modo como se integram nas sociedades de acolhimento e se relacionam com grupos maioritários (ou com outros grupos de imigrantes) passou a ser central.

Nos países de destino, os estudos sobre imigração e sobre imigrantes centravam-se até há bem pouco tempo, maioritariamente, nos processos de incorporação/assimilação numa lógica ainda herdeira de Robert E. Park (1950) e da visão assimilacionista da Escola de Chicago, herdeira dos processos de povoamento e das migrações transcontinentais do Novo Mundo. Por seu turno, nos países de origem, as investigações sobre emigração centravam-se nos contextos de partida, nas condições de retorno, nas remessas ou nas problemáticas associadas às famílias divididas numa negação tácita da capacidade de integração dos emigrantes e numa rejeição da ideia de saída permanente. A lógica subjacente a estas análises separava a sociedade de origem da sociedade de destino em duas realidades independentes e não sobreponíveis, num claro exemplo de um certo “nacionalismo metodológico” – como lhe chamaram Wimmer e Glick-Schiller (2002) – neste caso de um “nacionalismo metodológico bipolar”, de que os Estudos Migratórios costumam ainda a libertar-se.

Entretanto, ao longo da década de 90 do século passado, confrontados com novas mobilidades, com novas formas de relacionamento sociológico e novas formas de comunicação mobilizadas pelas tecnologias emergentes, assistimos ao despontar de um novo paradigma que defende a ideia de que os migrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os unem ao país de origem, isto é, que, por norma, não existe uma assimilação/incorporação total nos países de

destino, nem um transnacionalismo total, mas antes uma partilha complexa entre duas (ou mais) sociedades. De acordo com este novo paradigma, os imigrantes criam uma multiplicidade de laços em diferentes áreas de acção social que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as relações sociais com as sociedades de origem e de destino (Faist, 2000). Estes estudos foram, desde o início, uma advertência silenciosa às teorias da assimilação, direccionando a nossa atenção para as ligações estáveis que conectam muitos dos migrantes de primeira geração e/ou os seus descendentes aos seus lugares de origem, ou de origem de seus pais e avós, conectando “origem” e “destino” de uma forma consistente e constante ainda que sem uma presença física continuada. Complementarmente, estes estudos, a que chamámos genericamente de “transnacionalismo”, permitiram afirmar a necessidade de um novo olhar sobre as especificidades das comunidades de imigrantes; as suas características e idiossincrasias; a forma reticular como grupos de imigrantes num país se ligavam a grupos com as mesmas origens em países vizinhos ou distantes; o modo como a chegada contínua e ininterrupta de novos imigrantes mantinha estáveis as ligações entre os “velhos” imigrantes, os recém-chegados ou os seus descendentes e entre todos eles e o “país de origem” ou a “origem ancestral” comum. Esta(s) nova(s) forma(s) de mobilidade deslocaliza(m) culturas locais (expressivas e impressivas), transplantam estas culturas para destinos longínquos onde, por vezes, se enxertam nas culturas aí existentes, modificando-as, *crioulizando-as* ou opondo-se a elas de forma mais subtil ou de forma mais radical. Estas culturas locais de outros lugares longínquos originaram, pelo seu enquadramento contextual, sociedades pluri ou multiculturais, onde antes parecia reinar a homogeneidade. Obrigou, por outro lado, as sociedades a redefinirem-se e a compreenderem as regras de gestão da diversidade de um modo mais ou menos inclusivo, mais ou menos excludente.

Paralela e sub-repticiamente, as teorias da assimilação iam resistindo enquanto *mainstream* teórico e/ou *mainstream* da prática sociopolítica, advogando que o resultado final das migrações seria uma integração total nos países e sociedades de destino. Alejandro Portes e Min Zhou, na mesma época em que começam a emergir as teorias do transnacionalismo, vão mesmo acrescentar um novo conceito analítico ao campo das teorias da assimilação: o de assimilação segmentada (Portes e Zhou, 1993). Nestas teorias o factor tempo era tido em conta numa análise de tempo longo: já não o tempo de uma vida mas o tempo de gerações. Partindo de uma análise da situação dos filhos de imigrantes na sociedade americana dos anos 80/90 os autores vão concluir que as possibilidades de assimilação não são homogéneas (em termos individuais ou de grupo), mas sim estratificadas. Para estes autores, os processos de socialização são assimilados pelos imigrantes ao longo das suas vidas, como nos mostra o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2003), e são construídos por sedimentação ao longo do tempo, deixando um lastro que é herdado pelas gerações seguintes, perdendo força ao longo do tempo longo. Para Portes e Zhou (1993) as diferentes possibilidades de assimilação dependem de variáveis como a “raça”, a “classe social” ou as áreas de residência, sendo que os filhos dos imigrantes dos subúrbios, de “raça negra” e das classes trabalhadoras tenderão a assimilar-se nas classes autóctones correspondentes e, neste sentido, a não experimentarem qualquer mobilidade ascendente. Estes autores tornam mais complexo o que entendemos por assimilação e fazem-na depender de múltiplas dimensões e características: as do grupo social migrante; as dos grupos

sociais de acolhimento; das geografias de inserção espacial; de características físicas ou biológicas; de características históricas e sociológicas e de características específicas dos sistemas funcionais onde a integração ocorrerá. A negação da imediata ascensão social por via da migração surge, nestas teorias, como uma advertência séria a que a migração, como a maioria das mudanças sociais, não responde ao imediatismo do tempo presente. Por vezes, a mudança geográfica, mesmo que economicamente compensadora, implica mudanças sociológicas profundas que necessitam de um tempo extenso para se integrarem nos *habitus* colectivos, serem parte dos processos de socialização primários e re-equilibrarem os sistemas sociais onde decorrem. A assimilação é um processo de múltiplas faces, múltiplas fases, múltiplas dimensões e não é, ou pelo menos não parece ser, um processo universal ou democrático.

É entre pólos teóricos, transnacionalismo e assimilação, que podemos encontrar os diferentes contributos que, neste volume, ilustram a diversidade da emigração cabo-verdiana contemporânea para Portugal com uma breve viagem à Holanda, a Espanha e com uma raiz ligada a Cabo Verde. Nem imigrantes transnacionais nem assimilados, talvez, imigrantes integrados, restando-nos depois, o que já não é pouco, fazer uma “boa” gestão deste conceito. De facto, se pegarmos nos quatro tipos de respostas sociais caracterizados por Berry (1990) – assimilação; segregação; marginalização; e integração – compreendemos que individualmente, encontramos cabo-verdianos em cada uma das situações mas, grupalmente, talvez a “integração” seja a característica de melhor enquadramento. Para Berry, a assimilação representa a imersão total do imigrante na sociedade dominante. O imigrante adota a linguagem, a imagem, as formas quotidianas de interacção, de pensar e de actuar da comunidade receptora numa transfiguração completa. A segregação, por seu turno, caracteriza-se pelo estabelecimento de relações mínimas com a comunidade receptora enquanto, em simultâneo, se criam nichos étnicos exclusivamente com elementos da cultura de origem. As relações com a sociedade receptora limitam-se, neste tipo de resposta social, às relações de produção. No caso da marginalização, o imigrante sofre uma perda da identidade de origem sem se tornar parte da sociedade dominante ou receptora. Por último, a integração é a resposta que permite ao imigrante manter a sua identidade própria ao mesmo tempo que participa na sociedade dominante ou sociedade receptora. O migrante está plenamente consciente das suas raízes, da sua origem e da sua cultura, ao mesmo tempo que renova, dia-a-dia, a sua participação na comunidade receptora. Tomadas na sua simplicidade redutora, estas respostas sociais, tipos-ideais no sentido de Max Weber, mostram a sua capacidade de enquadramento ao mesmo tempo que revelam a sua incapacidade de se tornarem excludentes. Ao analisarmos os cabo-verdianos em Portugal encontramos todos estes tipos de respostas sociais e a história das migrações cabo-verdianas permite compreender as razões e causas da sua existência. A resposta para as nossas questões é, necessariamente, redireccionada. Porque tem a emigração cabo-verdiana para Portugal não duas faces, como *Janus*, mas múltiplas faces como uma *Hydra de Lerna*? Uma leitura historicamente contextualizada das migrações cabo-verdianas para Portugal permite lançar algumas pistas para uma resposta que, tal como na mitologia clássica, permita a Hércules sair vencedor dos seus trabalhos.

As migrações cabo-verdianas para Portugal

Os cabo-verdianos têm uma tradição e uma história migratória que os une a Portugal. A emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel. Ao longo de séculos esta migração persistiu, oculta aos olhos da maioria, escondida pelo breu da escravidão que toldava a razão. No século XX porém, consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por um número crescente de cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem. Ao procurarmos fasear a migração de cabo-verdianos para Portugal no último meio século, encontramos, pelo menos, três distintas fases: (i) antes da independência de Cabo Verde; (ii) a fase pós independência; (iii) a fase da imigração laboral. Três fases migratórias que correspondem a muitos milhares de cabo-verdianos que escolheram Portugal como destino migratório, que aqui tiveram filhos e netos, que aqui dedicaram a sua vida a ajudar a construir um país que também é o deles.

(i) Cabo-verdianos Trabalhadores Convidados – a primeira fase

Vários autores vêm assinalando as dificuldades que as estatísticas do INE têm em detectar a origem das comunidades imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) antes da redefinição conceptual provocada pela independência destes países¹ e apenas parcialmente assumida pelos recenseamentos gerais da população de 1981 e de 1991 (Baganha e Góis, 1999). Ainda assim, é geralmente aceite que as origens da comunidade cabo-verdiana podem ser encontradas nos anos 60, quando Portugal, a exemplo de outros países europeus, iniciou uma política activa de recrutamento de mão-de-obra, recrutando trabalhadores no interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra “na metrópole”. Estes trabalhadores, cabo-verdianos na sua maioria, chegaram a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, suprimindo a mão-de-obra local (que, por sua vez, emigrara para outros países europeus – ex. França ou Alemanha – ou fora para a guerra colonial.

Os trabalhadores cabo-verdianos inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra, designadamente, no sector da construção civil e obras públicas e, de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Grupos

¹ De facto não foi a independência destes países o factor responsável por esta lacuna nas estatísticas mas as mudanças nas leis de nacionalidade em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo a Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959 “todas as crianças nascidas em território português são portuguesas”. Em 1975 através do decreto-lei n.º 308-A, de 24 de Junho de 1975, a Lei da Nacionalidade é revista restringindo a manutenção da nacionalidade portuguesa aos residentes nas ex-colónias que tivessem nascido em Portugal ou que tivessem ascendência portuguesa. Abre, no entanto, algumas possibilidades aos “indivíduos que tivessem nascido em Portugal ou evidenciassem um desejo inegável de se tornarem portugueses”. A Lei 113/88, de 29 de Dezembro, suspende esta possibilidade. Em 1981 duas novas leis – o DL 264-B/81 (regulamenta a entrada, permanência e saída de estrangeiros) e o DL 37/81 (Lei da Nacionalidade) – modificaram o sistema de entradas e permanência no país e, especificamente no segundo caso, levou ao abandono do *jus soli* e à adopção do *jus sanguinis* o que cria ainda novas dimensões a estas problemáticas (Baganha e Góis, 1999: 259).

dispersos e relativamente pequenos de migrantes cabo-verdianos foram instalar-se noutras áreas geográficas. O Algarve, região que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atracção sendo que, também neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no sector da construção civil e obras públicas. O governo e as empresas portuguesas começaram a incentivar igualmente a imigração de trabalhadores cabo-verdianos para algumas fábricas da margem sul do Tejo e para o sector mineiro, com carências de mão-de-obra devido à emigração. Nesta fase, as migrantes cabo-verdianas ainda eram poucas, mas já se verificava uma especialização no trabalho doméstico (a dias ou como empregadas domésticas internas). Na verdade, a migração de cabo-verdianos seguia uma lógica tradicional, começando por ser essencialmente masculina, numa primeira fase composta por homens jovens em idade de trabalhar mas, rapidamente, em virtude do reagrupamento familiar, se feminiza formando comunidades mistas. As oportunidades de trabalho eram a verdadeira “carta de chamada” para os que queriam ou podiam emigrar. Estes foram, tal como no filme de Paulo Rocha (de 1963) os “verdes anos” da emigração cabo-verdiana para Portugal.

Este grupo de migrantes, constituído por alguns (poucos) milhares de indivíduos, vão tecer a rede onde se acolherão os migrantes futuros, criando as bases para o estabelecimento de uma cadeia migratória consolidada entre Cabo Verde e Portugal (Esteves, 1991: 20). Os sectores de incorporação laboral estão já bem definidos assim como as regiões geográficas de concentração preferencial. Ao longo dos 30 anos seguintes esta rede irá tornar-se mais complexa e ganhar um maior volume, com uma maior dimensão numérica, mas as suas características basilares permanecerão (se excluirmos, por agora, a dimensão e o impacto das segundas gerações) como que inalteradas.

(ii) Cabo-verdianos Retornados/Repatriados – a segunda fase

Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no movimento de retorno das ex-colónias. Este processo, com origem na guerra colonial (1962-1974)², vai atingir o seu auge na segunda metade dos anos 70 com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses, de algumas dezenas de milhar de funcionários da administração colonial e suas famílias e de um número assinalável de refugiados³ (Pires, 1999). De entre o conjunto de retorna-

² Para uma análise geral do movimento de retorno das ex-colónias cf. Pires *et al.*, 1984. Sobre o impacto da guerra colonial na vida política e social portuguesa ver Pinto, A. Costa “A guerra colonial e o fim do império português”, in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 65-101.

³ O retorno dos colonos portugueses em África foi objecto de um conjunto amplo de investigações. Recentemente foi publicado um artigo síntese por Rui Pena Pires “O Regresso das Colónias” in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 182-192.

dos/repatriados muitos eram cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa⁴ e concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa tirando partido da existência de uma rede de suporte formada por conterrâneos já instalados.

O número exacto de cabo-verdianos incluído no total de “retornados” é muito difícil de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados. De facto, embora não haja o hábito de referir a existência de outros retornados do império, quando este chega ao fim, para além do retorno colónias-metrópole outros retornos/repatriamentos tiveram lugar. Os “retornados”, como ficaram conhecidos, não eram apenas os descendentes de portugueses metropolitanos mas outros indivíduos cuja nacionalidade portuguesa não fora retroactiva e politicamente retirada. De entre estes assinala-se o elevado número de funcionários administrativos coloniais. No caso dos cabo-verdianos, com comunidades imigradas noutras ex-províncias ultramarinas portuguesas este retorno/repatriamento teve um impacto profundo ao nível socioeconómico no arquipélago. Muitos destes cabo-verdianos, porém, não regressaram a (ou não ficaram em) Cabo Verde. Alguns, centenas pelo menos, milhares muito provavelmente, vieram para Portugal. Outros cabo-verdianos re-emigraram, aproveitando a nacionalidade portuguesa, em direcção a outros destinos, designadamente EUA, Brasil, Holanda, França, África do Sul, etc. Os números exactos são, porém, impossíveis de contabilizar.

Entre 1974 e 1976, no contexto do movimento então proveniente das ex-colónias, na sequência das respectivas independências, verificou-se um afluxo considerável de cabo-verdianos, quer oriundos de Cabo Verde directamente, quer das outras ex-colónias (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Timor ou Macau), onde exerciam tarefas administrativas das mais diversas, designadamente ligadas ao exército colonial português, à administração colonial e aos seus serviços. Complementarmente, também a independência de S. Tomé e Príncipe implicou a deslocação para Portugal de muitos trabalhadores cabo-verdianos aí instalados (e.g. dos “contratados” e/ou de funcionários coloniais), não sendo, porém, também aqui, possível calcular os respectivos números.

Para a escolha da região de Lisboa e, num segundo nível, do Algarve, como áreas preferenciais de fixação dos cabo-verdianos terão contribuído cumulativamente dois factores: (i) em primeiro lugar, a prévia concentração nestas regiões de *patrícios* chegados nas décadas anteriores – constituía a única ponte existente entre o país e/ou a cultura de origem e a “pátria” para onde

⁴ O Decreto-Lei 308-A/75, de 24 de Julho, vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos transformando-os em imigrantes. Esta lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro) vai modificar o princípio de atribuição da nacionalidade do *jus soli* em favor do *jus sanguini*. De acordo com o DL 308-A/75, de 24 de Julho, apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes, ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de 5 anos, à data do 25 de Abril de 1974, puderam conservar a nacionalidade portuguesa. Este dispositivo legal vai afectar particularmente os retornados/repatriados cabo-verdianos retirando-lhes retroactivamente a nacionalidade portuguesa. Só em 1988 é que foi revogado o D.L. 308-A/75, de 24 de Julho.

“retornaram”; (ii) em segundo lugar, os mecanismos informais de regulação social, designadamente os apoios potenciais esperados por parte da sua comunidade de pertença, permitiam ultrapassar as dificuldades sentidas no acesso à habitação ou ao mercado de trabalho. O acesso (ou a falta dele) à habitação nestas duas regiões de acolhimento – a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve – revelar-se-ia um constrangimento com consequências sociais profundas no processo de integração social dos cabo-verdianos em Portugal. A inexistência de habitação disponível contribuiu, como se veria nas décadas subsequentes a este fluxo migratório, para uma certa segregação espacial e, em alguns casos mesmo para uma guetização de muitos cabo-verdianos chegados neste período.

Em termos laborais, podemos distinguir dois segmentos nesta fase migratória: (i) os retornados/repatriados cabo-verdianos mais desqualificados inseriram-se, à semelhança dos seus conterrâneos já instalados em Portugal desde as décadas de 50/60 em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes; (ii) os “retornados/repatriados” cabo-verdianos mais qualificados, na sua maioria quadros ao serviço do regime colonial, foram integrados na administração pública portuguesa ou em serviços ligados ao Estado português, retomando, na maioria dos casos, os lugares nas carreiras ou em carreiras equivalentes às que tinham no pré-independência de Cabo Verde. Podemos falar deste movimento migratório como uma segunda fase nas migrações contemporâneas cabo-verdianas para Portugal.

O efeito retroactivo das Leis de Nacionalidade

Como efeito colateral da independência das ex-colónias portuguesas, ocorreu uma modificação nas leis da nacionalidade portuguesa e, simultaneamente, a criação de leis de nacionalidade de cada um dos novos países independentes. Portugal, ao modificar o direito à nacionalidade portuguesa de uma filosofia assente no *jus solis* (i.e., tendo como base a ideia de que quem nasce em território português é cidadão nacional) para uma filosofia de *jus sanguinis* selectiva (isto é, apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de cinco anos, à data do 25 de Abril de 1974 detinham automaticamente a nacionalidade portuguesa (DL 308-A/75, de 24 de Julho) criou, com efeitos retroactivos, uma comunidade imigrante em Portugal e, reciprocamente, comunidades emigradas dos novos países lusófonos no país. As consequências desta nova filosofia jurídica ainda hoje se fazem sentir, num processo que nasceu algo torto, visando responder a circunstâncias muito localizadas no tempo e no espaço. Apenas as recentes alterações da Lei da Nacionalidade Portuguesa (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril) permitem atenuar à *posteriori* os efeitos do decreto-lei de 1975, permitindo (re)incluir (ou readmitir) no espaço de cidadania portuguesa os cabo-verdianos e seus descendentes, presentes em território nacional, que dela tinham sido excluídos.

Em nosso entender, em Portugal a mudança na lei de nacionalidade verificada após o 25 de Abril de 1974, ao alterar o princípio de base da nacionalidade do *jus solis* para o *jus sanguinis*

pretendeu assegurar uma transição mais ou menos pacífica no processo de descolonização, possibilitando um retorno à pátria dos cidadãos a ela mais fortemente ligados (através do *jus sanguinis* ou com um vínculo institucional). Os efeitos colaterais desta lei não foram, no entanto, seriamente avaliados. Por exemplo, no que aos cabo-verdianos diz respeito, por serem de entre todos os países de língua oficial portuguesa em África os que detinham uma maior proporção da sua população emigrada em vários países terceiros (e.g. EUA, Holanda, Itália), as consequências da modificação da Lei de Nacionalidade Portuguesa, e subsequente criação de uma Lei de Nacionalidade Cabo-verdiana fizeram sentir-se a vários níveis. Por um lado, em Portugal, criou retroactivamente uma comunidade emigrada modificando o estatuto dos cabo-verdianos que residiam no país de forma legal transformando-os em imigrantes e obrigando-os a requerer – se quisessem readquirir – mediante certas condições, a nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a perda da nacionalidade portuguesa em simultâneo com o fechamento de fronteiras dos países receptores pós 1973, criou, na prática, um impedimento para que os cabo-verdianos do arquipélago efectuassem uma emigração legal nos anos que se seguiram à independência do país em 1975. Muitos dos cabo-verdianos que, à época, estavam já emigrados em Portugal ou em outros países (e.g. EUA, Holanda, Espanha e Itália) usaram de várias estratégias para não perderem a nacionalidade portuguesa, que lhes oferecia uma melhor possibilidade de circulação. Deste modo, em Portugal, muitos dos cabo-verdianos (re)adquiriram a nacionalidade portuguesa ou nunca a perderam, e muitos dos cabo-verdianos emigrantes em países terceiros mantiveram a nacionalidade portuguesa e surgem nas estatísticas da época desses países como portugueses. Entretanto, muitos destes cabo-verdianos naturalizaram-se nos países de acolhimento (e.g. EUA, Holanda ou Itália) e, curiosamente, muitos deles nunca detiveram formalmente a nacionalidade cabo-verdiana embora, de acordo com as leis de Cabo Verde, possam aceder a ela quando e se o desejarem. Como resultado deste processo um número desconhecido (mas certamente considerável) de indivíduos (que alguns chamariam “eticamente”) cabo-verdianos de primeira ou segunda geração possuem ainda a nacionalidade portuguesa embora residindo num país terceiro.

(iii) Cabo-verdianos imigrantes laborais – a terceira fase

A terceira fase das migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, deu início a uma nova fase na imigração portuguesa. Esta fase, que ainda decorre, é marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar. A partir dos anos 80 retornam as migrações laborais que tinham sido interrompidas com a independência de Cabo Verde. Em termos sociológicos a lógica migratória permanece inalterada e apenas no que diz respeito ao estatuto jurídico-legal ocorreu uma transformação. Os outrora migrantes inter-regionais cabo-verdianos (e trabalhadores inter-regionais convidados) transformaram-se, por decreto, em imigrantes laborais, muitos dos quais entram no país como turistas e ingressam na clandestinidade, ou permanecem numa situação irregular a partir desse momento. Os seus sectores de inserção económica reproduzem as fases anteriores, ocorrendo, maioritariamente, uma incorporação no sector da construção civil, no caso dos homens, e dos serviços pessoais e domésticos, no caso das mulheres – que denomi-

námos, num outro texto, de “sectorização da etnicidade cabo-verdiana” (Góis, 2006). Algo que tanto pode ser visto como uma vantagem de inserção no mercado de trabalho ou, inversamente, como uma maldição.

No caso português, diferentes autores têm defendido a existência de uma crescente “etnicização” de certos segmentos de alguns sectores económicos, sobretudo na área metropolitana de Lisboa, designadamente do sector da construção civil e obras públicas, de segmentos do sector alimentar e dos serviços pessoais e domésticos, incluindo o sector das limpezas industriais e domésticas. Se analisarmos de forma diacrónica as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificamos, muito claramente, que os migrantes cabo-verdianos, de diversos tipos, pertencendo a diferentes fases migratórias, se inserem de forma semelhante no mercado de trabalho e possuem muito pouca mobilidade laboral. Os milhares de indivíduos cabo-verdianos em Portugal exercem, como é óbvio, profissões várias, mas concentram-se, essencialmente, em dois sectores de acordo com o seu sexo: os homens mais no sector da construção civil e obras públicas; as mulheres no sector das limpezas industriais e/ou domésticas. Esta concentração sectorial tem implicações no modo como a integração social ocorre e, como estes são, tradicionalmente, os sectores de incorporação inicial dos “novos” imigrantes, submetem os cabo-verdianos a uma constante competição por um lugar no mercado de trabalho.

Por outro lado, a análise da inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal (Área Metropolitana de Lisboa) não encontra um suporte nas teorias neoclássicas aplicadas ao estudo das migrações, no sentido em que uma maior permanência no país (que se traduziria numa maior adaptação), não parece estar associada a uma mobilidade laboral ascendente. Na verdade, as análises da inserção laboral destes imigrantes em Portugal demonstram que muitos dos que, pelo tempo de permanência no país poderiam aspirar a um contrato permanente, permanecem a laborar no mercado informal e nos mesmos sectores em que iniciaram a sua actividade laboral em Portugal. Uma das hipóteses explicativas para este facto tem a ver com o tradicional recurso, por parte dos migrantes cabo-verdianos, a uma rede social de suporte, uma rede co-étnica, que os auxilia no momento de encontrar trabalho. Assim, se, por um lado, a ajuda aos patrícios é uma das características das redes de apoio, por outro, com a assunção de novas funções no seio do sector de trabalho, por exemplo funções de sub-empregado, de chefe de equipa ou de encarregado, é natural que, os cabo-verdianos, tal como outros grupos de imigrantes, geralmente prefiram empregar migrantes do seu próprio país que, como eles, vêm de um ambiente semelhante, partilham a mesma cultura e o mesmo idioma, aproveitando, deste modo, as externalidades da rede para potenciar o seu próprio papel. Na sequência deste facto, uma sub-economia emerge, tendo como propósito exclusivo prover serviços para migrantes ou migrantes para novos serviços, reproduzindo e ampliando a própria rede em que se inserem. A rede social de inclusão acaba por ser, em alguns casos, uma rede social de exclusão, impedindo o acesso a novos sectores, novas profissões e a uma ascensão social na sociedade de destino. Este paradoxo tem, como é óbvio, implicações na integração social dos cabo-verdianos em Portugal. Destacando esta singularidade, sublinhamos os riscos de uma concentração laboral, sectorial ou de incorporação num momento de crise económico-financeira que, precisamente, os afecta. O excessivo “nos ku nos” pode retroagir negativamente sobre o próprio grupo que pretendia defender.

Em termos de dispersão espacial, a sua implantação geográfica, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa revela, ainda hoje, uma elevada concentração (os distritos de Lisboa e Setúbal mantêm uma constante em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana total), surgindo o Algarve como segunda região de fixação. Com dimensões mais reduzidas surgem grupos de cabo-verdianos no Porto, em Braga, no litoral alentejano ou em Coimbra⁵. Esta concentração geográfica condensa as vantagens e as desvantagens de um prolongamento do arquipélago na Europa. Portugal (sobretudo a AML) surge como uma continuidade simbólica em relação ao arquipélago de origem e é mais uma ilha no “arquipélago migratório”. Ilha onde se regressa nas férias, para onde se pode ir viver na reforma, onde existem os seus cafés, restaurantes, casas de música, lojas de produtos tradicionais e, sobretudo, onde vivem amigos, conterrâneos e familiares. Portugal (sobretudo a AML) surge como a maior das ilhas no exterior e onde Cabo Verde é mais espelhado. Por vezes, onde Cabo Verde é mais parecido com o original.

Cabo-verdianos em Portugal: esboço para uma tipologia

A partir dos anos 80, Portugal incorpora simultaneamente pelo menos cinco tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos:

- 1) Um primeiro tipo de migrantes laborais⁶ com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana. A estes migrantes chamaremos **migrantes convidados**;
- 2) Um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos, fruto de um retorno à “pátria” (ou de repatriamento) ou de um processo de reunião familiar com imigrantes do primeiro tipo, da mesma forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir (ou não) a nacionalidade portuguesa e, cumulativamente, podem possuir (ou não) a nacionalidade cabo-verdiana. A este segundo tipo de migrantes chamaremos **retornados/repatriados cabo-verdianos**;
- 3) Um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vieram para Portugal como trabalhadores, maioritariamente desqualificados ou semi-qualificados, possuem a nacionalidade cabo-verdiana, embora um número crescente de entre eles se esteja, entretanto, a naturalizar portugueses. A este terceiro tipo chamaremos **imigrantes laborais cabo-verdianos**.

⁵ O grupo de imigrantes cabo-verdianos residentes em Coimbra é um grupo singular no contexto das migrações cabo-verdianas globalmente consideradas. É constituído maioritariamente por estudantes do Ensino Superior, por alguns quadros médios e superiores que se fixaram na cidade após a conclusão dos seus estudos e por um número reduzido de imigrantes laborais. A sua importância na diáspora cabo-verdiana é, porém, muito maior do que a sua importância numérica como o provam as diversas intervenções nos congressos dos quadros cabo-verdianos na diáspora.

⁶ Existe, pelo menos desde a II Guerra Mundial uma migração de cabo-verdianos inactivos que vêm para Portugal como estudantes do ensino secundário e/ou do ensino superior e, mais recentemente, de migrantes que vêm para Portugal ao abrigo de acordos de cooperação, designadamente na área da saúde, e que, por motivos vários, vão ficando a residir (*Expresso*, 25/11/2000). Muitos destes inactivos, designadamente os estudantes, entram no mercado de trabalho pelo seu lado informal e vão exercendo pequenos *jobs* (ex. *Mac jobs*) enquanto permanecem em Portugal.

- 4) Um quarto tipo – um grupo simbolicamente importante – constituído por indivíduos que vieram para Portugal frequentar estabelecimentos de ensino, normalmente no Ensino Superior, e que por aqui permanecem por um tempo mais ou menos longo. A este tipo chamaremos **estudantes e quadros cabo-verdianos**.
- 5) Para além de todos estes tipos de imigrantes de primeira geração, existem já uma segunda, terceira e uma quarta gerações de indivíduos de ascendência étnica cabo-verdiana, descendentes de todos ou qualquer dos tipos anteriores, que podem ou não possuir a nacionalidade portuguesa dependente de um conjunto complexo de circunstâncias. A este tipo chamaremos **descendentes de cabo-verdianos**.

Convém aqui sublinhar que as tipologias, tal como as entendemos, são nada mais do que processos para redução da complexidade e que permitem construir um sentido nas múltiplas formas que a realidade social assume. Enquanto modelo abstracto, uma tipologia é, antes de mais, um meio para captar as relações entre fenómenos concretos, a sua causalidade e o seu significado. Não podemos esquecer, no entanto, que o conceito de tipo-ideal, tal como o compreendemos a partir de Max Weber, é um conceito heurístico e, enquanto tal, o único critério que permite julgar do fundamento da sua construção e do seu uso é a sua eficácia metodológica. Ousar formular uma tipologia numa introdução a um livro colectivo não é mais do que um exercício de estímulo para uma leitura crítica de um conjunto de textos diversos, provindos de várias das ciências sociais e humanas. Não pretendemos aqui reduzir a diversidade (ou sequer gerir esta diversidade de abordagens). A riqueza deste volume, se a houver, advém antes de mais da riqueza e diversidade dos olhares sobre um “objecto de estudo” incomensuravelmente apaixonante como é Cabo Verde e a sua gente, onde quer que se encontrem, vivam ou trabalhem.

No essencial, é a constatação de como são estáveis e diversas as ligações entre Portugal e Cabo Verde, o tema que liga os vários textos deste livro colectivo. A análise de práticas musicais, de processos de sucesso ou insucesso educativo, de práticas transnacionais ou de níveis de empreendedorismo (para referir apenas algumas das contribuições), a partir de uma caracterização basilar como sendo “de cabo-verdianos” mostra que a integração social não está terminada mesmo no momento em que a terceira geração de descendentes de imigrantes cabo-verdianos chega à idade adulta. As diferentes e múltiplas faces que caracterizam os cabo-verdianos em Portugal são aqui apresentadas, em múltiplos retratos que não esgotam o tema mas contribuem para quebrar a sua invisibilidade social.

No texto que abre esta obra colectiva, Luís Batalha apresenta-nos as razões para o facto de não podermos falar de comunidade cabo-verdiana em Portugal mas, ao invés, de termos que pluralizar e complexificar as nossas análises. Para este autor, a partilha de uma identidade “cabo-verdiana” geral e global não é suficiente para uniformizar as diferenças, que decorrem de esferas de sociabilidade distintas e que estratificam a(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) em diferentes níveis. Numa análise devidamente enquadrada na história da emigração cabo-verdiana para Portugal, Batalha mostra-nos como a construção histórica das diferenças internas aos cabo-verdianos em Portugal se faz tanto pela herança do passado colonial como pela dinâmica dos processos de inserção na sociedade de destino. O autor marca alguns momentos chave neste

processo: a fase final do colonialismo português; a independência de Cabo Verde o início da migração laboral pós-colonial. Para Luís Batalha é nestes momentos chave que se enraízam as diferenças que hoje são visíveis e tornam os cabo-verdianos e seus descendentes em Portugal um complexo mosaico identitário, dificilmente caracterizável como homogêneo.

Paulo Mendes, sociólogo cabo-verdiano e dinâmico líder associativo, apresenta-nos um retrato detalhado dos cabo-verdianos nos Açores. A partir de uma metodologia assente tanto em inquéritos como em entrevistas, os cabo-verdianos na ultra-periférica região portuguesa são apresentados como o mais antigo e importante grupo migratório, cujo impacto económico e social não tem recebido os devidos créditos. De acordo com Paulo Mendes, os cabo-verdianos iniciaram a sua migração para os Açores ainda antes da independência de Cabo Verde e desde então, em particular pós anos 90, têm vindo continuamente a escolher este destino migratório. Na sua análise o autor privilegia uma caracterização dos perfis pré-migratórios, do percurso migratório, da inserção laboral e da participação em diferentes esferas (e.g. social, política e cultural) nos Açores. A partir desta investigação é possível comparar o grupo de imigrantes cabo-verdianos nos Açores e seus descendentes, com outros grupos similares em Portugal ou em outros países e caracterizar melhor a emigração cabo-verdiana contemporânea.

Qual é a propensão empreendedora dos cabo-verdianos em Portugal? Esta é a pergunta que dá o mote para o texto da autoria de Catarina Reis Oliveira. Procurando responder a esta questão, a autora investigou os empresários cabo-verdianos em Portugal e discute, de um modo detalhado, comparando os cabo-verdianos com outros grupos imigrantes (e com os portugueses), as causas para um menor empreendedorismo. Através do uso de teorias de largo espectro, como a Teoria das Desvantagens ou as Teorias do Mercado de Trabalho Segmentado, Catarina Oliveira enquadra as justificações para esta menor propensão para o empreendedorismo mas apresenta também as causas para um relativo crescimento, em anos mais recentes e para a localização espacial de um micro-empreendedorismo, muitas vezes informal, mas de elevado impacto ao nível da integração social dos cabo-verdianos em Portugal.

Desde os anos 90 que a literatura sobre o transnacionalismo tem crescido na comunidade científica tendo-se transformado o “transnacionalismo” numa *buzzword* para as migrações contemporâneas. A pesquisa em ciências sociais, no entanto, ainda não concretizou empiricamente o que há de novo nas migrações contemporâneas que mereça ser tratado de forma diferenciada do que as teorias migratórias sempre fizeram. Na verdade, os contributos teóricos sobre transnacionalismo e práticas transnacionais traduzem, na sua ampla maioria, a ausência de conhecimento empírico sobre práticas transnacionais e sobre a sua relevância. Neste artigo, Pedro Góis e José Carlos Marques descrevem a realidade social das práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos em diferentes esferas sociais (e.g. economia, política, cultura, etc.) procurando aquilatar a sua importância. Na investigação que serve de base ao texto apresentado, os autores combinaram a análise documental com entrevistas a informadores privilegiados e entrevistas a migrantes transnacionais. A compreensão da debilidade de um dos indicadores de transnacionalismo, as práticas transnacionais, é aqui analisada tendo, como pano de fundo, a história e dinâmica do fluxo migratório cabo-verdiano para Portugal.

Na sua contribuição, Rui Cidra apresenta-nos um dos símbolos e um dos principais indicadores identitários cabo-verdianos: a música. Através de uma análise, que tem como centro a produção musical cabo-verdiana no seio da diáspora, o autor mostra como a produção da música de Cabo Verde deve ser vista como indissociável de movimentos migratórios e de modos de actuação transnacionais. Através de um mapeamento histórico das redes transnacionais de suporte à produção musical, Rui Cidra demonstra que é, principalmente, nas redes sociais cabo-verdianas em Portugal, Holanda e França, que podemos encontrar as razões para a profícua produção e o sucesso histórico da música cabo-verdiana. O autor mostra que é, no entanto, a elevada mobilidade entre os diferentes pontos desta rede diaspórica (muito diversa no que aos contextos de recepção se refere) e Cabo Verde a sua principal característica diferenciadora. É numa lógica de análise cruzada entre mobilidade espacial e enquadramento contextual que podemos compreender as diferentes práticas musicais que vão do *rap* à *morna*, do *zouk* ao *batuku* ou ao *funaná*. As influências recíprocas entre a diáspora, Cabo Verde e a globalização musical fazem-se sentir no modo como as práticas expressivas se revelam tornando-se elementos principais de pertença subjectiva à nação cabo-verdiana. As expressões musicais são aqui apresentadas como uma forma de estruturar e sustentar uma identidade transnacional.

César Monteiro, sociólogo cabo-verdiano com relevante obra publicada, dedica o seu texto a uma temática que o tem acompanhado nos últimos anos: a sociologia da música cabo-verdiana e, especificamente, o papel dos cabo-verdianos e descendentes da Área Metropolitana de Lisboa na configuração do campo musical cabo-verdiano. Através de uma análise em que conjuga a sociologia da música e a sociologia das migrações o autor define a Área Metropolitana de Lisboa como um campo transnacional de produção musical. Para César Monteiro este espaço surge como um campo musical estratificado e diversificado; um campo onde os protagonistas são tanto do género masculino como do feminino permitindo, através desta diversidade, afirmar as idiosincrasias da própria sociedade cabo-verdiana aqui emigrada. A importância da música e dos músicos na estruturação da(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) da Área Metropolitana de Lisboa é destacada através do campo social, onde se tecem e se (re)criam laços e espaços intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência de interacção física com a comunidade real do país de origem.

Lígia Évora Ferreira centra a sua análise num tema da maior actualidade: o sucesso educativo dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos em Portugal. No seu texto, a autora, ela própria pedagoga e investigadora, discute o modo como a integração neste sistema funcional é o produto de uma acção recíproca entre a construção social do seu próprio estatuto social e os modelos educativos que os enquadram no seio da sociedade portuguesa. Lígia Évora Ferreira mostra como o contraste entre dois tipos de socialização primária, a família e a escola, pode ter consequências ao nível do sucesso educativo. A impreparação das crianças/jovens para a complexidade da Escola (e.g. em termos de domínio linguístico da língua padrão) e a impreparação da Escola em enquadrar a diferença sem discriminar os que são diferentes, constituem pedras angulares do modo como a autora desenvolve a sua análise. Para a autora, a Escola é o *locus* de lutas simbólicas onde se joga muito dos processos de socialização destes jovens e o tipo e o modo como medimos o seu sucesso educativo dá-nos uma visão do futuro que podemos esperar.

Marzia Grassi pretende, neste texto, diagnosticar a emergência de uma consciência europeia entre jovens de origem cabo-verdiana e angolana em Portugal. Sim, a consciência europeia porque os jovens descendentes de imigrantes já não partilham apenas as identidades da origem e de destino mas identidades supranacionais como a identidade europeia. A autora apresenta a sua análise a partir das respostas a um questionário aplicado a cerca de 400 jovens de origem cabo-verdiana e angolana a viver na Área Metropolitana de Lisboa. Neste texto, conceitos centrais como os de identidade, etnicidade ou cultura são discutidos, comparando diferentes dimensões de identidade/identificação de jovens de origem cabo-verdiana, angolana e portuguesa mas todos eles jovens europeus.

De identidades fala também o artigo de Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos, dois jovens cientistas sociais que cruzam os seus saberes e constroem um texto sobre os descendentes de cabo-verdianos, as suas inclusões e exclusões sociais. Fortemente influenciados pelas teorias do pós-colonialismo que nos chegam do mundo anglo-saxónico, os autores analisam diferentes espaços de representação social, como o *rap* ou o *hip-hop*, enquanto espaços de interacção e, simultaneamente, de afirmação identitária. Os autores sublinham, na sua análise, a importância da dimensão espacial, o modo como o “bairro” emerge, a par da família ou da escola, como espaço de socialização primária, onde se cruzam tradição e *street* vanguarda, ambas ali-cerces identitários fortemente estruturantes para os jovens.

Kátia Cardoso, investigadora cabo-verdiana radicada em Coimbra, apresenta-nos um tópico cada vez mais importante nos estudos migratórios: a relação entre emigração e desenvolvimento dos países de origem. No entanto, desta vez, não é a questão das remessas que está no centro da análise mas o modo como a emigração e a política externa cabo-verdianas se vêm relacionando ao longo das últimas décadas. A autora analisa em que medida a emigração, constantemente presente nos programas de governo pós-independência, tem correspondência com políticas conducentes a uma maior participação dos emigrantes na sociedade cabo-verdiana ou com políticas activas de fomento à participação activa dos cabo-verdianos nas sociedades de acolhimento. Kátia Cardoso mostra como as medidas governamentais cabo-verdianas dirigidas à emigração têm vindo a sofrer uma evolução e alargamento – da tradicional protecção consular e incentivo ao envio de remessas à atenção dada à segunda geração nos países de destino, à participação dos quadros da diáspora no associativismo e ao papel de *lobby* que estes podem fazer a favor de Cabo Verde. A interligação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana, realizada neste texto, alarga o potencial tradicionalmente atribuído às diásporas e contribui para uma maior integração do olhar das Relações Internacionais nos estudos migratórios.

Os cabo-verdianos na Holanda foram apelidados durante vários anos de “imigrantes silenciosos”. Este rótulo está associado a uma imagem dos cabo-verdianos enquanto grupo de imigrantes reservados, dóceis e auto-suficientes, denotando um parco reconhecimento social por parte da sociedade receptora e um certo isolamento, revelador do seu posicionamento de minoria entre as minorias. Neste artigo, Cláudia de Freitas mostra como esta imagem se tem vindo a alterar como consequência de vários factores entre os quais destaca a participação dos cabo-verdianos no campo da saúde mental na Holanda. A importância desta contribuição deve

ser assinalada a vários níveis: pela ligação conceptual que permite entre os dois principais destinos migratórios cabo-verdianos na Europa (Portugal e Holanda); pela chamada de atenção para a especificidade dos problemas próprios dos grupos de imigrantes que acolhemos; pelos modelos potenciais de participação focados, que alargam o espectro do que tradicionalmente existe em Portugal e nos desafia a seguir as melhores práticas. A saúde mental é, aqui, uma metáfora para as muitas estigmatizações que afectam parte dos cabo-verdianos em Portugal.

Rocío Moldes Farelo, investigadora espanhola, que vem desde há muito tempo estudando os cabo-verdianos em Espanha, analisa no seu texto uma mudança significativa na inserção económica dos cabo-verdianos naquele país: do sector industrial para o sector de serviços. A Espanha é um país cada vez mais integrado com Portugal, todos o sabemos; o que talvez não soubéssemos é que também no caso das migrações cabo-verdianas tal ocorre. Os cabo-verdianos em Espanha completaram já todo um ciclo migratório, tendo os primeiros migrantes atingido já a idade de reforma após toda uma carreira de trabalho naquele país. Neste texto a autora mostra como decorreu este processo, como os cabo-verdianos de Espanha se mantiveram ligados aos cabo-verdianos portugueses, de que modo os dois processos migratórios estão ligados e como reagem actualmente à competitividade e competição de outros grupos migrantes recém-chegados. É um acutilante retrato que mostra tanto sobre os cabo-verdianos, como sobre os espanhóis que os acolheram.

Lisa Åkesson, sueca, faz parte da comunidade transnacional dos investigadores que tomaram as migrações cabo-verdianas como objecto de estudo, traz-nos a dimensão do país de origem e as relações de dependência entre os que partiram e os que ficaram. Através de uma análise baseada no paradigma do transnacionalismo, com as suas influências antropológicas, mostra como a emigração é estruturante na sociedade cabo-verdiana. Para a autora as famílias, globais porque dispersas por vários países, surgem como o elo mais forte do transnacionalismo cabo-verdiano e as práticas transnacionais, no essencial, desenvolvem-se no seu seio. Åkesson mostra como as dependências estabelecidas são essenciais para a sobrevivência dos que ficaram em Cabo Verde e as remessas um vínculo que deve ser mantido. Mesmo em momentos de crise económica, de desemprego ou de complexos processos de integração nas sociedades de destino, os que não migraram têm expectativas depositadas nos que partiram e são deles dependentes. Através de uma enunciação de várias das dimensões do transnacionalismo a autora sugere uma inclusão dos não-migrantes nas análises dos estudos migratórios mostrando que sociedades de destino e sociedades de origem estão umbilicalmente ligadas.

Referências Bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis e GÓIS, Pedro (1999). “Migrações internacionais de e para Portugal, o que sabemos e para onde vamos?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, Novembro 1998/ Fevereiro 1999, pp. 229-280.
- BERRY, J. W. (1990). “Psychology of acculturation”. In GOLDBERGER, N. R. e VEROFF, J. B. (Eds.), *The culture and psychology reader*. New York, New York University Press, pp. 457-488.

- BOURDIEU, Pierre (2003). *Questões de Sociologia*, Lisboa, ed. Fim de Século.
- ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991). *Portugal, país de imigração*, Lisboa, IED, Caderno n.º 22.
- FAIST, Thomas (2000). *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford, Clarendon Press.
- GÓIS, Pedro (2006). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais, Lisboa, Milão, Roterdão*, ACIDI IP, Lisboa.
- PARK, R. E. (1950). *Race and Culture*. New York, Free Press.
- PORTES, Alejandro & ZHOU, Min (1993). “The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants.” *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol. 530 pp. 74-96.
- WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina G. (2002). “Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences”, *Global Networks*, n.º 2 pp. 301-334.

I

CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL: “COMUNIDADE” E IDENTIDADE

LUÍS BATALHA

*ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas)**UTL (Universidade Técnica de Lisboa)***1. Visibilidade versus invisibilidade**

Apesar de serem frequentemente identificados como uma “comunidade” grande e única (e.g., França, 1992; Gomes, 1999), os cabo-verdianos que vivem em Portugal encontram-se dispersos por várias e diferentes pequenas comunidades, cuja existência se verifica sobretudo ao nível das vizinhanças de bairro. Isto não significa, no entanto, que os cabo-verdianos em Portugal não partilhem alguns aspectos de uma identidade comum, mais geral e global, mutuamente entendida e aceite como “cabo-verdiana”.

Os cabo-verdianos em Portugal (tal como noutros destinos) têm a sua identidade organizada em torno de representações sociais de “raça”, etnicidade, educação e classe, que combinadas definem a sua posição social dentro da sociedade portuguesa e, nas suas próprias comunidades locais, entre eles mesmos. A educação tem o papel mais importante na sua divisão; opera tanto de forma objectiva como subjectiva, sendo reconhecida por eles mesmos como um factor de diferenciação social. “Raça” e “eticidade” operam de forma mais subtil, não sendo, em geral, impostas de fora pela sociedade portuguesa; actuam mais a partir dos próprios actores cabo-verdianos do que a partir do exterior, uma vez que a sociedade portuguesa não possui regras legais nem normas sociais claras que reforcem uma organização “racial” e “étnica” das identidades que co-habitam em Portugal.

Por uma questão de simplificação da análise, dividirei a comunidade cabo-verdiana de Portugal em dois mundos sociais distintos: por um lado, o das pessoas que possuem educação secundária ou superior, que defini algures (Batalha 2004a, 2004b) como a “elite” colonial cabo-verdiana; por outro, o dos migrantes trabalhadores cabo-verdianos, pessoas com pouca ou nenhuma educação escolar. Os cabo-verdianos da “elite” colonial estão integrados nos estratos médios e superiores da sociedade portuguesa, sendo, numa boa parte dos casos, invisíveis aos olhos da restante sociedade portuguesa. Nasceram e foram criados durante as últimas décadas do colonialismo – os mais velhos ainda vivos nasceram na década de 1920 – e mantiveram a cidadania portuguesa após a independência de Cabo Verde, em 1975. A maioria manteve, ao lado da nacionalidade, um sentido de “portugalidade” adquirido pela educação escolar e práticas de enculturação familiares vigentes no seu tempo de infância e juventude. A lógica identitária do Estado Novo permitiu-lhes incorporar a identidade cabo-verdiana como um subtipo no mosaico das identidades coloniais (e metropolitanas) daquilo que se compreendia como o

império “do Minho a Timor”. Ser cabo-verdiano constituiu-se como uma expressão de “portugalidade”. A “elite” cabo-verdiana via-se, ao mesmo tempo, como “cabo-verdiana” e “portuguesa”. Muitos desses cabo-verdianos com instrução média e superior saíram de Cabo Verde ainda jovens ou crianças para estudarem nas escolas e universidades da então “metrópole” e nunca mais lá regressaram. À época, uma educação secundária era suficiente para garantir um lugar confortável na administração colonial espalhada por todo o “império” português. Ironicamente, apenas Cabo Verde não oferecia oportunidades significativas de emprego administrativo. Durante décadas nem sequer teve um quadro próprio de funcionários administrativos. O facto de não possuir população “indígena”, ser pequeno e economicamente insignificante, fez com que a sua administração tivesse poucos lugares nos níveis baixo e intermédio (aqueles que os cabo-verdianos mais facilmente preenchiam).

Assim, nas últimas décadas do colonialismo tardio português, a “elite” cabo-verdiana encontrou emprego nos níveis baixo e intermédio da administração colonial, sobretudo na Guiné Portuguesa (hoje Guiné-Bissau), em Angola e Moçambique, mas também em São Tomé e Príncipe e, até mesmo, Timor. Aquando da independência dessas colónias, apenas uma pequena minoria de cabo-verdianos com educação média e superior vivia em Portugal.

Os trabalhadores imigrantes cabo-verdianos de Portugal vivem num mundo social que pouco ou nada tem que ver com o da “elite” cabo-verdiana instruída. A sua migração para a “metrópole” iniciou-se nos anos 1960 e continua ainda hoje, embora o ritmo tenha abrandado muito nas décadas de 1990-2000. Muitos eram analfabetos ou apenas tinham a escolaridade básica, frequentemente incompleta (equivalente aos actuais 2.º ou 3.º anos). Os maiores picos da migração cabo-verdiana para Portugal deram-se nas décadas de 1970-80. No início eram sobretudo homens oriundos de comunidades rurais, por vezes com uma permanência intermédia na cidade local mais próxima, até adquirirem o dinheiro e conhecimento suficientes para fazer o percurso migratório com sucesso. A maior parte desses homens veio da ilha de Santiago.

Na década de 1960 e início da de 1970 uma parte significativa da força de trabalho portuguesa indiferenciada foi atraída pelo desenvolvimento industrial ocorrido no pós II Guerra Mundial em alguns países, sobretudo França, Alemanha e Luxemburgo (Franco, 1971; Rocha-Trindade, 1975, 1979; Porto, 1977; Serrão, 1977; Poinard, 1979). Ao mesmo tempo, a economia portuguesa crescia significativamente e começava a sofrer de alguma escassez de mão-de-obra barata e indiferenciada. Isto constituiu, certamente, um factor de “atração” para a primeira vaga de migrantes laborais cabo-verdianos a chegar à “metrópole”. Contudo, a escassez de mão-de-obra não foi factor único, nem sequer determinante, uma vez que nas décadas de 1960-70 ainda havia uma população camponesa importante em Portugal à espera de migrar para a grande área metropolitana de Lisboa, sobretudo os distritos de Lisboa e Setúbal (Barreto e Preto, 1996; Lopes, 1998). Havia, portanto, ainda uma reserva de mão-de-obra disponível em Portugal capaz de satisfazer grande parte da procura por parte do sector da construção civil e obras públicas – nessa época o principal motor de desenvolvimento económico, a par com o turismo. Mas à medida que os salários na construção foram subindo, pressionados pela procura, os trabalhadores cabo-verdianos tornaram-se uma alternativa mais barata. O declínio da situação económica em Cabo Verde e o

fim do trabalho contratado para as plantações de São Tomé e Príncipe ajudaram, também, a canalizar para Portugal um número crescente de migrantes cabo-verdianos.

Quando os primeiros trabalhadores migrantes começaram a chegar de Cabo Verde, ainda na década de 1960, apenas um pequeno número de cabo-verdianos com instrução secundária e superior vivia na “metrópole”. Eram sobretudo pessoas que tinham vindo estudar, por falta de condições em Cabo Verde, e tinham conseguido arranjar colocação compatível após os estudos. Mas a maioria dos cabo-verdianos com educação média e superior acabou por encontrar colocação na máquina administrativa colonial (e.g., administração civil, fazenda, correios, alfândega, etc.), na banca (BNU) e nos serviços de empresas privadas instaladas nas colónias. Esta “elite” instruída integrou-se facilmente quer na sociedade colonial, adoptando os seus ideais dominantes, que aceitou e com os quais se identificou, quer na sociedade portuguesa pós-colonial, onde se identificou, sobretudo, com um conjunto de valores conservadores que reflectem a nostalgia do velho “império” e da colonização⁷. São pessoas que pouco ou nada têm em comum com a massa dos trabalhadores migrantes vindos de Cabo Verde, a não ser uma identidade colectiva “cabo-verdiana”, suficientemente vaga e flexível para acomodar a grande diferença social.

Os primeiros migrantes laborais cabo-verdianos, vindos do interior rural, tiveram de se adaptar a uma vida urbana em Portugal, passando de camponeses a operários. E embora a sua visão do mundo tivesse de se ajustar à nova condição social, continuaram ligados aos valores e representações sociais fundamentais da sociedade rural cabo-verdiana. Enquanto os pais tentavam manter e reproduzir o mundo social que deixaram em Cabo Verde, os filhos cresceram numa espécie de limbo social: por um lado, não se identificaram com o mundo dos pais, mas, por outro, também não ganharam um espaço social satisfatório na sociedade portuguesa pós-colonial.

A partir da década de 1990, o governo e as autarquias financiaram, com dinheiros em parte vindos da União Europeia (UE), a construção de “bairros sociais”, onde actualmente vive a maior parte das famílias de imigrantes cabo-verdianos. Muitas dessas famílias viviam anteriormente em “bairros de lata” na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nos concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Setúbal (actualmente já só existem “bairros de lata” em alguns desses concelhos). Os “bairros sociais”, à semelhança dos “bairros de lata”, constituíram-se como espaços de isolamento social para as famílias cabo-verdianas. Espaços onde a maior parte dos filhos dessas famílias nasce e cresce sem necessidade de sair, a não ser para frequentar a escola e para trabalhar. Alguns desses bairros possuem escolas “integradas” que apenas servem as crianças e os jovens aí residentes, o que contribui para acentuar a “guetoização” e dificultar uma integração social satisfatória. A educação escolar é o principal caminho para ascender às classes médias da sociedade, mas os jovens de origem cabo-verdiana abandonam, geralmente, a escola cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a instrução obrigatória. Isso impede-os de competir pelos empregos melhor remunerados e apenas lhes deixa acessíveis os empregos pior remunerados no sector dos serviços (na região onde vivem não existe praticamente

⁷ A situação dos cabo-verdianos que regressaram a Portugal, muitos com o estatuto social de “retornados”, tem muito em comum com, por exemplo, o que se passou com a minoria parsi na Índia após a independência (Luhmann, 1996) ou com os *pieds noirs* que regressaram da Argélia também após a independência (Smith, 2006).

emprego industrial em larga escala). As suas aspirações a um estatuto de classe média ficam assim comprometidas. Correm, antes, o risco de ver o seu estatuto social degradar-se em relação ao dos seus pais, num processo que alguns têm classificado como “assimilação descendente” (*downward assimilation*) (Portes, 2007; Waldinger e Feliciano, 2004).

Em Portugal, a comunicação social, enquanto produtora de identidade, ajudou a criar uma imagem negativa dos descendentes de famílias cabo-verdianas imigrantes. Enquanto os pais eram retratados como “pobres mas honestos”, “bons trabalhadores” e “trabalhadores explorados”, os filhos são retratados como “vítimas do insucesso escolar” e como “delinquentes juvenis”. Por sua vez, os próprios jovens de origem familiar cabo-verdiana fazem uso dessas representações sociais veiculadas nos *media* para construírem identidades opostas à corrente dominante da sociedade portuguesa “branca”, marcadas por categorias como “desintegração” e “marginalidade”, que eles próprios reinterpretem. A sociedade “branca” dos “tugas” é, para eles, a principal culpada da situação de “marginalidade” em que vivem. A maioria destes jovens dá pouco valor à educação escolar como veículo de ascensão social e considera que estudar não vale a pena, porque os melhores empregos serão sempre para os portugueses brancos (“tugas”). Pensando dessa maneira contribuem para que a sua própria previsão se cumpra – não vale a pena estudar porque os melhores empregos não são para eles e, porque não estudam, esses empregos acabam por não o ser. A sua identidade social constrói-se no espaço da vizinhança ou “bairro”, que eles vêem como o seu território social; a identidade está ancorada no “local” e não no “nacional” e a sua delimitação são as fronteiras da vizinhança e do “bairro”. No seu coração está, não a terra de origem de seus pais mas sim o bairro onde nasceram e foram criados.

A importância do “bairro” como unidade identitária é difundida na sociedade portuguesa pela cobertura televisiva e por documentários sobre as “culturas” crioula e *rap*, que começaram a emergir com maior visibilidade nos bairros sociais da Área Metropolitana de Lisboa nas décadas de 1990-2000. Os jovens descendentes de imigrantes cabo-verdianos são classificados, geralmente, pela restante sociedade portuguesa como “jovens de origem africana”. A sua identidade não sofreu qualquer hifenização, como é comum, por exemplo, na Grã-Bretanha ou nos EUA.⁸ São frequentemente vistos como “pretos” e raramente como “portugueses”. Por serem percebidos como “pretos” ou “africanos” pela sociedade portuguesa em geral, uma integração social satisfatória torna-se mais difícil. Por sua vez, os próprios jovens “africanos” entendem a sua insatisfatória situação social como sendo motivada por questões raciais. Sentindo-se racializados pela sociedade dominante desenvolvem uma identidade “africana” oposicional; no fundo rejeitam aquilo que a sociedade portuguesa, de alguma maneira, lhes nega: serem portugueses sem qualquer outra adjectivação. Essa identidade “africana” oposicional rejeita o modo de vida da classe média portuguesa, assente na valorização da escola e da família. Muitos jovens descendentes de cabo-verdianos afirmam ser “africanos” mesmo que nunca tenham estado em

⁸ Na Grã-Bretanha é comum a utilização de categorias hifenizadas (ainda que o hífen não apareça na forma escrita) como *black English*, *black British*, *British Muslim*, etc. Nos EUA o mesmo acontece com *African-American*, *Asian-American*, *Mexican-American*, *Irish-American*, etc. É a isto que alguns autores se referem como identidades hifenizadas.

África e apesar de os seus pais cabo-verdianos considerarem que Cabo Verde não é território africano. Esses jovens consideram que “africano” é a sua identidade. A sua integração relativamente mal sucedida é, em parte, causada pela sua resposta identitária à categorização racial que a sociedade portuguesa lhes aplica, em que “português” é sinónimo de “branco” e “africano” sinónimo de “preto”.

A maior parte da “elite” cabo-verdiana colonial que se vê como “portuguesa-cabo-verdiana” ou “cabo-verdiana-portuguesa” foi forçada a abandonar Cabo Verde e as outras colónias portuguesas após a descolonização. Uns por razões políticas, outros por razões de emprego. Outros, ainda, pelas duas. A mudança política que acabou com o regime colonial e colocou o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) no poder – um partido marxista que falava de uma sociedade sem classes e contra a propriedade privada, introdutor da reforma agrária e das nacionalizações – desagradou ao sector mais conservador da “elite” cabo-verdiana colonial (no fundo a maioria). O seu programa político era visto como uma ameaça ao estatuto social dessa “elite” formada durante o período colonial. Alguns pensavam mesmo que o arquipélago não sobreviveria à independência devido à debilidade da sua economia, marcada no passado por seca, pobreza e fome. Por um lado, o clima revolucionário do pós-independência não era favorável a um regresso a Cabo Verde e, por outro, era importante para a maior parte desses cabo-verdianos manter o vínculo contratual com a administração portuguesa, através da reintegração na administração pública da “metrópole”. Optaram por manter a nacionalidade portuguesa de modo a não perderem direitos adquiridos ao longo de, nalguns casos, quase uma vida inteira de trabalho como funcionários públicos. Aqueles que tinham empregos no sector privado procuraram empregos compatíveis em Portugal; uma boa parte chegou com o estatuto de “retornado” (estatuto que muitos repudiam) e acabou por encontrar emprego compatível com as suas habilitações literárias.

A independência e descolonização trouxeram à superfície divisões étnicas e raciais que durante a época colonial estiveram latentes ou foram, de alguma forma, mitigadas pelas sociedades coloniais. Os cabo-verdianos claramente negros ou mulatos viram os cabo-verdianos brancos como demasiado “portugueses” para abraçarem o projecto político pós-colonial; constituído pela “irmandade” das ex-colónias portuguesas africanas, agora estados independentes. De uma forma geral, os cabo-verdianos brancos pertencentes à “elite” colonial não tiveram espaço político em Cabo Verde após a independência, devido ao seu claro comprometimento com o colonialismo português. Estes “portugueses cabo-verdianos” são agora uma pequena minoria de apenas algumas centenas que vive sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa. Vivem em bairros de classe média, onde compraram ou alugaram casa, nalguns casos, há mais de trinta anos. A maioria dos seus filhos e netos nada tem a ver com Cabo Verde ou com “ser cabo-verdiano”. Os pais lamentam o facto de os filhos e netos não se interessarem “pelas coisas” de Cabo Verde e não participarem na vida da Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde (AAESCV) – uma associação cultural e recreativa situada em Carnide (Lisboa). A Associação possui um pequeno espaço, entretanto adquirido à Câmara Municipal de Lisboa, onde um pequeno grupo, de entre a “elite”, se encontra regularmente aos sábados para recriar o mundo cabo-verdiano, que trazem numa espécie de memória colectiva mais ou menos parti-

lhada. Um mundo do qual a sua memória é “guardiã”. Discutem frequentemente assuntos relacionados com a situação pós-colonial de Cabo Verde, enquanto vão comendo e ouvindo música “cabo-verdiana” (ver Batalha 2004a, 2004b).

A maior parte da chamada “comunidade cabo-verdiana” de Portugal é constituída por imigrantes “pretos” ou “mulatos” chegados, sobretudo, a partir da década de 1960. Muitos são aquilo que os próprios cabo-verdianos classificam como “badios” – nome dado aos cabo-verdianos da ilha de Santiago, mas que no fundo significa cabo-verdiano com uma origem claramente “africana”. Ao contrário da pequena minoria de “cabo-verdianos portugueses”, que se vê a si própria como uma “elite”, os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes e os seus descendentes não se tornaram invisíveis na sociedade portuguesa pós-colonial. Ganharam até uma visibilidade que nunca haviam experimentado em Cabo Verde, nos seus locais de origem. Uma conjugação de etnicidade, “raça”, classe social e práticas culturais contribuiu para os segregar no mundo social dos “bairros de lata” e, mais recentemente, dos “bairros sociais” construídos ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (PER). São estes imigrantes “pretos” que a restante sociedade portuguesa vê como sendo a “comunidade cabo-verdiana”. Os imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes são geralmente definidos pela sociedade portuguesa como “cabo-verdianos”, “pretos” ou “africanos” e raramente (senão mesmo nunca) como “portugueses”. Os descendentes – geralmente designados como segunda geração –, apesar de nascidos e criados em Portugal, de terem até nacionalidade portuguesa, continuam a ser vistos, e frequentemente a verem-se, como “africanos” ou “jovens de origem africana”.

2. Emigração cabo-verdiana e emigração portuguesa

Foi durante o período que António Carreira (1982: 74) definiu como a “terceira fase” da emigração cabo-verdiana (1946-73) que Portugal se tornou um destino importante. Neste período, e devido ao limite apertado imposto pelo sistema de quotas nos EUA, que vigorou entre 1924 e 1965 (ver Joppke, 1999), a emigração cabo-verdiana orientou-se sobretudo para a Europa. Os emigrantes cabo-verdianos com escolaridade básica e alguma qualificação profissional dirigiram-se para os países mais “desenvolvidos” e ricos da Europa, onde conseguiam empregos melhor remunerados. Alguns passaram por Portugal (sobretudo pela região de Lisboa) e aí ficaram até ganharem acesso às redes de emigração para esses países. A falta de interesse por parte do governo colonial em promover investimentos infraestruturais em Cabo Verde, de modo a criar empregos que ajudassem a fixar a população, e as secas graves contribuíram para agudizar a pobreza ao longo da década de 1960 e aumentar a pressão migratória.

Enquanto que em Cabo Verde as secas e fomes continuaram a empurrar os cabo-verdianos para a emigração até praticamente à independência, em Portugal o mercado de trabalho no sector da construção civil e obras públicas criou condições de atracção ainda na década de 1960, período em que Portugal viveu um crescimento económico importante (que, aliás, até hoje não se repetiu), acompanhado de alguma industrialização e forte urbanização (Barreto e Preto, 1996). A emigração para Portugal e outros países europeus, tal como o trabalho a contrato para as colónias

portuguesas africanas, sobretudo São Tomé e Príncipe, ajudaram a aliviar a pressão económica, política e social causada pela fome e subdesenvolvimento crónico em Cabo Verde. A emigração cabo-verdiana para Portugal acelerou rapidamente ainda na década de 1960, altura em que algumas empresas portuguesas de construção e obras públicas foram contratadas para construir infra-estruturas de dessalinização, electrificação, fontes, estradas, pistas de aviação e portos, na então colónia de Cabo Verde. Essas empresas começaram a oferecer trabalho aos trabalhadores cabo-verdianos na “metrópole”. Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar palavra aos seus “patrícios” em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes, atingindo-se um pico no início da década de 1970.

No final da década de 1950, alguns dos países mais industrializados da Europa começaram a atrair trabalhadores indiferenciados para a construção civil, serviços de limpeza e alimentação, e outros sectores igualmente desprezados pelos trabalhadores locais. Atraída por melhores salários, uma parte significativa da população rural portuguesa, que até aí havia migrado, primeiro, para o Brasil e, depois, para o litoral urbano português, começou a reorientar-se, sobretudo, para a França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo, cujas economias estavam em franca recuperação após a II Guerra Mundial. Enquanto grande parte da força de trabalho portuguesa rumava à Europa industrializada, os trabalhadores cabo-verdianos chegavam a Portugal como força de substituição. Como escreveu António Carreira, “eles [cabo-verdianos e portugueses] eram forças de trabalho do mesmo tipo, ambas com uma elevada percentagem de analfabetos e apenas distinguíveis pela cor da pele.” (1982: 83). A maioria dos trabalhadores cabo-verdianos era negra e mulata, não falava português e acabou por nunca dominar a língua o suficiente para se integrar satisfatoriamente na sociedade portuguesa colonial e pós-colonial. Após alguns anos eram capazes de compreender e falar português satisfatoriamente no seu contexto de trabalho, mas o domínio da língua era demasiado limitado para se sentirem à vontade fora dele. O facto de serem “pretos” e de falarem português com dificuldade facilmente reafirmou o estereótipo que muitos portugueses da “metrópole” tinham do “preto africano”: alguém que vivia em África, “incivilizado” e “sem religião” e que, por isso, era considerado inferior e até mesmo gozado. “Classe” confundia-se com “raça” e em vez de serem vistos como “camponeses analfabetos”, os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes eram vistos pelos portugueses “brancos” como “pretos”.

A maior parte dos trabalhadores cabo-verdianos imigrantes que chegaram na primeira vaga foram viver para barracas que as empresas de construção montavam nos próprios locais de construção. Alguns, dispostos a gastar dinheiro em alojamento por conta própria, alugavam quarto em pensões baratas. Outros, adaptando-se aos modos da classe operária portuguesa, conseguiram alugar quarto junto de famílias portuguesas, sobretudo nas zonas urbanas. Nas décadas de 1970-80 a maior parte instalou-se em “bairros de lata” na Área Metropolitana de Lisboa. Fizeram-no, em parte, devido à falta de alojamento melhor a preço acessível, mas também devido ao racismo das famílias portuguesas “brancas”, que, frequentemente, se recusavam a alugar quarto a “pretos”. Mas a instalação em “bairros de lata” foi também, em larga medida, uma decisão consciente, reconhecendo que aí podiam ficar juntos, formar redes de solidariedade, ter as suas hortas e melhor reproduzir o mundo social de um Cabo Verde rural. Cons-

truíam as suas “barracas” com materiais trazidos dos estaleiros de construção onde trabalhavam. Tal como outros fluxos migratórios, na sua fase inicial, a migração era sobretudo de homens solteiros ou casados que deixavam a família em Cabo Verde. As mulheres começaram a chegar uns anos mais tarde, quando os homens já estavam instalados e sabiam que iriam ficar por um período longo, mais longo do que muitos, inicialmente, haviam planeado. Nos “bairros de lata” não era difícil acomodar as mulheres e filhos que se iam juntando; as “barracas” de madeira e chapa de zinco canelado deram lugar a “barracas” de cimento, e quando o espaço faltava construía-se um “anexo”.

Mas nem todos os trabalhadores cabo-verdianos imigrantes foram viver para “bairros de lata”. Um pequeno número de homens e famílias conseguiu arranjar casa, geralmente em zonas de habitação degradada, quer em Lisboa quer noutras áreas, onde o preço da renda era mais acessível. Nas décadas de 1970-80 era comum encontrar famílias inteiras de imigrantes cabo-verdianos nalguns bairros de Lisboa (e.g., Campo de Ourique, Estrela, São Bento).

3. Alguns números e a situação actual

No final de 1962 cerca de 70 mil emigrantes portugueses viviam em França. Mas em 1972 esse número havia subido para 750 mil (Barata, 1975: 39). Também em 1972 viviam na Alemanha 69 mil portugueses com o estatuto de *gastarbeiter*. No período 1950-68 mais de 900 mil portugueses emigraram para países da Europa (Barata, 1970: 16). A emigração foi de tal modo elevada que a população portuguesa, no período 1961-70, decresceu em mais de 1 milhão de pessoas.⁹ E foi este fluxo emigratório da força de trabalho portuguesa que, em larga medida, impulsionou o fluxo imigratório de trabalhadores cabo-verdianos. Segundo as estatísticas recolhidas por António Carreira (1977: 125-6), entre 1900 e 1952 apenas 8500 cabo-verdianos chegaram a Portugal (incluindo Madeira e Açores), número inferior aos 9920 registados em 1971 (1972 foi o ano de pico, com 14 375). No período 1955-73 o número total de cabo-verdianos chegados a Portugal foi de 87 mil; mas este número inclui não só emigrantes mas também estudantes, pessoas em trânsito para outros destinos e permanências de curta duração. Assim, não é possível saber quantos daquele total eram de facto trabalhadores imigrantes.

Nos anos seguintes à independência de Cabo Verde, o número de cabo-verdianos imigrantes em Portugal continuou a crescer sustentadamente. Vinham sobretudo para trabalhar na construção civil e obras públicas (construção das primeiras linhas de metro em Lisboa, estradas, valas para as redes de electricidade, água e telefone, etc.). Os principais empregadores de mão-de-obra cabo-verdiana eram as empresas de construção, estaleiros navais (Lisnave) e minas (Panasqueira). A empresa J. Pimenta, responsável pela construção de grande parte da Reboleira Sul (Amadora) e a empresa Pinto & Bentes empregavam muitos cabo-verdianos no trabalho duro de abrir valas para as redes de água e telefone (trabalho de “pá e pica”, designação usada pelos

⁹ Para o quinquénio 1966-70 o balanço negativo foi de cerca de 700 mil pessoas, o que quase duplicou as 400 mil do quinquénio anterior (1961-65).

próprios trabalhadores à época). No início da década de 1970, o aumento crescente da chegada de trabalhadores cabo-verdianos levou as autoridades portuguesas a criar um organismo de apoio à imigração cabo-verdiana. O Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU) visava orientar os recém-chegados de Cabo Verde na procura de um emprego com condições mínimas. A esmagadora maioria dos cabo-verdianos ficou na região metropolitana de Lisboa (Amadora, Sintra, Oeiras, Almada e Setúbal). Era aí que a oferta de trabalho na construção civil e obras públicas era maior. No entanto, alguns foram também para o Algarve, onde a indústria da construção civil se expandia impulsionada pelo turismo crescente. Inicialmente, os trabalhadores cabo-verdianos não foram bem aceites pela população local; a presença de pessoas “de cor” ou de “pretos” era aí ainda mais rara do que na região de Lisboa, e os habitantes locais “brancos” olhavam a presença dos cabo-verdianos com alguma desconfiança (tal como aconteceu com os ciganos um pouco por todo o país). O clima de segregação fazia com que muitos cabo-verdianos convivessem sobretudo entre si e pouco com a população “branca”. Viviam em “barracas”, e à margem, por vezes em terrenos baldios.

Embora o fluxo de cabo-verdianos chegados a Portugal nunca tenha sido comparável, por exemplo, ao de caribenhos chegados à Grã-Bretanha ou aos EUA no período após a II Guerra Mundial, teve uma expressão social e política semelhante. Tal como a Grã-Bretanha, Portugal também já não experimentava um influxo migratório há muito tempo (com excepção do movimento transitório de refugiados judeus durante a II Guerra Mundial, sem impacto visível na sociedade portuguesa). Segundo os números de António Carreira (1982: 89), no período 1969-73 cerca de 11 mil trabalhadores cabo-verdianos passaram pelos registos do CATU. Mas este número está longe de reflectir o verdadeiro total de trabalhadores cabo-verdianos. Em 1976 havia cerca de 30 mil cabo-verdianos em Portugal, um número quase seis vezes superior aos 5539 registados no CATU.

As estimativas actuais do número de cabo-verdianos a viver em Portugal variam, grosso modo, entre 50 mil e 80 mil, dependendo da fonte. As autoridades portuguesas dão geralmente números mais baixos, enquanto as associações cabo-verdianas, de defesa dos direitos dos imigrantes e a embaixada dão números mais altos. Em 2004, e de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), havia cerca de 55 590 cabo-verdianos a viver em Portugal com autorização de residência. Em Setembro de 2006, e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de cabo-verdianos a residir legalmente em Portugal era de 56 433. No entanto, quer os números do SEF quer os do INE espelham apenas pessoas de nacionalidade cabo-verdiana. Sabemos, porém, que uma parte significativa dos que se consideram “cabo-verdianos” possui nacionalidade portuguesa, não entrando assim nas estatísticas. Muitos cabo-verdianos imigrantes continuam a identificar-se como cabo-verdianos mesmo após terem adquirido nacionalidade portuguesa. Existem também trabalhadores cabo-verdianos imigrantes indocumentados que não aparecem nas estatísticas (estas, normalmente, assentam em documentos). O estatuto da minoria cabo-verdiana constituída pela antiga “elite” colonial é difícil de apreender, uma vez que são pessoas que podem auto-identificar-se quer como “cabo-verdianas” quer como “portuguesas”.

A partir de meados da década de 1990, Portugal experimentou um influxo crescente de imigrantes vindos de alguns países do leste europeu (sobretudo Ucrânia e Moldávia) e do Brasil. As estatísticas do SEF indicam que os cabo-verdianos continuam a ser o maior grupo em termos de autorizações de residência, embora a maioria dos ucranianos e brasileiros estejam também nessa situação. Além das autorizações de residência Portugal concede também autorizações de permanência, válidas por um ano e prorrogáveis até um máximo de cinco, desde que exista pasaporte válido e contrato de trabalho. Actualmente, a maioria dos imigrantes começa por obter uma autorização de permanência para, depois, conseguir uma de residência. Muito poucos são aqueles que chegam já com visto obtido no país de origem. Os cabo-verdianos, tal como os outros imigrantes oriundos de países que têm o português como língua oficial (PALOP), têm um regime diferenciado, para melhor, no que respeita aos requisitos para obtenção da nacionalidade e aos direitos de cidadania.

Segundo o relatório do SEF de 2006, disponível na Internet, viviam em Portugal com autorização de residência 57 339 cabo-verdianos (num total de 65 485), enquanto os brasileiros eram 39 769 (num total de 65 463) e os ucranianos 19 167 (num total de 37 851)¹⁰. Os cabo-verdianos, depois de terem sido temporariamente ultrapassados pelos ucranianos, no início da década de 2000, que chegaram a ser mais de 60 mil com autorização de residência ou permanência, voltaram a ser o maior grupo estrangeiro a viver em Portugal, seguidos de muito perto pelos brasileiros. Devido à crise económica que Portugal atravessa é esperada uma diminuição continuada da população imigrante, sobretudo ucraniana e brasileira, uma vez que são as nacionalidades que chegaram há menos tempo e em maior número, embora os pedidos de autorização de residência por cabo-verdianos estejam também a diminuir. Os imigrantes cabo-verdianos vivem e trabalham sobretudo nos distritos de Lisboa (41 839), Setúbal (13 385) e Faro (4031).

Os primeiros imigrantes cabo-verdianos encontraram trabalho no sector da construção civil e obras públicas, onde havia grande oferta de trabalho. Mas nos anos 1960 não havia ainda lugar para as mulheres cabo-verdianas no mercado de trabalho português. Assim, primeiro vieram os homens e só mais tarde as mulheres. Estas começaram por vender peixe nas ruas em concorrência com as peixeiras tradicionais. Mas em finais da década de 1980 e princípios da de 1990 regras de comercialização impostas pela CEE (UE) rapidamente acabaram com o comércio de peixe na rua. As mulheres cabo-verdianas imigrantes passaram então a encontrar emprego no sector das limpezas, quer individualmente em casas de famílias portuguesas quer em empresas responsáveis pela limpeza de centros comerciais, empresas e outros espaços públicos ou privados. Na década de 1960 este trabalho era ainda feito sobretudo por mulheres portuguesas trazidas pelo êxodo rural das décadas de 1940-50-60. Ao longo da década de 1980 e parte da de 1990 era ainda comum ver peixeiras cabo-verdianas a vender nas ruas de Lisboa. Algumas trabalhavam também na Docca Pesca de Alcântara no arrasto das caixas de peixe para as carrinhas e camiões de distribuição (ver Fikes, 1998, 2000). A partir de meados da década de 1990, quando já a maior parte das cabo-verdianas trabalhava nas limpezas, surgiu a competição das mulheres imigrantes de leste (sobretudo ucranianas) e, pouco depois, das brasileiras. Actual-

¹⁰ Os totais incluem autorizações de residência e de permanência.

mente o trabalho de limpezas é repartido por cabo-verdianas (e outras mulheres “africanas”), “ucranianas” (ainda que nem todas o sejam, pois há também moldavas e romenas) e brasileiras. A competição de imigrantes de leste e brasileiros, sobretudo, representa uma ameaça ao enclave laboral das mulheres cabo-verdianas. Muitas famílias portuguesas preferem agora uma “empregada de leste” ou uma “brasileira” a uma “cabo-verdiana”. No fundo, as cabo-verdianas são objecto do racismo não assumido da “classe média” portuguesa e preteridas em favor de “ucranianas” e “brasileiras”, vistas como “racialmente” e “culturalmente” mais próximas. Toda esta concorrência contribui para manter baixos os salários no sector das limpezas, o que torna a vida das famílias cabo-verdianas (e das mulheres em particular) cada vez mais difícil.

Na última década os homens cabo-verdianos têm enfrentado também a competição de imigrantes de leste e de brasileiros. As empresas de construção e obras públicas, tal como os seus subempreiteiros, frequentemente preferem trabalhadores ucranianos (mais do que brasileiros). Os ucranianos e brasileiros, chegados há menos tempo, sujeitam-se a horários mais longos e salários mais baixos. Alguns cabo-verdianos tornaram-se pequenos subempreiteiros angariadores de mão-de-obra e, curiosamente, também eles, por vezes, preferem os “ucranianos” (evitando assim, talvez, criar relações de exploração com os seus “patrícios”). De qualquer modo, proporcionalmente, há cada vez menos cabo-verdianos a trabalhar na construção.

Os jovens descendentes de famílias cabo-verdianas, cuja maioria vive em “bairros sociais” ou ainda em “bairros de lata”, têm elevadas taxas de desistência e reprovação no ensino básico. Muitos abandonam a escola antes de completarem o 9.º ano de escolaridade por ultrapassarem a idade limite para o fazer no regime normal. Poucos voltam à escola para o completar no ensino nocturno. Grande parte dos que completam o 9.º ano são (como muitos outros jovens “escolarizados”) “analfabetos funcionais”, para os quais a sociedade portuguesa apenas tem para oferecer empregos mal remunerados e de pouco prestígio social, e, portanto, não atractivos. Contudo, não podemos dizer que isso é algo que afecta exclusivamente os jovens descendentes de famílias cabo-verdianas. O insucesso escolar, motivado em grande medida por uma certa falência do sistema de ensino tutelado pelo estado, e a perspectiva de empregos mal remunerados, aquém das expectativas de vida, é algo que afecta hoje grande parte da juventude que nasce e cresce em Portugal, particularmente os filhos das famílias que ficaram nas margens da sociedade afluyente surgida nas décadas de 1980-90. Uma situação que se mantém na década iniciada em 2000.

Referências Bibliográficas

- BARATA, Óscar Soares (1970). “O Problema Demográfico Português”. *Separata da Revista Militar* n.º 5 pp. 3-26.
- BARATA, Óscar Soares (1975). A Emigração e o Êxodo Rural em Portugal. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa série* 93, n.º 1-6, pp. 37-69.
- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

- BATALHA, Luís (2004a). *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Lanham, MD: Lexington Books.
- BATALHA, Luís (2004b). “Contra a Corrente Dominante: Histórias de Sucesso entre Cabo-verdianos da 2.^a Geração”. *Etnográfica*, vol. 8, n.º 2, pp. 297-333.
- CARREIRA, António (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CARREIRA, António (1982). *The People of the Cape Verde Islands: Exploitation and Emigration*, London, C. Hurst & Co. (trans. by Christopher Fyfe).
- FIKES, Kesha Danielle (1998). “Domesticity in Black and White: Assessing Badia Cape Verdean Challenges to Portuguese Ideals of Black Womanhood”. *Transforming Anthropology* vol. 7, n.º 2, pp. 5-19.
- FIKES, Kesha Danielle (2000). *Santiaguense Cape Verdean Women in Portugal: Labor Rights, Citizenship and Diasporic Transformation*, Ph.D. dissertation, Los Angeles, University of California.
- FRANÇA, Luís (ed.) (1992). *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FRANCO, A. L. S. (1971). *A Emigração Portuguesa no Último Decénio: Causas Problemas e Soluções*, Guimarães, Edição da Assembleia de Guimarães.
- GOMES, Isabel (org.) (1999). *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde.
- JOPKKE, Christian (1999). *Immigration and the Nation-State: The United States, Germany, and Great Britain*, Oxford, Oxford University Press.
- LOPES, José da Silva (1998). *A Economia Portuguesa Desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- LUHRMANN, Tanya M. (1996). *The Good Parsi: The Fate of a Colonial Elite in a Postcolonial Society*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- POINARD, Michel (1979). “Le million des immigrés: analyse de l’utilisation de l’aide au retour par des travailleurs portugais en France”. *Revue Géographique de Pyrénées et du Sud-ouest* 50(2): 511-39.
- PORTES, Alejandro (2007). “Migration, Development, and Segmented Assimilation: A Conceptual Review of the Evidence”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* vol. 610, n.º 1, pp. 73-97.
- PORTO, M. (1977). “Emigration and Regional Development in Portugal”. *Boletim da Comissão de Planeamento da Região Centro* 5.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1975). “Portuguese Rural Migrants in Industrialized Europe”. *Iberian Studies* vol. 4, n.º 1, pp. 9-14.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1979). “Portugal”, in *International Labor Migration in Europe*, R.E. Krane (ed.), New York, Praeger, pp. 164-172.
- SERRÃO, Joel (1977). *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Lisboa: Livros Horizonte (3.^a ed.).
- SMITH, Andrea L. (2006). *Colonial Memory and Postcolonial Europe: Maltese Settlers in Algeria and France*, Bloomington, IN: Indiana University Press.
- WALDINGER, Roger David; FELICIANO, Cynthia (2004). “Will the New Second Generation Experience “downward assimilation”? Segmented Assimilation Re-assessed”, *Ethnic and Racial Studies* vol. 27, n.º 2, pp. 376-402.

II

A COMUNIDADE CABO-VERDIANA NOS AÇORES

PAULO MENDES

AIPA (Associação de Imigrantes nos Açores)

Introdução

O arquipélago dos Açores é, seguramente, o espaço português onde a emigração tem um maior peso, com fortes reflexos no tecido económico, social e político das nove ilhas. A importância das ilhas açorianas na construção da diáspora portuguesa está relacionada não só com o aspecto estatístico do fenómeno mas, também, e sobretudo, pelo impacto transversal que provocou na sociedade açoriana.

A emigração constituiu, por isso, no passado recente da vivência açoriana um dos factores centrais para a explicação das transformações demográficas no arquipélago, interferindo no quotidiano do povo açoriano. Para além, das questões económicas que determinaram a saída de milhares de açorianos, houve situações em que as catástrofes naturais ditaram, igualmente, a emigração de açorianos.

Hoje, são poucos os açorianos, em comparação com outros tempos, que concretizam projectos migratórios, em consequência do desenvolvimento económico verificado na região, que se traduziu, entre outros aspectos, num crescimento exponencial do sector de construção e obras públicas, sendo este, igualmente, um factor central de atracção dos fluxos migratórios para a região a partir de 2000. É neste contexto que surge o presente artigo, baseado num trabalho de investigação desenvolvido junto da comunidade cabo-verdiana nos Açores. Assente, por um lado, na aplicação de um inquérito por questionário junto de 70 indivíduos residentes no concelho de Ponta Delgada e, por outro, na realização de 10 entrevistas aos cabo-verdianos com perfis e percursos diferenciados. A caracterização sociográfica da comunidade cabo-verdiana, o percurso migratório, a inserção profissional e participação social e política são algumas das dimensões analisadas no presente artigo que, relacionadas entre si, nos fornecem algumas pistas sobre o grau de integração (ou não) da comunidade cabo-verdiana nos Açores.

1. Açores: Novo Destino Migratório

Os Açores acolhem, actualmente, 5450 cidadãos estrangeiros fruto de um fluxo mais ou menos regular verificado, fundamentalmente, a partir de 2000.

A realidade migratória na região, enquanto espaço de acolhimento, deve ser compreendida sob uma perspectiva macro e outra micro. Na esfera macro, podemos situar o arquipélago dos Açores dentro do grupo das regiões do Centro que se caracterizam, sobretudo, pela escassez de mão-de-obra em alguns sectores de actividade e disponibilidade económica para a absorção de mão-de-obra externa, aliados ao próprio processo de globalização (ex: facilidade de comunicação e transporte). No contexto micro, para além da própria realidade nacional que se caracterizou, na última década, por um aumento considerável dos fluxos migratórios e, por consequência, pela própria descentralização espacial do fenómeno em Portugal, os Açores emergem, a par com outras regiões, nesta nova distribuição espacial dos migrantes. Por outro lado, dentro de esfera micro, é possível evidenciar situações conjunturais e específicas que suportam o incremento dos fluxos migratórios para o arquipélago, nomeadamente: o ambiente económico favorável (descida de taxas de juros, transferências de fundos estruturais, etc.), que se traduziu no *boom* do sector de construção civil. Por exemplo, em 1997, e com base nas informações disponíveis, foram concedidas 2864 licenças de construção e 2304 obras concluídas, números que se mantiveram praticamente inalterados até 2000. No entanto, em 2001, as licenças de construção aumentaram para 3871 e 2240 obras concluídas.

Um outro factor dentro da esfera micro que potenciou o aumento da população imigrante na Região, foi o processo de reconstrução ocorrido nalgumas Ilhas do Grupo Central, sobretudo, no Faial, na sequência da actividade sísmica verificada em Junho de 1998. Aliás, conforme se pode comprovar no quadro n.º 2.4, foram concedidas naquela ilha, em 1997, 337 licenças de construção e por causa dos efeitos do processo de reconstrução, esse número subiu para sensivelmente o dobro, no espaço de quatro anos.

Neste contexto, o desenvolvimento do sector de construção civil fez emergir a necessidade na região de mais mão-de-obra disponível, facto que impulsionou a vinda estrangeiros para a região. Para além de ter havido situações em as empresas foram recrutar trabalhadores nos países de origem (com os cabo-verdianos por exemplo), registou-se, também, a vinda de empresas do continente português, possibilitando a própria mobilidade interna dos trabalhadores imigrantes.

Apesar de algumas dificuldades na contabilização da população estrangeira nos Açores, com base nos dados mais recentes disponibilizados pelo SEF, estaremos a falar num universo da população estrangeira a rondar os 4365 indivíduos, representando 1,8% da população residente no arquipélago e cerca de 4% da população activa¹¹, não obstante, como seria expectável, de alguns riscos que esta contabilização acarreta.

De qualquer modo, podemos destacar cinco comunidades mais representativas na região: a brasileira (23,6%), seguida da cabo-verdiana (15,6%), norte-americana (12,7%), ucraniana (8,8%) e alemã (8,3%).

¹¹ Não está contabilizado o contingente de soldados norte-americanos na Base das Lajes, na Ilha da Terceira.

QUADRO 2.1
Estrangeiros Residentes nos Açores por nacionalidades – 2007

Nacionalidade	N.º	%
Total	4365	100%
União Europeia	756	17,3%
Alemanha	361	8,3%
Áustria	27	0,6%
Bélgica	26	0,6%
Espanha	55	1,3%
França	48	1,1%
Holanda	30	0,7%
Itália	65	1,5%
Reino Unido	96	2,2%
Outros da UE	48	1,1%
Europa Não Comunitária	586	13,4%
Suíça	24	0,5%
Rússia	65	1,5%
Moldávia	81	1,9%
Roménia	25	0,6%
Ucrânia	383	8,8%
Outros da Europa Não Comunitária	8	0,2%
África	977	22,4%
Angola	120	2,7%
Cabo Verde	695	15,9%
Guiné-Bissau	86	2,0%
Moçambique	17	0,4%
São Tomé e Príncipe	19	0,4%
Outros da África	40	0,9%
América	1911	43,8%
Brasil	1028	23,6%
Canadá	299	6,8%
Estados Unidos	555	12,7%
Outros da América	29	0,7%
Ásia	135	3,1%
China	84	1,9%
Índia	18	0,4%
Bangladesh	33	0,8%
Outros da Ásia	61	1,4%

Fonte: SEF, 2007

Se compararmos a distribuição da população estrangeira no arquipélago com o resto do país, a única diferença substancial prende-se com o elevado peso de cidadãos provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, facto que é explicado pela forte componente histórica que a emigração açoriana assumiu para aqueles dois países do continente americano, assistindo, por isso ao retorno de muitos desses emigrantes.

2. Caracterização da comunidade cabo-verdiana

Devido a um conjunto de razões, algumas das quais já referidas, a quantificação da comunidade cabo-verdiana nos Açores não é fácil. Primeiro, porque os critérios adoptados neste trabalho para definir a comunidade cabo-verdiana são mais abrangentes que os utilizados pelos vários serviços que trabalham directamente com o fenómeno. O SEF contabiliza exclusivamente os estrangeiros, o que significa que um indivíduo natural de Cabo Verde deixa de ser contabilizado naquele serviço, a partir do momento em que obtém a nacionalidade portuguesa. Quando se aborda uma comunidade estrangeira, neste caso concreto a cabo-verdiana, ela é feita numa perspectiva mais alargada, ou seja, abrangendo os indivíduos nascidos em Cabo Verde e os filhos de cabo-verdianos nascidos em território português. A Inspeção-Geral de Trabalho (IGT) preocupa-se, sobretudo, com a imigração laboral, incidindo sobre os estrangeiros portadores de autorizações de residência.

2.1. Distribuição Territorial

Com base nos dados fornecidos pelo SEF Açores, totalizam 673 cidadãos cabo-verdianos com residência legal da Região Autónoma dos Açores. Se acrescentarmos os naturais de Cabo Verde com a nacionalidade portuguesa, estaremos perante uma comunidade formada por perto de 950 indivíduos¹². A presença da comunidade é visível em 17 dos concelhos (excepções em Santa Cruz, na Ilha da Graciosa e Nordeste da Ilha de S. Miguel).

¹² Estimamos que vivam nos Açores 259 naturais de Cabo Verde com a nacionalidade portuguesa.

QUADRO 2.2

Distribuição dos cabo-verdianos portadores de Autorização de Residência, por ilhas – 2007¹³

Açores	673	100%
Ilha de S. Miguel	117	17%
Ponta Delgada	104	15%
Lagoa	4	1%
Vila Franca do Campo	2	0%
Povoação	3	0%
Nordeste	0	0%
Ribeira Grande	4	1%
Ilha de Santa Maria	1	0%
Vila do Porto	1	0%
Ilha da Terceira	199	30%
Angra de Heroísmo	165	25%
Praia da Vitória	34	5%
Graciosa	0	0%
Santa Cruz	0	0%
Ilha de S. Jorge	10	1%
Calheta	2	0%
Velas	8	1%
Pico	174	26%
Lajes	7	1%
Madalena	129	19%
São Roque	38	6%
Faial	156	23%
Horta	156	23%
Flores	12	2%
Santa Cruz	7	1%
Lajes	5	1%
Corvo	4	1%

Fonte: SEF, 2007

Podemos destacar quatro ilhas onde existe uma maior concentração da comunidade cabo-verdiana: em primeiro lugar aparece a ilha da Terceira (30%), seguida do Pico (26%), Faial (23%) e S. Miguel (17%). Não obstante S. Miguel ser a ilha, no contexto regional, com maior peso demográfico e económico e, por consequência, com maior poder de atractividade para a fixação de

¹³ O número de cabo-verdianos nos Açores que a seguir se apresenta é meramente indicativo, resultando do somatório feito pelo autor a partir dos dados fornecidos pelas diversas entidades.

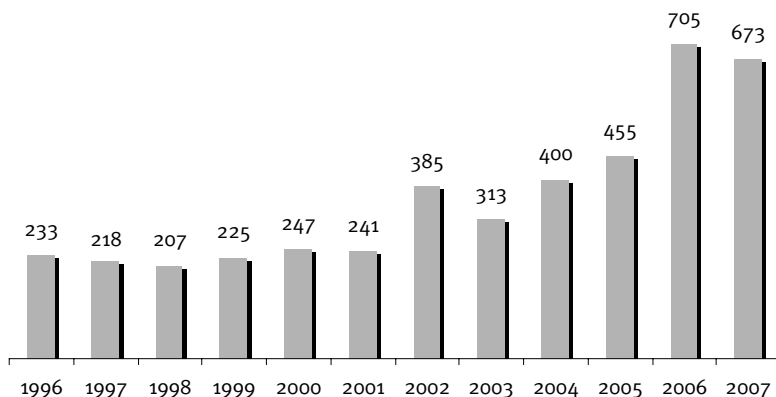
peçoas, o facto é que ela aparece com menor percentagem de cabo-verdianos residentes em comparação com a Terceira, Pico e Faial. Na nossa perspectiva, duas razões podem explicar este facto: a primeira é a existência de factos específicos que determinaram a fixação de um número razoável de cabo-verdianos naquelas ilhas. A título de exemplo, o sismo na década de 80 do século passado e o processo de reconstrução que ocorreu na ilha da Terceira, determinou a fixação de muitos cabo-verdianos com as respectivas famílias, trazidas através de empresas de construção civil. No Faial, a formação da comunidade cabo-verdiana deveu-se, em grande parte, ao processo de reconstrução na sequência da actividade sísmica de 1998. No Pico, a actividade piscatória foi a impulsionadora na fixação dos cabo-verdianos. Parece-nos, no entanto, que ao contrário do que sucedeu em S. Miguel, onde a comunidade tem maior acesso à informação, nas três ilhas onde se regista um maior peso da comunidade, muitos ainda não têm a nacionalidade portuguesa. Este facto poderá explicar, em nossa opinião, o maior peso das ilhas em questão em detrimento da ilha de S. Miguel.

Em relação à análise diacrónica, conforme se evidencia na Figura 2.1, a comunidade praticamente triplicou. A vinda de muitos cabo-verdianos para o sector de construção civil, em especial, para as ilhas do Pico e Faial e, por consequência, a formação das próprias redes migratórias, explicam esse rápido aumento da comunidade cabo-verdiana na Região. Aliás, conforme podemos verificar no gráfico n.º 1 é a partir de 2001, em comparação com anos anteriores, que se nota um maior crescimento dos cabo-verdianos com o estatuto de residentes, facto que faz todo o sentido, na medida em que é o período a partir do qual muitos cabo-verdianos começaram a solicitar as AR, por efeito acumulativo.

De qualquer modo, verifica-se uma ligeira diminuição do comunidade entre 2006 e 2007, facto que poderá estar relacionada com a entrada em vigor da nova lei da nacionalidade que está a possibilitar que muitos cabo-verdianos, em condições de elegibilidade, adquirem a nacionalidade portuguesa.

FIGURA 2.1

Cabo-verdianos portadores de Autorização de Residência nos Açores – 1996-2007



2.2. Percurso Migratório

i) Período de Chegada

Apesar de a imigração cabo-verdiana nos Açores ser muito recente, torna-se um exercício importante desenhar o seu trajecto migratório, no sentido de analisar as variáveis de partida e, conseqüentemente, ver se é um movimento homogéneo ou diferenciado na origem.

No caso em análise, e em face de algumas das suas especificidades, importa saber quem são os cabo-verdianos que migram para o arquipélago e até que ponto os Açores representam a principal opção, como destino migratório.

Com base no estudo elaborado que suporta o presente artigo, podemos definir quatro etapas da emigração cabo-verdiana para os Açores, conforme se pode ver no quadro 3. O primeiro momento ocorre antes e durante a década de 70, representando no total dos inquiridos cerca de 11,4%. Segundo as entrevistas realizadas, os primeiros cabo-verdianos que emigraram para os Açores, fizeram-no a partir de 1958 sem que, todavia, tal movimento tivesse assumido na altura carácter de fluxo, tendo em conta a sua fraca ou quase nenhuma expressão numérica. Os primeiros momentos migratórios de cabo-verdianos para o arquipélago serviram como um prolongamento do espaço de destino de emigração, pois todos os imigrantes encontravam-se a residir no continente português. Ainda, segundo as entrevistas realizadas, podemos constatar que os dois primeiros cabo-verdianos chegados aos Açores vieram do continente para ingressarem no Clube de Futebol do Santa Clara.

QUADRO 2. 3

Data de chegada aos Açores (%)

	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Antes de 1974	3,0%	1,5%	4,5%
1975-1979	6,1%	1,5%	7,6%
1980-1989	10,6%	4,5%	15,2%
1990-1999	21,2%	9,1%	30,3%
Depois de 2000	36,4%	6,1%	42,5%
Total			100%

Contudo, é partir da década de 70 que podemos falar de um fluxo migratório de cabo-verdianos para os Açores, que se concretizou com a vinda de um grupo de indivíduos, recrutados por uma empresa de pesca no continente (Peniche), para trabalharem no sector das pescas em Ponta Delgada. Saliente-se, de igual modo, que foi a partir deste momento que se

começou a desenhar a preponderância dos cabo-verdianos oriundos da ilha de S. Nicolau e a prevalência do sector das pescas como a principal área de inserção profissional, sobretudo, na Ilha de S. Miguel.

Um outro dado prende-se com o facto de que nestes primeiros movimentos migratórios os Açores não constituíram a opção imigratória a partir de Cabo Verde, mas sim como o prolongamento do território português e processaram-se com base num sistema de recrutamento. Por outro lado, e reportando-nos a este primeiro momento migratório, foi nitidamente uma emigração masculina (80%). A questão da preponderância masculina e dos indivíduos oriundos da ilha de S. Nicolau, vem comprovar a importância que o contexto histórico assume nos movimentos migratórios.

Ao estabelecermos uma comparação com a emigração cabo-verdiana para o continente, nota-se que a preponderância dos homens é menor (43%) (França, 1992: 80) em relação ao caso em estudo; ao aplicarmos o mesmo raciocínio para com a emigração cabo-verdiana para a Itália, a conclusão é, justamente, o contrário, ou seja, os primeiros fluxos foram constituídos na sua maioria por mulheres (Monteiro, 1997: 340).

Um segundo momento migratório para os Açores aconteceu durante toda a década de 80, representado 15,2% do total dos inquiridos. Prevalencem em termos gerais as mesmas características evidenciadas no primeiro momento, nomeadamente o peso masculino e os sectores de actividade. Contudo, é a partir deste momento que se evidenciam os primeiros sinais do funcionamento das redes migratórias. Se em termos quantitativos a apreensão deste facto não é fácil, tendo em conta que são movimentos muito atomizados, as entrevistas efectuadas revelam-nos alguns casos de imigrantes que vieram para os Açores por intermédio de um familiar ou amigo. Por outro lado, muitos vieram para os Açores, através de empresas de construção civil, em especial, para a Ilha da Terceira, como consequência do processo de reconstrução pós sismo.

Como se pode ver no quadro 2.3, mais de 30% dos imigrantes chegaram depois de 1990, facto que representa o terceiro momento da imigração cabo-verdiana para os Açores. Se na década de 80, se evidenciaram os primeiros sinais da lógica de funcionamento das redes migratórias, é de facto durante a década de 90 que o motivo de agrupamento familiar, enquanto causa da imigração, ganha um peso considerável. Cruzando as duas variáveis “o porquê da escolha dos Açores” com a “data de chegada aos Açores”, vemos que é neste período que o motivo de agrupamento familiar ganha maior peso relativo (9,1%).

O quarto momento da emigração cabo-verdiana para os Açores acontece a partir de 2000 e é o que tem maior peso no universo em estudo, pois cerca de 36,4% dos inquiridos vieram para o arquipélago a partir desse período. Por outro lado, é um movimento de muito maior impacto face aos anteriores, que resulta do recrutamento por parte das empresas açorianas de grupos de trabalhadores cabo-verdianos para a construção civil.

ii) Antecedentes Migratórios

O arquipélago dos Açores constitui um destino migratório recente e com peso estatístico marginal em relação ao continente. Contudo, e tendo em atenção as especificidades da Região, põe-se a questão, no âmbito do percurso migratório, de saber até que ponto o fluxo migratório cabo-verdiano para os Açores provém directamente de Cabo Verde ou não. Poder-se-á pôr a questão de uma outra forma: será que os imigrantes cabo-verdianos nos Açores têm antecedentes migratórios e, se os têm, quais os espaços onde eles se concretizaram?

Segundo o inquérito efectuado, mais de 33% dos inquiridos tiveram uma outra experiência migratória e 66,7% vieram directamente de Cabo Verde para os Açores, conforme se pode ver no quadro 2.4. Dos que tiveram uma outra experiência, a maioria teve-a no continente português (81,8%), sendo que, segundo o inquérito, os homens revelaram, em relação às mulheres, maior grau de concretização de experiências migratórias anteriores (86,4% para os homens e 32,8% para as mulheres). Apesar de ser pouco significativo, é de registar que cerca de 6% dos inquiridos revelaram já ter tido outras experiências migratórias, divididas por diferentes espaços, nomeadamente Itália e S. Tomé e Príncipe.

QUADRO 2.4

Antecedentes Migratórios por data de chegada (%)

	Sim	Não	Total
Antes 1974	100,0% 13,6%		100,0% 4,5%
1975-79	60,0% 13,6%	40,0% 4,5%	100,0% 7,6%
1980-89	60,0% 27,3%	40,0% 9,1%	100,0% 15,2%
1990-99	10,0% 9,1%	90,0% 40,9%	100,0% 30,3%
Depois 2000	28,6% 36,4%	71,4% 45,5%	100,0% 42,4%
Total	33,3%	66,7%	100,0%

Perante a percentagem relativamente elevada de indivíduos que responderam ter tido outras experiências migratórias, comprova-se a hipótese de que os Açores serviram como uma alternativa ou prolongamento de Portugal Continental, enquanto destino migratório. Por outro lado, esses números levam-nos a pôr uma hipótese, que resulta também da observação empírica, de que o movimento migratório cabo-verdiano para os Açores tem uma vertente sazonal muito forte, sobretudo, para o caso dos imigrantes mais recentes. É evidente que esta hipótese será

comprovada ou não em médio prazo, dependendo das perspectivas futuras dos imigrantes, mas também do contexto social, económico e político da Região.

2.3. Razões da vinda para os Açores

A diversidade de circunstâncias e motivos que estão na base dos fluxos migratórios tem muito a ver com o contexto social, económico e político dos espaços envolvidos no processo, e constitui uma dimensão de análise importante na inserção dos migrantes num novo espaço. Contudo, o “captar” das razões da vinda dos imigrantes tem sempre limitações, sobretudo quando os indivíduos já emigraram há muito tempo. O facto de se proceder ao levantamento das razões da emigração depois de se concretizar levanta alguns problemas e, como salienta Jackson, “é difícil distinguir os motivos de uma decisão tomada no passado da posterior racionalização dessa decisão” (Jackson, 1986: 16).

QUADRO 2.5

Razões de vinda para os Açores

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Oportunidade de emprego	3,0%	3,0%	6,1%	9,1%	27,3%	48,5%
Colocação profissional			1,5%	4,5%	1,5%	7,6%
Reagrupamento familiar	1,5%	3,0%	4,5%	9,1%	3,0%	21,2%
Estudos			1,5%	3,0%	4,5%	9,1%
Acompanhar os pais		1,5%	1,5%	4,5%	1,5%	9,1%
Desejo de conhecer uma nova realidade					4,5%	4,5%
Total	4,5%	7,6%	15,2%	30,3%	42,4%	100,0%

Independentemente dessas limitações, podemos constatar, a partir do quadro 2.5 que a maioria dos inquiridos (48,5%) apontaram a “oportunidade de emprego” como o motivo da escolha dos Açores como destino migratório. A principal conclusão que podemos tirar a partir daí, aliás, à semelhança com outros fluxos migratórios, é que a imigração cabo-verdiana para os Açores é basicamente económica. Esta perspectiva reforça-se ainda pelo facto de 7,6% dos inquiridos terem vindo para o arquipélago devido à colocação profissional. Um outro dado que é importante focalizar prende-se com o facto de mais de 21% dos inquiridos terem vindo para a região por motivo de agrupamento familiar e 9,1% com o objectivo de acompanhar os pais. Isto reforça a hipótese anteriormente levantada, que se enquadra na importância que as redes assumem nos movimentos migratórios.

Apesar de a questão laboral ser o principal motivo, a emigração cabo-verdiana para os Açores encontra-se também suportada por um grupo que apontou como causa da vinda a intenção de

prosseguir os estudos (9,1%). A componente “estudos” ganha mais visibilidade neste fluxo migratório a partir de 2000, e é composta, sobretudo, por jovens que vieram complementar a sua formação académica na Universidade dos Açores ou em Escolas de Formação Profissional.

O tempo em que se processa o movimento migratório para o arquipélago é determinante para enquadrar as causas que o sustentam. Nota-se que durante a década de 70 o movimento processou-se basicamente devido a questões laborais, prolongando-se esta exclusividade até finais de 1980. A partir de 1990, as razões dividem-se entre a questão laboral e o reagrupamento familiar. Em 2000, a percentagem de “oportunidade de emprego” ganha maior peso, concomitantemente com a diminuição do factor “agrupamento familiar” face às duas décadas anteriores e a emergência de factor “estudo” como uma nova parcela desse movimento.

i) Formas como se processou a vinda

A forma como se processa um movimento migratório é um indicador privilegiado para se perceber as várias dinâmicas e estratégias diferenciadas adoptadas pelos indivíduos migrantes. As razões das migrações condicionam muito a forma como ela se concretiza. Por exemplo, se a estratégia da migração é o agrupamento familiar, geralmente quem dá apoio financeiro e logístico é o familiar que já se encontra emigrado; quando ela acontece com base no recrutamento o processo tende a ser diferente.

Com base nos inquéritos efectuados, percebe-se que a forma como se processou a vinda de migrantes cabo-verdianos para os Açores, obedeceu, fundamentalmente, a duas lógicas distintas e bem situadas no tempo. Uma primeira, que resulta do recrutamento por parte do empregador em Cabo Verde e representa cerca 45,5% dos inquiridos, conforme se confirma no quadro 2.6. Uma segunda, que se processou de forma individual e com os meios próprios (33,3%), que foi sustentada, em parte, pelo funcionamento das redes migratórias.

Como foi referido, a partir de 2000, algumas empresas regionais foram recrutar mão-de-obra em Cabo Verde, para as áreas de construção civil e restauração. A forma como se processa especificamente esse movimento migratório tem a ver, por um lado, com a proximidade cultural existente entre as duas regiões resultante do processo e afinidades históricas e, por outro, da escassez de mão-de-obra em alguns sectores de actividade. É na conjugação desses factores que se processa a expansão das regiões do centro sobre as da periferia, que passa, por exemplo, pelo recrutamento deliberado de mão-de-obra.

QUADRO 2.6

Formas como se processou a vinda para os Açores (%)

	Sozinho e com meios próprios	Em grupo e com meios próprios	Recrutamento por parte do empregador	Bolsa de Estudo	Outra	Total
Antes 1974	33,3%		66,7%			100,0%
1975-79		20,0%	60,0%		20,0%	100,0%
1980-89	50,0%	10,0%	20,0%	10,0%	10,0%	100,0%
1990-99	30,0%	15,0%	45,0%	10,0%		100,0%
Depois 2000	35,7%	7,1%	50,0%	7,1%		100,0%
Total	33,3%	10,6%	45,5%	7,6%	3,0%	100,0%

A segunda lógica em que se processou a emigração cabo-verdiana para os Açores é uma lógica individual e com meios próprios, que assume 33,3% dos inquiridos. Contudo, aqui, é importante fazer uma observação. De facto, no início do fluxo migratório, composto na sua maioria por homens, houve alguns indivíduos que vieram sozinhos. Durante o inquérito muitos dos inquiridos responderam que vieram sozinhos, situação que é, relativamente, contraditória com os dados obtidos através das entrevistas. O movimento migratório não se processa no vazio, ou seja, pode o indivíduo efectuar a viagem sozinho, mas tem, regra geral, suporte financeiro ou logístico por detrás, e foi isso que deve ter acontecido no caso em estudo.

ii) As ilhas de proveniência

A proveniência específica dos fluxos migratórios faz muito sentido para qualquer espaço de origem dos movimentos migratórios. Quando este espaço for um arquipélago, como é o caso de Cabo Verde, ela tem ainda mais pertinência, na medida em que cada ilha tem, tendencialmente, um destino migratório particular. A emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos teve o seu início, basicamente, a partir das ilhas da Brava e Fogo. Para Itália, a ilha de origem da maioria dos imigrantes cabo-verdianos é a de Santo Antão. Para o continente português, o fluxo migratório cabo-verdiano é sustentado por indivíduos provenientes, sobretudo, da ilha de Santiago.

Em todos os movimentos migratórios dos cabo-verdianos prevalece uma relação privilegiada entre uma ilha e um destino migratório concreto, ou seja, existe uma relação biunívoca, que não é mais do que uma afinidade que se estabelece entre uma particular região de emigração e um certo pólo de atracção¹⁴. É evidente que essa relação biunívoca tem início mediante situações históricas concretas, sendo posteriormente sustentada por redes migratórias. Por exemplo, a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos começou devido à pesca da baleia que se efectuava

¹⁴ Ver a propósito Carlos C. Almeida, 1975a e 1975b.

nas costas das ilhas da Brava e Fogo. É neste contexto particular que se explica que a maioria dos emigrantes cabo-verdianos radicados nos Estados Unidos, seja dessas duas ilhas.

Em relação à emigração cabo-verdiana para os Açores, importa saber até que ponto se pode estabelecer essa relação biunívoca e em que circunstâncias concretas ela teve início.

Conforme se pode observar no quadro 2.7, sobressaem três ilhas em termos de região de partida dos emigrantes cabo-verdianos para os Açores: S. Nicolau (40,0%), Santiago (21,7%) e S. Vicente (20,0%). Com menor expressão aparecem as ilhas de Santo Antão (10,0%), Sal (7,1%) e Fogo (1,4%).

QUADRO 2.7

Período de vinda para os Açores, por ilha de origem (%)

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
S. Nicolau	4,2% 33,3%	16,7% 100,0%	12,5% 42,9%	45,8% 55,0%	20,8% 19,2%	100,0% 40,0%
S. Antão				16,7% 5,0%	83,3% 19,2%	100,0% 10,0%
Santiago	7,7% 33,3%		15,4% 28,6%	15,4% 10,0%	61,5% 30,8%	100,0% 21,7%
S. Vicente	8,3% 33,3%		8,3% 14,3%	33,3% 20,0%	50,0% 23,1%	100,0% 20,0%
Sal			20,0% 14,3%	40,0% 10,0%	40,0% 7,7%	100,0% 8,3%
Total	5,0% 100,0%	6,7% 100,0%	11,7% 100,0%	33,3% 100,0%	43,3% 100,0%	100,0% 100,0%

É neste contexto que podemos afirmar que prevalece uma relação biunívoca no movimento migratório para os Açores, sustentada pelos indivíduos provenientes da ilha de S. Nicolau. Como já foi referido anteriormente, os primeiros grupos de imigrantes de Cabo Verde eram compostos por indivíduos da ilha de S. Nicolau e foram recrutados para ingressarem no sector pesqueiro. A partir deste contexto concreto, procedeu-se a sequência lógica em qualquer movimento migratório, que passa pelo funcionamento das redes migratórias.

Esta perspectiva sai reforçada, se atendermos a que na comunidade cabo-verdiana nos Açores, não existem, por exemplo, indivíduos provenientes das ilhas da Brava e do Maio, ilhas com fortes tradições migratórias. Face à própria lógica do funcionamento das redes migratórias, se os primeiros a emigrar são indivíduos específicos de uma ilha, os que vêm a seguir serão os amigos, familiares, que, em princípio, serão da mesma ilha.

Ao cruzarmos a data de chegada com a ilha de proveniência, nota-se que durante a década de 70 a maioria dos imigrantes são da ilha de S. Nicolau, representando mais de 70% e composto basicamente por homens. A predominância da imigração proveniente da ilha de S. Nicolau continua até finais da década de 90, onde representa cerca 55% dos inquiridos (quadro 2.7).

Porém, a partir de 2000, esse movimento ganha novos contornos, com a alteração da origem dos imigrantes. Conforme se evidencia ainda no quadro 2.7, os imigrantes provenientes das ilhas de Santiago, S. Vicente e Santo Antão constituem a maioria do fluxo ocorrido em 2000, com 30,8%, 23,1% e 19,2%, respectivamente. Esse novo quadro migratório deve-se ao recrutamento de mão-de-obra cabo-verdiana feita, essencialmente, nas três ilhas acima referidas, que de resto são, também, as mais populosas em Cabo Verde.

Com este novo quadro migratório, o fluxo proveniente da ilha de S. Nicolau continua activo em 2000 (19,2%), apesar da diminuição do seu peso relativo, em relação aos anos anteriores. Confirma-se a partir deste dado que continuam a funcionar as redes migratórias, suportadas, em parte, pela necessidade de reunificação familiar.

2.3. Estrutura Social e Profissional

Compreender o percurso migratório de um indivíduo passa, necessariamente, por compreender a sua condição de classe na sociedade de origem. Depois de termos focalizado a nossa atenção sobre as variáveis que interferiram no processo migratório dos cabo-verdianos nos Açores, sua forma, tempo e contexto em que ocorreu, é importante saber quem são os indivíduos que emigraram para o arquipélago. Aqui, a questão é saber se prevalece uma homogeneização de classe e origem social dos emigrantes, ou não. A respeito da condição de classe e origem social dos imigrantes, Alejandro Portes, defende a ideia de que “os mais pobres raramente emigram; fazem-no antes aqueles sectores mais afectados pela disparidade entre expectativas de vida moderna” (Portes, 1999: 49). Esta conclusão diz respeito à realidade da imigração dos Estados Unidos, mas não deixa de ser um contributo para a compreensão dos fluxos migratórios.

QUADRO 2.8

Nível de escolaridade dos migrantes à chegada aos Açores e por períodos(%)

	Antes 1974	1975-1979	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Não lê, não escreve		20,0%		5,0%	3,8%	4,9%
Lê e escreve	33,3%	40,0%		10,0%	7,7%	11,5%
Primária	66,7%	20,0%	57,1%	40,0%	23,1%	34,4%
Ciclo Preparatório		20,0%		5,0%	30,8%	16,4%
Secundário			14,3%	15,0%	15,4%	13,1%
Unificado			28,6%	15,0%	15,4%	14,8%
Curso Médio				5,0%	3,8%	3,3%
Curso Superior				5,0%		1,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

QUADRO 2.9

Condição dos migrantes perante o trabalho em Cabo Verde (%)

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Reformado(a)	33,3%					1,7%
Estudante		25,0%	25,0%	15,8%	7,7%	13,3%
Estudante-Trabalhador(a)	33,3%			5,3%	19,2%	11,7%
Desempregado		25,0%				1,7%
Activo(a) com uma profissão	33,3%	50,0%	75,0%	78,9%	73,1%	71,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tendo em conta que a maioria dos imigrantes se insere em sectores de actividade económica desvalorizados socialmente, até que ponto estaremos perante um fluxo migratório que é o reflexo do condicionante acima explícito? Ou seja, um fluxo constituído maioritariamente por indivíduos de baixas qualificações escolares e indiferenciados a nível profissional?

De acordo com o inquérito efectuado, 34,4% dos inquiridos só têm a instrução primária, 11,5% só lê e escreve e 4,9% não lê nem escreve (quadro 2.8). Reportando-nos ainda ao capital académico, salienta-se que 16,4% tem o ciclo preparatório e 14,8% o unificado. Estamos, portanto, perante um perfil escolar baixo, situação típica de uma migração laboral. É evidente que se excluirmos os estudantes, que se enquadram num contexto migratório diferente, a média do perfil escolar revela-se ainda mais baixa.

Ao analisar o nível de escolaridade dos imigrantes por período de emigração, averiguamos que no conjunto quem tem a menor escolaridade são os indivíduos pertencentes ao primeiro grupo de imigrantes cabo-verdianos nos Açores, ou seja, os que vieram antes de 1974. Com base nisso, poder-se-á afirmar que os primeiros a emigrar para os Açores foram os indivíduos de menor capital escolar? Se fizermos uma análise linear, a resposta será positiva. Mas, se tivermos em conta que houve uma evolução no sistema educativo em Cabo Verde, nomeadamente o aumento da escolaridade obrigatória, a resposta não é necessariamente positiva. Em nossa opinião, e segundo os dados obtidos, confirma-se a baixa escolaridade dos imigrantes cabo-verdianos para os Açores, independentemente do período de chegada.

Referindo-nos à condição de classe na região de origem, cerca de 71,4% dos inquiridos exerciam uma actividade profissional e a maioria no sector de construção civil (26,9%) e das pescas (21,2%). Evidencia-se aqui, que o perfil profissional dos imigrantes cabo-verdianos nos Açores está relacionado com os sectores de actividade profissional mais desvalorizados socialmente.

i) Condição Perante o trabalho

A abordagem da relação dos imigrantes com o mercado de trabalho e da composição sócio-profissional ocupa um lugar central no trajecto e na integração dos migrantes na sociedade de acolhimento. Apesar do fenómeno migratório em Portugal já ter um peso considerável na estrutura social e económica, os estudos sobre a inserção das comunidades migrantes não abundam. Em relação aos cabo-verdianos, os poucos estudos efectuados apontam para a inserção precária no mercado do trabalho feita prioritariamente nos sectores de construção civil e serviços pessoais, ainda que se note uma tendência para uma melhoria.

Assim, para o caso dos cabo-verdianos residentes nos Açores, torna-se crucial analisar a sua inserção no mercado de trabalho, evidenciando as áreas de actividade onde esta inserção ocorre, a forma como exercem a actividade profissional, o rendimento de que usufruem e o tipo de vínculo que possuem com as entidades patronais. Tudo isto, com o intuito de traçar um diagnóstico (embora superficial) do perfil de integração no mercado de trabalho açoriano, aprofundando e dando pistas, desta forma, para um melhor conhecimento das comunidades de imigrantes nos Açores, nomeadamente, a cabo-verdiana.

A análise da vertente laboral torna-se ainda mais relevante, se tivermos em atenção que estamos perante uma imigração com forte cariz laboral (mais de 50% veio para os Açores devido à oportunidade de emprego, à semelhança com outras dinâmicas migratórias) e que, conseqüentemente, a relação com o mercado de trabalho e a composição sócio-profissional desta comunidade interfere fortemente noutras dimensões e na integração na sociedade açoriana.

Por outro lado, não podemos secundarizar o facto de a imigração cabo-verdiana nos Açores ser muito recente e de a inscrição dos imigrantes na sociedade ser feita, nesta primeira fase em função do trabalho.

A população inquirida apresenta um índice de actividade elevado: 82,4% exerce uma actividade profissional e 5,9% encontra-se no desemprego. Contudo, as mulheres apresentam um índice de actividade mais baixo do que os homens, 60,0% e 88,7% respectivamente, conforme se pode observar no quadro 2.10.

QUADRO 2.10

Condição perante o emprego nos Açores, por sexo (%)

	Masculino	Feminino	Total
Reformado(a)		6,7%	1,5%
Desempregado(a)	1,9%	20,0%	5,9%
Exerce uma actividade profissional	88,7%	60,0%	82,4%
Estudante	5,7%	13,3%	7,4%
Estudante-Trabalhador(a)	3,8		2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

O desemprego dentro da população inquirida, aquando da realização desse estudo, é superior à média da Região (5,9%), e atingindo em maior percentagem as mulheres (20% e 1,9%, respectivamente para as mulheres e homens).

Esta taxa elevada de desemprego nas mulheres está relacionada, antes de mais, com a transversalidade que a discriminação de género ocupa ainda nas nossas sociedades. Porém, pelo facto do desemprego atingir em maior percentagem nas mulheres poderá ter na sua base outros factores. Por exemplo, o papel que é reservado à mulher, também, em Cabo Verde e, sobretudo nas camadas sociais com menos capital escolar. Durante a observação participante, observámos que um grupo de mulheres, em idade activa, não trabalhava por opção, sob pretexto de precisarem de tempo para as tarefas domésticas. Por outro lado, podemos constatar a existência de um grupo que queria trabalhar, mas as tarefas encontradas relevam-se pouco compatíveis com o papel de dona de casa (exemplo, o horário alargado). De resto, esta não constitui nenhuma especificidade da comunidade cabo-verdiana, mas antes, algo que é transversal na sociedade portuguesa. É de salientar que o desemprego atinge predominantemente o grupo etário 26-35 anos.

O facto de os homens apresentarem um maior índice de actividade e menor taxa de desemprego é relativamente mais fácil de se explicar. Por um lado, porque os homens se encontram inseridos fundamentalmente no sector da construção civil e obras públicas, sector que, face à precariedade dos vínculos laborais, se torna de fácil acesso para os imigrantes. Por outro, porque já existem sectores de actividade económica na Região, com destaque para as pescas e construção civil, que apresentam um grau de dependência da mão-de-obra imigrante muito superior do que outras áreas.

Os estudantes e estudantes-trabalhadores representam 7,4% e 2,9% da população inquirida. Os reformados assumem, entre os imigrantes, percentagens muito baixas ou mesmo insignificantes (1,5%).

ii) Composição Profissional

Os inquéritos efectuados reflectem no essencial, a imagem empírica da relação que os imigrantes cabo-verdianos têm com o mercado de trabalho na região, ou seja, numa inserção nas esferas profissionais socialmente desvalorizados. Assim, 37,3% dos inquiridos são trabalhadores de construção civil, 23,7% laboram na pesca, 11,9% na restauração. Porém, é de destacar uma diversidade de composição sócio-profissional dos imigrantes cabo-verdianos, nomeadamente no sector administrativo (6,8%), vendedores e quadros liberais (ambos com 5,1%), empregados comerciais (1,7%) motoristas (1,7%) e professores (1,7%).

A inserção dos imigrantes cabo-verdianos no mercado de trabalho na região assemelha-se, em parte, ao que se verifica no continente, ou seja, o sector de construção civil é predominante (35,4% no continente) nos anos 80 (Amaro, 1985: 95). Porém, esta semelhança torna-se parcial, tendo em conta que uma percentagem considerável dos imigrantes cabo-verdianos se encontram inseridos no sector pesqueiro, situação que não acontece no continente.

QUADRO 2.11

Composição profissional, por sexo (%)

	Masculino	Feminino	Total
Artista	2,0%		1,7%
Empregado Administrativo	6,0%	11,1%	6,8%
Empregado Café/Restaurante	8,0%	33,3%	11,9%
Empregado Comercial		11,1%	1,7%
Motorista	2,0%		1,7%
Operário Construção Civil	44,0%		37,3%
Pescador	24,0%	22,2%	23,7%
Professor		11,1%	1,7%
Quadro Superior/Liberal	2,0%	11,1%	3,4%
Vendedor	6,0%		5,1%
Outra	6,0%		5,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Os dados evidenciados no quadro 2.11 demonstram que a actividade piscatória tem um peso significativo em ambos os sexos, 24,0% nos homens e 22,2% nas mulheres. Decorrente da

observação participante e de entrevistas realizadas deparamos que, neste ramo de actividade, os homens trabalham maioritariamente nos barcos de pesca e as mulheres em terra, para a recepção e tratamento do pescado.

Esta relação equilibrada reforça a ideia do funcionamento das redes migratórias, que funcionam como um meio para se conseguir trabalho para os familiares e amigos que pretendem concretizar um projecto migratório. Quando o indivíduo migrante resolve, por exemplo, concretizar o reagrupamento familiar, tende a arranjar um trabalho para a esposa na mesma área ou numa área afim. Isto tende a acontecer, não por opção, mas porque o migrante, nos primeiros tempos da imigração, possui um capital social e simbólico muito limitado, que não lhe permite “grandes expedientes” noutros sectores de actividade. O extracto de entrevista que se segue ilustra bem esta realidade:

“Antes de vir para os Açores meu marido já tinha falado com o seu patrão. Disse-lhe que a mulher estava para chegar e então o patrão arranjou-me um lugar. Quando cheguei, após uma semana já estava a trabalhar”

Antónia, 34 anos, trabalha na recepção do pescado

Registe-se ainda, segundo a população inquirida, a inserção predominante das mulheres na área de restauração (33,3%).

QUADRO 2.12

Composição profissional, por ano de chegada (%)

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Artista				6,7%		1,8%
Empregado Administrativo		33,3%	20,0%	6,7%		7,1%
Empregado Café/Restaurante			30,0%		15,4%	12,5%
Empregado Comercial			10,0%			1,8%
Motorista			10,0%			1,8%
Operário Construção Civil	100,0%			13,3%	65,4%	37,5%
Pescador		66,7%	10,0%	46,7%	11,5%	23,2%
Professor				6,7%		1,8%
Quadro Superior/Liberal			10,0%		3,8%	3,6%
Vendedor			10,0%	6,7%		3,6%
Outra				13,3%	3,8%	5,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Ao analisarmos a composição profissional por data de chegada (quadro 2.12), evidencia-se, por um lado, uma maior heterogeneidade profissional na década de 80 e 90 e, por outro, a exclusividade da área de construção civil antes de 1974. Vale a pena referir que entre 1975-79 o sector das pescas é preponderante, situação que já não se verifica em 2000. Duas razões con-

correm para a perda da importância do sector das pescas em detrimento da construção civil, no seio dos imigrantes cabo-verdianos nos Açores. Uma primeira razão prende-se com o recrutamento de mão-de-obra cabo-verdiana para o sector da construção civil e obras públicas, facto que veio dar um maior peso a este sector na esfera laboral dos cabo-verdianos. Uma segunda razão tem a ver com a transferência que muitos imigrantes cabo-verdianos fizeram e continuam a fazer do sector das pescas para a construção civil. Segundo as entrevistas efectuadas, a actividade piscatória revela-se uma actividade laboral com elevado grau de precariedade, que passa pela indefinição de horários, rendimentos em função da quantidade do pescado e de alto grau de desgaste físico.

Face a uma manifesta falta de mão-de-obra na construção civil, aliada aos problemas que afectam o sector das pescas, de uma forma geral, e à precariedade dos vínculos laborais, muitos imigrantes cabo-verdianos têm-se transferido, alguns em definitivo, para o sector da construção civil.

Ao analisarmos a forma como os imigrantes cabo-verdianos exercem as suas actividades laborais, verificamos que 87,9% as exercem por conta de outrem, 6,9% por conta própria e 5,2% por conta da família, conforme se encontra explícito no quadro 2.13.

QUADRO 2.13

Forma de exercício da actividade laboral

	Masculino	Feminino	Total
Por conta própria	8,2%		6,9%
Por conta da família	6,1%		5,2%
Por conta de outrem	85,7%	100,0%	87,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Esses dados são reveladores da fraca propensão para a iniciativa empresarial desta comunidade. Porém, esta característica tem de ser devidamente contextualizada no curto espaço de tempo em que tem ocorrido o fluxo migratório cabo-verdiano para os Açores. Se compararmos os contornos da relação laboral dos cabo-verdianos nos Açores com os do continente, verificamos que, neste segundo espaço, os imigrantes cabo-verdianos revelam um maior propensão empresarial, patente na rede de subempreiteiros de especialidade, que constitui umas das imagens de marca da presença de cabo-verdianos na construção civil e obras públicas no continente.¹⁵

A inexistência quase que generalizada de vínculos contratuais formais no exercício da actividade profissional ou a sua concretização apenas a título temporário, constituem outro elemento caracterizador dos imigrantes cabo-verdianos nos Açores. Conforme se pode observar no quadro 2.14,

¹⁵ Ver, por exemplo, Rogério Roque Amaro, 1985, pp. 96-97.

34,5% dos migrantes laborais não têm nenhum tipo de contrato com a entidade patronal, 22,4% têm apenas o contrato a termo certo e 20,7% a prazo. Somente 13,8% dos imigrantes têm vínculos contratuais.

QUADRO 2.14

Vínculo contratual, por sexo (%)

	Masculino	Feminino	Total
Trabalhador(a) independente	8,2%		6,9%
Contrato a prazo	16,3%	44,4%	20,7%
Efectivo	12,2%	22,2%	13,8%
Contrato a termo certo	26,5%		22,4%
Sem contrato	34,7%	33,3%	34,5%
Outra	2,0%		1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Ao compararmos o vínculo contratual por sexo, deparamos com diferenças pouco significativas, com excepção no contrato a prazo e efectivo, onde as mulheres apresentam uma maior percentagem, de 44,4% e 22,4%, respectivamente. Apesar destas diferenças, a precariedade de vínculo laboral formal é extensiva a ambos os sexos, com ligeiras diferenças. Fazendo uma relação linear destes vínculos laborais, podemos afirmar que apenas 20% dos imigrantes cabo-verdianos beneficiam de alguns direitos laborais (e. g. férias pagas, subsídio de natal ou de refeição) contra perto de 77% que não usufruem.

Seria interessante proceder a uma análise comparativa dos vínculos laborais de nacionais na região com os dos imigrantes cabo-verdianos, com o objectivo de avaliar o grau de disparidade existente entre as duas realidades. Reportando-nos aos dados nacionais de 1995, existiam oficialmente 11% dos activos portugueses com contratos a prazo. Com base em alguns estudos efectuados sobre as comunidades de imigrantes em Portugal, a precariedade laboral tem uma forte expressão junto dos imigrantes. Num estudo efectuado sobre os cabo-verdianos em Portugal, em 1992, revelou-se que 31% não tinham contrato (França, 1992: 133); taxa que em relação aos guineenses se situava, em 2000, na ordem dos 50% (Machado, 2002: 185). Esta comparação permite-nos afirmar que a precariedade de vínculos laborais não é exclusiva dos imigrantes cabo-verdianos nos Açores, mas sim uma característica do quadro laboral dos imigrantes em Portugal.

Com intuito de ver até que ponto que o tempo de imigração constitui um elemento potenciador de vínculos laborais formais, cruzámos a variável “data de chegada” com “vínculo laboral” (quadro 2.15). Deparamos, de uma forma geral, a prevalência de informalidade nas relações laborais em todos os trabalhadores sem discriminação pela data de chegada, não obstante a existência de pequenas diferenças.

QUADRO 2.15

Vínculo contratual, por ano de chegada (%)

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Trabalhador(a) independente		33,3%		6,7%	7,7%	7,3%
Contrato a prazo			20,0%	6,7%	34,6%	21,8%
Efectivo			40,0%	20,0%		12,7%
Contrato a termo certo			10,05	6,7%	42,3%	23,6%
Sem contrato	100,0%	66,7%	30,0%	53,3%	15,4%	32,7%
Outra				6,7%		1,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Assim, constatamos que a ausência de contrato de trabalho tem maior incidência nos indivíduos que estão nos Açores há mais tempo, significando que o período de permanência no arquipélago não constitui, por si só, um elemento gerador de relações laborais formais. A comprovar isto, podemos ver que a percentagem de trabalhadores sem contrato de trabalho chegados em 2000 é de 15,4%, muito menor do que a dos indivíduos que chegaram aos Açores há mais tempo.

Contudo, existe um conjunto de razões que podem explicar esta relação inversa entre ano de chegada e formalidade de vínculos laborais.

Uma primeira razão relaciona-se com a vinda sucessiva de trabalhadores de Cabo Verde, recrutados pelas empresas regionais na construção civil e obras públicas, com base nos vistos de trabalho. O recrutamento por parte das empresas de mão-de-obra estrangeira, obriga a que os trabalhadores tenham um contrato de trabalho de, pelo menos, um ano.

Uma segunda razão prende-se com as figuras jurídicas de entrada e permanência de estrangeiros em Portugal (que vigorou até Julho de 2006), obrigando a que, para obtenção de uma autorização de permanência, deverá existir antecipadamente um contrato de trabalho entre o trabalhador e empresa interessada. Tendo em conta que se tem verificado nos dois últimos um movimento considerável de imigrantes económicos sazonais na Região (incluindo os cabo-verdianos) e portadores de autorização de permanência, esta segunda razão apresenta-se como uma hipótese plausível.

A terceira razão reside no sector de actividade onde a maioria dos cabo-verdianos, chegados antes de 2000, se encontra inserida – o sector das pescas. Segundo as informações recolhidas junto de informadores privilegiados e das entrevistas realizadas, o sector das pescas caracteriza-se pelo alto grau de informalidade nas relações laborais, que atinge todos os trabalhadores, incluindo os nacionais. Vale a pena dizer que a maioria dos cabo-verdianos que laboram no sector das pescas têm um estatuto jurídico que lhes fornece maior protecção, visto que já estão

em Portugal há mais tempo. Isto faz com que alguns tenham a nacionalidade portuguesa ou autorização de residência.

Portanto, apesar de não termos dados concretos, tudo leva a crer que prevalece no sector das pescas uma informalidade estrutural que atinge tanto os trabalhadores autóctones como estrangeiros. Esta informalidade passa, por exemplo, pela inexistência de um salário fixo, variando em função da quantidade de pescado conseguido e vendido; interrupções constantes da actividade devido a situações meteorológicas (sem direito a rendimento); inexistência de férias, etc.

Em relação à informalidade laboral no geral, alguns estudos em Portugal apontam pistas, no sentido de que os imigrantes contribuem para a reprodução dessa informalidade, resultante do cálculo imediato, que eles fazem com o propósito de maximizarem os ganhos e acumulação rápida de rendimento.¹⁶ De facto, os imigrantes contribuem para a reprodução desta informalidade, mais como actores passivos do que activos. Isto quer dizer que o imigrante está sempre numa posição negocial muito reduzida, se não nula; “Se não for ele, haverá um outro ao virar da esquina”, é a expressão que traduz bem a nulidade do poder negocial dos imigrantes, sobretudo quando estão numa situação de indocumentados. A contribuição dos imigrantes para a reprodução da informalidade nas relações laborais depende quase exclusivamente do sistema e das políticas de integração adoptadas e não da vontade e do cálculo racional do imigrante.

QUADRO 2.16

Outras condições de exercício de actividade profissional

	Não têm			Têm		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Segurança Social	10,0	11,2	10,2	90,0	88,9	88,8
Seguro de Saúde	24,0	22,2	23,7	76,0	77,8	76,3
Inscrição no Sindicato	68,0	66,7	67,8	32,0	33,3	32,2

O quadro 2.16 fornece-nos uma ideia, embora que limitada, de algumas das condições em que os trabalhadores cabo-verdianos nos Açores exercem a actividade profissional. Assim, e de acordo com a população inquirida, a maioria (88,8%) afirmou que desconta para a segurança social, contra 10% que não o fazem. A situação é homogénea nos dois sexos, e a grande predominância dos trabalhadores que descontam para a segurança social é, por um lado, um factor de minimização dos efeitos de precariedade das relações laborais e, por outro, de prevenção contra a vulnerabilidade futura.

¹⁶ Ver, por exemplo, Fernando Luís Machado, *Contraste e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, Celta Editora, p. 185.

Já em relação ao seguro de saúde a maioria dos inquiridos revelou não o ter (76,3%), contra 23,7% que responderam positivamente. Neste ponto, convém fazer uma anotação, que tanto pode diminuir ou aumentar a percentagem dos trabalhadores cabo-verdianos nos Açores. Durante a aplicação do inquérito e a realização de entrevistas, percebemos que uma boa parte dos inquiridos não tinham bem a certeza se têm ou não um seguro de saúde associado à actividade profissional que desempenham. Como forma de contornar a situação tentou-se, sempre que possível, inventariar situações ao longo da aplicação do inquérito, que permitissem, neste caso em concreto, obter informações com algum grau de viabilidade.

Não obstante estes factos, a percentagem elevada de imigrantes económicos sem seguro de saúde vem agravar a precariedade no exercício da actividade profissional.

Praticamente homogénea em ambos os sexos, é a inscrição de imigrantes cabo-verdianos nos sindicatos, enquanto estrutura de defesa dos direitos dos trabalhadores, é relativamente fraca: 67,8% dos inquiridos responderam negativamente, contra 32,2% que se encontram sindicalizados. Tendo em conta que desconhecemos a percentagem dos sindicalizados dos trabalhadores nacionais em diferentes sectores de actividade profissional, bem como das outras comunidades estrangeiras, ou mesmo dos cabo-verdianos no continente, tomamos o valor deste indicador numa perspectiva meramente indicativa.

2.4. Participação Social, Política e Cultural

A avaliação do grau de integração de uma minoria na sociedade passa, necessariamente, por avaliar a forma como ela é envolvida e se envolve nas várias dinâmicas sociais. Geralmente, o factor tempo de residência tem uma relação muito estreita com a integração ou exclusão. Contudo, o factor tempo não age de forma voluntária sobre as dinâmicas que potenciam a integração/exclusão. Como faz notar Fernando Luís Machado “a variável tempo não pode ser vista como uma sequência-tipo baseada em experiências passadas que a história se encarregaria de repetir” (Machado, 2002: 73).

Continua, afirmando que “o que importa analisar é a forma como à medida que se prolonga a sua estadia (dos imigrantes), são envolvidos e participam nas dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas concretas das sociedades de acolhimento e a forma como se traduz em integração ou exclusão” (Machado, 2002: 73).

É com base nestes pressupostos que entendemos que seria útil, à luz dos propósitos e limitações do presente artigo, incluir algumas variáveis que nos ajudassem a perceber melhor as tendências de integração ou exclusão dos cabo-verdianos residente nos Açores. Vale a pena referir, contudo, que esta dimensão de análise é influenciada pelo pouco tempo de existência dos fluxos migratórios para as ilhas.

QUADRO 2.17
Participação em organização social, política, religiosa e recreativa, por ano de chegada

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Associação Recreativa						
Pertence			10%			1,60%
Nunca Pertenceu	100%	100%	90%	100%	100%	98,40%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Partido Político						
Pertence				20%		3%
Nunca Pertenceu	100%	100%	100%	80%	100%	97%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Associação dos Imigrantes						
Pertence		40%	20%	10%	15,4%	15,9%
Nunca Pertenceu	100%	60%	80%	90%	84,6%	84,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Associação Religiosa						
Pertence	50%	40%	10%	20%	42,9%	21,9%
Nunca Pertenceu	50%	60%	90%	80%	40,8%	76,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Não obstante este quadro generalista, vale a pena debruçarmo-nos sobre a taxa de participação dos cabo-verdianos em organizações e associações sociais. A pertença a organizações religiosas tem uma percentagem maior em relação às outras associações sociais (21,9%). A menor taxa de participação incide em organizações políticas (3,1%) e associações recreativas (1,6%). A pertença à associação de imigrantes encontra uma expressão de 15,9%, sendo a segunda maior taxa de participação verificada, apesar de que à altura da realização do estudo, o movimento associativo imigrante estava a dar os primeiros passos.

O movimento associativo de imigrantes nos Açores é muito recente. Em 1994, foi criada uma associação denominada “Associação de Amizade África-Açores”, que de forma esporádica realizava algumas actividades de cariz, essencialmente, cultural. Contudo, o projecto não teve continuidade e a comunidade estrangeira não tem desde 1997/98 uma associação representativa. Em Julho de 2002 desencadeou-se um novo processo com vista à criação de uma “Associação dos Imigrantes nos Açores” (AIPA) que é uma estrutura representativa de todas as comunidades estrangeiras da Região, inclusive a cabo-verdiana.

Em relação à pertença partidária, muitos factores concorrem para que a percentagem seja baixa. A primeira hipótese prende-se com a dimensão reduzida da comunidade, sobretudo dos indivíduos que têm direito a voto. Por consequência, no início desta década não existia ainda na esfera política regional acções, ou mesmo discursos focalizados com vista a despertarem atenção junto das comunidades dos imigrantes. Também o facto de os movimentos migratórios para os Açores serem recentes não favorece a emergência deste discurso direccionado a captar a atenção dos estrangeiros, enquanto eleitores. A segunda hipótese tem a ver com a própria noção que alguns imigrantes, sobretudo os que possuem menos capital escolar, têm em relação à política. Ou seja, vêem-na como algo que os transcende completamente. Por outro lado, este afastamento poderá estar relacionada com o próprio quadro de pertença que prevalece em alguns dos indivíduos entrevistados:

“Eu posso votar, mas não votei. Isso é para eles. Para mim os partidos são todos iguais. A mim o que interessa é o meu trabalho. Política não é comigo!
Se fosse na minha terra votava. Então não votava?”

António, pescador

Contudo, existem casos em que a participação é vista de uma outra forma:

“Eu já integrei a lista de um partido para as eleições regionais. Gosto de política e sou português também. Não deixo de ser cabo-verdiano. Já que estou cá tenho de participar.”

Fonseca, funcionário público

3. Projecto migratório futuro

O projecto migratório é determinado, entre outros factores, pela duração da permanência do imigrante na região que o acolhe. Neste sentido, uma permanência prolongada pode potenciar ou viabilizar um projecto migratório, tudo dependendo das condições materiais que o imigrante conseguiu obter e da sua determinação na concretização do tal projecto.

Na base do projecto migratório encontra-se o ideário do regresso, que geralmente é sempre adiado, mas nunca esquecido. Tendo em conta que se registou na Região, nos últimos três anos, um aumento considerável dos fluxos migratórios, incluindo os cabo-verdianos, e atendendo à facilidade de mobilidade existente, importa aferir sobre os seus projectos migratórios.

Assim, 37,3% dos inquiridos pensam regressar definitivamente a Cabo Verde. É uma tendência com maior expressão nos homens e nos grupos de indivíduos situados na faixa etária 56-65 anos (66,7%).

Por outro lado, o projecto de regressar definitivamente a Cabo Verde encontra-se distribuído com alguma homogeneidade por data de chegada. Apesar de ser no grupo de imigrantes chegados aos Açores antes de 1974 que se verifica uma percentagem maior, não é possível com base nos resultados conseguidos estabelecer uma relação entre tempo de chegada com o projecto de regressar definitivamente à Cabo Verde.

QUADRO 2.18

Projecto em relação ao futuro, por data de chegada (%)

	Antes 1974	1975-79	1980-89	1990-99	Depois 2000	Total
Regressar a Cabo Verde	50,0%		30,0%	45,0%	37,0%	35,9%
Viver por mais algum tempo nos Açores		60,0%	20,0%	45,0%	44,4%	40,6%
Ficar definitivamente nos Açores	50,0%	20,0%	20,0%	10,0%	3,7%	10,9%
Ir para o continente ou para outro país da Europa		20,0%	30,0%		7,4%	9,4%
Ns/Nr					7,4%	3,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Praticamente a mesma análise poderá ser aplicada em relação ao facto de 40,6% dos inquiridos pretenderem ficar por mais algum tempo nos Açores.

Já a mesma coisa não poderá ser dita em relação ao projecto de ficar definitivamente nos Açores. Cerca de 11% dos inquiridos admitem que pretendem ficar definitivamente nos Açores. Neste caso podemos estabelecer uma relação directa com o tempo de estadia na região, ou seja, quem pretende ficar definitivamente são indivíduos que já cá estão há mais tempo e, por conseguinte, já possuem um conjunto de ligações nos Açores que não lhes permite, eventualmente, ter este projecto de vida.

Por outro lado, a vontade de ir experimentar outros destinos migratórios assume um valor de 9,4% da população inquirida.

Em termos globais, o projecto de regresso a Cabo Verde parece-nos mais um ideário do que um projecto viável de concretização. Aliás, subjacente aos movimentos migratórios, encontra-se sempre o projecto de regresso, que só em casos pontuais se efectiva (Portes, 1999: 198).

Notas finais

A comunidade cabo-verdiana é a mais antiga, mas também a mais numerosa na Região Autónoma dos Açores. À semelhança do que acontece noutros espaços, a quantificação dos fluxos migratórios acarreta um risco relativamente elevado. Prevalece por um lado e, quase sempre, uma grande mobilidade das populações migrantes e, por outro, as fontes estatísticas não conseguem monitorizá-la de forma satisfatória. No caso dos Açores, em particular, face à sua condição arquipelágica e pela inexistência de muitos estudos sobre a temática, essa tarefa torna-se ainda mais arriscada.

A emigração cabo-verdiana para os Açores processou-se, em relação aos determinantes, dentro de quadros macro e micro. No quadro macro sobressai a relação de afinidade histórica e cultural existente entre Portugal e Cabo Verde, que se concretizou, no caso em estudo, em dois momentos distintos. Um primeiro momento (a partir de 1974 e até 1990) que teve como base o recrutamento de trabalhadores cabo-verdianos para ingressarem na actividade piscatória na região que incidiu basicamente, sobre trabalhadores provenientes da ilha de S. Nicolau que se dedicavam à actividade piscatória em Cabo Verde, na sua larga maioria homens com baixas qualificações escolares. Um segundo momento (a partir de 2000) teve, também, por base o recrutamento de mão-de-obra cabo-verdiana, desta feita para o sector de construção civil. É a partir desta relação de recrutamento que funcionou a relação entre o centro e a periferia, que se traduziu no recrutamento deliberado de mão-de-obra. Entre o primeiro e o segundo momento, entrou em funcionamento o quadro micro, que representa a formação de redes migratórias sustentadas pela relação familiar e de amizade.

No âmbito das razões que determinaram a vinda dos cabo-verdianos para os Açores, a que teve mais peso foi a oportunidade de emprego, e logo em seguida o reagrupamento familiar. Subentendem-se aqui duas leituras. A primeira é a de que a emigração cabo-verdiana para os Açores, à semelhança do que se verifica no continente, é essencialmente laboral. A segunda é a de que, de facto, a formação de redes migratórias teve e tem um peso considerável no aumento da comunidade cabo-verdiana nos Açores.

Face ao primeiro momento migratório, até finais da década de 90 prevalecia uma relação biunívoca entre os Açores e a ilha de S. Nicolau, enquanto região de destino e origem de migrantes, respectivamente. Porém, apesar de os indivíduos provenientes da ilha de S. Nicolau continuarem a ser maioritários, esta relação biunívoca já não se põe.

Em função dos contextos, as estratégias migratórias tendem a ser diferentes. Por exemplo, nos primeiros momentos migratórios, os Açores não constituíam a opção migratória dos cabo-verdianos, tendo em conta que a maioria foi recrutada, na altura, no continente.

Em relação à condição de classe e origens sociais dos imigrantes cabo-verdianos para os Açores, prevalece uma certa homogeneização; a maioria tem baixas qualificações escolares e exercia no país de origem profissões desvalorizadas socialmente, apesar da existência, com pouco peso estatístico, de cabo-verdianos a exercerem profissões socialmente mais valorizadas.

Falar da integração ou tendências de integração de uma comunidade estrangeira, passa, necessariamente, por abordar a relação que se estabelece com o mercado de trabalho. Os imigrantes pertencentes ao primeiro momento (1974-90) encontram-se inseridos praticamente na actividade piscatória. O segundo grupo (a partir de 2000) labora maioritariamente na construção civil e obras públicas. Apesar desta diferença em termos de actividades, prevalece em ambos problemas de vínculos contratuais formais no exercício da actividade profissional. É certo que o problema da precariedade nessas actividades profissionais é transversal a todos os trabalhadores (incluindo os autóctones), mas ela tende a assumir outros contornos e consequências mais alarmantes junto da população imigrante, nomeadamente, da cabo-verdiana.

Por outro lado, coexiste uma situação de baixo rendimento da maioria desses imigrantes, que resulta, justamente, das suas inserções em actividades onde estruturalmente os salários são baixos. A questão salarial não depende do tempo de chegada dos imigrantes, mas sim do capital escolar e das actividades que o imigrante desempenha.

Uma outra dimensão analisada foi a habitação, sendo que a data de chegada reflecte positivamente na possibilidade de adquirir habitação própria. Concretizando, os imigrantes cabo-verdianos pertencentes ao primeiro grupo estão numa melhor posição em relação à habitação do que os recém-chegados.

No que concerne à participação da comunidade cabo-verdiana em organizações sociais, políticas e/ou religiosas, ela é baixa, o que constitui de forma linear uma situação que potencia a não inclusão dos imigrantes na vida social e política da comunidade onde se encontram inseridos. Contudo, e como anteriormente referimos, este indicador é muito condicionado pelo tempo da imigração dependendo ainda do enquadramento legal existente a nível nacional (que não é favorável nesse sentido) e das políticas desenvolvidas. Não sendo, todavia, a mais importante na promoção da participação social e política, não podemos secundarizar a disponibilidade ou predisposição dos imigrantes para a concretização dessa participação, processo central quando estamos a falar de integração/exclusão de uma dada comunidade.

Em relação a redes sociais e orientação de sociabilidade dos cabo-verdianos, ela foi vista sob dois prismas: o relacionamento intra-étnico (entre os cabo-verdianos) e interétnico (entre a comunidade cabo-verdiana e açoriana). O tempo de chegada e a forma de concentração espacial dos imigrantes chegados antes do final da década de 90 potenciaram um grau aceitável de relacionamento interétnico, situação que não se aplica aos imigrantes mais recentes. É evidente que, se compararmos os dois tipos de orientação de sociabilidade, o intra-étnico acaba por prevalecer. Contudo, se analisarmos o relacionamento interétnico de forma isolada, o estudo permite-nos afirmar que é uma situação geradora de integração.

De uma forma global e à luz do quadro analítico adoptado para este trabalho, a comunidade cabo-verdiana nos Açores apresenta tendências diferenciadas de integração. Se subdividirmos a comunidade cabo-verdiana em dois grupos – os chegados antes do final da década de 90 e aqueles chegados depois de 2000 – poderemos afirmar que o segundo grupo apresenta tendências mais fracas de integração do que o primeiro, tendo influência nessa análise a questão temporal.

A comunidade cabo-verdiana, em comparação com outras comunidades de migrantes presentes na região, beneficia, por um lado, do tempo de permanência no arquipélago e, por outro, das ligações e afinidades existentes entre os Açores e Cabo Verde.

Estamos convencidos que com este trabalho contribuímos para um melhor conhecimento da comunidade cabo-verdiana radicada nos Açores e perspectivamos que novas pistas de trabalho e de investigação emergirão, ajudando os decisores na adequação de políticas no campo de integração.

Referências Bibliográficas

- AMARO, Rogério Roque (1985), *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, Lisboa, (Policopiado).
- ALMEIDA, Carlos C. (1975a), “Sobre a problemática da emigração Portuguesa” in *Análise Social*, n.º 42-43, pp. 204-213.
- ALMEIDA, Carlos C. (1975b), “Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação” in *Análise Social*, n.º 42-43, pp. 204-213.
- FRANÇA, Luís de (coord.), Saint-Maurice, Ana, Guerra, Isabel *et al.* (1992), *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para Desenvolvimento.
- JACKSON, A. John (1986), *Migrações*, Col. Sociologias, Lisboa, Escher.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contraste e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, Celta Editora.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), “Luso-Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 12, Lisboa, pp. 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (1997), “Contornos e Especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 24, Lisboa, pp. 123-136.
- PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais*, Celta Editora, Oeiras.

III

ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS: O CASO DOS EMPRESÁRIOS DE ORIGEM CABO-VERDIANA

CATARINA REIS OLIVEIRA

*Coordenadora da Unidade de Estudos
e Relações Internacionais do ACIDI, I.P.*

1. Introdução

A iniciativa empresarial surge cada vez mais como uma alternativa nas opções de inserção económica dos imigrantes em várias sociedades de acolhimento. Segundo dados da OCDE a importância relativa de imigrantes no número total de empresários tem vindo a aumentar em inúmeros países europeus, não sendo Portugal excepção nesse contexto (vd. quadro 3.1).

QUADRO 3.1

Percentagem de cidadãos nascidos no estrangeiro no número total de empresários no país

País	2000	2005
Áustria	6.7	9.3
Bélgica	10.2	12.7
Dinamarca	4.8	6.3
França	11.1	12.7
Alemanha	9.7	12.8
Grécia	2.0	3.7
Irlanda	7.7	8.1
Luxemburgo	33.5	38.9
Holanda	10.3	10.3
Noruega	6.0	7.4
Portugal	3.6	5.4
Espanha	3.0	8.1
Suécia	11.4	14.4
Reino Unido	10.7	11.6

Fonte: *International Migration Outlook, SOPEMI 2007: 75.*

Ora esse aumento do peso – absoluto e relativo – de empresários imigrantes pode reflectir, tanto uma melhoria da posição social dos imigrantes nas diferentes sociedades de acolhimento, como

um aumento das dificuldades no acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho das sociedades de acolhimento. Por outras palavras, a iniciativa empresarial pode estar a funcionar como uma forma de mobilidade social ascendente ou a ser reforçada como uma alternativa aos constrangimentos vividos pelos imigrantes (e.g. discriminação no acesso ao mercado de trabalho, desconhecimento da língua do país de acolhimento, situações de desemprego prolongado, dificuldades no reconhecimento de qualificações).

Reconhecendo exactamente a importância de identificar os constrangimentos sentidos por alguns imigrantes no acesso ao mercado para compreender algumas das estratégias empresariais dos imigrantes, Ivan Light e seus seguidores desenvolveram nos Estados Unidos, em meados da década de 1970, a *teoria das desvantagens* (Light, 1979).

Este artigo procura discutir exactamente a partir desses contributos teóricos as opções de inserção económica dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal. A população activa cabo-verdiana torna-se particularmente interessante de estudar neste artigo atendendo a que se constata num dos fluxos migratórios mais antigos no país e, muito embora se destaque entre as populações estrangeiras com as mais baixas taxas de empreendedorismo¹⁷, apresentou ao longo das últimas três décadas uma variação bastante mais positiva no número de empregadores do que o verificado para o total de estrangeiros e portugueses (vd. taxa de variação de empregadores entre 1981 e 2001 no quadro 3.2). Esta tendência é ainda mais relevante se se tiver em consideração que, segundo os mesmos dados dos recenseamentos da população, entre 1981 e 2001 o crescimento do número de empregadores cabo-verdianos (17.3%) é superior ao crescimento do número de activos cabo-verdianos (1,1%).

QUADRO 3.2

Taxas de Empreendedorismo¹⁸ segundo a nacionalidade, entre 1981 e 2001

	Cabo-Verdianos	Total Estrangeiros	Portugueses	Total
Taxa de empreendedorismo 1981	0.7	5.1	3.1	3.2
Taxa de empreendedorismo 1991	3.0	7.7	6.2	6.2
Taxa de empreendedorismo 2001	6.4	10.2	9.8	9.8
Variação de Empregadores 1981/2001	17.3	10.4	2.6	2.7
Variação de Activos 1981/2001	1.1	4.6	0.2	0.2

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

Torna-se, pois, interessante investigar não apenas porque é que os cabo-verdianos se encontram entre as populações imigrantes com a mais baixa propensão à iniciativa empresarial; mas também

¹⁷ Conforme se pode observar no quadro 3.2, em 2001 a taxa de empreendedorismo de cabo-verdianos era de 6,4% contra 10,2% no total de estrangeiros e 9,8% para os portugueses.

¹⁸ A Taxa de Empreendedorismo calculada corresponde ao número de patrões/empresários em cada 100 activos.

porque é que se verifica neste grupo um aumento absoluto e relativo do número de empregadores, superior ao verificado para o total de estrangeiros e portugueses, entre 1981 e 2001.

Pretende-se explicar a propensão dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal para a actividade empresarial a partir de uma discussão da teoria das desvantagens, desenvolvida nos Estados Unidos, onde são identificadas vulnerabilidades específicas dos imigrantes que explicam as suas opções de inserção no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento (Light, 1972).

Por outras palavras, procura-se perceber se são algumas desvantagens sentidas pelos imigrantes cabo-verdianos (e.g. discriminação no acesso ao mercado de trabalho, situações de desemprego prolongado) que explicam as suas opções de inserção no mercado de trabalho em Portugal, ou se outros determinantes influenciam o seu comportamento empresarial (e.g. recursos empresariais comunitários e individuais, estrutura de oportunidades).

É ainda tido em consideração que as opções de inserção económica dos imigrantes reflectem a própria influência da estrutura de oportunidades que os imigrantes encontram na sociedade de acolhimento. Assim, importa identificar as características e recursos dos imigrantes, mas também as próprias políticas que enquadram a sua inserção no país. O caso cabo-verdiano realça, em particular, como em determinados momentos algumas políticas conduziram e/ou incentivaram à inserção subordinada no mercado de trabalho português e, noutros, à criação do próprio emprego.

2. A motivação por detrás da iniciativa empresarial imigrante: a teoria das desvantagens

Os primeiros estudos acerca de empresários imigrantes em sociedades de acolhimento tenderam a explicar a motivação para a iniciativa empresarial a partir de heranças culturais específicas. Seguindo uma lógica weberiana, alguns cientistas acreditaram que era possível identificar alguns valores e referências culturais que potenciam o espírito empreendedor (Oliveira, 2005: 26-29). Estas explicações monocausais isolaram a importância da família e dos recursos étnicos¹⁹ da comunidade para determinar a propensão para o desenvolvimento de estratégias empresariais. A ênfase dada aos recursos étnicos e ao papel das redes de solidariedade ganhou particular destaque nas teorias das *minorias intermediárias* (Bonacich, 1973) e dos *enclaves étnicos* (Wilson e Portes, 1980; Portes e Manning, 1986) desenvolvidas essencialmente nos Estados Unidos da América.

Contudo as leituras baseadas exclusivamente em atributos culturais provaram ser perigosas e responsáveis pela criação de estereótipos acerca de determinados grupos de imigrantes (Chan e Cheung, 1985: 145).

¹⁹ Conceptualizado em Light e Gold (2000).

Nesse contexto, Ivan Light foi o mentor de uma corrente reactiva à teoria culturalista, realçando o facto de os recursos étnicos (identificados nos modelos culturalistas) não serem só oportunidades, mas também obrigações e deveres para os imigrantes. O autor e os seus seguidores demonstraram ainda que nem todos os imigrantes da comunidade têm acesso da mesma forma a esses recursos e/ou oportunidades empresariais (Light e Rosenstein, 1995; Light e Gold, 2000).

Por outro lado, Ivan Light alertou também para o facto de a investigação nesta vertente não ter estabelecido a necessária relação entre as desvantagens sentidas pelos imigrantes no mercado de trabalho e a iniciativa empresarial (1979: 35). Neste âmbito, as desvantagens dos indivíduos no mercado de trabalho e/ou a discriminação de que são alvo na sociedade em geral, obtiveram o reconhecimento do seu papel explicativo. Segundo o autor, se é verdade que referências culturais influenciaram determinados grupos imigrantes a criarem empresas nos Estados Unidos da América antes da II Guerra Mundial; também é facto que as empresas de chineses desse mesmo período foram o resultado da discriminação que esses imigrantes foram alvo (Light, 1972: 43-44).

Apesar da literatura acerca de empresários imigrantes ter adoptado a teoria das desvantagens mais tarde e com um papel explicativo complementar, para Light e Gold (2000: 195) as desvantagens de determinados indivíduos no mercado de trabalho correspondem à explicação mais antiga para a iniciativa empresarial. Segundo os autores, mesmo Weber quando explicava que a ética protestante conduz ao comportamento empresarial, reconhecia que os protestantes se tornavam empresários porque eram excluídos de outras actividades económicas (e.g. exército, administração). Para Light e Rosenstein, Weber admitia assim que as desvantagens no acesso ao mercado de trabalho suplementavam a própria afinidade religiosa protestante na iniciativa empresarial (1995: 149).

Contudo, segundo Light, a discriminação religiosa no acesso ao mercado de trabalho é apenas uma das desvantagens que pode ser identificada para justificar a iniciativa empresarial (1979: 35). Entre as piores desvantagens estão o desemprego e a discriminação racial no acesso ao mercado de trabalho. Seguindo o argumento de Ivan Light, se determinados grupos são mais vulneráveis ao desemprego, então seria compreensível alguns indivíduos desses grupos optarem por uma iniciativa empresarial como alternativa a acomodarem-se à condição da maioria dos seus pares. Por outro lado, a discriminação étnica conduz a uma situação mais drástica uma vez os indivíduos não podem mudar as suas características faciais de referência étnica para conseguirem aceder a um emprego. Neste âmbito a resposta de muitos imigrantes a estes constrangimentos é a criação do seu próprio emprego através de estratégias empresariais.

A relação linear positiva entre a taxa de desemprego e taxa de empreendedorismo tem sido verificada também em Portugal (Freire, 1995). Esta não é uma tendência exclusiva dos imigrantes, mas de toda a população vulnerável ao desemprego. Na realidade, atendendo que a população imigrante é diversa quanto à sua integração no mercado de trabalho português, não se verifica uma relação linear entre a taxa de desemprego dos estrangeiros e a taxa de empreendedorismo. Essa relação verifica-se apenas para os imigrantes que se enquadram nos sectores menos qualificados e mais vulneráveis a ritmos e ciclos de actividade difusos

(e.g. sector da construção civil e obras públicas), como é o caso dos imigrantes cabo-verdianos²⁰ (Oliveira, 2005: 107-109).

Contudo é importante ter em consideração que a alternativa ao desemprego pode não ser a iniciativa empresarial, mas o acesso a benefícios sociais. Por outras palavras, algumas das desvantagens identificadas no acesso ao mercado de trabalho podem ser contornadas pelo benefício de subsídios (e.g. subsídio de desemprego, rendimento mínimo garantido). Em consequência alguns investigadores discutem como o acesso a benefícios sociais podem desincentivar o espírito empreendedor dos imigrantes, uma vez que há menos riscos em beneficiar de um subsídio que investir em uma actividade empresarial (Kloosterman, 2000: 105; Freeman e Ögelman, 2000: 120-122; Barrett *et al.*, 2001: 243).

Esta atenuante pode ser fundamental para explicar porque é que muito embora alguns grupos imigrantes pareçam estar mais vulneráveis ao desemprego e à discriminação no mercado de trabalho (como parece ser o caso dos cabo-verdianos em Portugal), ainda assim estão entre os grupos que apresentam as taxas de empreendedorismo mais reduzidas. Também Ligh (1979) verifica essa tendência nos Estados Unidos, afirmando que:

“some disadvantaged minorities have been underrepresented in business, and disadvantage cannot explain that. For example, American blacks have been persistently underrepresented in business proprietorship in the last years. Disadvantage did not cause the underrepresentation of blacks and the overrepresentation of foreign whites and Asians. (...) blacks are poorer and more subject to unemployment than Asians today. Therefore, if poverty, discrimination in the labor force or any other disadvantage determined rates of self-employment, blacks ought to have the highest rates rather than the lowest.”

(Light, 1979: 36-37).

Assim é importante identificar outras variáveis explicativas para as opções empresariais dos imigrantes. Em consequência, argumentos complementares à teoria das desvantagens têm em consideração não apenas as vulnerabilidades no acesso ao mercado de trabalho e a discriminação de que os imigrantes são alvo, mas também a falta de alternativas económicas dos imigrantes e a existência de uma estrutura de oportunidades que condicione as opções ou iniciativas empresariais dos imigrantes (e.g. políticas de assistência social, políticas de gestão de fluxos, características do mercado de trabalho). Segundo esta perspectiva, são essas as motivações para os imigrantes estabelecerem um negócio (Rath, 2000: 4).

Adicionalmente a identificação de recursos empresariais na comunidade e/ou do próprio indivíduo permite destrinçar a maior ou menor propensão de alguns imigrantes para a definição de uma estratégia empresarial (Oliveira, 2005). Como também discute Ivan Light (1979), não se

²⁰ No inquérito por questionário realizado junto dos empresários de origem cabo-verdiana foi interessante verificar alguma ineficiência da base amostral (lista de empresários cabo-verdianos da associação de empresários) perante a instabilidade da condição de empresário desta população (Oliveira, 2005). Alguns dos pequenos empresários cabo-verdianos inquiridos declaravam mesmo que hoje eram empresários porque não tinham conseguido emprego como dependentes, mas que essa condição poderia mudar assim que obtivessem um emprego. Por outras palavras muitos dos inquiridos surgiam como empresários ocasionais e/ou a “biscate”, e as suas opções ilustraram estratégias de sobrevivência material temporária (Oliveira, 2006).

deve assumir que todos os indivíduos alvos de desvantagem ou vulnerabilidade no acesso ao mercado de trabalho têm o mesmo tipo de recursos comunitários que podem ser mobilizados para a definição de uma actividade empresarial. Indo um pouco mais além, o autor explica a dualidade entre os contributos da leitura culturalista do empreendedorismo imigrante e a teoria das desvantagens:

“Cultural resources (information, skills, social networks, etc.) affect the manner in which people run their businesses. Some prove more successful than others. (...) These cultural resources permit these groups to move beyond peddling into small business. (...) Clanship, regional and family solidarity are also cultural resources which pre-war Asians employed in the development of a small-business system. These resources were simply present, and Asians exploited them. Disadvantage did not nor could it have stimulated the Asians to create these resources from whole cloth.”

(Light, 1979: 40-41).

Em contrapartida, desvantagens no mercado de trabalho (e.g. desemprego, discriminação) e/ou políticas incentivadoras da iniciativa empresarial podem conduzir também os imigrantes para a actividade empresarial (independentemente da tradição cultural de inserção económica do seu grupo). Segundo esta perspectiva, a propensão crescente dos imigrantes para a actividade empresarial pode ser consequência também da definição de uma estratégia de sobrevivência na economia do país de acolhimento (Portes, 1999: 31).

Assim considera-se que a falta de alternativas económicas conduz os imigrantes à criação de uma rede social com recursos que potenciam a actividade empresarial. A iniciativa empresarial imigrante surge, pois, como uma reacção à falta de oportunidades para a mobilidade social. Nesta perspectiva, o empreendedorismo é percebido como uma estratégia de sobrevivência de imigrantes que ocupam uma posição marginal no mercado de trabalho que é dominado pela população local (Light e Rosenstein, 1995: 153-155).

O livro de 1984 de Ward e Jenkins, intitulado *Ethnic Communities in Business: Strategies for Economic Survival*, reflecte o ajustamento realizado na relação entre os impactos da discriminação e das barreiras ou limitações no acesso ao mercado de trabalho da sociedade de acolhimento, e os recursos que os imigrantes mobilizam no seu grupo para o desenvolvimento empresarial. Os autores discutem que algumas das actividades empresariais de imigrantes correspondem na realidade a estratégias de sobrevivência, ou seja, a opções económicas para garantir um rendimento e/ou a participação no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento. Assim os autores realçam que o facto de os imigrantes desenvolverem uma actividade empresarial na sociedade de acolhimento pode não ser um sinal de experiência empresarial e/ou o resultado da participação num determinado grupo étnico, mas antes a existência diferenciada de bloqueios e constrangimentos nos contextos de acolhimento. Em consequência, os autores realçam que a iniciativa empresarial imigrante não corresponde necessariamente a um processo de mobilidade ascendente a partir do trabalho assalariado.

Assim parece ser o caso de alguns empresários de origem cabo-verdiana em Portugal. No estudo das iniciativas empresariais desse grupo foi possível identificar tantas estratégias de mobilidade social ascendente, como de situação de sobrevivência material temporária (Oliveira, 2006).

Em todo caso, numa análise recente da literatura acerca do empreendedorismo imigrante, Jones e Ram (2007) discutem que a iniciativa empresarial não deve ser vista apenas como fuga aos bloqueios sentidos no acesso ao mercado de trabalho, mas também como um processo criativo e de motivação do próprio indivíduo, uma vez que qualquer processo de decisão económica desta natureza envolve sempre a reacção a forças de atracção e repulsão (Jones e Ram, 2007: 447).

Neste âmbito, e atendendo que os cabo-verdianos estão entre os grupos imigrantes em Portugal com taxas de empreendedorismo mais baixas, o que explica esta tendência? Serão factores culturais? Ou existirão vulnerabilidades associadas a este grupo que justificam as suas opções de inserção no mercado de trabalho?

Procurando responder a estas questões, neste artigo pretende-se estudar os empresários cabo-verdianos em Portugal e discutir se a sua iniciativa empresarial é enquadrada por constrangimentos (e.g. discriminação racial, desemprego prolongado) e/ou se a sua actividade empresarial se define a partir de situações de desvantagem.

3. A imigração cabo-verdiana em Portugal: estratégias de inserção no mercado de trabalho

3.1. Os cabo-verdianos no mercado de trabalho português

Vários investigadores nacionais têm realçado a existência de uma segmentação do mercado de trabalho português em função da origem de imigração (Baganha *et al.*, 1999; Baganha *et al.*, 2000; Peixoto, 2002; Oliveira, 2004).

Os imigrantes activos em Portugal apresentam três formas de incorporação no mercado de trabalho: uma *imigração laboral* muito associada aos imigrantes oriundos dos PALOP e da Europa de Leste; uma *imigração profissional* representada por trabalhadores qualificados da União Europeia e do continente americano, e uma *imigração empresarial* na qual se destacam principalmente os asiáticos, os americanos e os europeus. Torna-se, pois, evidente que nem todos os imigrantes apresentam vocações semelhantes para a iniciativa empresarial.

Os imigrantes cabo-verdianos, em particular, estão entre as nacionalidades que apresentam as mais baixas percentagens de empregadores por total da sua população activa (conforme quadro 3.3).

QUADRO 3.3

Taxa de Empreendedorismo segundo a nacionalidade

País de nacionalidade	Taxa Empreendedorismo 2001
Total Europa	9,9
Alemanha	17,7
Espanha	11,6
França	10,2
Reino Unido	23,0
Ucrânia	1,5
Total África	6,7
Angola	6,6
Cabo Verde	6,4
Guiné-Bissau	6,2
Moçambique	9,1
S. Tomé e Príncipe	6,0
Total América	13,6
Brasil	13,5
EUA	12,3
Venezuela	13,8
Total Ásia	19,1
China	36,0
Índia	7,6
Paquistão	6,3
Oceânia	14,2
Estrangeiros	10,2
Portugal	9,8
TOTAL	9,8

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

A inserção económica deste grupo em actividades subordinadas tem raízes históricas. Durante a transição da década de 1970 para 1980, a imigração cabo-verdiana foi bastante intensa e marcada por um movimento de mão-de-obra não qualificada. Esse fluxo respondeu ao recrutamento de migrantes laborais, também já praticado durante meados da década de 1960 (Saint-Maurice e Pires, 1989: 211).

Observou-se ainda, progressivamente, o estabelecimento destas populações em áreas degradadas e densamente povoadas da área metropolitana de Lisboa, e a sua inserção em profissões quase sempre precárias no sector da construção civil e obras públicas (Baganha *et al.*, 1999). A estruturação de redes sociais migratórias informais ao longo da década de 1970 conduziu, por

sua vez, ao reforço de gerações nessas áreas residenciais e à associação a determinados segmentos do mercado de trabalho (Fonseca *et al.*, 2002).

Em consequência ao longo da década de 1980 e 1990 a população cabo-verdiana era caracterizada como uma mão-de-obra flexível, barata e pouco reivindicativa que se integra nas actividades menos desejadas pela população autóctone (Malheiros, 1996).

Os auxílios comunitários concedidos em diversos fundos, subsequentes à entrada de Portugal para a CEE em 1986, contribuíram também para dinamizar alguns sectores económicos e a procura de activos estrangeiros com as características dos cabo-verdianos.²¹ A retoma do sector da construção civil e obras públicas, um sector de procura instável ou incerta, afectou não só os empresários que aí investiram, mas também os próprios assalariados.²²

Progressivamente alguns cabo-verdianos, depois de adquirirem experiência profissional neste sector em décadas anteriores, arriscaram-se também a trabalhar por conta própria.²³

É, pois, importante reconhecer que muito embora a actividade económica dos imigrantes seja profundamente e historicamente marcada pelo trabalho dependente em Portugal, a sua inserção económica não se faz apenas de forma assalariada, mas se tem feito também através da iniciativa empresarial. Importa, contudo, discutir os determinantes e os factores que explicam ainda assim a baixa propensão dos cabo-verdianos para a actividade empresarial em Portugal.

3.2. Determinantes da estrutura de oportunidades nas estratégias empresariais de cabo-verdianos

Ainda que, como se mostrou, existam evidências da fraca taxa de empreendedorismo dos cabo-verdianos em Portugal, importa realçar que nem sempre esse comportamento económico é unicamente consequência de opções individuais. Na realidade deve sublinhar-se a influência dos contextos político e institucional nas opções de inserção económica dos imigrantes (Oliveira, 2005: 33-43).

No caso específico dos cabo-verdianos em Portugal, é possível identificar também alguns determinantes na estrutura de oportunidades que enquadram a sua fraca propensão à actividade empresarial.

O contexto de recepção português tem interferido nas opções económicas dos imigrantes ao longo das últimas décadas (Oliveira, 2006). O estado português definiu processos directos de

²¹ Os dados oficiais disponíveis mostram essa tendência: entre 1983 e 1990 cresce o número de estrangeiros activos no grupo 7/8/9 (com uma taxa de variação de 139,5%).

²² Vd. Relatório SOPEMI (1999: 43).

²³ Num trabalho anterior observámos que o que levou 35,9% dos cabo-verdianos inquiridos a desenvolverem uma actividade empresarial foi conhecerem bem o sector de investimento. Por outro lado, 45,1% dos cabo-verdianos investiram na construção civil, sector onde antes tinham exercido uma actividade assalariada (Oliveira, 2005).

recrutamento colectivo de imigrantes laborais, em especial das ex-colónias africanas, para responder à escassez de mão-de-obra em alguns segmentos de actividade (e.g. construção e obras públicas). Por outras palavras, o estabelecimento de protocolos determinou em parte as características da imigração não qualificada e subordinada de Cabo Verde desde a década de 1960. Essas características tendem a ver-se reforçadas quando protocolos semelhantes para a satisfação das necessidades de mão-de-obra em Portugal foram definidos já em meados da década de 1990, como ilustra o protocolo sobre a *Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-Verdianos para prestação de trabalho em Portugal* (Decreto-Lei n.º 60/97). Nesse protocolo era regulamentada a entrada de trabalhadores cabo-verdianos, sempre que entidades empregadoras portuguesas estivessem interessadas, nos termos de contratos com duração máxima de um ano, prorrogáveis, mediante os quais os estrangeiros adquiriam um visto de trabalho.

Torna-se, pois, evidente que foram também algumas políticas portuguesas que determinaram ou condicionaram as características e opções da população activa cabo-verdiana.

Por outro lado, é também durante a década de 1990 que se define uma política económica de liberalização e aumenta a flexibilização do mercado de trabalho português. A definição de contratos de trabalho temporário – a curto prazo e a tempo parcial – contribuiu para aumentar a necessidade de uma mão-de-obra flexível e barata. Assim a regulamentação de estrangeiros no país acompanhou estas transformações da economia portuguesa.

A política de imigração definida na viragem para o século XXI (com o Decreto-Lei n.º 4/2001) culmina exactamente no objectivo de regular os fluxos imigratórios em função das necessidades do mercado de trabalho português. A concessão de autorizações de permanência esteve vocacionada para responder à escassez de mão-de-obra nos vários sectores da economia portuguesa. Assim os relatórios anuais de oportunidades de trabalho em Portugal coordenam os movimentos de mão-de-obra estrangeira (e as suas respectivas características profissionais) com a procura identificada em algumas áreas da economia.

A retoma no sector da construção civil e obras públicas, desde finais do século passado, justificou, uma vez mais, o afluxo de mão-de-obra estrangeira. A construção de algumas infra-estruturas do metropolitano em certas zonas urbanas, de vias rodoviárias e dos estádios de futebol, explicou o recrutamento de trabalhadores assalariados estrangeiros. Nesse período novos fluxos imigratórios viram-se definidos, nomeadamente a partir da Europa de Leste.

Tendo esses grupos se fixado nos mesmos sectores onde se encontravam antes concentrados os trabalhadores cabo-verdianos, observou-se a definição de uma nova situação de concorrência entre estrangeiros que destabilizou a segmentação étnica do mercado de trabalho português que vigorava até meados da década de 1990. Esta mudança pode ter estado na base de uma pressão sentida pelos cabo-verdianos para a definição de alternativas para a sua inserção económica no mercado de trabalho português. Conforme se verifica a partir dos dados recolhidos nos Recenseamentos da população de 1991 e 2001, disponíveis no quadro 3.2, verifica-se entre esses dois períodos a duplicação das taxas de empreendedorismo dos cabo-verdianos – de 3,0% para 6,4%.

Por sua vez o aumento do desemprego nos últimos trimestres e o decréscimo da procura no sector da construção civil em Portugal permite explicar também algum do aumento do número de pequenos empresários estrangeiros.²⁴ As populações imigrantes mais vulneráveis às flutuações da economia (e.g. africanos), em particular, tenderão a procurar actividades independentes ocasionais (formais ou informais) para garantirem a sua sobrevivência material temporária. Assim, nesses casos, o aumento das taxas de empreendedorismo poderá não significar, no entanto, a mobilidade económica destas populações (Oliveira, 2006).

Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relativos à população estrangeira que solicitou entrada em Portugal nos últimos anos reflectem já essa tendência. O aumento do número de solicitações de trabalhadores isolados pode ainda ser consequência da crescente flexibilidade do sistema económico português.²⁵ Em particular, a dificuldade de adquirir um contrato de trabalho, ou a crescente situação de trabalho temporário e por vezes precário pode incentivar a abertura nas finanças de uma actividade independente. Muitos empregadores não querendo definir contratos de trabalho, que geram custos sociais, solicitam a emissão de recibos aos seus prestadores de serviços. Esta lógica contribui para o aumento do número de trabalhadores isolados, ainda que sem gerar o crescimento real da iniciativa empresarial estrangeira.²⁶

Em suma, reconhece-se que o contexto institucional e legal pode interferir (mesmo que indirectamente) na forma como os imigrantes tendem a inserir-se no mercado de trabalho em Portugal e, em consequência, na própria importância relativa de trabalhadores dependentes ou empresários imigrantes.

3.3. Vulnerabilidades e desvantagens no acesso ao mercado de trabalho português: que implicações para a iniciativa empresarial?

Como foi ilustrado anteriormente, inúmeros investigadores mostraram que há uma estreita relação entre desvantagens estruturais sentidas por imigrantes no mercado de trabalho e a iniciativa empresarial (Chan e Cheung, 1985; Raes, 2000).

No estudo realizado junto de empresários de origem imigrante, incluindo cabo-verdianos, foi possível determinar a experiência de dificuldades em Portugal – no momento da chegada, no momento de resposta ao questionário e no desenvolvimento da actividade empresarial (Oliveira, 2005).

A discriminação racial surgiu nesse estudo como uma das principais dificuldades sentidas pelos inquiridos de origem cabo-verdiana (Oliveira 2005: 112-114). Cerca de 36,6% dos empresários cabo-verdianos inquiridos afirmaram ter tido experiências de discriminação no mercado de trabalho (contra apenas 10,5% no total dos empresários imigrantes inquiridos). Este valor torna-se ainda mais expressivo se analisarmos a sua resposta relativamente não à experiência própria-

²⁴ Por analogia às tendências encontradas por Freire (1995) na economia portuguesa, em outros momentos.

²⁵ Vd. Baganha e outros (1999: 149).

²⁶ Como sugere Freire (1995: 69).

mente dita, mas à sua opinião acerca da existência de discriminação no mercado de trabalho português: 73,2% dos empresários cabo-verdianos responderam positivamente, contra apenas 26,7% do total de empresários inquiridos (Oliveira 2005: 114).

Contudo, como os dados oficiais mostram, apesar dos seus sentimentos de vulnerabilidade à discriminação no acesso ao mercado de trabalho, nem por isso a população cabo-verdiana tem maior expressão empresarial. Neste contexto outras desvantagens poderão estar na base da baixa propensão desta população para a actividade empresarial. Entre essas desvantagens encontram-se a falta de recursos empresariais inerentes à comunidade co-étnica (factor determinante para o desenvolvimento empresarial de outros grupo imigrantes em Portugal – caso dos chineses) e as dificuldades de acesso ao crédito para o investimento empresarial.

Cerca de 40,9% dos empresários cabo-verdianos inquiridos declararam-se com dificuldades relacionadas com a falta de recursos económicos ou financeiros e 17% manifestaram sentir dificuldades de acesso a crédito bancário (Oliveira, 2005: 82). Também, e em contraste com outros grupos imigrantes, apenas 13,4% dos empresários cabo-verdianos inquiridos obtiveram apoio financeiro de familiares para a criação do seu negócio e simplesmente 9,2% receberam ajuda financeira de amigos, como forma complementar de obtenção de capital para a criação da empresa (Oliveira, 2005: 126).²⁷

As dificuldades de acesso ao crédito bancário²⁸ e a recursos financeiros intra-comunitários, por sua vez, repercutem-se no recurso a programas de acesso a microcrédito. Segundo dados da Associação Nacional de Direito o Crédito (ANDC), entre Julho de 1999 e Abril de 2004, dos 328 micro-empréstimos concedidos, 31 foram para empresários estrangeiros, dos quais a maioria era de origem de um país dos PALOP, o que confirma uma vez mais a escassez de recursos empresariais dessas comunidades (Oliveira 2004: 100).

A vulnerabilidade pode também ser medida através de outros indicadores. Kloosterman (2000) ilustra como é que diferentes sistemas de assistência social podem influenciar as opções económicas de imigrantes. Um sistema social forte caracterizado pelo incentivo ao acesso a benefícios sociais, como é prática comum na Europa, desincentiva o espírito empreendedor dos imigrantes, uma vez que há menos risco em beneficiar de um subsídio que investir numa actividade empresarial (Kloosterman, 2000: 105; Freeman e Ögelman, 2000: 120-122; Barrett *et al.*, 2001: 243).

Neste contexto é interessante observar alguns dados acerca do recurso dos imigrantes cabo-verdianos a alguns benefícios sociais previstos no sistema de assistência social português. Torna-se

²⁷ Estes valores ficam bastante aquém do verificado nos pesos relativos para o total de empresários de origem imigrante inquiridos (704), onde 50,4% disseram ter criado a sua empresa com o apoio financeiro de familiares e 24,7% afirmaram ter tido ainda a ajuda de amigos (Oliveira, 2005: 126).

²⁸ Segundo dados recolhidos no âmbito dos *inquéritos aos bancos sobre o mercado de crédito*, da responsabilidade do Banco de Portugal, têm vindo a reforçar-se critérios muito mais restritivos na aprovação de empréstimos a empresas. Em consequência cada vez mais a oferta de produtos específicos na área de investimento para negócios de imigrantes encontra-se praticamente confinada ao microcrédito.

evidente que os cabo-verdianos estão entre as populações estrangeiras que em Portugal mais recorrem ao subsídio de desemprego e ao rendimento mínimo garantido (Oliveira, 2004b).

A inscrição das populações estrangeiras nos centros de emprego em Portugal reflecte a maior vulnerabilidade e a escassez de recursos de algumas comunidades. A maior propensão para o desemprego de alguns imigrantes acaba por espelhar também a debilidade da rede “étnica”. Os dados oficiais disponíveis mostram que são os imigrantes que se enquadram nos sectores menos qualificados e vulneráveis do mercado de trabalho português que mais se inscrevem nos centros de emprego e formação profissional. Em Janeiro de 2004, por exemplo, os africanos representaram cerca de 56% dos estrangeiros que beneficiavam de um subsídio de desemprego.²⁹ Nesse ano, os cabo-verdianos corresponderam à nacionalidade estrangeira com maior número de beneficiários (2938).³⁰

Os dados relativos aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção reforçam também a imagem de que há populações imigrantes mais vulneráveis no mercado de trabalho português. Segundo dados de Janeiro de 2004 do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 63,5% dos beneficiários estrangeiros do Rendimento Social de Inserção eram nacionais dos PALOP (6602 de um total de 10 397).³¹ Uma vez mais destacavam-se os cabo-verdianos com 21,8% de beneficiários.

Em suma, as populações imigrantes mais dependentes de subsídios de desemprego e do rendimento social de inserção são aquelas que se encontram em situações de maior precariedade laboral e menos propensas à iniciativa empresarial. Note-se que o investimento empresarial é mais arriscado para os imigrantes que têm pouco capital. O insucesso da actividade pode criar dificuldades à renovação da condição legal do imigrante.³² Ora a percepção deste risco leva a que algumas populações, entre elas o cabo-verdianos, possam estar a evitar o trabalho por conta própria e procurem subsídios de apoio dados pelo Estado português.

Conclui-se assim que, em traços gerais, os contextos institucional e legal de Portugal têm condicionado a inserção económica dos cabo-verdianos. Como argumenta Portes, estamos perante capacidades distintas de neutralizar as desvantagens no acesso ao mercado de trabalho (1999: 90). Os imigrantes que têm a sua população de origem inserida, maioritariamente, em actividades empresariais tendem a ser atraídos na sua direcção, conseguindo assim emprego. Já comunidades não qualificadas e inseridas em trabalhos do segmento secundário – caso dos cabo-verdianos – tornam os seus imigrantes mais vulneráveis à discriminação, ao desemprego e à opinião pública da sociedade civil do país receptor.

²⁹ Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

³⁰ O correspondente a 18,2% do total de estrangeiros inscritos nos centros de emprego. Este valor é particularmente relevante quando, nesse período, as populações imigrantes mais numerosas (segundo dados do SEF) eram os ucranianos e os brasileiros.

³¹ Note-se, no entanto, que há um peso bastante significativo de portugueses autóctones a beneficiar também deste subsídio (293 061 indivíduos).

³² À semelhança do observado em outros países europeus (EUMC, 2003: 40).

4. Empresários Cabo-Verdianos em Portugal

À semelhança de outros países, a iniciativa empresarial imigrante tem vindo a ser consolidada em Portugal. Segundo dados dos recenseamentos gerais da população, o peso relativo de empregadores imigrantes no total de empregadores do país foi reforçado entre 1981 e 2001 de 1,4% para 4,4% (vd. quadro 3.4).

QUADRO 3.4

Pesos relativos de empregadores estrangeiros e cabo-verdianos

Ano Censitário	Total estrangeiros		Cabo-verdianos	
	Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país	Peso relativo de estrangeiros activos no total de activos no país	Peso relativo de empregadores cabo-verdianos no total de empregadores estrangeiros	Peso relativo de cabo-verdianos activos no total de activos estrangeiros
1981	1,39	0,86	4,14	28,54
1991	1,66	1,33	6,85	17,85
2001	4,40	4,21	6,67	10,61

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

No caso particular dos cabo-verdianos é relevante identificar que a importância numérica dos seus empregadores no número total de empregadores estrangeiros no país cresceu de 4,14% em 1981 para 6,67% em 2001; tendência essa inversa à ponderação dos cabo-verdianos activos no total de activos estrangeiros (de 28,5% em 1981 para 10,6%), o que reforça ainda mais a importância relativa positiva em crescimento dos empregadores cabo-verdianos.

Segundo Portes (1999: 77) a taxa de empreendedorismo é um importante indicador da confiança económica dos imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento e um meio de medir a potencial mobilidade social de algumas populações. Assim se deve questionar até que ponto é que alguns cabo-verdianos estão a aumentar a sua confiança económica em Portugal e/ou estão em processos de mobilidade social ascendente ou, em contraste, verificam-se outros factores explicativos para esta tendência.

Conforme se identificou anteriormente, a esta evolução ao longo destas três décadas não são alheias algumas mudanças nos contextos económico, político e institucional português.

A diversificação e consolidação da população imigrante ao longo da década de 1990 podem explicar em parte também esta evolução. Em particular, a chegada de imigrantes asiáticos, por um lado, com

forte propensão à actividade empresarial e, por outro, de imigrantes da Europa de Leste com inserção profissional subordinada e muito orientada para os sectores da construção civil e obras públicas, determinaram também o peso relativo e a evolução dos empresários cabo-verdianos em Portugal. Neste âmbito é importante ter em consideração que a população imigrante em Portugal, à semelhança do que se pode observar em outros países de acolhimento, não pode ser observada como um todo homogéneo. A crescente diversidade de nacionalidades estrangeiras presentes no nosso país, cada uma com a sua própria história, redes sociais e recursos culturais, apresenta padrões distintos de inserção no mercado de trabalho e é afectada de forma distinta pelo contexto português.

Se algumas populações imigrantes mostram forte propensão para a iniciativa empresarial – e.g. chineses, ingleses, alemães e brasileiros – outras tendem mais a inserirem-se no mercado de trabalho português como trabalhadores dependentes – e.g. ucranianos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses.

Como se mostrou anteriormente, ao longo das últimas décadas, os fluxos de imigração cabo-verdiana responderam às exigências e transformação da economia portuguesa, em particular, nas actividades assalariadas do sector da construção civil. A dinâmica desse sector e a experiência profissional adquirida por estes imigrantes em Portugal levou, no entanto, ao surgimento de algumas estratégias empresariais com contornos específicos (e.g. subempreiteiros). Estudos à escala micro permitem concluir que há iniciativas empresariais de cabo-verdianos que decorrem de um conjunto de circunstâncias temporais e localizadas ou “acidentes de percurso”. Desafios lançados por contrêrreos, em particular no sector da construção civil, aliados à necessidade de ganhar dinheiro, ou à situação de desemprego levam alguns dos cabo-verdianos a desenvolverem actividades por conta própria, sob a forma de “biscates” (SEIES, 1995: 36-37).

A transição dos anos 80 para os 90 permitiu o desenvolvimento de formas diversas de subcontratação, tendo surgido a figura do *subempreiteiro* (Góis, 2000). Esta nova actividade é o resultado das estratégias empresariais dos imigrantes que se procuram adaptar às necessidades de redução dos custos de produção associados à mão-de-obra das empresas do sector da construção civil. Segundo Baganha e outros (1999) esta actividade, que se tem vindo a generalizar em Portugal de forma legal e/ou ilegal, formal ou informalmente, tem possibilitado a integração laboral de uma parte substantiva dos africanos, entre eles os cabo-verdianos.

Essas actividades não são mais do que situações de sobrevivência material temporária, onde o imigrante procura manter a sua subsistência. Estas actividades de pouca duração, por vezes sem carácter formal, são criadas e dissolvidas conforme surgem oportunidades no mercado.³³ Baganha e outros (1999: 168) denominam os imigrantes que se inserem nessas actividades, em especial no mercado de trabalho informal, como “sobreviventes autodidactas”.

³³ No estudo comparado das estratégias empresariais dos imigrantes em Portugal detectou-se também que os empresários de origem cabo-verdiana são caracterizados por desenvolverem actividades muitas vezes temporárias e flexíveis. Esta característica gerou alguns problemas no processo de amostragem, em particular porque muitos dos empresários indicados por informantes privilegiados já não exerciam actividades empresariais no momento do lançamento do questionário (Oliveira, 2005).

Outras estratégias empresariais têm surgido ainda nas zonas residenciais da população cabo-verdiana. Como discute Waldinger (1989: 69) a elevada concentração de residentes de determinada origem imigrante numa dada área aumenta a proporção de negócios imigrantes, uma vez que corresponde a uma resposta às próprias necessidades de consumo cultural das comunidades imigradas. Muito embora as redes sociais de implementação residencial em si tornam-se importantes oportunidades empresariais locais, estas não consolidam necessariamente a propensão para a actividade empresarial e/ou de mobilidade social ascendente dos seus protagonistas – como aliás se verifica no caso dos cabo-verdianos (Oliveira, 2008).

As recentes mudanças nas sociedades contemporâneas, conseqüentes da internacionalização e da globalização, podem estar a contribuir também para o aumento da iniciativa empresarial dos imigrantes e, conseqüentemente, a conduzir à sua mobilidade social. Saskia Sassen (1991) no estudo do fenómeno das *ciudades globais*, detectou a diversificação dos consumos e, em particular, a crescente procura do “exotismo” a que os imigrantes, normalmente, estão associados. Em resultado disto, alguns investigadores acreditam que, nesta era, a que se chamou Pós-Fordista, há oportunidades para o florescimento das actividades empresariais de imigrantes em sectores muito específicos, onde a sua cultura é vendida como um recurso económico.³⁴

É exactamente neste contexto que se definem também em Portugal novas oportunidades empresariais para os imigrantes ou em particular para os cabo-verdianos. As discotecas e a música africana, os restaurantes cabo-verdianos ou mesmo os cabeleireiros africanos começam a fazer parte de um mercado de produtos exóticos que tem vindo a ter uma procura crescente em Portugal. Os imigrantes têm-se mostrado atentos a estas oportunidades empresariais florescentes. Um bom exemplo disso foi a iniciativa de uma associação de bairro da Área Metropolitana de Lisboa, onde se verifica uma forte concentração de imigrantes cabo-verdianos, com o projecto “África na Cova da Moura”, implementado em 2004.³⁵ Incentivando o turismo étnico, esta iniciativa baseou-se na oferta de experiências africanas aos visitantes do bairro. Entre as actividades do roteiro turístico que ofereciam, convidaram os visitantes a conhecerem os sabores da cozinha africana nos restaurantes do bairro, a música e os artefactos africanos, a arte dos cabeleireiros africanos e a literatura africana disponível na biblioteca do bairro. O objectivo desta iniciativa foi sobretudo a promoção de uma opinião pública positiva acerca do bairro e dos seus moradores pela divulgação da cultura africana.

A procura de novos mercados de investimento por parte das populações africanas ou, em especial, dos cabo-verdianos pode ser vista como uma resposta ao processo de saturação e queda do sector da construção civil em Portugal.³⁶ Neste caso, e seguindo a tipologia adoptada por Haugen e Carling (2005), os cabo-verdianos poderão estar a optar pela expansão sectorial – da construção civil para um mercado de produtos exóticos de referência africana.

³⁴ Veja-se Boissevain (1984), Sassen (1991).

³⁵ Associação “Moinho da Juventude”, com sede no bairro da Cova da Moura, é a autora do projecto. A grande maioria dos habitantes desse bairro da periferia de Lisboa é originária ou descendente de imigrantes dos PALOP, em particular de Cabo Verde.

³⁶ Note-se que as recentes vagas imigratórias da Europa de Leste têm-se inserido também na construção civil e tem-se verificado uma diminuição da procura por este sector, o que tem vindo a aumentar a concorrência e a saturação do sector.

5. Conclusão

A estrutura empresarial imigrante em Portugal é caracterizada por uma ampla diversidade. Observa-se assim que, em valores absolutos, as populações numericamente mais expressivas não são as mais empreendedoras. Ora, se os cabo-verdianos estão entre as populações com menor percentagem de população activa como empresários (1,1% enquanto que a média de imigrantes é 19,3%) e são a maior população estrangeira com autorização de residência em Portugal, então a sua inserção profissional contribui para baixar a taxa de empreendedorismo dos estrangeiros.

As políticas portuguesas de imigração, as flutuações da economia e as características das populações imigrantes são factores explicativos da ampla diversidade empresarial entre os grupos imigrantes. Em particular, a análise das estruturas de oportunidades dos contextos de recepção de Portugal tornou possível explicar a baixa propensão dos imigrantes cabo-verdianos para a actividade empresarial. Por outras palavras, este artigo pretendeu discutir como a fraca incidência em actividades empresariais de um dado grupo pode não reflectir as opções dos indivíduos e/ou a inexistência de determinados recursos culturais, mas ser antes o resultado das próprias determinantes da estrutura de oportunidades da sociedade de acolhimento e as vulnerabilidades sentidas pelos imigrantes no acesso ao mercado de trabalho.

Como foi possível mostrar, o contexto português – consubstanciado em protocolos de incentivo à vinda de uma mão-de-obra pouco qualificada e flexível, em constrangimentos legais, bancários e económicos, e nas características do sistema de assistência social – determinou as características das iniciativas empresariais dos cabo-verdianos em Portugal.

Nota-se que muitos destes imigrantes tornaram-se empresários porque se encontravam em situações prolongadas de desemprego ou foram alvo de discriminação no acesso ao sistema de emprego.

Por outro lado, a falta de recursos comunitários empresariais tornou os cabo-verdianos mais vulneráveis, aumentando o seu risco no processo de definição de uma estratégia empresarial. O facto de não poderem contar com recursos financeiros na comunidade e/ou na família, conciliado com o facto de ter dificuldades de acesso ao crédito, torna-os muito dependentes de recursos e competências individuais o que aumenta o risco em caso do desenvolvimento de uma estratégia empresarial mal sucedida. É exactamente neste contexto que se compreende o recurso dos cabo-verdianos a subsídios e programas como forma de encontrarem alternativas à sua vulnerabilidade económica (e.g. recurso a programas de microcrédito, subsídios de desemprego, rendimento mínimo garantido).

Deste modo é possível verificar que na génese de grande parte das estratégias empresariais dos cabo-verdianos estão influências involuntárias. A iniciativa empresarial surgiu para uma parte substantiva dos cabo-verdianos apenas como uma alternativa às dificuldades sentidas no acesso a um trabalho assalariado e/ou para responder a necessidades locais de consumo de co-

étnicos. Ainda assim verifica-se também uma mudança nas práticas recentes, que deve ser sublinhada: o reforço da procura pelo exótico tem vindo a despertar em alguns cabo-verdianos a iniciativa empresarial como uma forma de mobilidade social ascendente efectiva.³⁷

Torna-se ainda evidente, a partir da análise feita neste artigo, que se, por um lado, os cabo-verdianos estão entre os grupos estrangeiros que apresentam taxas de empreendedorismo mais baixas em Portugal, porque têm falta de recursos empresariais fundamentais (e.g. falta de recursos comunitários potenciáveis para estratégias empresariais, vulnerabilidade a aceder a oportunidades estruturais, dependência de poupanças próprias); também é verdade que o aumento – absoluto e relativo verificado nos últimos anos – no número de empresários cabo-verdianos é o reflexo do contornar de desvantagens importantes sentidas no mercado de trabalho português (e.g. discriminação, situações de desemprego, dependência por um sector económico em crise e com um novo grupo imigrante a competir) e o identificar de alternativas e incremento da procura por serviços e produtos de nichos de mercado étnicos (e.g. música, restauração).

Referências Bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis *et al.* (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 150, pp. 147-173.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos e FONSECA, Graça (2000), *Is an Ethclass emerging in Europe? The Portuguese case*, Lisboa, Luso-American Foundation.
- BARRETT, Giles, JONES, Trevor and MCEVOY, David (2001), “Socio-economic and policy dimensions of the mixed embeddedness of ethnic minority business in Britain”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 27, n.º 2, Abril, pp. 241-258.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1984), “Small entrepreneurs in contemporary Europe”, in WARD, R. e JENKINS, R. (eds.), *Ethnic communities in business. Strategies for economic survival*, Londres, Cambridge University Press, pp. 20-38.
- BONACICH, Edna (1973), “A Theory of Middleman Minorities”, *American Sociological Review*, vol. 38 (Outubro), pp. 583-594.
- CHAN, Janet e CHEUNG, Yvet-Wah (1985), “Ethnic Resources and Business Enterprise: A study of Chinese business in Toronto”, in *Human Organization*, vol. 44, n.º 2, summer, pp. 142-154.
- FREEMAN, G. e ÖGELMAN, N. (2000), “State Regulatory Regimes and Immigrants’ Informal Economic Activity”, in Jan Rath (ed.), *Immigrant Businesses. The economic, political and social environment*, Londres, Macmillan Press Ltd, pp. 107-123.
- FREIRE, João (1995), *O Trabalho Independente em Portugal*, Lisboa, CIES.
- FONSECA, Lucinda *et al.* (2002), *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

³⁷ Cerca de 52,8% dos empresários cabo-verdianos inquiridos declararam que criaram um negócio em Portugal porque queriam ser independentes (valor esse que fica apenas nos 38,4% para o total de empresários estrangeiros inquiridos) (Oliveira, 2005: 141).

- GÓIS, Pedro (2000), “Do “trabalhador-convidado” ao subempreiteiro: a inserção dos (i)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho: a área metropolitana de Lisboa”, artigo apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, realizado em Coimbra.
- Haugen, Heidi e Carling, Jørgen (2005), “On the edge of the Chinese Diaspora: the surge of baihuo business in an African city”, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 28, n.º 4, pp. 639-662.
- JONES, Trevor e RAM, Monder (2007), “Re-embedding the ethnic business agenda”, in *Work Employment Society*, vol. 21, n.º 3, pp. 439-457.
- KLOOSTERMAN, Robert (2000), “Immigrant Entrepreneurship and Institutional Context: a Theoretical exploration”, in Jan Rath (ed.), *Immigrant Businesses. The economic, political and social environment*, Londres, Macmillan Press Ltd, pp. 90-106.
- LIGHT, Ivan (1972), *Ethnic Enterprise in America: Business and Welfare among Chinese, Japanese and Blacks*, Berkeley, University of California Press.
- LIGHT, Ivan (1979), “Disadvantaged Minorities in Self-Employment”, in *International Journal of Comparative Sociology*, n.º 20, pp. 31-45.
- LIGHT, Ivan e GOLD, Steven (2000), *Ethnic economies*, San Diego e Londres, Academic Press.
- LIGHT, Ivan e ROSENSTEIN, Carolyn (1995), *Race ethnicity and entrepreneurship in Urban America*, New York, Aldine de Gruyter.
- MALHEIROS, Jorge (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisboa, Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2004), *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, Lisboa, Observatório da Imigração.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2005), *Empresários de Origem Imigrantes. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa, ACIME.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2006), “Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?”, *Oficina do CES* n.º 243, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/243/243.php>
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2007), “Understanding the diversity of Immigrant entrepreneurial strategies”, in DANA, Leo-Paul (ed.), *Handbook of Research on International Entrepreneurship*, Edward Elgar.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2008), “Diver-cidades empresariais em Portugal: padrões de incidência territorial de empresários imigrantes”, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações*, Número Temático *Imigração e Mercado de Trabalho*, Outubro, pp. 95-120.
- PEIXOTO, João (2002), “Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 28, n.º 3, July, pp. 483-497.
- PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora, tradução de Frederico Águas.
- PORTES, Alejandro e MANNING, Robert (1986), “The Immigrant Enclave: Theory and Empirical examples”, in OLZAK, S. e NAGEL, J. (eds.), *Competitive Ethnic relations*, Londres, Academic Press Inc., pp. 47-68.
- RAES, Stephan (2000), *Migrating enterprise and migrant entrepreneurship*, Amsterdam: Het Spinhuis.
- RATH, Jan (2000), “Introduction: Immigrant Business and their Economic, Political-Institutional and Social Environment”, in RATH, Jan (ed.), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*, Londres, MacMillan Press Ltd, pp. 1-19.

- SAINT-MAURICE, Ana e PIRES, Rui Pena (1989), “Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10 e 11, pp. 203-226.
- SASSEN, Saskia (1991), *The global city. New York, London, Tokyo*, Princeton: Princeton University Press.
- SEIES (1995): *Empresas de Minorias Étnicas*, Lisboa, Entrelaços.
- WARD, Robin e JENKINS, Richard (ed.) (1984), *Ethnic communities in business. Strategies for economic survival*, London, Cambridge University Press.
- WILSON, K. e PORTES, A. (1980), “Immigrant Enclaves: An Analysis of the Labor Market Experiences of Cubans in Miami”, in *American Journal of Sociology*, vol. 86, n.º 2, pp. 295-319.

IV

PRÁTICAS TRANSNACIONAIS DOS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL³⁸

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto**Centro de Estudos Sociais*

JOSÉ CARLOS MARQUES

*Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria**Centro de Estudos Sociais***1. Introdução**

Desde os anos 90 que a literatura sobre o transnacionalismo tem crescido na comunidade científica tendo-se transformado numa *buzzword* para as migrações contemporâneas. A pesquisa em ciências sociais, no entanto, ainda não concretizou empiricamente o que há de novo nas migrações contemporâneas que mereça ser tratado de forma diferenciada do que as teorias migratórias sempre fizeram. Os contributos teóricos sobre transnacionalismo e práticas transnacionais traduzem, na sua ampla maioria, a ausência de conhecimento empírico sobre práticas transnacionais e sobre a sua relevância. No projecto de investigação que subjaz a este artigo um dos objectivos era o de descrever a realidade social das práticas transnacionais dos migrantes numa base comparada, combinando a interferência e interacção dos países emissores e receptores com as comunidades estudadas. Neste projecto ensaiou-se uma mensuração das práticas transnacionais em diferentes esferas sociais (e.g. economia, política, cultura, etc.) procurando aquilatar a sua importância. No sentido de obter uma descrição das práticas transnacionais dos cabo-verdianos em Portugal combinaram-se três tipos de metodologias: análise documental; entrevistas a informadores privilegiados; e entrevistas a migrantes transnacionais. A compreensão da fraqueza dos indicadores de transnacionalismo é analisada tendo como pano de fundo a história e dinâmica do fluxo migratório cabo-verdiano para Portugal.

O objectivo central deste texto consiste, assim, em apresentar as diferentes formas de relacionamento dos migrantes com o seu país de origem, identificando aquelas que podem ser vistas com actividades transnacionais³⁹. A análise dos movimentos migratórios no sentido de averiguar

³⁸ Este texto apresenta resultados do projecto “Práticas Transnacionais dos Migrantes na Europa Ocidental”, projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/SOC/55646/2004) e coordenado cientificamente pela Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha. Os autores agradecem a Carlos Elias Barbosa, bolsheiro de investigação no projecto, toda a ajuda prestada.

³⁹ Os autores reconhecem que somente num sentido bastante amplo é que algumas das actividades desenvolvidas pelos migrantes poderão ser designadas de transnacionais. Trata-se, contudo, de práticas que assumem um importante papel de manutenção e intensificação das relações entre os migrantes e o seu país de origem, enquadrando-se, portanto, na lógica da definição de transnacionalismo.

as diferentes dimensões consideradas relevantes sustentará a identificação de práticas transnacionais que, a diferentes níveis, se desenvolvem entre o grupo de migrantes estudado. Atendendo a que o surgimento e evolução destas práticas é influenciado pelo contexto em que ocorrem os fluxos migratórios e pelo volume relativo do conjunto de imigrantes, o artigo começa por apresentar, de forma necessariamente breve, a história e a dinâmica dos movimentos migratórios cabo-verdianos para Portugal. Numa segunda parte, a atenção recairá sobre a descrição das actividades realizadas pelos migrantes e observadas no decurso do trabalho empírico do projecto (2005-2007).

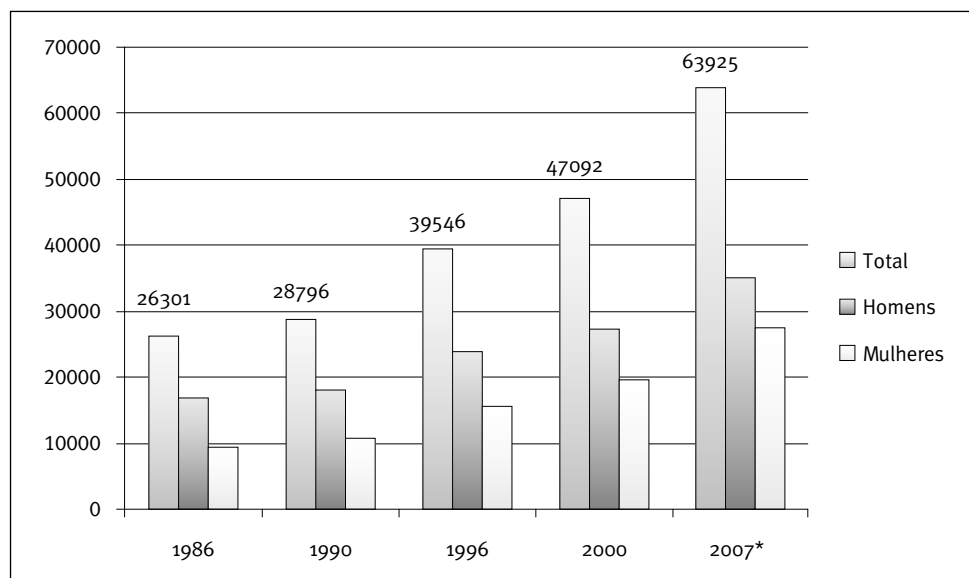
2. Características gerais da imigração cabo-verdiana para Portugal

As origens da imigração cabo-verdiana em Portugal podem ser encontradas nos anos 60, altura em que migram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem no sector mineiro, na construção civil e obras públicas.⁴⁰ Estes cabo-verdianos chegam a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, suprimindo a mão-de-obra local que, por sua vez, emigrara para outros países europeus (por exemplo, França ou Alemanha) ou para colmatar a ausência dos soldados que foram enviados, compulsivamente, para a guerra colonial. Ao seu modo, funcionaram como trabalhadores convidados e vieram substituir os emigrantes portugueses que se transformaram em *guest workers* nos países da Europa Central ou do Norte. Estes imigrantes originários de Cabo Verde inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra, maioritariamente, no sector da construção civil e obras públicas. A elevada concentração geográfica nos distritos de Lisboa e de Setúbal apresenta-se, desde o início, em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana total residente em Portugal.

⁴⁰ A emigração de cabo-verdianos para Portugal insere-se num contexto mais vasto da emigração cabo-verdiana. De facto, Portugal, a exemplo de outros países europeus, só após a II Guerra Mundial se tornou um destino migratório para os cabo-verdianos. Na época contemporânea podemos dividir a emigração cabo-verdiana contemporânea em três ciclos migratórios distintos: um primeiro ciclo que decorre desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX e que é marcado por uma corrente emigratória para a América, sobretudo EUA e, simultaneamente, por uma “emigração forçada” para S. Tomé e Príncipe e, em alguns casos, para outras províncias do então Império Colonial Português, designadamente Angola e Guiné-Bissau; um segundo ciclo que vai do final dos anos 20 ao fim da II Guerra Mundial e que mostra duas grandes tendências: uma grande diminuição do número de saídas e um nítido desvio da corrente emigratória para o Brasil, Argentina ou Senegal; um terceiro e último ciclo que arrancou com o final da II Guerra Mundial e prossegue até à actualidade. Neste ciclo os principais destinos de emigração são países europeus: Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, etc.

FIGURA 4.1

População estrangeira residente em Portugal com nacionalidade cabo-verdiana, segundo o sexo



Fonte: Estatísticas Demográficas; SEF (vários anos)

* Dados provisórios

A comunidade cabo-verdiana actual é o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção sócio-económica. Se, como vimos, o primeiro fluxo teve origem nos anos 60, foi nas décadas posteriores que a comunidade se desenvolveu. Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos⁴¹ incluído no movimento de retorno das ex-colónias.⁴² Estes cabo-verdianos, muitos com nacionalidade portuguesa,⁴³ concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa e, de uma maneira geral, inseriram-se no mercado de trabalho em sectores como o da

⁴¹ Neste repatriamento, ou “retorno” à pátria, os indivíduos com nacionalidade portuguesa, naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana, dificilmente podem ser conceptualizados como imigrantes. No entanto, numa análise das migrações de cabo-verdianos para Portugal, este movimento, que tem início em meados da década de 70 e termo nos primeiros anos da década de 80, apresenta-se como crucial na criação e manutenção das redes migratórias que sustentam este fluxo nas últimas duas décadas.

⁴² O número de cabo-verdianos incluído no total de “retornados” é impossível de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados.

⁴³ O Decreto Lei 308-A/75, de 24 de Julho, vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos, transformando-os em imigrantes. Esta lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente, a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro) vai modificar o princípio de atribuição da nacionalidade do *Jus soli* em favor do *Jus sanguinis*. Só em 1988, no entanto, é que é revogado o DL 308-A/75, de 24 de Julho.

construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes. Podemos falar deste movimento migratório como um segundo ciclo nas migrações cabo-verdianas para Portugal. O terceiro ciclo de migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, dá início a uma nova fase na imigração portuguesa, marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho. As características de inserção espacial e laboral mantiveram-se inalteradas, tendo ocorrido neste período uma tendência para um equilíbrio entre os sexos na imigração cabo-verdiana que se mantém.

A imigração cabo-verdiana para Portugal sintetiza, de um modo particularmente acutilante, a complexidade do processo pós-colonial e a transição de Portugal para país, também, de imigração. Sendo uma imigração já com algumas décadas, reúne distintos tipos de migrantes que, na sua totalidade, não formam uma comunidade homogénea, mas um conjunto que reproduz em Portugal as diferentes estruturas (e.g. de classe, de *status*, etária, de sexo, etc.) do país de origem. O número de migrantes cabo-verdianos (e seus descendentes) residentes em Portugal é uma incógnita mas é, obviamente, superior ao número de indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana residentes em Portugal, não sendo ilícito apontar um número entre uma e duas centenas de milhar de indivíduos entre naturais, nacionais e descendentes de cabo-verdianos. Os projectos migratórios dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal são, na perspectiva dos próprios, considerados geralmente como temporários de longo prazo e orientados para um regresso ao seu país de origem apenas após a reforma. Na prática, porém, Portugal acaba por funcionar como local de imigração permanente e, mesmo, como local de reforma para muitos cabo-verdianos que se aposentam noutros países europeus e que escolhem não regressar permanentemente a Cabo Verde (Moldes-Farelo, 2000).

3. Novo transnacionalismo ou velhas práticas imigrantes

Ao longo das últimas duas décadas vários autores reflectiram sobre o transnacionalismo⁴⁴ enquanto fenómeno emergente ou como um facto clássico das migrações, que assume, actualmente, uma preponderância maior do que em épocas anteriores (Itzigsohn e Saucedo, 2002). Expressões como “comunidades transnacionais”, “práticas transnacionais”, “imigrantes transnacionais” viram generalizar o seu uso sem que, na maioria dos casos, ao conceito utilizado correspondesse uma empiria verificada. Apesar disso, não se pode negar a importância que vem assumindo este novo olhar sobre as migrações e os imigrantes tendo em vista a compreensão dos movimentos migratórios contemporâneos, assente, desta feita, numa lógica de análise multidireccional complexa. De facto, ao longo das duas décadas, tem-se vindo a assistir a uma mudança no paradigma do estudo das migrações, na análise das comunidades de imigrantes e seus descendentes e no modo como interagem com as sociedades onde se inserem. O modelo

⁴⁴ Segundo este novo paradigma, os imigrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os unem ao país de origem, isto é, não existe um processo de assimilação/incorporação total nos países de destino, mas antes uma partilha complexa entre as duas ou mais sociedades, criando, assim, uma multiplicidade de laços que os ligam ao país de origem em diferentes áreas, que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as suas relações sociais com as sociedades de origem e de destino.

do transnacionalismo obriga a uma mudança de uma lógica de análise de relações unidireccionais simples (origem-destino, migração de retorno, (re)agrupamento familiar, migrações temporárias ou definitivas, etc.) para uma outra mais complexa que envolve migrações circulares, re-emigração, transmigrações, migrações transfronteiriças, comunidades transnacionais, práticas transnacionais, etc.

A origem antropológica do conceito⁴⁵ e a empiria baseada em estudos de caso,⁴⁶ singulares e irrepetíveis, impede que haja actualmente mais do que exemplos isolados de casos particulares. Estes exemplos, que são já suficientes para construir tipologias preliminares e para a criação de novos conceitos categorizadores, não chegam ainda para avaliar a amplitude e evolução do transnacionalismo enquanto facto social. Por outro lado, o facto de as práticas transnacionais serem, de acordo com a maioria dos estudos efectuados, sobretudo um fenómeno da primeira geração de migrantes e de diminuírem ou desaparecerem ao longo das gerações seguintes torna, aparentemente, o transnacionalismo uma etapa intermédia do processo de assimilação. Por último, o transnacionalismo não parece ser um fenómeno novo,⁴⁷ mas, sobretudo devido à influente globalização, o transnacionalismo actual é, aparentemente, diferente do “velho” transnacionalismo (Foner, 1997).

A redução da dimensão relativa do mundo, fruto da contracção das distâncias-tempo e das distâncias-custo, e a facilitação dos fluxos de comunicação permitem que os migrantes mantenham um contacto mais assíduo e denso com as regiões de origem numa nova geografia multipolar. Neste novo modo de organização, uma rede de redes, o local, região ou país de origem desempenha um papel de referência central, real ou imaginária, mas a lógica de relações e de processos sociais complexifica-se, na medida em que cada lugar da rede se relaciona quer com o ponto de origem, quer com outros locais de destino (Malheiros, 2001). Por outro lado, o potencial de contactos, trocas e multi-dependências intensifica-se e democratiza-se, uma vez que a ele podem aceder mais facilmente cada vez mais indivíduos.

Apesar das críticas ao novo olhar proposto pelo transnacionalismo, é de prever que as práticas transnacionais tenham tendência a aumentar. Este fenómeno, segundo Alejandro Portes, “não é propulsionado por razões ideológicas, mas pela própria lógica do capitalismo global, que gera nos países avançados uma procura de mão-de-obra imigrante para segmentos específicos do

⁴⁵ O termo *transnacional* não é recente e é utilizado, por exemplo, no título de um artigo clássico da autoria de Randolph S. Bourne, citado por Portes, publicado em 1916, intitulado “Transnational America”. Depois, o conceito foi utilizado de diversas formas, aludindo, em particular, às actividades das empresas globais (Portes, 2006: 208).

⁴⁶ Baseados em estudos etnográficos, os estudos sobre transnacionalismo têm as suas limitações, para além das vantagens que naturalmente comportam, pelo que vários autores têm insistido na necessidade de se realizarem mais estudos comparativos e quantitativos sobre o fenómeno e, ao mesmo tempo, se encontrar, nos próximos anos, uma abordagem metodologicamente mais diversificada.

⁴⁷ É óbvio que os imigrantes não são os únicos actores transnacionais e que nem todos os imigrantes são transnacionais, contrariando, assim, uma certa ideia inicial dos estudos antropológicos que anunciavam a descoberta “de uma nova roda”. Estudos posteriores vieram demonstrar que só uma minoria dos imigrantes e seus descendentes se caracteriza por um envolvimento regular em actividades transnacionais e que o próprio envolvimento ocasional não constitui uma prática universal.

mercado de trabalho. Este transnacionalismo migrante, e as práticas que o suportam, vai ter, por outro lado, implicações no processo de integração na sociedade de acolhimento, tanto da geração de imigrantes, como dos seus filhos” (Portes, 2006: 213-14). Por isso, um olhar atento a estas práticas transnacionais permite uma análise antecipada das estratégias dos imigrantes no que se refere à relação com os seus países de origem.

São múltiplos os exemplos históricos da existência de transmigrantes, de famílias transnacionais, de um estilo de vida transnacional ou de práticas transnacionais, que, enquanto “categorias de prática”, anteciparam em muito as “categorias de análise”⁴⁸ que deram origem ao conceito. Se nos detivermos apenas nos migrantes cabo-verdianos, e analisarmos as suas práticas em relação ao país de origem ao longo dos últimos dois séculos, facilmente nos apercebemos de múltiplas situações do que actualmente conceptualizaríamos como exemplos de transnacionalismo. Deidre Meintel, referindo-se às práticas dos imigrantes sazonais cabo-verdianos nos EUA no século XIX, menciona práticas de envio de remessas de diferentes tipos, os casamentos por procuração, o aparecimento de famílias transnacionais, etc. (Meintel, 2002: 26). Outros autores, ao estudarem outros nódulos migratórios dos cabo-verdianos na Europa, como a Itália, Portugal ou a Holanda, destacaram desde os anos 70 do século XX práticas transnacionais relacionadas com: as viagens inter-núcleos migratórios para férias, festas ou casamentos; o uso funcional do passaporte de um país da UE para facilitar a migração para outro país de UE; a participação em negócios no país de origem ou em países terceiros; os clássicos investimentos no país de origem (e.g. compra/construção de casa, aquisição de terrenos, pequenos negócios); a música; o desporto; ou o comércio tradicional.

O transnacionalismo não é, no caso cabo-verdiano, um fenómeno recente. É um fenómeno com raízes na clássica emigração laboral deste país, manteve algumas das suas práticas tradicionais ao longo do século XX e, de alguma forma, renovou-se com as ferramentas que a globalização colocou ao seu dispor. Trata-se, no essencial, de um conjunto de actividades assentes na manutenção de contactos mais ou menos regulares entre emigrantes e, sobretudo, os seus locais ou regiões de origem, facilitados pela comunicação quase instantânea permitida pelas novas tecnologias da informação. A definição destas práticas como transnacionais torna-se particularmente evidente se adoptarmos uma definição abrangente de transnacionalismo, tal como sugerida por Grosfoguel e Cordero-Guzmán que inclui quer os migrantes que mantêm múltiplos relacionamentos através de uma forte circulação física entre o país de origem e de destino, quer os que mantêm estes relacionamentos através de outros meios (envio de remessas, envio de bens, contactos com o país de origem, etc.) (Grosfoguel e Cordero-Guzman, 1998). Analisemos algumas das características deste transnacionalismo na actualidade.

⁴⁸ Sobre a distinção “categoria de prática” *versus* “categoria de análise” ver Bourdieu, 1991.

4. Práticas transnacionais concretas dos imigrantes cabo-verdianos

Nas ciências sociais, quando analisamos uma determinada realidade social fazêmo-lo utilizando conceitos que pretendem apreender em si o “objecto” a que se referem. A lógica construtiva por detrás de uma investigação implica, nomeadamente, formular hipóteses, desconstruir o objecto através de dimensões, indicadores e variáveis, analisar os dados obtidos, transformar o resultado em conceitos analítico-descritivos e, por fim, construir uma teoria que permita compreender o objecto analisado. Não é isto que encontramos no que se refere aos conceitos de transnacionalismo e de “práticas transnacionais”. Se nos limitarmos apenas ao conceito de “práticas transnacionais” e à sua construção enquanto objecto nas ciências sociais, parecem encontrar-se ainda algumas lacunas no que diz respeito às contribuições teóricas, que se traduzem numa relativa ausência de conhecimento empírico sobre as práticas transnacionais.

Ao mesmo tempo, os estudos de caso realizados sobre diferentes grupos migrantes revelam que se trata de um pequeno grupo que se encontra regularmente envolvido em práticas transnacionais de âmbito económico ou político, e uma grande maioria que, ocasionalmente, se envolve em tais actividades. Complementarmente, alguns estudos têm explorado a relação entre migrações e desenvolvimento, definindo a sua característica transnacional como um produto do capitalismo avançado, exercendo a sua influência sobre os países não industrializados ou periféricos, fazendo-os depender em muito das remessas dos próprios emigrantes, que, desta forma ou através de investimentos directos em iniciativas de desenvolvimento local, ligariam país de destino e país de origem em novas relações de dependência.

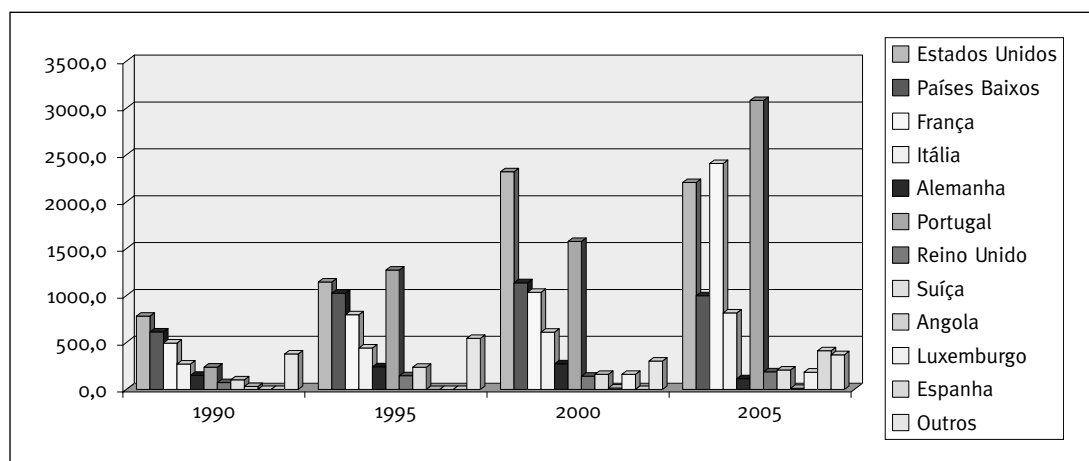
Enquanto actividades transnacionais, encontramos polarizada a discussão entre diferentes actividades atribuídas ao transnacionalismo dos imigrantes, bem expressa na dicotomia entre práticas *from below* e práticas *from above* como oposição caracterizadora (Smith e Guarnizo, 1999). Neste texto, optámos por uma separação entre práticas transnacionais colectivas e práticas transnacionais individuais, ambas podendo ser genericamente caracterizadas *from below*. Os actores transnacionais (individuais ou colectivos) desenvolvem formas activas de participação em processos económicos, políticos, cívicos e culturais, simultaneamente no local, região ou país de origem, como no local, região ou país de destino. Excluímos nesta definição a dimensão simbólica, aquela que une emocionalmente os diferentes indivíduos aos distintos locais onde foram socializados, muitas vezes referida como uma ligação indelével mas permanente. Temos porém em conta que esta ligação simbólica se traduz em consumos específicos: de gastronomia, dança, literatura, música, trajes e modas de vestuário, etc., que ligam origem e destino (e por vezes outros núcleos migratórios), estes sim capazes de se constituírem em práticas transnacionais. Através destes consumos, torna-se possível criar universos simbólicos transnacionais, “comunidades de sentimento”, identidades prospectivas, partilha de gostos, prazeres e aspirações (Appadurai, 1996) que, ao seu modo, ligam local, região e país de origem ao local, região ou país de destino. As práticas transnacionais detectadas distribuem-se por distintas esferas (e.g. política, cultural, económica, etc.), sendo que, como se compreende, por vezes as fronteiras entre elas são fluidas e o enquadramento de uma determinada prática transnacional numa das esferas questionável.

4.1. O transnacionalismo na dimensão económica

Se nos referirmos às relações dos cabo-verdianos com o país de origem, via telefone/telemóvel, carta, e-mail, através do envio de remessas financeiras ou outras, ou aproveitando portadores de viagem para envio de encomendas, podemos afirmar que a grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal se encontra envolvida em actividades transnacionais ocasionais.⁴⁹ De entre estas, destacam-se pela quantificação possível, as remessas financeiras formais e, nomeadamente, aquelas que se destinam ao sustento das famílias (sempre uma noção alargada de família) que permanecem no arquipélago.⁵⁰ No entanto, uma percentagem elevada destas remessas permanece à margem da formalidade e depende de outros actores transnacionais (o “bom portador” das cartas, o familiar ou o conterrâneo que leva uma encomenda) numa interessante dupla prática transnacional. Podemos, portanto, caracterizar estas práticas transnacionais como duais e complementares entre o formal e o informal, sendo que as segundas podem ser enunciadas mas não medidas. As remessas dos emigrantes têm constituído um factor muito importante para o equilíbrio da economia de muitas famílias em Cabo Verde e tem diminuído o défice da balança de transacções correntes do arquipélago. A evolução destas remessas financeiras formais pode ser analisada no gráfico seguinte, em que é possível notar que Portugal se assumiu, nos últimos anos, como o principal país emissor de remessas para Cabo Verde.

FIGURA 4.2

Remessas de emigrantes, por país de origem



Fonte: Banco de Cabo Verde (vários anos)

⁴⁹ Basta uma ida aos aeroportos em dia de voo para Cabo Verde para se entender a importância destes correios informais. Ultimamente estes correios têm também sido associados ao tráfico de droga internacional, uma das práticas transnacionais detectadas mas, como é óbvio, impossível de medir.

⁵⁰ Como seria de esperar, o envio regular de remessas é uma variável dependente da existência de familiares a cargo, isto é, à medida que ocorre o reagrupamento familiar ou a emigração de outros membros do agregado familiar as remessas tendem a diminuir em periodicidade e montante.

Ao nível das transferências financeiras para investimento no país de origem, quase sempre na localidade ou na ilha, destaca-se o que se destina à compra de terrenos ou de habitação. Complementarmente, os depósitos bancários nos bancos do país assumem alguma relevância. Outros investimentos como construção de casa própria ou investimento no imobiliário, comércio ou indústria têm um peso menor. Alguns exemplos esparsos de investimento em negócios de âmbito local (e.g. empresários que se envolvem no incipiente mercado de acções de Cabo Verde, criação de empresas ou *joint ventures* com empresas locais) surgem como exemplares mas não são generalizáveis. Recentemente foram criadas áreas específicas de negócio (e.g. em bancos ou empresas de promoção imobiliária) destinadas a captar as poupanças dos cabo-verdianos no exterior (e.g. fundos de investimento em turismo, fundos de investimento imobiliário, aquisição de habitação para arrendamento), mas são ainda muito incipientes os resultados obtidos.

Tomadas em conjunto, as práticas acabadas de referir exemplificam diferentes formas de os migrantes contribuírem para a constituição de espaços sociais e económicos que ligam o seu país/região de origem com o país de acolhimento. Trata-se de actividades que, em geral, são prosseguidas com alguma regularidade e de forma individual e familiar e em que o número de pessoas que se encontram directamente envolvidas não ultrapassa, comumente, os membros da rede familiar do migrante. Actividades que envolvem uma rede mais extensa de actores e que procuram, através de uma acção colectiva, contribuir para o desenvolvimento do país/região de origem ou para mitigar os efeitos de desastres naturais (como, por exemplo, incêndios ou inundações) são bastante menos frequentes e estruturadas.

4.2. Práticas transnacionais na esfera sócio-cultural

A cultura tem ganho uma relevância significativa enquanto elemento explicativo de muitos processos sociais e também no campo das migrações. Sobretudo na área da antropologia das migrações, a cultura (na sociedade de origem e na de destino) tem sido assumida como factor diferenciador dos tipos e modos de integração e na polarização das dinâmicas entre a assimilação e o vigor das práticas transnacionais. Não assumindo a cultura como uma variável explicativa exclusiva ou mesmo dominante na sociologia das migrações, a verdade é que é na esfera cultural que as práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos se assumem com maior visibilidade quotidiana, de certa forma, obscurecendo outras esferas. A manutenção dos laços com o país de origem faz-se sobretudo a nível simbólico, através da utilização da língua de origem, da gastronomia, do consumo ou recepção de música, dos *media* ou literatura do país de origem, que se valorizam tanto ou mais do que a do país de acolhimento. A dinâmica da produção e/ou dos consumos culturais dos cabo-verdianos em Portugal surge, provavelmente, como o aspecto mais notável do transnacionalismo cabo-verdiano enquanto partilha vivencial entre sociedades. Este transnacionalismo centra-se, sobretudo, em quatro domínios da esfera cultural cabo-verdiana: a música, a língua, a dança e a gastronomia, com importância e influência diferenciadas.

A música constitui um exemplo de interligação de práticas transnacionais de consumo e de produção que abrange a quase totalidade dos cabo-verdianos em Portugal. Tendo embora uma população reduzida, Cabo Verde é um país com uma elevada projecção musical. Artistas cabo-verdianos têm uma circulação global no âmbito da chamada *world music*, em paralelo com uma circulação entre os países ou as cidades que acolhem imigrantes cabo-verdianos (Esteves e Caldeira, 2001). Os produtores e consumidores podem encontrar-se indiferenciadamente em Portugal, em Cabo Verde ou em outros países, mas a ligação transnacional da música é uma constante.⁵¹ Grande parte da produção de música de origem cabo-verdiana é realizada por indivíduos de origem cabo-verdiana que se encontram fora de Cabo Verde, num âmbito transnacional (Cidra, 2005). A produção e consumo de música cabo-verdiana são, neste âmbito práticas transnacionais de alta intensidade (Góis, 2005). No caso específico da música cabo-verdiana, Lisboa funciona como um local com efeito potenciador de um transnacionalismo ligado a práticas culturais específicas que se prolongam, aliás, em outros domínios como a língua. Ao possibilitar uma interacção entre culturas locais da origem dos imigrantes e as culturas do local de destino, a música (e a língua em menor dimensão) permitem compreender a lógica do transnacionalismo como um território único de acção social em que os imigrantes já não estão desenraizados, mas, ao contrário movem-se livremente de um lado para o outro através de culturas e sistemas sociais diferentes (Brettel e Hollifield, 2000).

4.3. As práticas transnacionais na esfera política

Uma das características contemporâneas do transnacionalismo migrante mais interessante e desafiadora tem a ver com as potenciais redes de intervenção e/ou de participação política em mais do que um Estado.⁵² Poder eleger e ser eleito, participar politicamente no país de origem e no país de destino, influenciar decisões em dois Estados é um desafio que se pode concretizar em diferentes tipos de práticas transnacionais. Analisadas as práticas concretas, estas ficam aquém do que esperaríamos. Há, evidentemente, uma carga simbólica neste tipo de práticas que, no caso cabo-verdiano, tem origem nos movimentos de luta pela independência de Cabo Verde em 1975 e na abertura do país ao sistema multipartidário em 1991. Tanto no primeiro como no segundo caso, foi muito importante a participação política de académicos, artistas ou intelectuais que se mobilizaram no exterior dos respectivos países. A análise dos dados estatísticos demonstra, porém, que a participação política dos migrantes cabo-verdianos, como eleitores ou como candidatos, nos momentos eleitorais nos países de origem e nos países de destino tem sido residual.

A não participação nas recentes eleições presidenciais e legislativas em Cabo Verde é duplamente elevada: por um lado, um défice de registo como eleitor – o grupo de eleitores registados oficialmente é muito inferior ao número de potenciais eleitores (indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana maiores de 18 anos); por outro, uma grande abstenção no dia das eleições.

⁵¹ O mercado musical português é, imediatamente após Cabo Verde, o de maior consumo da música cabo-verdiana.

⁵² Veja-se a possibilidade de um imigrante com dupla nacionalidade poder eleger dois presidentes em dois países distintos.

No domínio da participação política em Portugal, duas são as possibilidades: (i) quando se trata de cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa, participação eleitoral plena; ou (ii) na circunstância de indivíduos apenas com nacionalidade cabo-verdiana, participação apenas nas eleições para as autarquias locais (municípios e juntas de freguesia), caso sejam possuidores de uma autorização de residência válida. Também neste caso os níveis de registo e participação são muito baixos, demonstrando um défice de integração neste sistema funcional, tanto no que se refere ao país de origem como ao de destino. A análise das entrevistas realizadas confirma este facto: a fraca mobilização e participação política dos cabo-verdianos nega o simbolismo (e a potencialidade) deste tipo de práticas transnacionais.⁵³

4.4. O uso das tecnologias de informação e comunicação: uma esfera emergente

A aceleração dos processos de globalização e a importância do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a modernização e democratização dos transportes, vieram facilitar as ligações entre (e intra) os cabo-verdianos emigrados e o arquipélago de origem. Quer as tecnologias de comunicação tradicionais (e.g. cartas, telefone), quer as novas tecnologias de informação e comunicação (e.g. internet, rádios *on line*, televisões globais, telemóveis), sobretudo nas suas mais modernas aplicações (e.g. *sms*, *blogs*, *web pages*, *my space*, *you tube*, etc.), são utilizadas por cabo-verdianos emigrados na sua ligação entre (pelo menos) duas nações. Estas novas tecnologias são, como afirmam Manuel Castells e colaboradores, mais um elo na ligação da estruturação de uma sociedade global em rede (Castells *et al.*, 2007).

As novas tecnologias influenciam o modo como se estruturam as práticas transnacionais nas diversas dimensões consideradas (económica, cultural, política, social e demográfica e informacional). Nas suas diversas formas, encontram-se exemplos de aproveitamento destas tecnologias, nomeadamente, para uso político (envio de *sms* aos potenciais eleitores), cultural (criação de *blogs* dedicados à música do arquipélago de origem), económico (realização de contactos comerciais), social (uso da internet para a manutenção de contacto entre as famílias emigradas). As novas tecnologias vêm refazer e ao mesmo tempo alargar as redes de contactos. É através desta via que, por exemplo, as comunidades mais antigas como a dos cabo-verdianos nos Estados Unidos da América, Argentina, ou Senegal, onde alguns dos primeiros migrantes já haviam perdido os contactos com a origem, podem recuperar esses contactos com Cabo Verde ou com cabo-verdianos emigrados em outros países. São, deste modo, e em complemento ao envio de remessas, preservados os valores de solidariedade e a sustentabilidade das famílias no país de origem. Em alguns casos específicos, como situações de emergência, projectos temporários (como as eleições) ou acontecimentos desportivos, estas redes desempenham um papel estruturante na manutenção dos laços entre os que ficaram no país de origem e os que emigraram.

⁵³ Mesmo quando as últimas eleições presidenciais (2006) são decididas nos círculos eleitorais fora de Cabo Verde. A título de exemplo refira-se que o número de votantes nas eleições legislativas ou nas presidenciais de 2006 não ultrapassou os 5000 em toda a Europa, face a cerca de 32 000 eleitores inscritos e a mais de 100 000 eleitores potenciais.

Estas tecnologias de informação e comunicação contribuem para uma activação de redes sociais solidárias a longa distância, uma das características inerentes ao transnacionalismo contemporâneo, capazes de mobilizar os imigrantes e de os transformar em mediadores entre as sociedades de origem e de destino. Alejandro Portes enfatiza a importância do domínio das tecnologias de comunicação pelos indivíduos inseridos nas redes sociais transnacionais. Normalmente, trata-se de indivíduos bilingues que se movem facilmente entre as duas culturas, e que frequentemente mantêm casas nos dois países, perseguindo interesses económicos, políticos e culturais que requerem a sua presença nos dois lados (Portes, 1997). Estes transmigrantes fazem parte de lógicas contra-hegemónicas que desterritorializam ou reterritorializam as nações num espaço global, complexificado em múltiplos espaços sociais, políticos, económicos e culturais transnacionais nos quais o uso das novas tecnologias se reveste de grande importância (Góis, 2006).

5. Transnacionalismo individual/familiar mais do que comunidades transnacionais

O transnacionalismo cabo-verdiano é essencialmente um transnacionalismo de base familiar. A família, na tradição cabo-verdiana, é um valor omnipresente, e é assumido um conceito de família abrangente (simultaneamente “extensa” e “(re)construída”),⁵⁴ baseado não unicamente na ascendência comum mas na vivência em comum (Malheiros, 2001). Este transnacionalismo de base familiar, e as práticas que lhe estão associadas, não é uma característica singular da migração cabo-verdiana, tendo já sido identificado em outros grupos migrantes e também como base de sustentação das redes migratórias (Bryceson e Vuorela, 2002).

A história de Cabo Verde revela uma tradição no que diz respeito à emigração, e pode-se dizer que a esmagadora maioria das famílias estão directa ou indirectamente envolvidas nesse processo migratório. No caso das migrações cabo-verdianas, a família, as redes sociais organizadas em torno da família, do local de origem, da ilha de origem, do país de origem, ou da “nação étnica” imaginada estruturam e condicionam, em sucessivos níveis de importância, o processo migratório e as práticas transnacionais exercidas. Um bom exemplo pode ser encontrado no que Malheiros (2001) caracterizou como uma cultura migratória activa consubstanciada num “saber circular” entre os diferentes núcleos migratórios na Europa,⁵⁵ uma das práticas transnacionais mais citadas. O mesmo autor demonstra, num trabalho sobre as comunidades cabo-verdianas em Lisboa e Roterdão, que as iniciativas transnacionais mais correntes se situam no plano individual e familiar (Malheiros, 2001). Essas iniciativas têm lugar, a maior parte das vezes, directamente do local de destino para o local de origem, pelo que mais do que práticas transnacionais talvez devêssemos usar o termo “translocalidades”, proposto por Michael Smith e Luís Guarnizo (1999).

⁵⁴ Extensa – pais, filhos e outros parentes vivendo em proximidade. Reconstruída – pais vivendo com filhos de outros casamentos anteriores.

⁵⁵ Esta circulação migratória inter-núcleos cabo-verdianos na Europa decorre no seio da família, sendo habitual os cabo-verdianos de Lisboa passarem uns dias no Luxemburgo, em França ou na Holanda em casa dos seus familiares e vice-versa.

A relevância das relações familiares e individuais no exercício de actividades transnacionais por parte dos migrantes cabo-verdianos encontra-se plasmada no quadro seguinte, que sumariza estas práticas transnacionais, assim como as que, devido à economia do texto, não tiveram um tratamento mais alargado. Como é possível verificar, através de uma rápida análise da tabela, a importância da esfera familiar/individual no desempenho de actividades transnacionais contrasta, em todas as esferas de acção consideradas, com a comparativamente menor participação dos migrantes em iniciativas transnacionais de natureza colectiva. Para além deste aspecto, o referido quadro documenta a considerável heterogeneidade do conjunto de práticas transnacionais seguidas pelos migrantes cabo-verdianos.

QUADRO 4.1

Práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos

	Migrantes cabo-verdianos	
	Individuais/Familiares	Colectivas
Esfera Económica	<ul style="list-style-type: none"> – Envio de remessas e investimento (habitação, negócios e terrenos; – Envio de bens diversos; – Empréstimos de âmbito familiar; – Depósitos bancários no país de origem; – Envio de bilhetes de avião ou ajuda na sua aquisição. 	<ul style="list-style-type: none"> – Organização de festas religiosas; – Festivais de música.
Esfera social-cultural	<ul style="list-style-type: none"> – Manutenção do uso da língua materna (crioulo cabo-verdiano); – Bilinguismo; – Consumo da música cabo-verdiana; – Emigração e retorno; – Visitas regulares; – Associativismo (cooperação e intercâmbio); – Re-emigração; – Visitas aos parentes e conterrâneos em países terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> – Circulação de músicos e de música; – Estruturação e desenvolvimento do crioulo; – Circulação de escritores e literatura; – Criação de editoras musicais; – Organização e participação em torneios desportivos; – Casamentos mistos.
Esfera política	<ul style="list-style-type: none"> – Reduzida participação eleitoral; – Participação esporádica em actividades políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Circulação de candidatos às eleições de Cabo Verde (círculos de emigração); – Organização exterior dos partidos de Cabo Verde; – Organização dos congressos dos quadros na diáspora.
Esfera Informação/Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> – Contactos pessoais na internet (<i>e-mail</i>, programas tipo <i>Messenger</i>); – Criação de sites, blogues, etc.; – Utilização de espaços de intercâmbio (Youtube, my space, etc.); – Correspondência, telefonemas e envios de <i>sms</i>; – Procura de ligações ancestrais. 	

Conclusão

A manutenção de relações dos migrantes com o seu país de origem constitui uma característica comum à generalidade dos processos migratórios. Na actualidade, parte destes relacionamentos são interpretados através do recurso a novos conceitos que procuram reflectir a intensidade, imediaticidade e simultaneidade dos relacionamentos que se desenvolvem entre migrantes e as diferentes esferas da sociedade de origem.

Como descrito ao longo deste texto, são diversas as formas de os migrantes se relacionarem com o seu país de origem (quer em termos factuais, quer em termos emocionais ou simbólicos), assim como são diversos os graus com que os diferentes grupos de migrantes se envolvem nestes relacionamentos. Tomadas em conjunto, as actividades transnacionais dos migrantes mostram claramente que o seu envolvimento é, à excepção de práticas específicas (como, por exemplo, o envio de remessas), muito limitado e, com frequência, esporádico. Ao carácter limitado das práticas transnacionais há a acrescentar a variabilidade dessas mesmas práticas. Trata-se de uma variação que reflecte, sobretudo, o momento e o contexto em que se produzem os diferentes fluxos migratórios cabo-verdianos para Portugal, assim como as formas de participação dos migrantes na sociedade de acolhimento e nas suas diferentes esferas constituintes. A explicitação destas variáveis pode, assim, ajudar a compreender as variações (e, também, algumas semelhanças) verificadas nas práticas transnacionais dos migrantes em estudo.

Relativamente ao primeiro conjunto de variáveis (momento e contexto da migração), é de realçar que os imigrantes cabo-verdianos em Portugal e as várias gerações dos seus descendentes são o resultado de diferentes fases migratórias e distintos ciclos de migrações. Em resultado deste facto, apresentam uma grande heterogeneidade e distintos modos de inserção em diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa, diferentes estatutos sociais, pertença a distintas classes sociais e, como consequência, distintas práticas transnacionais. De uma maneira geral, pode afirmar-se que os imigrantes cabo-verdianos apresentam projectos migratórios distintos que variam entre um projecto migratório (de facto) permanente em Portugal (ou quando muito numa re-emigração a partir de Portugal) e um projecto migratório de média-longa duração com um projectado retorno a Cabo-Verde (que, frequentemente, se transforma numa ilusão de regresso). De acordo com os projectos migratórios, as práticas transnacionais adoptadas são distintas.

Colocados perante estas características, que apresentam tanto de semelhanças como de diferenças, o que nos leva a pensar que apresentem práticas transnacionais comparáveis? Várias causas, – cada uma delas de importância diferenciada – contribuem para definir este transnacionalismo, e as práticas transnacionais dos imigrantes a ele associadas, como um transnacionalismo de baixa intensidade. Como exemplo, destacamos a causa económica. A conclusão a retirar da investigação realizada é a de que a existência de capital económico disponível potencia a existência de determinadas práticas transnacionais (e.g. envio de remessas, investimento no país de origem, etc.) e a ausência deste tipo de capital torna as práticas transnacio-

nais muito mais esparsas. Se é certo que ocasionalmente, todos (ou quase todos) os migrantes se envolvem em práticas transnacionais, poucos de entre eles vivem, de facto, partilhando a sua vida entre duas sociedades. A principal razão por que o não fazem é porque não podem. Claro que, num domínio simbólico, uma grande maioria de imigrantes viverá vidas paralelas entre a origem e o destino. Esta dimensão do simbólico concretiza-se em produções e consumos culturais da maior importância para os países de origem e de destino (e.g. gastronomia, música, língua, literatura e dança) que torna as sociedades de acolhimento mais diversas e permite às sociedades de origem manter vivas práticas culturais que estariam condenadas ao desaparecimento. A globalização, o desenvolvimento dos transportes, o avanço das tecnologias de informação e comunicação vieram permitir manter os laços entre os que partiram e os que ficaram durante mais tempo, de forma mais sustentada e, talvez, ao longo de gerações. O que não fez foi tornar em actores transnacionais a maioria dos migrantes transnacionais.

Uma última nota para que o essencial não fique por dizer. Estudar o transnacionalismo a partir da análise das práticas que sustentam a caracterização de determinado movimento como transnacional torna evidente a dificuldade de generalizar a todos os migrantes o exercício de práticas transnacionais de intensidade semelhante. Como já reconhecido por outros autores (Portes, 2004), somente uma reduzida proporção de migrantes se envolve em práticas que se poderão considerar como transnacionais num sentido, por vezes, bastante lato e controverso.

O estudo destas práticas, tal como realizado no presente texto, mostra, ainda, a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos a utilizar na medição de actividades sociais, económicas e políticas de cariz transnacional. As metodologias empregues na diversidade de estudos neste campo, incluindo o presente, recorre, maioritariamente a metodologias qualitativas. Como os diversos manuais de metodologia nos ensinam, trata-se de um conjunto de metodologias importantes para caracterizar um aspecto da realidade social ou para tornar evidentes aspectos não captáveis através de uma análise puramente estatística. Não permitem, porém, proceder à generalização ou extrapolação para o conjunto da população dos resultados obtidos. Esta limitação não tem, infelizmente, obstado a que alguns investigadores, a partir de estudos de caso (e, por vezes, com base na sua intuição pessoal gerada com base nesses estudos) generalizem a todos os migrantes que se encontram em situações semelhantes ao caso estudado. Não queremos que seja o caso no presente artigo. Neste sentido, assumimos que as generalizações categoriais formuladas possam ser abusivas e que, apesar de ser possível encontrar actores sociais que sejam verdadeiros migrantes transnacionais, partilhando as suas vidas quotidianas entre mais do que um país, a maioria das migrantes só em sentido bastante lato se envolve neste tipo de actividades transnacionais. Pensamos, assim, que o nosso trabalho vem chamar a atenção para o que alguns críticos do transnacionalismo vêm sublinhando. O transnacionalismo e as suas práticas não colocam em questão os mecanismos e processos de progressiva assimilação social em que (lenta mas de forma contínua) os imigrantes genericamente incorrem. Em distintos sistemas funcionais (e.g. político, económico, cultural) essa assimilação social não constitui um resultado imediatamente inevitável da imigração, sendo processada de forma diferenciada e a ritmos e velocidades também desiguais (e talvez distintos de ritmos passados). Diga-se que essa assimilação social não ocorre sem transformações (na sociedade de origem

como nas sociedades de destino), pelo que as práticas transnacionais são, sobretudo, elos de ligação entre tempos e espaços distintos.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at large : cultural dimensions of globalization*, Minneapolis, Minn.: University of Minnesota Press.
- BASCH, Linda G., SCHILLER, Nina Glick e BLANC, Cristina Szanton (1994), *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*, Luxembourg, Gordon and Breach.
- BOURDIEU, Pierre (1991), *Language and Symbolic Power*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- BRETTELL, Caroline e HOLLIFIELD, James Frank (2000), *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, New York, Routledge.
- BRYCESON, Deborah Fahy e VUORELA, Ulla (2002), *The transnational family: new European frontiers and global networks*, Oxford; New York, Berg.
- CASTELLS, Manuel; FERNANDEZ-ARDEVOL, Mireia; QIU, Jack Linchuan e SEY, Araba (2007), *Mobile Communication and Society*, Boston, Mass.: MIT Press.
- CIDRA, Rui (2005), “Migração, performance e produção de fonogramas: músicos em viagem entre Cabo Verde e Portugal”, in *Cape Verdean Migration and Diaspora*, Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa, 6-8 Abril 2005.
- ESTEVES, Alina e CALDEIRA, Maria J. (2001), “Reinventing cultures: The contribution of the Cape Verdean community to the cultural dynamics of Lisbon”, in KING, Russel (ed.), *The Mediterranean Passage*. Liverpool, Liverpool University Press, pp. 95-118.
- FONER, Nancy (1997), “What’s new about transnationalism? New York immigrants today and at the turn of the century”, *Diaspora*, vol. 6, n.º 3, pp. 355-375.
- GÓIS, Pedro (2005), “Low intensity transnationalism: The Cape Verdian Case”, *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien / Vienna Journal of African Studies, Stichproben* n.º 8, pp. 255-276.
- GÓIS, Pedro (2006), *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*, Lisboa, ACIME.
- GÓIS, Pedro e MARQUES, José Carlos (2006), “Portugal as a semiperipheral country in the global migration system”, Conference on Lusophone Migration, Georgetown University, Washington DC, November 17-19.
- GROSGOQUEL, R. e CORDERO-GUZMAN, H. (1998), “International Migration in a Global Context: Recent Approaches to Migration Theory”, *Diaspora*, vol. 7, n.º 3, pp. 351-368.
- ITZIGSOHN, José *et al.* (1999), “Mapping Dominican transnationalism: Narrow and broad transnational practices”, *Ethnic & Racial Studies*, vol. 22, n.º 2, pp. 316-339.
- ITZIGSOHN, José e SAUCEDO, Silvia Giorguli (2002), “Immigrant incorporation and sociocultural transnationalism”, *The International Migration Review*, vol. 36, n.º 3, pp. 766-798.
- MALHEIROS, Jorge (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MEINTEL, Deirdre (2002), “Cape Verdean Transnationalism, Old and New”, *Anthropologica*, vol. XLIV, pp. 25-42.

- MOLDES-FARELO, Rocío (2000), “Inmigrantes Jubilados: La invención del ocio y la fantasía del retorno”, comunicação apresentada ao II Congresso ‘Inmigración en España: España y las Migraciones Internacionales en el cambio de siglo’ organizado pelo Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Madrid, 5-7 de Outubro (policopiado).
- PORTES, Alejandro (1997), “Immigration theory for a new century: some problems and opportunities”, *International Migration Review*, vol. 31, n.º 4, pp. 799-825.
- PORTES, Alejandro (2004), “O estudo do transnacionalismo imigrante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69, pp. 73-93.
- PORTES, Alejandro (2006), “Os debates e o significado do transnacionalismo migrante”, in Alejandro Portes (ed.), *Estudos Sobre as Migrações Contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*. Lisboa, Fim de Século, pp. 201-244.
- SMITH, Michael e GUARNIZO, Luis (1999), *Transnationalism from Below*, New Brunswick and London, Transaction Publishers.
- VERTOVEC, Steven (2001) “Religion and diaspora”, ESRC Transnational Communities Research Programme, *Working Papers* 01-01, Oxford.

V

PRODUZINDO A MÚSICA DE CABO VERDE NA DIÁSPORA: REDES TRANSNACIONAIS, *WORLD MUSIC* E MÚLTIPLAS FORMAÇÕES CRIOLAS

RUI CIDRA

*Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos de Música e Dança
Universidade Nova de Lisboa*

Introdução

A produção da música de Cabo Verde é indissociável de movimentos migratórios e de modos de actuação transnacionais. Historicamente, as relações sociais estabelecidas entre as populações que, de modo voluntário ou forçado, migraram para o território, colonizando-o, presidiram à génese das suas configurações culturais e expressivas. As práticas geradas a partir desta coexistência sofreram dinâmicas provocadas por sucessivas vagas migratórias e pelas rotas transatlânticas de populações viajantes que aportaram ao arquipélago, confrontando as populações locais com formas de diferença cultural, novas práticas, valores e estilos de vida. Mas é, sobretudo, uma persistente tradição de emigração dos cabo-verdianos iniciada no século XVIII (Carreira, 1977), acontecendo em paralelo às rotas no Atlântico, que associa densamente as suas formas de cultura expressiva⁵⁶ às migrações e a elos sociais transnacionais⁵⁷.

Ao longo do século XX, a transversalidade da emigração cabo-verdiana fixou em diferentes zonas do globo migrantes reelaborando práticas expressivas significativas para as suas experiências,

⁵⁶ No presente texto são utilizados os termos “cultura expressiva” ou “práticas expressivas” para designar expressões culturais interligando o som, o texto e o movimento que participam centralmente da experiência social dos cabo-verdianos. O conceito de “cultura expressiva” ou “comportamento expressivo” traduz expressões culturais cujas formas de prática e de conceptualização não se ajustam a categorias de definição rígida, historicamente produzidas pelo pensamento Ocidental ou Europeu como “música”, “poesia”, “dança”, etc. De um modo global, entenda-se “cultura expressiva” como a multiplicidade de modos através dos quais diferentes populações e grupos sociais manuseiam diferentes recursos – a forma, a cor, o som, a língua, a fala, o movimento corporal – na produção de expressões culturalmente investidas de valor estético e de significado (cf. Hicks e Gwynne 1994). No contexto dos géneros expressivos que os cabo-verdianos consideram como seu património cultural e de identidade, categorias de “música” e “dança” coexistem com categorias específicas de prática cultural como as de *batuko* ou *tabanka*, que apontam para a conjugação de várias dimensões de prática expressiva e reclamam definições aproximadas à sua experiência cultural.

⁵⁷ Baseia-se a noção de “elos” ou “redes” transnacionais na formulação de “transnacionalismo” articulada por Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994) enquanto “os processos através dos quais imigrantes forjam e sustentam relações sociais multiniveladas que unem as suas sociedades de origem e fixação” [tradução do autor]. Estes processos geram “campos sociais que atravessam fronteiras políticas, geográficas e culturais”. Não constituindo uma realidade histórica recente (Mintz 1998; Portes, 2004), meios de transporte e de comunicação caracterizando a vida social contemporânea amplificaram formas de transnacionalismo desenvolvidas por migrantes, motivando a criação de um novo enquadramento teórico nos estudos das migrações. Deirdre Meintel (2002) e Pedro Góis (2006) assinalaram diferenças nas formas de “transnacionalismo” envolvendo os cabo-verdianos entre o período de intensificação da emigração para os Estados Unidos no século XIX e o presente.

memórias e identidades sociais. A experiência social da música, poesia e dança no âmbito de redes comunitárias, de parentesco e de amizade nos contextos da diáspora cabo-verdiana⁵⁸, constituiu um veículo central de relação emocional e intelectual com o território de origem. Em destinos migratórios preferenciais como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Boston, Dacar, Luanda, Bissau, Lisboa, Roterdão ou Paris, migrantes abordando instrumentos musicais e interpretando os repertórios do arquipélago, audiências participando activamente na *performance* através do canto, da dança ou da escuta silenciosa, mas subjectivamente significativa, constituíram a música e dança como práticas culturais centrais para as suas identidades e para a reconfiguração das suas memórias em contextos de separação e desestruturação ditados pela migração.

Entre os migrantes abordando instrumentos musicais ou cantando contam-se, no passado quanto no presente, diversos perfis performativos, que incluem indivíduos com uma relação informal com a *performance* musical, mas igualmente “tocadores” e cantores socialmente reconhecidos, valorizados enquanto instrumentistas relevantes nas tradições expressivas do arquipélago. Esse reconhecimento antecedeu, em muitos casos, o momento das suas migrações individuais. Uma fatia substancial dos músicos consagrados nas apaixonadas genealogias de “tocadores” e nas histórias informais da música de Cabo Verde elaboradas pelos cabo-verdianos, foram ou são emigrantes.

As relações entre aqueles que emigraram e aqueles que permaneceram no arquipélago, acontecendo de modo concreto ou imaginado, contribuíram historicamente, de modo significativo, para a definição de estéticas musicais e poéticas, bem como de idiomas de sentimento caracterizando os géneros expressivos de Cabo Verde. Músicos, bem como intelectuais e escritores envolvidos na produção musical, vivendo no arquipélago quanto em centros de diáspora, tornaram a migração e as suas consequências emocionais, intelectuais e socioeconómicas, num dos tópicos centrais da poesia para canção. Os textos do *batuko*, do *funaná* ou da morna e os estilos performativos usados na sua interpretação, demarcaram a “saudade” (*sodade* ou *sodadi*) provocada pela separação de entes próximos, como um elemento emocional e expressivo definidor das estéticas destes géneros.

⁵⁸ O conceito de “diáspora” é de utilização complexa, uma vez que condensa múltiplos significados, conota realidades históricas diversas, qualificando populações e movimentos populacionais com perfis heterogéneos. Os seus elementos centrais apontam para as experiências de “deslocação, dispersão ou exílio” de populações divididas entre, pelo menos, dois territórios geográficos (Clifford, 1997a), mas mantendo fortes vínculos de “lealdade” e de “sentimento” relativamente a um território de origem ou imaginado enquanto tal (Cohen, 1997: ix). James Clifford (1997) e, sobretudo, Robin Cohen (1997), esboçaram definições inclusivas, tendo o último autor defendido “tipos” de diáspora, por vezes sobrepostos: “de vítimas”, “de trabalho”, “de comércio”, “imperiais” e “culturais”. Pedro Góis (2006) defendeu que, embora os movimentos migratórios de cabo-verdianos se ajustem aos vários tipos de diáspora apresentados pelo autor, nomeadamente o de uma diáspora de trabalho, a abertura do conceito pode torná-lo desadequado para analisar os elos estabelecidos entre Cabo Verde e as suas comunidades migrantes. Outras ferramentas conceptuais, nomeadamente os conceitos de “transnacionalismo” e de “comunidade transnacional” (Góis, 2006: 41), permitem capturar de modo mais objectivo esse conjunto de relações. No presente artigo sublinha-se, através do conceito de diáspora, elementos de manutenção de memória e imaginação do território de origem implícitos na prática de formas de cultura expressiva, e nas formas de sentimento que lhe estão ligadas.

Gêneros culturalmente significativos foram renovados em diálogo com as músicas que os migrantes conheceram no exterior e divulgaram na “terra” (inscritos nas suas práticas musicais ou transportados em suportes de gravação), dinâmica que complementou o impacto cultural que viajantes estrangeiros tocando as ilhas em rotas transatlânticas tiveram em configurações culturais e expressivas locais. Remessas monetárias enviadas por migrantes contemplaram a manutenção de práticas rituais, religiosas e, centralmente, a *performance* da música e dança. A aquisição de bens como instrumentos musicais, tecnologias de reprodução do som e fonogramas, constituíram prioridades nos consumos de migrantes que, de regresso às ilhas ou permanecendo fisicamente distantes, transmitiram a populações não migrantes o seu bem estar económico, demarcaram identidades culturais, reforçaram redes de parentesco e de amizade. O impacto das migrações moldou inclusivamente contextos performativos da música e dança centrais entre os cabo-verdianos, como as “despedidas” ou “recepções” a emigrantes, frequentemente também eles “tocadores” ou “músicos”.

A partilha das expressões de música e dança do arquipélago, bem como o domínio do crioulo, são hoje apontados como os principais elementos de pertença subjectiva à nação cabo-verdiana (Carling e Batalha, 2008; Góis, 2006). Face à pluralidade de perfis das diferentes gerações de migrantes e dos seus descendentes na diáspora, compreendendo relações com o território de origem, estatutos formais de nacionalidade, categorizações de etnicidade e de “raça”, bem como genealogias familiares heterogêneas (Vasconcelos, 2006), a partilha da música e da língua surgem como características centrais definidoras de “cabo-verdianidade”.

Durante o século XX, o desenvolvimento de uma indústria fonográfica que alterou globalmente modos socialmente enraizados de produzir e receber a música, gerou novas estratégias e formas de articulação entre cabo-verdianos vivendo em diferentes centros da diáspora e nas ilhas. Empenhados em modos de mercantilização da música, nomeadamente na edição de fonogramas comerciais que possibilitava a circulação de repertórios cabo-verdianos através de centros de diáspora e nas ilhas, contribuíram, ao longo do século passado, para a estruturação de um domínio transnacional de produção musical. Nas últimas décadas, a sofisticação de meios de transporte e de comunicação, bem como a descentralização de tecnologias e meios de produção musical (Manuel, 2001), interligou crescentemente músicos, públicos, *mass media*, editores discográficos, produtores de espectáculos, vivendo em (ou circulando entre) Cabo Verde e os diferentes centros da migração cabo-verdiana.

No presente texto procura-se traçar a formação histórica das redes transnacionais que suportam a produção da música cabo-verdiana no presente, bem como assinalar algumas das suas transformações mais significativas. Num período compreendido entre as décadas de 30 e finais da década de 60, em que Portugal e o Centro da Europa (a partir da década de 60) se perfilaram como destinos de migração significativos para os cabo-verdianos, propõe-se enquadrar a formação inicial de redes destinadas à produção e edição de música gravada de acordo com três eixos de leitura: as agências e formas de empreendedorismo de músicos e editores migrantes vivendo em ou entre Portugal e a Holanda, amplamente motivadas pelo significado cultural da música; as políticas de mobilidade inter-regional no interior do “império colonial português”;

e as práticas políticas e institucionais condicionando a *performance* da música e dança das “colónias” ou “províncias ultramarinas” na Metrópole. O contexto político colonial incidindo sobre as migrações e a *performance* da música foi decisivo para a delimitação do universo de músicos vivendo no exterior, o seu acesso à gravação e a definição de estéticas musicais que compreendeu.

Entre a década de 70 e a década de 90, período em que fluxos migratórios e outras formas de mobilidade e circulação entre Cabo Verde e a Europa aumentaram significativamente, provocando transformações estruturais na vida social e modos de inserção das populações migrantes, assinalando-se a renovação e o impulso que estas redes sofreram. Ao descrever a fixação de um significativo grupo de músicos imigrantes em Portugal, Holanda e França, bem como as estratégias de *performance* musical que desenvolveram, associadas à criação de espaços de sociabilidade, estruturas editoriais e ao trabalho criativo em estúdios de gravação, procura-se enquadrá-las de acordo com a densificação de elos e de práticas económicas transnacionais; e de acordo com as políticas culturais de orientação nacionalista do Estado cabo-verdiano no período pós-colonial que envolveram centralmente a produção da música.

Num terceiro período, delimitado entre a década de 90 e o presente, procura-se descrever a entrada da música de Cabo Verde para o mercado internacional da *world music* e os moldes da sua produção para públicos maioritariamente não cabo-verdianos na Europa, América do Norte e Ásia, acontecendo em paralelo com a produção da música no âmbito de redes sociais, interligando a diáspora cabo-verdiana e o arquipélago. Procura-se interpretar as transformações que a mercantilização de intérpretes e de expressões musicais de Cabo Verde, pela indústria internacional da música, desencadearam nas estéticas, práticas expressivas e profissionais de músicos, vivendo em centros de migração ou nas ilhas.

Ao longo do artigo, procura-se interrogar o modo como as práticas expressivas que participam da experiência cultural dos cabo-verdianos circulam através destas redes. Uma linha de inquérito central na abordagem de domínios de produção cultural activando elos sociais transnacionais prende-se com a compreensão do modo como formas de mobilidade espacial, modos de inserção em contextos sociais migrantes e elos sociais transnacionais, designam dinâmicas expressivas que traduzem as formações de identidade cultural, as estratégias e experiências sociais dos seus produtores, bem como formas significativas de participação política ou de imaginação de nações (Anderson, 1983) a partir do seu exterior. Estéticas inscritas em formas de cultura expressiva, bem como economias culturais desenvolvidas em torno da *performance* da música, poesia e dança, revelam pistas significativas sobre os elos, práticos e de imaginação, que populações forjam entre territórios de origem, centros de migração ou territórios de diáspora.

1. Como a música viaja?

Tradicionalmente, o interesse da etnomusicologia pelas formas de cultura expressiva de populações em movimento esteve centrado na análise de processos de “mudança musical” (Stokes,

2001), designando o estudo comparativo de formas de organização sonora em momentos anteriores e posteriores às migrações de grupos ou comunidades. Nas décadas de 80 e 90, autores participando da disciplina aprofundaram a relação entre dinâmicas sociais desencadeadas pelas migrações e a produção da cultura expressiva. Abordagens baseadas em pressupostos da teoria da modernização e nos estudos da antropologia urbana do pós-guerra incidiram centralmente sobre o modo como formas de comportamento expressivo acompanharam a adaptação a meios urbanos por migrantes oriundos de meios rurais, em contextos coloniais ou pós-coloniais. A pesquisa analisou a transformação de um leque de géneros locais em estilos de música popular produzidos em cidades multi-étnicas, difundidos por indústrias nacionais ou internacionais da música. As migrações constituíram, deste modo, uma das vias de acesso ao estudo de músicas populares formando-se em sociedades marcadas por processos de modernidade, industrialização e secularização (Manuel, 2001). O desenvolvimento de pequenas indústrias de escala nacional ou regional em contextos não-ocidentais, ou a implantação local de corporações internacionais economicamente centradas na Europa e América do Norte, participaram activamente neste processo e nas transformações culturais associadas à modernidade.

Em paralelo, a música, poesia e dança foram concebidas como veículos centrais nos processos de adaptação de grupos sociais migrantes à vida pluriétnica e multicultural urbana. A literatura assinalou o reforço de práticas culturais transportadas de meios de origem enquanto estratégia de diferenciação cultural entre grupos sociais em meios urbanos; dinâmicas expressivas dando conta de novos estatutos, estilos de vida e processos de distinção social relativamente a meios de origem; bem como a frequente formação de novos géneros “sincréticos”, incorporando traços estilísticos de diferentes grupos sociais ou elementos de músicas internacionais marcando a experiência de vida de centros urbanos, obedecendo a estratégias de mediação cultural e identitária. Em diferentes contextos urbanos, músicas e músicos migrantes foram concebidos como “mediadores privilegiados de novas identidades culturais” (Manuel, 2001).

Em anos recentes, estudos sobre as práticas expressivas de populações imigrantes ou vivendo no exterior de territórios considerados enquanto “terra” ou “casa”, foram maioritariamente conceptualizados em torno da noção de “diáspora” e dos seus sentidos “divergentes” (Slobin, 2003). O significado de formas de cultura expressiva na formação de sensibilidades e identidades de diáspora conheceu um forte impulso através do trabalho de Paul Gilroy (1993) e da noção que formulou de “Atlântico Negro”: um espaço de afinidades e de trocas formado na modernidade, caracterizado pela circulação de populações “negras” (ou do *self* negro, definido por uma experiência de racismo e de exclusão racial), de ideias, de expressões culturais e de artefactos por si manuseados, entre os continentes africano, europeu, americano e as Caraíbas. A imagem de barcos em movimento constitui o símbolo organizador do “Atlântico Negro,” aludindo ao tráfico de escravos, a projectos de “retorno redentor ao continente africano”, à “circulação de ideias, de activistas e de artefactos políticos, como opúsculos, livros, discos de gramofone e coros” (Gilroy, 1993: 4). As culturas expressivas, assinala Gilroy, desempenham um papel crucial na formação de “identidades negras” e na criação de sensibilidades da “diáspora negra”, uma vez que facultam os meios para a comunicação de uma experiência racializada, permitindo “a organização da consciência” ou a “mobilização de formas de actuação política” (Gilroy, 1993: 36).

Numa linha crítica da abordagem de Gilroy, Ingrid Monson (2000) defendeu um estudo de sensibilidades da diáspora centrado no exame dos elos entre a música, identidades culturais e forças econômicas, sociais e políticas alargadas (Monson, 2000: 3). Evitando a redução da música da diáspora africana a uma “essência racial”, a autora está interessada no modo como noções de autenticidade cultural, de legitimidade e de tradição são recriadas, sintetizadas, contestadas e negociadas inter-geracionalmente (2000: 17).

Num artigo que reflecte sobre o modo como certos elementos musicais atravessam contextos culturais, fronteiras nacionais e géneros locais, Monson pretende transferir as análises da música, diásporas e globalização para um exame focalizado dos processos de produção musical. A abordagem da autora centra-se no conceito de *riff*, que define enquanto “curto segmento repetido de som, mobilizado individualmente em chamada resposta, em níveis, enquanto melodia, acompanhamento e linha de baixo” (Monson, 1999: 31). *Riffs* particulares são elementos críticos na compreensão das formas de circulação da música, uma vez que pontuam uma multiplicidade de culturas expressivas afro-americanas e são crescentemente integrados em músicas fora do seu perímetro.

A mobilidade de pessoas, designada por diásporas e/ou migrações internacionais, ou a mobilidade de mercadorias, agenciada por indústrias culturais, sobretudo pela indústria internacional da música (Erlmann, 1996, 1999; Slobin, 1993; Stokes, 2004), têm desencadeado uma reflexão sobre os múltiplos processos através dos quais “formas de música, estilos, processos, sons, ritmos e práticas métricas particulares atravessam fronteiras culturais” e de que modo são entendidos por “diferentes grupos sociais envolvidos na sua troca e transmissão” (Stokes, 2004: 65). Nos estudos iniciais de mudança musical, nas etnografias e histórias culturais sobre migrações para as cidades entre os períodos colonial e pós-colonial, ou nos estudos centrados no conceito de diáspora, esteve em causa uma conhecida e genérica formulação de James Clifford: **como as expressões musicais e as suas estéticas “viajam”?** (Clifford, 1997: 25-26).

Abordagens enfatizando o modo como a produção da cultura expressiva, nomeadamente as economias culturais e as imaginações geradas em seu torno, interligam num mesmo campo social populações vivendo em centros de diáspora e populações vivendo em territórios de origem, são ainda escassas. Etnografias e histórias multisituadas da produção entrelaçada da música, poesia e dança entre territórios de origem e territórios de diáspora, permitem transferir o ênfase da literatura de processos lineares de transformação expressiva, para as complexas geografias da sua produção simultânea. A análise que aqui se apresenta permite integrar num mesmo quadro analítico os elos sociais e, particularmente, as formas de actuação económica e política vocacionadas para a produção da cultura expressiva que interligam migrantes em diferentes centros geográficos e populações vivendo em territórios de origem; as diferentes modalidades de circulação de músicas, músicos e *performers* no âmbito destas redes e as estéticas diferenciadas que encerram; as políticas de identidade que a produção da cultura expressiva centralmente envolve, desenvolvidas enquanto estratégias de inserção em sociedades de acolhimento e ou destinadas à participação política e imaginação de nações ou territórios de origem; o significado que a cultura expressiva adquire na formação de identidades transnacio-

nais; bem como os modos de actuação da indústria internacional da música que crescentemente se entrelaçam com a produção cultural no âmbito de redes sociais migrantes, especialmente na Europa e América do Norte.

2. Estudantes, funcionários e “marítimos”: “discos” e “tocatinas” entre a Europa e o império

Entre a década de 30 e a segunda metade da década de 60, três processos presidiram à circulação de expressões musicais e de músicos entre Cabo Verde e a Europa: a migração para a metrópole de estudantes e futuros funcionários da administração colonial, pertencendo à “elite portuguesa-cabo-verdiana” (Batalha, 2004); a emigração laboral para a Holanda, associada ao trabalho em companhias de navegação, que se intensificou durante a década de 60 (Carreira, 1977; Góis, 2006); e os eventos organizados pela política cultural do Estado Novo, associados aos regimes de conhecimento e de representação implementados pelas potências coloniais europeias entre a segunda metade do século XIX e o período antecedendo a II Guerra Mundial. Embora detenham pontos de intersecção, os contextos de *performance* musical e, de um modo global, *performance* expressiva, designados por cada um destes processos, envolveram moldes divergentes de participação e de significado para os seus protagonistas.

Durante o período do Estado Novo, a apresentação pública de música e dança de Cabo Verde em Portugal continental, nomeadamente a que teve lugar no exterior de sociabilidades envolvendo redes de parentesco e de amizade, foi fortemente condicionada por políticas coloniais. As primeiras apresentações de músicos das ilhas no continente aconteceram no âmbito de eventos em que se procurava representar a públicos na metrópole a diversidade cultural e a autoridade política do “império colonial” ou “ultramarino” português. Um agrupamento liderado pelo violista e compositor Luís Rendall, e um grupo de *cantaderas* da Ilha da Boavista, em que se incluía uma figura consagrada na memória musical das ilhas, Maria Bárbara, foram constituídos para participar, em 1934, na Exposição Colonial, no Porto. Em 1940, o violista e compositor B. Leza (Francisco Xavier da Cruz), acompanhado de um grupo de reconhecidos “tocadores” de instrumentos de corda vivendo na Ilha de São Vicente⁵⁹, representaram Cabo Verde na Exposição do Mundo Português, em Lisboa.

A interpretação de mornas e de outros géneros caracterizando a vida social das ilhas nas exposições⁶⁰, facultava a públicos metropolitanos a escuta de expressões musicais descritas,

⁵⁹ Acompanharam B. Leza alguns dos músicos mais activos na vida musical do Mindelo dos anos 30 e 40 como Bentinho (Manuel Bento Évora), Adolfo de João Tchili, Tchuf, Simão d’Anton Fojê, Hilário, Mochim de Monte e Djut. B. Leza foi incumbido pela administração colonial de escolher os músicos acompanhantes na viagem a Lisboa.

⁶⁰ Além de mornas, faziam então parte do repertório interpretado géneros como a mazurca e a valsa, caracterizando centralmente a experiência cultural dos cabo-verdianos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, embora permaneçam interpretados nos dias de hoje, tendo conhecido nas últimas décadas uma revalorização; e sobretudo, num período de grande popularidade da música do Brasil em Cabo Verde, especialmente em São Vicente, terão sido interpretados sambas, “solos de violão” e marchas de Carnaval. Os “solos de violão” são composições adaptando em versões instrumentais todos os géneros

desde o início do século, nas obras literárias de escritores cabo-verdianos vivendo na metrópole, relacionando-se com o mundo metropolitano, ou de escritores viajantes⁶¹. O reconhecimento, mesmo que ténue, das expressões de música e dança de Cabo Verde nos círculos literários e políticos da metrópole, possibilitado pela sua divulgação através da literatura e das exposições, bem como um contexto político de produção das “identidades” (Batalha, 2004) e dos “artefactos” de “cultura popular” (Medeiros, 2003) das diferentes “regiões” de Portugal continental e do império, favoreceu o acesso dos repertórios das ilhas à programação radiofónica da Emissora Nacional, na década de 40, e à produção fonográfica a ela relacionada. O tratamento das canções de acordo com as convenções estilísticas da rádio e da música gravada constituiu a música de Cabo Verde, sobretudo a morna, enquanto expressão de “música ligeira” de uma das “colónias” ou “províncias” do “ultramar” português.

Estudantes cabo-verdianos vivendo na metrópole como Martinho da Silva, Fernando Quejas e Marino Silva, com prática musical, enquanto cantores e músicos, abordando instrumentos de corda (e, no caso de Quejas, tendo participado em emissões experimentais de rádio em Cabo Verde), foram aceites como cantores na Emissora Nacional. Nos programas da estação, nomeadamente em “serões para trabalhadores”, acompanhados por conjuntos de cordas característicos da música de Cabo Verde e pelas orquestras ligeiras da Emissora, tornaram-se intérpretes de repertórios das ilhas, gravando largas dezenas de fonogramas comerciais para as principais editoras actuando no país, especialmente para a empresa fonográfica que editava os cantores da Emissora Nacional (Losa, no prelo), a Fábrica de Discos Rádio Triunfo.

Durante as décadas de 40 e 50, a Emissora Nacional desenvolveu o projecto de criar e difundir uma música de cariz “nacional”. Ritmos, melodias e, ocasionalmente, materiais textuais considerados como representativos do “folclore” português, eram tratados pelos compositores e orquestradores ligados à estação (Deniz, no prelo). A música de Cabo Verde, na época concebida como um paradigma da originalidade histórica da “missão colonizadora” portuguesa, evidenciando acentuadas proximidades estilísticas e de “sensibilidade” com a “cultura popular” portuguesa, ajustou-se ao projecto da Emissora e ao trabalho de uniformização da canção ligeira. Sujeitos aos arranjos e convenções interpretativas do período, as canções de Cabo Verde adquiriam os traços de uma música ligeira “nacional” familiar aos ouvintes da metrópole e do ultramar, evocando, em simultâneo, a unidade política das regiões do império e a sua diversidade cultural. O projecto de

interpretados, destacando a destreza do solista de viola ou “violão”. Esta prática instrumental enraizou-se entre músicos de algumas ilhas de Cabo Verde, sobretudo na Boavista e em São Vicente, através do contacto com instrumentistas brasileiros pertencentes a tripulações marítimas, e através de discos de música brasileira do período. Luís Rendall é um dos principais compositores de solos da música de Cabo Verde, hoje protagonizados por músicos abordando outros instrumentos musicais.

⁶¹ Entre possíveis exemplos contam-se as transcrições musicais para piano *Canções Crioulas e Músicas Populares de Cabo Verde* (1910) de José Bernardo Alfama; os estudos fundadores das expressões culturais do arquipélago *Mornas Cantigas Crioulas* (1932) de Eugénio Tavares, e *Folclore Cabo-verdiano* (1933) de Pedro Monteiro Cardoso; o primeiro número da publicação *Claridade* (Ferreira *et al*, 1986/1936); um texto do estudioso Fausto Duarte apresentado por ocasião da Exposição Colonial, assinalando as proximidades estilísticas entre a morna, a música e as temáticas da literatura portuguesa, *Da literatura colonial e da “morna” de Cabo Verde* (1934); bem como inúmeros relatos de literatura de viagens, contendo passagens, mais ou menos desenvolvidas, sobre a música e dança (cf. Ferreira, 1985/1967).

apresentação da morna enquanto canção ligeira do “ultramar português” passou, nos primeiros fonogramas gravados por Fernando Quejas, pela tradução de poesia do crioulo para língua portuguesa, o que viria a ser abandonado no seu repertório posterior.

No início da década de 60, a crescente pressão política internacional questionando a manutenção dos territórios coloniais por parte do regime português (Leonard, 2000), levou a uma utilização mais explícita da música de Cabo Verde (bem como a de outras possessões ultramarinas) com propósitos políticos, numa estratégia de defesa da linha de actuação colonial. No ano de início da Guerra Colonial (1961), e no decurso de uma viagem às colónias que incluiu Cabo Verde, o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, promoveu a constituição de um agrupamento para a realização de uma digressão a Portugal continental enquanto grupo de “folclore”. Actuações do Conjunto de Cabo Verde, como foi denominado, em cidades da metrópole, bem como a gravação de fonogramas apresentando um repertório recente de *coladeras* do compositor mindelense Frank Cavaquinho, interpretadas pela jovem cantora Titina e solos de violão da autoria dos seus violistas, integraram-se numa estratégia de promoção da imagem de conivência que o regime promoveu relativamente às “províncias ultramarinas”.

Em paralelo à gravação e à presença nos eventos do Estado Novo, a música de Cabo Verde era partilhada no âmbito de redes de parentesco e de amizade da “elite social cabo-verdiana” que vivia em Portugal. Festas e “tocatinas” realizadas em casas particulares reuniam, além dos músicos ligados à Emissora Nacional, estudantes nos liceus ou nas universidades de Lisboa ou Coimbra, funcionários da administração colonial ou funcionários de companhias de navegação. A partir da década de 60, migrantes vinculados a companhias de navegação holandesas, designados em crioulo como “marítimos” (homens trabalhando em embarcações ou no trabalho portuário da estiva), fruíram da mobilidade proporcionada pela sua actividade profissional, e das redes sociais cabo-verdianas de parentesco e de amizade, para participarem nas sociabilidades e práticas musicais da comunidade cabo-verdiana em Lisboa, durante curtas mas regulares passagens por Portugal. Alguns destes músicos “marítimos” mobilizaram as redes sociais e os contactos estabelecidos por músicos vivendo em território português para gravarem fonogramas em nome individual.

A gravação por músicos cabo-verdianos ao longo do século xx esteve intimamente relacionada com formas de agência de “marítimos tocadores”, músicos migrantes com mobilidade e meios financeiros para aceder à gravação fonográfica. Nas primeiras décadas do século, “marítimos” empenhados em deixar o seu desempenho instrumental registado em gravações fonográficas, protagonizaram edições realizadas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. Na segunda metade da década de 60, “marítimos”, estudantes e activistas políticos desenvolveram um significativo pólo de edição de música gravada em Roterdão, na Holanda, ligado à “luta pela libertação” das colónias africanas. Um dos imigrantes pioneiros no país Djunga di Biluca (João Silva) criou uma pequena empresa editorial denominada Morabeza Records (inicialmente designada Edições Casa Silva), suportando a gravação de músicos vivendo na Holanda ou Bélgica, como os violistas Tazinho, Humbertona (o primeiro “marítimo”, o segundo estudante universitário) e, sobretudo, o grupo Voz de Cabo Verde e os seus intérpretes solistas, Luís Morais e Morgadinho.

Crescentemente envolvida na “luta anticolonial” e nas actividades de propaganda do PAIGC, a Morabeza Records editou igualmente gravações de poemas de escritores cabo-verdianos e depoimentos políticos de líderes do partido, bem como o LP *Angola 72*, do cantor angolano Bonga, então exilado na Holanda. Os fonogramas de conteúdo político eram clandestinamente transportados para os países africanos por “marítimos” naturais de Cabo Verde e de Angola, camuflados através de capas de outros fonogramas.

Entre os músicos vivendo na Holanda, o grupo Voz de Cabo Verde descreveu um trajecto profissional com ampla visibilidade entre a Europa Central, Portugal continental e as colónias africanas. Formado em Roterdão em 1965 por músicos detendo uma experiência musical em conjunto entre a Ilha de São Vicente, de onde os seus elementos eram naturais, e Dakar, para onde haviam emigrado nos finais da década de 50 com a expectativa de alcançarem a Europa, o agrupamento constituiu um repertório composto por géneros e estilos musicais latino-americanos de dança (como *merengue*, *bolero*, *cumbia*, *salsa*, etc.) para actuar num circuito de *dancings* e *nightclubs* na Holanda e Bélgica. A par dos estilos de dança em voga na Europa, o grupo registou nos seus fonogramas um substancial repertório de mornas e coladeiras, vocalizadas ou em versões instrumentais (explorando os solos de clarinete e de trompete dos seus instrumentistas, Luís Morais e Morgadinho), que circularam em Portugal, nas então colónias africanas e nos centros da diáspora cabo-verdiana. A separação dos elementos compoem a sua formação original constituiu um dos factores decisivos para que se iniciasse, na década de 70, a estruturação de um domínio de produção musical em Portugal, accionando redes transnacionais que se mantêm no presente, já não dependentes de prioridades políticas, mas das formas de actuação social desenvolvidas por uma nova comunidade imigrante em Portugal.

3. Migração laboral e transnacionalismo nos anos da Independência Nacional: “gravar um disco em Lisboa”

O incentivo estatal à migração de territórios coloniais africanos para Portugal a partir de finais da década de 60, como modo de contrabalançar a carência de mão-de-obra em alguns sectores da economia portuguesa, causada pelo envolvimento na guerra colonial e pela emigração para a Europa e América do Norte (Machado, 1997; Pires, 2000), fixou no país uma nova vaga de migrantes laborais cabo-verdianos. Este fluxo migratório lançou as bases de uma cadeia de migração que, durante as décadas seguintes, teve amplas repercussões na experiência da cultura expressiva, acentuando modos de actuação transnacionais e gerando a diversificação das experiências da música e dança no contexto da imigração no país. Entre os anos antecedendo a Independência Nacional e a última década do século xx, a Área Metropolitana de Lisboa, tornou-se um centro vital de produção de música de Cabo Verde, articulando-se crescentemente com outros centros da diáspora cabo-verdiana (nomeadamente a Holanda, França e Estados Unidos da América) e com o arquipélago de origem.

No início da década de 70, um dos cantores do grupo Voz de Cabo Verde, Bana, fixou-se em Portugal, inaugurando um restaurante, bar e discoteca no centro da cidade de Lisboa (Novo

Mundo, rebaptizado Monte Cara, Bana e, mais recentemente, Enclave), que apresentava gastro-nomia cabo-verdiana e interpretação de música de Cabo Verde, entre outros repertórios. Empe-nhado em dar continuidade ao grupo e à sua carreira de intérprete, promoveu a vinda para Lisboa de jovens músicos que ganhavam reputação na cidade do Mindelo, São Vicente, para o acompanharem musicalmente em gravações ou actuações. Os músicos que em diferentes fases constituíram o núcleo de instrumentistas da sala (Armando Tito, Paulino Vieira, Tito Paris, Toi Vieira, Vaiss, José António, entre outros), tornaram-se fundamentais para a *performance* da música de Cabo Verde e, de um modo geral, da música da África lusófona em Portugal. Actuando numa base diária em espaços dedicados à *performance* de música africana para dançar que surgiam crescentemente na cidade de Lisboa (Bernardo e Rodrigues, 1995), partici-param enquanto instrumentistas e, em alguns casos, arranjadores ou produtores musicais na gravação de intérpretes cabo-verdianos (vivendo em Portugal, noutros centros migratórios ou nas ilhas) e de outros países africanos que, à semelhança de Cabo Verde, não possuíam estru-turas de gravação e edição discográficas. Adquirindo uma significativa mobilidade, conjugaram a sua prática profissional desenvolvida em Portugal com actuações e participação em gravações nos centros da migração cabo-verdiana na Europa e, pontualmente, nos Estados Unidos, em estadias variando entre dias e períodos do ano.

A criatividade musical característica dos anos que sucederam a Independência Nacional, fre-quentemente envolvendo a transição de géneros performativos associados à ruralidade e a his-tórias de resistência durante o período colonial, a estilos de música popular que adquiriam um estatuto nacional, recebeu um forte contributo dos músicos sedeados em Lisboa. O músico mais activo em Portugal entre as décadas de 70 e 90 foi o multinstrumentista, arranjador e produtor musical Paulino Vieira. Tendo emigrado para Lisboa em 1973 para acompanhar Bana numa for-mação renovada da Voz de Cabo Verde, encarregou-se da direcção musical do agrupamento, assumindo a criação de arranjos e produção musical de largas dezenas de fonogramas comer-ciais. A sua familiaridade com o trabalho de estúdio, a polivalência instrumental e intuição musical, permitindo a criação de acompanhamentos instrumentais e de arranjos com alguma economia de tempo e de meios, fez com que um número crescente de intérpretes vivendo em Cabo Verde e noutros centros da migração cabo-verdiana escolhesse gravar em Lisboa.

Nos anos que sucederam à Independência Nacional, músicos vivendo nas ilhas e na diáspora conceberam as redes formadas por músicos profissionais e editores migrantes em Portugal, França e Holanda como um campo de possibilidades para a edição discográfica. Desenvolvendo o projecto de “gravar um disco”, investiram economias pessoais e mobilizaram redes de rela-ções pessoais para co-financiarem custos de gravação e de viagem. Frequentemente, músicos suportaram edições de autor ou negociaram *a posteriori* com editores a possibilidade de edição e distribuição de gravações concretizadas de acordo com os seus meios pessoais. No âmbito de uma política de incentivo à produção cultural centrada na música, o Estado cabo-verdiano con-cedeu vistos de entrada em Portugal e na Holanda, a músicos desejando concretizar o projecto, sempre que o seu retorno “à terra” era expectável.

Dada a inexistência de uma indústria musical formalmente estruturada, a edição discográfica obedeceu acima de tudo a estratégias informais de mercantilização que envolveram músicos, empresários e editores. Estas negociações lesaram, regra geral, os músicos em detrimento de interesses empresariais. O significado cultural da edição discográfica, contribuiu, frequentemente, para que empresários e editores discográficos, tornando a edição um negócio bastante rentável para si, compensassem de modo precário músicos tendo investido na gravação, com um mercado internacional próspero, sobretudo dirigido a migrantes, e não necessitando de pagamento de direitos de autor.

Redes de parentesco e de amizade na emigração dotaram os músicos vivendo em Cabo Verde de um suporte prático às curtas estadias em Portugal destinadas a realizar o projecto de gravar, prática que pode ser aproximada às redes de suporte presidindo ao comércio transnacional feminino protagonizado pelas *rabidanti*, como descrito pelos sociólogos Margarida Marques, Rui Santos e Fernanda Araújo (Marques *et al.*, 2000). No passado como na actualidade, práticas de viagem destinadas à gravação foram frequentemente acompanhadas de actuações em espaços comunitários e de sociabilidades envolvendo o reencontro de amigos, frequentemente músicos ou “tocadores”, separados pela migração.

Para os migrantes laborais, sobretudo para os operários na construção civil, que desenvolviam práticas musicais nas suas sociabilidades, como resultado de uma anterior ligação à música, “gravar um disco” assumiu-se como um projecto com amplo significado individual. Em alguns casos, constituiu o principal objectivo pesando na decisão de migrar. Não garantindo, como o grupo restrito de músicos migrantes envolvidos no circuito de espectáculos e de gravação, a prática da música como actividade profissional, mantiveram uma ligação quotidiana e informal à *performance* musical, sobretudo no âmbito de redes de parentesco e de amizade, não abdicando, em muitos casos, do projecto de gravação de um disco. Para estes emigrantes a “gravação de um disco” constituiu um meio vital de aquisição de capital social, entre conterrâneos imigrantes ou entre os que viviam nas ilhas – um signo de prestígio social e de bem-estar facultado pela migração.

4. A diversificação de práticas expressivas. Memória, identidades e sociabilidades

O crescimento da comunidade cabo-verdiana em Portugal entre as décadas de 70 e 90 implicou uma diversificação de práticas expressivas em contextos comunitários de experiência musical, bem como a emergência de novas políticas de identidade, sobretudo associadas aos jovens descendentes da imigração cabo-verdiana em Portugal. Nos bairros maioritariamente cabo-verdianos da Área Metropolitana de Lisboa, a música, interpretada ou gravada, e a dança, constituíram meios significativos para imigrantes e seus descendentes articularem identidades culturais, organizarem sociabilidades, demarcarem momentos rituais e religiosos.

A emigração de santiaguenses para Portugal, iniciada no final da década de 60 e constituindo uma fatia substancial da imigração no período pós-colonial, gerou a interpretação de géneros

performativos como o *batuko* ou *funaná*, ausentes da experiência que as “elites sociais cabo-verdianas” tinham da música no período colonial em Portugal. Em contraste com a coladeira e a morna, gêneros interpretados nos espaços nocturnos de lazer da cidade de Lisboa pelos músicos profissionais, maioritariamente migrantes das Ilhas de Barlavento (São Vicente, Santo Antão, São Nicolau), a *performance* do *batuko* e *funaná* ocorreu exclusivamente na esfera dos bairros maioritariamente habitados pela população santiaguense: em convívios de familiares e amigos; em celebrações associadas a baptizados, casamentos e cerimónias de primeira comunhão; nas sociabilidades masculinas dos cafés; em associações culturais; e, a partir da década de 90, em eventos de política autárquica ou anti-racista, dominados pelas ideias da “tolerância” e do “multiculturalismo” no contexto urbano português.

Durante as décadas de 80 e 90, mulheres vivendo em bairros como as Fontainhas e o 6 de Maio (Damaia), a Cova da Moura (Buraca) ou as Marianas (Carcavelos) mobilizaram-se em grupos de *batuko*, performando práticas expressivas centrais para o seu bem estar emocional e para a configuração de sentidos sobre a experiência de vida na imigração. Canções de *batuko* criadas no âmbito dos grupos incidiram especialmente sobre a legalização e cidadania na sociedade portuguesa; o trabalho feminino nas lotas de peixe, no comércio ou em casas particulares; a reunificação da família e a sua organização transnacional, ditadas pela migração; a formação da nacionalidade cabo-verdiana e o papel de Amílcar Cabral, entre outros tópicos poéticos.

Em sociabilidades masculinas, tocadores de *gaita* (concertina) como Djonsa Lopi, Julinho da Concertina, Daniel e Jovelino di Paulo, e “tocadores de *ferro*” (barra de ferro friccionada com uma faca) como Florzinho (ou Flor di Mundo), Ntonito Sanches ou Vitoriano Semedo, entre outros, centraram as improvisações poéticas e as canções do *funaná* na separação da “terra” e na desestruturação de relações pessoais, evocadas através da nomeação de lugares, pessoas e acontecimentos compondo as suas biografias (Cidra, 2007). Migrantes santiaguenses que editaram fonogramas em Portugal no início da década de 80 como Blyck di Tchuchi, Norberto Tavares, António Sanches, os agrupamentos *Túlipa Negra* ou *Sol d’África*, inscreveram-se no movimento de valorização cultural dos gêneros da ilha de Santiago no período pós-independência,

Nas últimas duas décadas, jovens descendentes da imigração cabo-verdiana, nascidos no país e/ou tendo crescido nele, elegeram formas da cultura expressiva associadas às populações afro-americanas ou participando da imaginação de uma “diáspora negra”, como recursos significativos de reconfiguração de identidades e de expressão cultural. Não se identificando inteiramente com as expressões musicais partilhadas pelos pais e as gerações mais velhas – consideradas como distantes da sua experiência de vida e esteticamente menos apelativas do que os estilos musicais globalmente dirigidos à juventude –, encontraram no *hip-hop* um idioma de resistência e de reflexão sobre uma condição de exclusão racial e de marginalidade social vividas na sociedade portuguesa. Contrariamente à geração imigrante dos seus pais, as suas práticas musicais não foram motivadas por uma relação “defensiva” (Gross *et al.*, 1994) com a “memória” e as referências de um território de origem, mas preconizaram, antes, a formação de identidades “assertivas” (Gross *et al.*, 1994), eminentemente políticas e complexas do ponto de vista das identificações, ajustadas a interpretar a sua experiência em território português.

A música e os comportamentos expressivos a ela associados, disponibilizaram materiais culturais articulados em novas identidades, assentes em significados, éticas, práticas corporais, linguísticas e expressivas partilhadas nas sociabilidades dos bairros (Cidra, 2002). Formas de criatividade cultural utilizando o som, o texto, o movimento ou a plasticidade, designaram novas leituras e imaginações da sua “cabo-verdianidade” no contexto pós-colonial português. A identificação com o *hip-hop* motivou o estabelecimento de interligações de diáspora e uma reflexão sobre a História das populações “negras” no Ocidente que abarcou a diáspora cabo-verdiana, nomeadamente as narrativas e experiências dos pais entre Cabo Verde e Portugal.

O uso do crioulo na interpretação da poesia *rap* (em intérpretes como Boss AC, Family, Chullage, Nigga Poison, Resistência, TWA, entre outros), bem como a utilização de excertos pré-gravados de música de Cabo Verde na criação digital de estilos musicais, traduzem as mediações complexas entre a “cultura” dos pais, e os materiais culturais globalmente difundidos pela indústria cultural, associados às populações “negras” e a uma experiência da “raça” na modernidade. Para os *Mc’s* participando no “movimento *hip-hop*”, o uso do crioulo constitui, quer uma assunção da nacionalidade cabo-verdiana e do legado cultural transmitido pelos pais no quotidiano, quer uma identificação com o “bairro”, com as sociabilidades e experiências que proporciona. Sendo o principal idioma utilizado nas sociabilidades de “rua” e na transmissão de conhecimento da “cultura *hip-hop*”, o crioulo é concebido como uma língua de autonomia e de resistência face ao “exterior”, nomeadamente face às formas de exclusão que afectam os descendentes da imigração africana em Portugal.

O *hip-hop* e as culturas expressivas afro-americanas não monopolizaram as práticas musicais de jovens descendentes da imigração cabo-verdiana no país. Como em outros centros de diáspora, no arquipélago e nos países da África lusófona, as sociabilidades de uma parte substancial da juventude e de gerações mais velhas são estruturadas em torno do *zouk*, uma música electrónica de dança formada entre as Antilhas e Paris na segunda metade da década de 70 (Guilbault, 1993), que ganhou popularidade junto dos cabo-verdianos graças à sua difusão global a partir da capital francesa, e do contacto de cabo-verdianos com migrantes das Antilhas na Holanda e em França. A popularidade do *zouk* em Cabo Verde e em centros de diáspora desencadeou, desde a década de 80, a produção de canções *zouk* interpretadas em crioulo por intérpretes femininos ou masculinos. A sua apropriação por músicos e produtores trabalhando em pequenos estúdios de gravação na Holanda, França, Portugal e, mais recentemente, em Cabo Verde, aponta para configurações estilísticas distintas e para uma história complexa de sínteses envolvendo os géneros do arquipélago, nomeadamente a *coladera*, e o *hip-hop*. A fluidez de fronteiras estilísticas entre o *zouk* cantado em crioulo e a *coladera*, motivou a eclosão de categorias como *colazouk*, *cabozouk* ou *zouklove*. Indissociável das sociabilidades das “discotecas africanas”, em Portugal o *zouk* recebeu igualmente a designação angolana de *kizomba*, termo que se sedimentou entre parte da população africana e portuguesa. Nas discotecas ou em festas, canções marcadas por um ritmo sincopado lento, narrando impasses nas relações amorosas ou evocando a natureza romântica e sensual do encontro entre homens e mulheres, adequam-se à dança de pares. A intimidade física e sensorial pro-

porcionada pela dança e sublinhada pelas características do seu estilo musical e poético, conotam socialmente o *zouk* com as relações entre géneros e com uma experiência da sexualidade, sobretudo entre os jovens.

5. *World Music* e “lusofonia”: a globalização da música de Cabo Verde

Ao longo da década de 90, o reconhecimento da música de Cabo Verde no mercado internacional da *world music*, inaugurado com o sucesso internacional da cantora Cesária Évora, determinou transformações estruturais nos seus modos de produção, mediação e recepção da música cabo-verdiana. A mercantilização da música de Cabo Verde para públicos não cabo-verdianos teve um impacto significativo nas práticas profissionais e estéticas desenvolvidas por músicos vivendo em Cabo Verde e em centros de diáspora, sobretudo na Europa.

A carreira musical de Cesária foi projectada a partir de Paris pelo migrante e empresário cabo-verdiano José da Silva, mentor da editora Lusáfrica. A execução do projecto envolveu músicos residentes em Cabo Verde, nos EUA e em Portugal. Após algumas experiências de promoção da cantora que passaram pela criação de acompanhamentos musicais em larga medida electrónicos, marcados pelos estilos musicais da África Ocidental e das Antilhas contemporâneos (*zouk*, *soukous*, entre outros), o empresário preconizou uma carreira estruturada em torno de representações do “passado” de “tradição” e de “autenticidade”. Seleccionou, conjuntamente com os músicos e a cantora, um repertório de mornas e coladeiras de diferentes épocas do século XX, da autoria de alguns dos mais reconhecidos compositores cabo-verdianos, incentivando a sua interpretação de acordo com uma tipologia instrumental assente em instrumentos acústicos de corda (violões, cavaquinho e violino), de tecla (piano), amplificadas para a *performance* em salas de espectáculo, e em formas de execução características de “tocatinas” informais e das “noites cabo-verdianas”.

A estética musical do grupo representou um retorno imaginado à época em que Cesária era uma cantora destacada na vida musical da cidade do Mindelo, nas décadas de 40, 50 e 60, actuando em contextos de prática musical ligados ao tráfego marítimo do Porto Grande. Baseado na rotatividade de participantes (um resultado das escolhas do editor e da gestão numa estrutura visando a permanente renovação da carreira da cantora no exigente mercado da *world music*), o projecto envolveu alguns dos músicos radicados em Portugal sob a direcção musical de Paulino Vieira, figura determinante na escolha de repertório e na criação de um estilo musical ajustados ao domínio da *world music*.

A popularidade de Cesária criou um novo mercado para a música popular de Cabo Verde, determinando diferenças entre a mercantilização da música dirigida a consumidores cabo-verdianos e dirigida a consumidores a uma escala global. Essas diferenças compreenderam todas as dimensões da produção, mediação e recepção musicais: a criação de estilo musical; a elaboração das capas de CDs; a construção da imagem dos intérpretes e do seu estilo performático em palco; a escolha das salas destinadas à *performance*. No mercado internacional, regras

de mercantilização apontavam para a representação de diferenças culturais e identidades locais sustentadas na “História” e no “passado”⁶².

O acesso da música popular de Cabo Verde ao “mapa” da indústria discográfica internacional designou, em termos globais, um crescente interesse de editores discográficos, promotores de espetáculos e públicos europeus em músicos cabo-verdianos. As carreiras artísticas de intérpretes vivendo em Portugal, França ou Cabo Verde como Bau, Celina Pereira, Lura, Maria Alice, Mário Lúcio, Mayra Andrade, Nancy Vieira, Simentera, Tcheka, Tito Paris, entre outros, bem como dos seus músicos acompanhantes, passaram pelo vínculo a editoras sediadas em Paris, uma das capitais internacionais da *world music*, e num caso pontual, Berlim, e pela realização de digressões europeias, dirigidas a públicos maioritariamente não cabo-verdianos, em salas de espetáculos, festivais de *world music* e de *jazz*.

A crescente mobilidade de músicos e de agentes envolvidos na produção musical, determinada pelas redes transnacionais formadas entre a diáspora e o arquipélago desde os anos da Independência Nacional, era agora densificada por processos transnacionais caracterizando o próprio funcionamento da indústria fonográfica internacional. Músicos ensaiando e desenvolvendo os seus processos criativos em Cabo Verde ou Portugal, reuniam-se em Paris para gravar, integrando-se num circuito internacional de realização de concertos. A criação de novo repertório, nomeadamente a sua gravação, e a promoção em concerto, envolveram crescentemente a participação e o diálogo com músicos de outras nacionalidades (franceses, cubanos, brasileiros), profissionalmente vinculados às editoras europeias e ao domínio transnacional da *world music*.

A mercantilização de músicos de Cabo Verde, enquanto intérpretes de *world music*, acontecendo a partir de Paris, desencadeou novas noções de “gosto” e de “valor cultural”, formadas pelos *media* e por faixas do público em Portugal, relativamente à música de Cabo Verde. Até então confinados às redes de mercantilização e aos espaços de sociabilidade da imigração africana, os géneros e músicos de Cabo Verde acederam crescentemente ao painel de gostos de públicos portugueses, sobretudo daqueles descrevendo práticas de consumo no domínio da *world music* ou sintonizando-se com a ideia politicamente emergente de “lusofonia”: um espaço político e cultural delimitado pelas relações históricas, as afinidades culturais e linguísticas entre os países de língua oficial portuguesa.

A criação da sala de dança B.Leza, em 1995, traduziu a representação renovada delimitando as músicas de Cabo Verde e da África lusófona em Portugal. O B.leza apresentou uma programação regular de concertos de músicos angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos ou portugueses, unificada pela noção de “lusofonia”. Diariamente, e em paralelo à programação de concertos, apresentou um agrupamento maioritariamente constituído por músicos profissionais

⁶² Aproximação às abordagens do domínio da *world music* desenvolvidas por Veit Erlmann (1996, 1999), Steven Feld (1994) ou Timothy Taylor (1997) que consideram a “nostalgia”, o “pastiche” e a representação do passado na modernidade tardia como elementos centrais nas estéticas da *world music*. Considero, porém, que não podem ser encarados como elementos exclusivos na definição de um domínio de mercado compreendendo estéticas, práticas musicais, histórias de formação e de relação com a indústria global da música heterogêneas.

cabo-verdianos, acompanhando ao longo da semana diferentes cantores, e privilegiando um repertório de géneros musicais cabo-verdianos associados à dança, nomeadamente a coladeira e o *funaná*, dirigidos a um público maioritariamente português e europeu desejando dançar “música africana”.

Políticas estatais em Portugal promovendo a “lusofonia”, intensificadas na segunda metade da década de 90, conferiram um novo enquadramento institucional e comercial à “música dos PALOP”, a categoria política e de mercado que passou a incluir a música de Cabo Verde no país. Estações de rádio e de televisão como a RDP e RTP África, cujas emissões abarcam Portugal e os países africanos, dedicaram um segmento substancial das suas programações à música e dança (promoção de fonogramas e entrevistas a músicos e promotores culturais, no caso da rádio; transmissão de *videoclips*, festivais, concertos e entrevistas com músicos, no caso do canal televisivo), formando um meio significativo de divulgação musical e acentuando formas de simultaneidade na partilha de música entre cabo-verdianos vivendo nas ilhas e na diáspora. A descentralização de meios de produção musical, determinada pelo acesso a novas tecnologias de produção sonora determinou um aumento exponencial de fonogramas comerciais gravados por músicos cabo-verdianos.

6. Elos transnacionais, discursos e formações “crioulas”

Princezito: “Se tu reparaste, esta música aqui tem uma parte mais ou menos clássica, digamos, tem uma parte de morna, e tem uma parte de valsa, mas com sentimento mexicano.”

Rui: “Mexicano porquê?”

Princezito: “Porque existem cabo-verdianos até no México. É como se existisse um *feedback* de fora para aqui [Cabo Verde]. É como as mulheres que estão separadas dos seus maridos, mesmo daqueles que estão na Argentina, na Irlanda do Norte ou em Portugal. Realmente há um *feedback*, às vezes há umas cassetes, há uns discos. Então acabamos por ouvir. Como aconteceu com a *cumbia*, nos anos 60. Cumbia é Argentina que veio até Cabo Verde. América do Sul. Música veio também do Brasil. Não sei se veio do México. Eu, pelo menos, já aqui ouvi música do México. Como nós também somos um bocado cosmopolitas, tudo encaixa em nós, para o bem ou para o mal. Estão encaixadas em nós aquelas expressões culturais de outras raças, percebes? Então, um cabo-verdiano tem uma liberdade tremenda a compor as suas músicas ou a cantar. Tudo encaixa perfeitamente, percebes?”

[Kalí Princezito, músico, poeta e batukeru, ao comentar uma canção da sua autoria, *Mudjer di Ilha. Várzea, Praia, Cabo Verde, Novembro 2003*]

Ao longo do século xx, as migrações internacionais de cabo-verdianos transferiram para diferentes centros de diáspora dimensões significativas de produção das suas formas de cultura expressiva, particularmente a sua mercantilização. Sendo um dos principais destinos dos movimentos migratórios de cabo-verdianos e um dos principais pontos de passagem para migrantes circulando através das redes de diáspora na Europa, Portugal tornou-se um relevante centro de produção da música de Cabo Verde.

Condicionada por políticas de representação durante o período colonial, a produção da música e dança de Cabo Verde em Portugal no período pós-colonial assentou em estratégias de actuação transnacional agenciadas por migrantes e populações vivendo no arquipélago. A prio-

ridade de músicos e editores vivendo em centros da diáspora em produzir fonogramas comerciais e criar espaços de sociabilidade centrados na partilha da música e dança, contribuiu, nos anos sucedendo a Independência Nacional, para a formação de um domínio transnacional de produção musical, possibilitando a circulação da música “da terra”, gravada ou interpretada ao vivo, entre os cabo-verdianos em diferentes pontos do globo.

A produção musical empreendida por músicos e empresários migrantes a partir de centros de diáspora constituiu uma forte prioridade cultural, assente em recursos humanos, tecnológicos e económicos disponíveis no exterior. A presença de uma significativa comunidade de músicos migrantes em território português e em outros centros de migração na Europa, o acesso a estruturas de gravação e de edição até recentemente inexistentes no arquipélago, e a existência de capital económico migrante passível de ser investido na produção cultural, possibilitaram a constituição da música, um bem cultural central para as práticas e identidades dos cabo-verdianos, num bem de consumo, reproduzível e circulável. Através da migração internacional e de elos transnacionais estabelecidos em torno de práticas expressivas, os cabo-verdianos geraram uma economia cultural vocacionada para a manutenção e permanente renovação de expressões de música e dança centrais nas suas práticas quotidianas, memórias e identidades.

As redes de edição e de *performance* tecidas a partir dos centros da migração cabo-verdiana contribuíram decisivamente para as formas de criatividade musical caracterizando o período sucedendo à Independência Nacional. A criação de novo repertório, reconfigurando os géneros musicais e poéticos das ilhas, num momento crucial de construção da nacionalidade, ou a preocupação em fixar um repertório conotado com a “tradição” e a oralidade, envolveram a exploração das potencialidades do processo de gravação, num trabalho conjunto entre músicos vivendo em Portugal, em outros centros de diáspora e nas ilhas.

Compreender dinâmicas expressivas e de identidade implícitas na música de Cabo Verde com base numa separação rígida entre o território de origem e as sociedades destino de migrações não é conceptualmente ajustado. A música de Cabo Verde tem sido historicamente produzida a uma escala transnacional. Músicos sedeados nas ilhas recebem permanentemente o estímulo criativo das músicas divulgadas ou produzidas por músicos na diáspora; e músicos vivendo em Portugal, Holanda ou França, confrontam os materiais culturais que advêm da sua experiência de migrantes nessas sociedades, com uma inspiração criativa “na terra”, dialogando com representações do seu território de origem ou com as suas sensibilidades culturais emergentes. A expansão do mercado editorial destinado aos cabo-verdianos e os processos de produção no âmbito da *world music* intensificaram, nas últimas décadas, a comunicação entre músicos e a sua circulação, sobretudo no espaço europeu.

Os processos criativos e práticas expressivas desenvolvidos em Cabo Verde como na diáspora, reflectem a complexa geografia transnacional da sua produção e circulação, e a multiplicidade de relações entre centros de diáspora e as ilhas. Essa geografia molda as renovadas formações “crioulas” da música de Cabo Verde: a apropriação de materiais expressivos que se ajustam às várias acepções do conceito de *riff* exposto por Ingrid Monson (1999), atribuídos a outros con-

textos culturais e à experiência social de outras populações. A utilização de elementos estilísticos do *jazz*, do *rock*, da música das Antilhas, das Caraíbas, do Brasil ou da África Ocidental na renovação das músicas “da terra”, surge discursivamente justificada através de termos como os de “fusão” ou “cosmopolitismo” e assenta numa percepção da identidade cabo-verdiana e das expressões culturais do arquipélago como historicamente “misturadas” e “mistas” (Vasconcelos, 2006: 8).

A apropriação de práticas expressivas associadas a outros contextos culturais e às identidades de outras populações desencadeou um debate sobre as fronteiras e limites da “cultura” ou das “tradições” “crioulas”. A legitimidade cultural ou “autenticidade” na prática de géneros como o *zouk* por músicos cabo-verdianos revelaram construções de cabo-verdianidade divergentes e contestadas no território de origem e na diáspora.

Uma heterogeneidade de formas de circulação e de habitação de músicos no espaço transnacional formado entre Cabo Verde e os seus centros da migração, ou nos circuitos estabelecidos pela indústria internacional da música, tem desencadeado uma multiplicidade de estéticas musicais e de processos criativos. Diferentes modalidades de circulação das músicas de Cabo Verde tornaram audíveis o que James Clifford (1997) designou enquanto “cosmopolitismos discrepantes”: configurações culturais produzidas por condições ou “compulsões” de mobilidade espacial diversas, resultando de “histórias económicas, políticas e culturais específicas, por vezes violentas, de interacção cultural” (Clifford, 1997: 36). Compreender estas configurações cosmopolitas implica analisar as histórias de diálogo intercultural e as formações de nacionalidade, género, “raça” ou classe social particulares, rodeando a produção de géneros como a *morna*, a *coladera*, o *funaná*, o *batuko*, o *zouk*, em Cabo Verde e em centros da migração.

Ao se envolverem na renovação das expressões musicais e poéticas do arquipélago conjugando-as com materiais musicais e expressivos associados a outros contextos culturais, nomeadamente aos que marcam a experiência de vida na migração, músicos na diáspora quanto em Cabo Verde defendem inscrever-se nos processos de criatividade cultural que formaram o património cultural “crioulo” das ilhas e pautaram as suas principais dinâmicas históricas. Nesta formação discursiva, o contexto cabo-verdiano e a sua centralidade no Atlântico ao longo da modernidade constituíram-no como originalmente “cosmopolita”. Dialogar com expressões musicais a uma escala global, sobretudo aquelas que participam das rotas da migração cabo-verdiana, significa dialogar com a sensibilidade cultural de Cabo Verde e dos cabo-verdianos. Como indicia o depoimento de Princezito – um músico que viveu parte da infância e adolescência em Cuba – Cabo Verde é onde os cabo-verdianos estão. É a partir desses lugares que a vida social do arquipélago e as suas práticas culturais se reforçam e se renovam.

Referências Bibliográficas

ALFAMA, José Bernardo (1910). *Canções Crioulas e Músicas Populares de Cabo Verde* Lisboa, Imprensa Commercial.

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres, Verso Books.
- BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick e BLANC, Cristina Szanten (1994). *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Luxemburgo, Gordon and Breach Publishers.
- BATALHA, Luís (2004). “A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário”. In CARVALHO, Carla e CABRAL, João de Pina (Ed.), *A Persistência da História*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BERNARDO, V. d. S. e C. A. L. R. (1995). *O Fenómeno das Discotecas Africanas. Espaços, Representações e Estratégias*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- CARDOSO, Pedro Monteiro (1933). *Folclore Caboverdeano*. Porto, Maranus.
- CARLING, Jørgen e BATALHA, Luís (2008). “Cape-verdean migration and diaspora”. In CARLING, Jørgen e BATALHA, Luís (Ed.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape-verdean Migration and Diaspora*. Amsterdão, University of Amsterdam Press.
- CARREIRA, António (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CIDRA, Rui (2002). “‘Ser Real’: o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa” *Ethnologia*, Nova Série, 189-222.
- CIDRA, Rui (2007). “‘Pa ba buska bida’. Funaná, transnationalism and the places of experience”, In *XXIII Conference of the European Society for Ethnomusicology*. Reitoria da FCSH-UNL, Lisboa, Novembro 2007.
- CLIFFORD, James (1997). *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- COHEN, Robin (1997). *Global Diasporas*. Washington, University of Washington Press.
- DENIZ, Manuel (no prelo) “Rádio”, in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (ed.) *Enciclopédia de Música em Portugal no Século XX*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- DUARTE, Fausto (1934). *Da literatura colonial e da “morna” de Cabo Verde*. Porto, Tipografia Leitão, de Anjos & Co., Limitada.
- ERLMANN, Veit (1996). “The aesthetics of the global imagination: reflections on world music in the 1990’s”, *Public Culture* n.º 8, pp. 467-487.
- ERLMANN, Veit (1999). *Music, Modernity and the Global Imagination*. Chicago, The University of Chicago Press.
- FELD, S. (1994). “From schizophonia to schismogenesis: on the discourses and commodification practices of ‘world music’ and ‘world beat’”. In C. e. S. F. Keil (Ed.), *Music Grooves. Essays and Dialogues*. Chicago, The University of Chicago Press.
- FERREIRA, M. (1985/1967). *Aventura Crioula*. Lisboa, Plátano Editora
- FERREIRA, M. (1986/1936-1969). *Claridade. Revista de Artes e Letras*. Linda-a-Velha, África Literatura Arte e Cultura.
- GILROY, P. (1993). *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*. Londres, Verso Books.
- GÓIS, P. (2006). *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa, ACIME.
- GROSS, J. D. M. e T. S. (1994). “Arab noise and Ramadan nights. Rai, rap and Franco-Magrebhi identities”. *Diaspora*, n.º 3, pp. 3-39.

- GUILBAULT, J. (1993). *Zouk: World Music in the West Indies*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HICKS, David e GWYNNE, Margaret A. (1994). *Cultural Anthropology*. Nova Iorque, Harper Collins College Publishers.
- LEONARD, Y. (2000). “O Ultramar Português”. In F. e. K. C. BETHENCOURT (Ed.), *História da Expansão Portuguesa. Vol. 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- LOSA, L. (no prelo). “Rádio Triunfo”. In S. CASTELO-BRANCO (Ed.), *Enciclopédia de Música em Portugal no Século XX*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- MACHADO, Fernando Luís (1997) “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, 1997, pp. 9-44.
- MANUEL, P. (2001). “Popular Music (ii) World Popular Music”. In S. e. J. T. SADIE (Ed.), *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*, Oxford, Oxford University Press.
- MARQUES, M. M. R. S. e F. A. (2000). “Ariadne’s thread: Cape Verdean women in transnational webs”. *Global Networks*, 1, pp. 283-306.
- MEDEIROS, A. (2003). “Colónias”, “Metrópole” e representação etnográfica na 1.^a exposição colonial portuguesa, in S. E.-S. e. J. F. B. CASTELO-BRANCO (Ed.), *Vozes do Povo*. Oeiras, Celta Editora.
- MEINTEL, D. (2002). “Cape Verdean Transnationalism, Old and New”. *Anthropologica*, XLIV.
- MINTZ, S. (1998). “The localization of anthropological practice: from area studies to transnationalism”, *Critique of Anthropology* 18, pp. 117-133.
- MONSON, I. (1999). “Riffs, Repetition, and Theories of Globalization” *Ethnomusicology*, 43, pp. 31-65.
- MONSON, I. (2000). *African Diaspora. A Musical Perspective*. Londres e Nova Iorque, Routledge.
- PIRES, Rui Pena (2000). “A Imigração”, in Bethencourt, Francisco e Kirti Chauduri (dir.) *História da Expansão Portuguesa. Vol. 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, pp. 197-211. Lisboa, Navarra, Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- PORTES, Alejandro (2004). “O estudo do transnacionalismo imigrante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 73-93.
- SLOBIN, Mark (1993). *Subcultural Sounds. Micromusics of the West*. Hanover, Londres, Wesleyan University Press.
- SLOBIN, Mark (2003). “The Destiny of ‘Diaspora’ in Ethnomusicology”. In CLAYTON, Martin; TREVOR, Herbert e MIDDLETON, Richard (Ed.), *The Cultural Study of Music: a Critical Introduction*. Nova Iorque, Routledge.
- STOKES, Martin (2001). “Ethnomusicology: IV. Contemporary theoretical issues”. In SADIE, Stanley e TYRREL, John (Ed.), *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*. Oxford, Oxford University Press.
- STOKES, Martin (2004). “Music and the Global Order”. *Annual Review of Anthropology*, n.º 33.
- TAVARES, E. (1969/ 1932). *Mornas, Cantigas Crioulas*. Luanda, Edição da Liga dos Amigos de Cabo Verde.
- TAYLOR, Tim (1997). *Global Pop. World Music, World Markets*. Nova Iorque, Routledge.
- VASCONCELOS, João (2006). “Filhos da terra, ou Lamarck em Cabo Verde”, ICS.

VI

ALGUMAS DIMENSÕES DA EXPRESSÃO MUSICAL CABO-VERDIANA NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

CÉSAR AUGUSTO MONTEIRO

*CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa*

1. A dimensão transnacional do fenómeno musical cabo-verdiano

Na tradição sociológica, a música⁶³, enquanto “objecto, veículo e promotor de sentido” (Campos, 2006: 34) e facto que espelha, em qualquer circunstância, a estrutura social donde emerge, tem sido considerada como um objecto revelador por excelência das lógicas que organizam a esfera da cultura, distinguem os objectos de arte e definem a relação dos actores sociais com o universo dos bens culturais. Constituindo-se, igualmente, como um contínuo transversal, que cruza os grupos de uma mesma sociedade, a música, entendida como uma das mais abstractas formas de manifestação artística capaz de exprimir, por si só, o estado de espírito de um momento histórico, de um povo ou de uma classe, tem denunciado algumas das transformações contemporâneas ocorridas na esfera cultural, de que, aliás, faz parte, sendo assim, simultaneamente, “um dos modelos mais claros da autonomização dos campos culturais e um dos ícones mais importantes da cultura, onde as carreiras artísticas se encontram mais profissionalizadas e reguladas e o lugar dos intermediários culturais mais institucionalizado” (Abreu, 2000: 56).

Todavia, essa relativa autonomia de que goza o criador do fenómeno musical não o dissocia ou o afasta do seu meio e da sua estrutura social envolvente, pelo contrário, citando Lopes-Graça, “a ideia de que o compositor tudo tira dele mesmo, da sua ‘experiência’ interna, é absolutamente falsa”, porquanto “a obra musical (como a obra de poesia ou a obra de pintura) é produto de uma equação entre o artista e o seu meio” e, por isso mesmo, “tem de corresponder às necessidades ou às solicitações deste” (1989: 23). Na generalidade, a música, esta coisa humana que nos percorre a existência, intervém na definição do ser social e é componente da nossa consciência individual e colectiva (Carvalho, 1978: 15), pode, de facto, significar muitas coisas, mas, basicamente, “falar da música (...) é falar da relação que se tem com ela, não apenas ouvindo, compondo ou interpretando, mas também interagindo, ou melhor, incorporando as práticas

⁶³ A palavra “música” tem origem no termo grego antigo *mousikè technè*, que significa “a arte da musa” e corresponde, de acordo com Oling & Wallisch, “a um conjunto de sons físicos, organizados de modo a que o objectivo último – criar um efeito específico – seja atingido através de gesto e movimentos” (2004: 12). Mais do que uma simples estrutura sonora, o conceito de música implica o de cultura que, por seu turno, envolve as estruturas sonoras como portadoras de cultura. Ou seja, nesta perspectiva dinâmica, cultura e música são caras distintas e complementares da mesma moeda.

musicais em percursos sociais e contextos culturais” (Campos, 2006: 10), independentemente de ela ser cabo-verdiana, portuguesa ou de outra origem qualquer e da natureza que assumir. Diga-se, em abono da verdade, a este propósito, que grande parte da produção de música de origem cabo-verdiana é produzida por agentes também de origem cabo-verdiana que se encontram fora de Cabo Verde, em contextos de globalização, pelo que se pode afirmar que esta música tem sido formada num âmbito transnacional, desenvolvendo-se concomitantemente e de forma continuada em diferentes pontos, num processo de construção e reconstrução de práticas e identidades musicais, envolvendo todas as gerações de compositores e intérpretes (Cidra, 2005: 3), de forma diferenciada, é certo, em função das conjunturas específicas. Assim, tais práticas transnacionais traduzem-se no cruzamento de fronteiras socioculturais e são protagonizadas por um conjunto de agentes que, embora, fisicamente, vivendo no país receptor, partilham o seu tempo e as suas energias na actividade entre este, o seu país de origem e outros espaços territoriais, num processo de permutas permanentes e de dinâmicas mais ou menos intensas.

2. A música cabo-verdiana na diáspora entre a diversidade e o hibridismo

Os contextos migratórios constituem, nesta perspectiva, os espaços privilegiados de construção de identidades diferentes e diferenciadas, a partir do estabelecimento de interacções entre os respectivos actores sociais, donde emergem novas configurações identitárias, em especial no seio dos jovens descendentes de imigrantes (Machado e Matias, 2006), por via de intenso processos de socialização nos países de acolhimento dos respectivos progenitores, à custa, quase sempre, de um processo de desgaste identitário (Portes e Rumbaut, 2001). Contudo, tenha-se em vista que esses jovens descendentes, portadores de pertenças múltiplas, diversas e, por vezes, contraditórias, cresceram entre a cultura dos pais e a da sociedade de fixação e, por isso mesmo, acabam por seguir percursos próprios, assumindo-se, identificando-se ou ainda afastando-se, em maior ou menor medida, de uma ou outra matriz identitária, no meio de tensões familiares e sociopsicológicas raramente resolvidas, consoante as características do espaço onde se inserem, em geral, e os modelos de socialização familiar, em particular. Obviamente, a música cabo-verdiana na diáspora, enquanto factor primordial de integração e prática transnacional, não foge, de forma alguma, a tais dinâmicas identitárias, tanto mais que ela é o produto da interacção entre a terra dos progenitores dos descendentes de imigrantes e a que os viu nascer, ou seja, a música assume um papel importante na construção identitária desses jovens, em contexto migratório. Importa, por outro lado, ter em conta, nesta abordagem, que a prática musical⁶⁴ e os géneros musicais⁶⁵ veiculados pelos respectivos praticantes não são sistemas fechados, mas evoluem e desenvolvem-se num ambiente social aberto em que circula, abundantemente, informação de todo o tipo.

⁶⁴ De acordo com Blaukopf, *a prática musical* abrange os tipos, os modelos e as expectativas de comportamento musical, pelo que este estudioso define a sociologia da música como sendo “*the compilation of all social data relevant to musical practice*” (1992: 5).

⁶⁵ Os diferentes géneros musicais, que se associam a diferentes modos de relação com a música, sejam eles cabo-verdianos ou não, têm em linha de conta as diferenças socioculturais respectivas, para lá, naturalmente, dos diferentes códigos intra-musicais. Assim, na perspectiva de Campos (2006), os músicos profissionais diferenciam-se não apenas em função do género musical que preferencialmente praticam, mas, sobretudo, ao nível das relações que se estabelecem com a música, nomeadamente, a sua prática e os seus usos.

Refira-se, ainda nesta linha de análise, que um exemplo elucidativo da diversidade, do hibridismo e da dinâmica inerentes à música é, sem dúvida alguma, a configuração do campo musical cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto factor de afirmação cultural e elemento de socialização, congregação e aproximação da população imigrada neste vasto espaço geográfico. Na realidade, a música transnacional cabo-verdiana⁶⁶ em Portugal constitui uma presença permanente e marcante no seio da população migrante a que pertence e ocupa um lugar central, não só por aquilo que significa e representa, mas também pela carga identitária e simbólica que transporta consigo, numa “*experiência identitária musical em movimento*” (Contador, 2001: 110), ao longo de um percurso não linear, onde, em certa medida, se vai adaptando e resistindo às tendências globalizantes.

3. A penetração da música cabo-verdiana em Portugal: o caso da Área Metropolitana de Lisboa

Resultante de elementos musicais europeus, sobretudo de origem portuguesa, aos quais se sobrepõem elementos musicais africanos, a música cabo-verdiana, enquanto forma de expressão cultural apreciada e vivida pelos cabo-verdianos, constitui, na verdade, uma das mais importantes alavancas dessa sociedade insular e, logo, uma das componentes mais representativas da sua identidade cultural. Mais do que uma mera manifestação artística, pode afirmar-se que os ritmos e sons de Cabo Verde e, em especial, a sua música tradicional, são “um importantíssimo elemento de afirmação e coesão identitária, para os indivíduos de origem cabo-verdiana, sejam eles residentes no arquipélago real ou no arquipélago migratório” (Malheiros, 2001: 270) e não são alheios às fortes influências externas a que se sujeita a música, num processo irreversível e cada vez mais dinâmico. Na diáspora, o imigrante cabo-verdiano, que se envolve numa pluralidade de mundos sociais e vive uma multiplicidade de experiências socializantes, num contexto diferente, procura manter vivas as suas tradições fortemente interiorizadas onde quer que se encontre em grupo, num processo de resistência cultural, do mesmo passo que vai incorporando alguns elementos da sociedade de acolhimento, através, designadamente, de contactos culturais e das respectivas permutas. De facto, os músicos cabo-verdianos radicados no exterior, particularmente na Holanda, têm contribuído, através de um significativo movimento, para que a música cabo-verdiana sofra importantes “processos de reconstrução” (Malheiros, 2001: 272), em resultado da influência de vários ritmos estrangeiros, resultando, daí, estilos musicais caracterizados por uma hibridez acentuada. Particularmente em Portugal, os intensivos fluxos migratórios direccionados para este país a partir de finais da década de 60 e que se prolongam até à actualidade, traduziram-se na emergência de uma significativa *comunidade de migrantes de trabalho e de profissionais*, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, marcada, já no domínio cultural, pela emergência de um *campo artístico (champ artistique)*⁶⁷, na expressão de Pierre Bourdieu, ou

⁶⁶ Nos últimos anos, a música cabo-verdiana, que constitui o melhor identificador identitário da nação cabo-verdiana, imediatamente a seguir à língua crioula, passou a pertencer à chamada *world music*, pela sua inegável visibilidade.

⁶⁷ Criado e desenvolvido por Bourdieu, desde meados dos anos 70, o conceito de *campo artístico* é um campo de forças, isto é, uma rede de determinações objectivas que pesam sobre todos os que agem no seu interior, ou melhor, segundo Loïc Wacquant, “*é esta arena particular, ou espaço estruturado de posições e tomada de*

melhor, de um campo transnacional de produção musical que moldou a produção da cultura expressiva de Cabo Verde, interligando “músicos, performs, públicos, editores discográficos e produtores de espectáculos, vivendo em Cabo Verde, em diferentes centros migratórios ou deslocando-se regularmente entre estes pontos” (Cidra, 2005: 1). Assim, assiste-se, sobretudo na já assinalada Área Metropolitana de Lisboa, à formação de um panorama musical cabo-verdiano diversificado que implica diferentes níveis de experiência musical, ou melhor, citando ainda Cidra, está-se em presença de “dois contextos genéricos de preformação musical”, a saber: a *performance musical no âmbito de redes comunitárias de parentesco, de amizade e de vizinhança*; e um *circuito profissional* de performance, vocacionado para a realização de concertos e gravação de fonogramas (Cidra, 2005: 6). Na realidade, remata Cidra, o significativo crescimento da “comunidade”⁶⁸ cabo-verdiana em Portugal, no período pós-independência, é responsável, sobretudo, pelo “*aumento e diversificação de práticas expressivas em contextos informais de experiência musical*”, pela formação de um circuito profissional e dum mercado discográfico (Cidra, 2005: 17), com reflexos evidentes sobre a organização e a estruturação da actividade musical⁶⁹, bem assim pela emergência de uma “identidade (des)territorializada” (Lechner, 2007: 81) em situação de imigração e em resultado de uma deslocação entre contextos espaciais⁷⁰ diferentes.

4. O género e a música em contexto migratório

A partir da independência nacional de Cabo Verde, em Julho de 1975, incrementa-se a emigração feminina⁷¹, em resultado da combinação de uma série de factores, de índole objectiva e subjectiva,

posição, onde indivíduos e instituições competem pelo monopólio sobre a autoridade artística à medida que esta se autonomiza dos poderes económicos, políticos e burocráticos” (Wacquant, 2005: 115). O campo artístico, ou mais genericamente, “campo da produção cultural”, é também um campo de batalha, um terreno de luta relativamente autónomo em que os participantes procuram preservar ou ultrapassar critérios de avaliação ou, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu, citado por Wacquant, “*alterar o peso relativo dos diferentes tipos de capital artístico*” (Wacquant, 2005: 115). Assim, na lógica de Bourdieu, os que ocupam as posições dominantes na distribuição de *capital artístico* estarão inclinados para estratégias de conservação (ortodoxia), enquanto os que ocupam posições dominadas e marginais tenderão a seguir estratégias de subversão (heterodoxia ou mesmo heresia), no âmbito de conflitos que mais não são do que o motor da história específica do campo.

⁶⁸ O conceito de “comunidade”, aplicado, hoje em dia, à realidade migratória cabo-verdiana em Portugal, mantém, à luz da teoria sociológica, uma imagem consensualística, comunitarista e homegeneizadora, pelo que é preferível utilizar, sempre que possível e em sua substituição, a expressão “população imigrante”, que é mais abrangente e condizente com o actual quadro e estágio de desenvolvimento. Na verdade, a população imigrante cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa, em particular, contém relações de carácter comunitário ligadas à pertença e identidade colectivas, mas traz, a um tempo, no seu bojo *relações de campo* e *relações de rede* que acabam por conferir ao universo migratório uma acentuada heterogeneidade. Identidade colectiva não significa, forçosamente, presença de comunidade e nem ela é suficiente para definir uma comunidade. Todavia, não pode haver comunidade sem identidade colectiva.

⁶⁹ Para Blaukopf (1982), a actividade musical é qualquer actividade direccionada para a produção de eventos sonoros e enquadra-se, perfeitamente, no campo (Bourdieu, 2001) transnacional já que, por um lado, é composta pelo crescente número de agentes (músicos, intérpretes, compositores, instrumentistas, empresários) e, por outro, de iniciativas várias nos mais variados domínios da economia, da política e do mundo dos negócios.

⁷⁰ Neste sentido, sublinha Lechner, as identidades são interterritoriais (2007: 81).

⁷¹ A emigração feminina cabo-verdiana para a Itália inicia-se ainda na primeira metade da década de 60 do século passado e começa a estabilizar-se a partir dos anos 70, em especial a oriunda das ilhas de Boavista, Santo Antão e S. Nicolau.

responsável, em parte, por uma maior participação na música das mulheres migrantes cabo-verdianas (Hoffman, em Grassi e Évora, 2007: 231), sobretudo ao nível da interpretação vocal, a despeito da visível hegemonia masculina no respectivo campo musical e das assimetrias. De facto, à excepção do batuque, uma prática expressiva antiga associada, sobretudo, às mulheres de Santiago⁷², a música em Cabo Verde tem sido uma actividade fortemente masculina, tanto no que respeita à composição, como à execução, tanto mais que se revela ainda exíguo o número de compositoras (criadoras) e executantes femininas de instrumentos musicais, seja em Cabo Verde, seja na diáspora. Mesmo o canto, que muitas culturas reservam como uma área musical incentivada para a participação feminina, é também dominado por homens, embora numa proporção inferior àquela dos compositores e instrumentistas. Aliás, o número de mulheres que executam a guitarra, o cavaquinho ou a percussão é reduzidíssimo, o que vem confirmar ainda uma “dominação masculina” (Bourdieu, 1998) no campo musical cabo-verdiano, através da imposição de uma assimétrica divisão de trabalho. Naturalmente, à medida que a sociedade cabo-verdiana se vai desenvolvendo e libertando-se das amarras da dominação masculina, vão emergindo outros valores e, em consequência, vai aumentando, ainda que tímida e gradualmente, o número de mulheres compositoras e executantes de instrumentos musicais, seja nas ilhas, seja na diáspora.

Já na sua obra *La domination masculine*, Bourdieu dá conta de como a mulher dominada interioriza esquemas de pensamento que resultam, seja da incorporação de relações de poder assimétricas, mas consideradas naturais, seja da construção de uma imagem feminina auto-desvalorizante, de acordo com os princípios de inferioridade e exclusão, no âmbito de uma ordem simbólica, se ergue a dominação masculina, num processo de “violência simbólica”, cujo exercício é altamente facilitado pela “objectividade das estruturas sociais e das actividades produtivas e reprodutivas, baseadas numa divisão sexual de trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere ao homem a melhor parte” (Bourdieu, 1998: 39). Assim, nesse processo institucionalizado de trocas simbólicas relacionais e desiguais entre os dois sexos, a mulher é projectada como objecto, contribuindo, nessa posição altamente desfavorável e penalizadora,

⁷² Na verdade, Santiago, a primeira ilha a ser povoada, é a que mais preservou a cultura africana, principalmente no interior desse espaço insular para onde os escravos negros fugiram no século XVII, devido à decadência da frágil economia cabo-verdiana, à fome, à seca e aos constantes ataques dos piratas franceses e holandeses à, então, capital cabo-verdiana – Ribeira Grande (Santiago). Assim, nessa fuga forçada para o interior da ilha e na mira de assegurarem a sua liberdade, explica Ramos, os escravos instalaram-se nos seus longínquos cumes e funcos e, rodeados pelas agrestes montanhas, “*preservaram e desenvolveram uma cultura e identidades próprias, onde se destaca a prática do batuque*”, género musical e dançante ao qual conferiram, nesse novo meio de inserção, “*uma nova roupagem*” que se ajustava à *mundividência que circunscrevia o quotidiano desses “fugitivos”*, à semelhança, por exemplo, dos *cimarrones* em Cuba ou dos *marrons* no Suriname e nas Índias Ocidentais. Assim, do contexto cabo-verdiano emerge o batuque, considerado um dos géneros mais representativos do património da ilha de Santiago, praticado nos momentos importantes do convívio das comunidades, entre as quais se destacam as festas religiosas, vésperas de casamentos ou baptizados e a recepção de personalidades importantes (Ramos, 2006: 13), que se vai transmitindo entre as várias gerações, através de processos de socialização. Reprimido durante o período colonial, o batuque, “*um género musical, poético e coreográfico praticado por mulheres, historicamente associado à ilha de Santiago e às marcas africanas da sua cultura*” (Ribeiro, 2008: 1), é, de facto, a prática performativa mais antiga de Cabo Verde, cuja herança cultural tem vindo a ser valorizada, respeitada, preservada e transmitida, tanto no interior do arquipélago como na diáspora, da independência do país a esta parte, ao lado do funaná e das demais expressões musicais.

para perpetuar a força superior, o privilégio e a virilidade masculinos e o aumento do capital simbólico detido pelo homem-sujeito, graças à aquisição das disposições à submissão, ao longo de um trabalho de socialização e de aprendizagem das virtudes negativas de abnegação, de resignação e de silêncio. No quadro das referidas relações de dominação masculina, que fazem das mulheres “*objectos simbólicos*”, prossegue Bourdieu, impõem-se, como tarefas prioritárias e de primeira grandeza, a masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino, através da “*construção simbólica da visão do corpo biológico*”, e, em particular, através do acto sexual, enquanto acto de dominação e possessão (Bourdieu, 1998: 62), a coberto da extraordinária autonomia, seja das estruturas sexuais relativamente às estruturas económicas imperantes, seja dos modos de reprodução em relação aos modos de produção.

4.1. A presença feminina no campo musical cabo-verdiano em Portugal: o paradoxo

Como já se assinalou atrás, o cenário musical cabo-verdiano em Portugal é híbrido e multifacetado e não deixa, a nosso ver, de ser um prolongamento do panorama em Cabo Verde, embora ganhando, naturalmente, características específicas dos contextos migratórios desses actores ou sujeitos. Em Portugal, o campo musical cabo-verdiano é estratificado e diversificado e, reflecte, em grande medida, a natureza também estratificada e diferenciada da população imigrante, onde coabitam vários géneros, designadamente, a morna, a coladeira, o funaná e o batuque⁷³, para além de outras performances musicais que emergem do seio dos jovens descendentes de imigrantes cabo-verdianos, através de um não menos interessante processo de recriação e reelaboração, a partir da apropriação, nas respectivas comunidades de inserção, da herança cultural e identitária legada por seus progenitores, aliás, um valioso capital cultural e simbólico a não menosprezar. Daí se poder falar, com toda a propriedade, de uma música migrante (Sardo, 2004), entendida como a emergência de um produto musical relativamente diferente, pelo menos do ponto de vista da letra das composições, resultante de vivências e experiências musicais novas em contexto migratório, mas sempre associadas à matriz cultural cabo-verdiana.

Importa, contudo, frisar que, na afirmação da actividade musical na diáspora e, em especial, em Portugal, em resultado de um processo de (des)territorialização por via da emigração, a mulher cabo-verdiana encontra-se, igualmente, no centro da preservação, retenção e valorização da

⁷³ Graças a processos de desterritorialização da cultura musical cabo-verdiana provocados por significativos movimentos emigratórios, o batuque, enquanto importante elemento de afirmação identitária individual e colectiva das mulheres, que importa preservar, respeitar e transmitir, passa a ser também praticada numa rede de comunidades da diáspora cabo-verdiana instaladas em várias partes do mundo. Em Portugal, o batuque é forte elemento cultural, como é testemunhado pela presença de vários grupos, de entre os quais se destaca o *Finka-Pé* do Bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), criado em 1988 e considerado o mais antigo grupo de batuque cabo-verdiano em Lisboa, cujo âmbito de intervenção social e cultural, de acordo com Ribeiro, se foi alargando “*ao longo de duas décadas de existência institucionalmente enquadrada na região de Lisboa, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma imagem forte da comunidade cabo-verdiana imigrada em Portugal*” (Ribeiro, 2008: 10). Outra referência assinalável e não menos importante das batucadeiras em Lisboa é a presença estimulante do *Voz d’África*, grupo que tem vindo igualmente a assumir um importante papel na preservação e transmissão do batuque em Portugal, para além ainda das conhecidíssimas *Batucadeiras de Nha Bibinha Cabral*.

música cabo-verdiana, conforme atesta a sua significativa produção discográfica, pelo menos em termos qualitativos. Assim, a partir dos anos 90 do século passado, na peugada de Titina e Celina Pereira e, ainda, na linha da preservação da música cabo-verdiana no exterior, desponta, em Portugal, uma nova geração de cantoras cabo-verdianas donde se destacam Maria Alice, Nancy Vieira, Lura, ou Ritinha Lobo, que interpretam a música cabo-verdiana, cada uma com o seu próprio estilo. Assim, esta plêiade de cantoras vem prosseguindo este ingente esforço de valorização da música tradicional cabo-verdiana, mas sem se afastar das raízes, num interessantíssimo processo de retenção, ao qual não é alheia alguma recriação, sobretudo no domínio do batuque, género performativo quase exclusivamente feminino que mobiliza, em força, as mulheres. Neste sentido, não deixa de ser significativa a projecção na diáspora, de uma “comunidade imaginada⁷⁴” cabo-verdiana, na expressão de Anderson (1983), onde se tecem e se (re)criam laços e espaços tangíveis e intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência de interacção física com a comunidade real do país de origem.

Paradoxalmente, a despeito da representatividade e da visibilidade que tem a mulher imigrante em Portugal no domínio da interpretação vocal, o seu peso no chamado *núcleo duro* (Monteiro, 2008) do campo musical cabo-verdiano é ainda fraco, se nos atentarmos no seu poder de decisão e no seu grau de influência, de uma maneira geral, à semelhança, aliás, do que ocorre ainda em Cabo Verde, neste domínio concreto. Todavia, independentemente do grau de criatividade musical da mulher cabo-verdiana em Portugal, já se torna visível a intervenção da componente feminina no actual cenário, através de um leque diversificado e plural de vozes, nos mais variados géneros, desde a morna até ao batuque, passando pela coladeira e pelo funaná, num meritório esforço, a todos os títulos, congregador e mobilizador.

Conclusão

A música cabo-verdiana constitui, a par de outras manifestações culturais, um importantíssimo pilar da sociedade cabo-verdiana e, sendo assim, uma das componentes representativas e estruturantes da sua identidade cultural, que se foi desterritorializando, mercê de intensos movimentos migratórios verificado ao longo da sua evolução histórica. Assim, o estabelecimento progressivo em diferentes sociedades de acolhimento de migrantes cabo-verdianos viria a desencadear redes de produção musical e interessantes práticas musicais que implicaram relações entre populações migrantes e populações que permaneceram nas ilhas, com repercussões na actividade musical, no sentido lato, e na própria qualidade da “*obra artística e musical*”, sempre resultado de um trabalho colectivo que envolve diferentes tipos de profissionais (Hennion, 1981).

⁷⁴ O Bairro do Alto da Cova da Moura, situado na periferia de Lisboa e constituído, na sua maioria, por imigrantes cabo-verdianos e respectivos descendentes, não deixa de ser um exemplo paradigmático de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson, em virtude de esse interessantíssimo espaço se assemelhar, do ponto de vista social, cultural e arquitectónico, ao interior de algumas ilhas de Cabo Verde. Hoje em dia a Cova da Moura – um bairro altamente etnicizado ou comunitarizado – é um caso exemplar do chamado turismo étnico, onde se oferecem produtos étnicos, que vão desde a gastronomia à arte dos cabeleireiros, música ou danças ritmadas como funaná, kizomba ou coladeira.

Particularmente na área Metropolitana de Lisboa, onde se constituiu, paulatinamente, uma não menos importante e expressiva população de migrantes de trabalho e profissionais, emergiu, na expressão de Bourdieu, um campo musical, que se foi consolidando progressivamente, transformando-se, com o tempo, num campo transnacional de produção musical, que viria a moldar a produção da cultura expressiva de Cabo Verde. Em abono da verdade, a fixação em diferentes sociedades de acolhimento de migrantes cabo-verdianos originou redes de produção musical, bem como práticas musicais, a exemplo da população imigrante em Portugal, cujo panorama musical se caracteriza, essencialmente, pela sua diversidade e heterogeneidade cada vez mais salientes.

Em linhas gerais, pode afirmar-se que, na perspectiva da produção⁷⁵, o campo musical cabo-verdiano em Portugal e, em especial, na Área Metropolitana de Lisboa, onde se concentram maioritariamente os agentes musicais, é híbrido, relativamente estratificado, diferenciado e hierarquizado e dominado apenas por alguns actores. Do ponto de vista da sua composição social, por exemplo, o referido campo ou “mundo artístico” (Becker, 1982)⁷⁶, na expressão de Becker, que abrange sobretudo intérpretes e compositores, numa relação de forças e de mercado entre dominantes e dominados, ou, se se quiser, entre o centro e a periferia musicais, caracteriza-se maioritariamente pela presença masculina, aliás, à semelhança da própria matriz musical em Cabo Verde, embora não deixe de ser relativamente significativa a presença de mulheres, em especial no domínio concreto da interpretação vocal. Todavia, perante a ainda prevalência da “dominação masculina” (Bourdieu, 1998), aliada à persistência de estigmas (Goffman, 1993), à discriminação, a estereótipos e a uma acentuada divisão de papéis no interior do campo musical, a imigrante cabo-verdiana não se tem afirmado no domínio da criatividade musical (composição e interpretação instrumental), se bem que ela continue a crescer progressivamente no domínio do canto, nem tão-pouco se tem consolidado no mercado de trabalho (mundo empresarial), como, de resto, seria desejável, pelas mesmas razões.

A despeito das limitações e constrangimentos de vária índole, o certo é que o campo musical cabo-verdiano se vai reproduzindo, essencialmente através de *inputs* externos e dinâmicas várias e adquirindo uma configuração interna própria, comparada, por exemplo, com aquela que assumira nos anos 70 e 80 do século pretérito, com uma clara tendência para o seu rejuvenescimento, bem como para a melhoria progressiva do seu capital ou qualificação escolar, sobretudo a partir dos últimos anos da década de 90. Por outro lado, os compositores e intérpretes que enformam o campo musical cabo-verdiano não são profissionais permanentes e exclu-

⁷⁵ O conhecimento sociológico aprofundado do processo musical em Portugal, tendo em conta as relações sociais, as expressões culturais e as fruições musicais, concilia, necessariamente, três perspectivas ou dimensões analíticas, a saber: a perspectiva da produção, a distribuição e a recepção e consumo musical (Campos, 2006). Relativamente à primeira, a perspectiva da produção tem em atenção os objectos musicais (conjunto de processos sociais e de padrões culturais de referência); os actores e os processos sociais em que são produzidos, ou seja, o enfoque analítico deverá centrar-se, em todo o caso, sobre a música e os músicos cabo-verdianos radicados na Área Metropolitana de Lisboa como problema sociológico relevante.

⁷⁶ Os conceitos de “campo musical” de Bourdieu, de “mundo artístico” de Becker ou ainda de “jogo” de Lahire, aplicados à análise da actividade musical, não se excluem mutuamente, pelo contrário, complementam-se, não obstante as diferenças de perspectivas. O primeiro, de cunho marxista, privilegia a dimensão conflitual e as posições dentro do campo, enquanto o segundo, de cariz mais funcionalista e durkheimiano, acentua os aspectos mais integracionistas ligados, nomeadamente, às redes e à divisão interna do trabalho.

sivos, muitos deles dedicam-se, simultaneamente, ao exercício de outras actividades profissionais, designadamente, nos sectores da construção civil e da restauração (Monteiro, 2008). Essencialmente, o campo musical cabo-verdiano, à semelhança de outros, é uma zona de partilha de objectivos comuns e de laços de afinidade e, concomitantemente, um espaço relativamente autónomo de concorrência e conflitualidade, no interior do qual se verificam, ainda que de maneira velada, uma disputa de espaço entre os recém-chegados e os já instalados.

Relativamente às relações de sociabilidade no interior do campo musical, expressas, nomeadamente, através das redes de convivialidade e de amigos e da regularidade de contactos, está-se perante uma comunidade musical estruturada em pequenas redes e relativamente aberta, com dinâmicas próprias, mais virada para dentro, se bem que com ligações mais ou menos frequentes quer com os músicos estrangeiros em Portugal, quer com os músicos cabo-verdianos residentes em Cabo Verde, ou quer ainda com os radicados noutras paragens da diáspora. Não obstante alguns sinais evidentes de alguma abertura em relação exterior, no sentido da consolidação do campo musical, continuam, todavia, a prevalecer, no seu interior, constrangimentos de vária índole que condicionam e dificultam a afirmação desse processo transnacional e, logo, a projecção do músico, do mesmo passo que se assiste, conquanto de forma gradual e tímida, à recomposição social interna do próprio campo musical, marcada ainda pela sua renovação ou rejuvenescimento, por alguma mobilidade geográfica e, ainda, pela diversificação cada vez mais forte da paisagem musical (géneros musicais), numa articulação possível entre a linha tradicional e a moderna, pautada pelo princípio da preservação cultural, visível mormente no seio das cantoras, consideradas mais “conservadoras” e “autênticas”, no âmbito de relações invisíveis de poder que unem e ligam os agentes em disputa.

Referências bibliográficas

- ABREU, Paula (2000), “Práticas e consumos de música (s): ilustração sobre alguns novos contextos da prática cultural”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 56, Coimbra, pp. 123-145.
- ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- BECKER, S. Howard (1982), *Art Worlds*, University of Califórnia Press.
- BLAUKOPF, Kurt (1982), *Musical Life in a Changing Society*, Oregon, Amadeus Press.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, 2.ª Edição, Oeiras, Celta.
- CAMPOS, Luís Melo (2006), *Músicos e modos de relação com a música*, Tese submetida como requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, na Especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Instituto Superior da Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Departamento de Sociologia.
- CARVALHO, Mário Vieira de (1978), *Estes Sons, Esta Linguagem*, Lisboa, Editorial Estampa.
- CIDRA, Rui (2005), *Migração, performance e produção de fonogramas: músicos em viagem entre Cabo Verde e Portugal*, *International Conference on Cape Verdean Migration and diáspora*, Lisboa.

- CONTADOR, António Concorde (2001), “A música e o processo de identificação dos jovens negros portugueses”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 109-120. Oeiras, CIES, Celta Editora,
- GOFFMAN, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d’Água.
- GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), (2007) *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (ICS), 1.ª edição.
- HENNION, Antoine (1981), *Les professionnels du disque*, Paris, Editions A. M. Métailié.
- HOFFMAN, Joanne (2007) “O papel da independência, da emigração e da *World Music* na ascensão ao estrelato das mulheres de Cabo Verde”, em *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Marzia Grassi e Iolanda Évora (organizadoras), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 217-233.
- LECHNER, Elsa (2007), “Imigração e saúde mental”, em *Revista Migrações* n.º 01, Setembro de 2007, Observatório de Imigração, Lisboa. ACIDI I. P., pp. 81-101.
- LOPES-GRAÇA, Fernando (1989), *A Música Portuguesa e os seus Problemas II*, Lisboa, 2.ª Edição, Editorial Caminho p. 181.
- LOUDE, Jean-Yves (1997), *Cap Vert: notes atlantiques*, Arles, Actes Sud.
- MACHADO, Fernando Luís e MATIAS, Ana Raquel (2006), *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica*, Working Paper n.º 13/2006, Lisboa, CIES-ISCTE.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2001), *Arquipélagos Migratórios: transnacionalismo e inovação*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor em Geografia Humana, Lisboa.
- MONTEIRO, César (2008), *Para a construção do perfil e do trajecto dos músicos imigrantes cabo-verdianos radicados na Área Metropolitana de Lisboa (AML)*, Relatório final do Curso de Pós-Graduação em Análise de Dados em Ciências Sociais, Departamento de Métodos Quantitativos e Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- OLING, Bert e WALLISCH, Hein (2004), *Enciclopédia dos Instrumentos Musicais: Um guia abrangente de instrumentos musicais de todo o mundo*, Lisboa, Centralivros, Lda., 1.ª Edição.
- PORTES, A. e RUMBAUT, R. G. (2001), *Legacies: the story of immigrant second generation*, California, University of California Press.
- RAMOS, Max Ruben Tavares de Pina (2006), *Uma reflexão antropológica sobre a prática do batuque no contexto migratório lisboeta*, dissertação de Mestrado em Antropologia, Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Jorge Castro (2008), “Quando eu nasci o batuque já existia”: *A pós-colonialidade revisitada em duas décadas de batuque cabo-verdiano em Lisboa*, Comunicação feita no X Congresso da SIBE – Sociedad de Etnomusicología, de 06 a 09 de Março de 2008, Espanha.
- SARDO, Susana Bela Soares (2004), *A Música e a Reconstrução da Identidade: Um Estudo Etnomusicológico do Grupo de Danças e Cantares da Casa de Goa, em Lisboa*, Tese em Etnomusicologia para prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- WACQUANT, Loic (2005), “Mapear o campo artístico”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 48, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 115-121.

VII

O DIREITO AO SUCESSO: JOVENS CABO-VERDIANOS NO CONTEXTO EDUCATIVO PORTUGUÊS

LÍGIA ÉVORA FERREIRA

*Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais
Universidade Aberta*

Introdução

O efeito conjugado das leis do reagrupamento familiar com a feminização no seio da população imigrada, a presença de crianças e jovens no quadro dessas leis e os nascimentos registados nos países de residência modificaram consideravelmente a estrutura etária da população no seio da comunidade cabo-verdiana imigrada em Portugal. A instalação definitiva de jovens no país de residência de seus pais fez emergir um quadro novo de reivindicações, nos campos da educação, direitos cívicos, trabalho, etc., que interpela a sociedade que os acolheu ou em que já nasceram. Cada vez mais se assiste, no seio da comunidade, ao desenvolvimento de um número cada vez maior de redes associativas e de novas formas de organização especialmente conduzidas por novas gerações de rapazes e raparigas, com expressão em diversas áreas. Estas novas formas de expressão conseguem, por vezes, traduzir-se numa auto-valorização da imagem dos jovens, contribuindo para alterar representações negativas que as instituições e a própria sociedade constroem e tornar assim mais plena a sua participação numa sociedade que se deseja mais inclusiva e integradora.

É certo que um jovem, filho de imigrantes mas nascido já em Portugal, não é de facto um imigrante e muito menos um estrangeiro, sendo que lhe é devido o direito ao acesso e sucesso no que toca às oportunidades oferecidas pelos países de residência a todos os seus cidadãos.

Em Portugal, foi a partir dos anos 90 (nos outros países europeus deu-se mais cedo) que, com a introdução massiva no sistema escolar, crianças e jovens oriundos da imigração começaram a interessar investigadores, responsáveis políticos, administrativos, enfim o conjunto de pessoas ligadas ao mundo da imigração. É nesta altura que, por exemplo, em Portugal se assiste à criação do Entreculturas, organismo do Ministério da Educação mandatado para a coordenação de programas de Educação Intercultural nas escolas, se lançam as primeiras estatísticas e se publicam estudos consagrados a esses jovens e seus problemas.

Não sendo muitos os trabalhos até à altura realizados com jovens de origem cabo-verdiana, alguns jornais e outros órgãos de comunicação social referiam com regularidade a sua situação de uma forma por vezes um pouco dramatizada. Situação, que muitas vezes, era utilizada por actores sociais ou instituições para os estigmatizar, excluir e marginalizar, o que os atingia, pois ia de

encontro às suas dificuldades, pelo facto de na sua maioria estarem confrontados com o insucesso escolar e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, isso para além de nem sempre possuírem uma formação, um diploma ou uma qualificação profissional. A juntar a isto, ainda os tão falados problemas de identidade, as rixas com a Polícia e com a Justiça, o estigma de população potencialmente delincente, numa condição propiciadora de rejeição e racismo.

Creemos no entanto que a descrição de situações dramáticas, em si, é insuficiente. Torna-se necessário analisá-las para compreender os mecanismos que estão na sua origem.

No que toca à situação escolar, a questão primeira não é a de saber se as crianças ou os jovens têm mais ou menos sucesso que os autóctones, recorrendo à constante argumentação estatística para comparação, mas antes perceber o modo como o sistema escolar os trata na sua especificidade. Torna-se necessário deixar de atribuir o grosso do insucesso escolar à condição de alunos de origem imigrante, começando por comparar apenas o que é comparável, ou seja, dentro de uma mesma categoria social.

Haveria, para isso, que levar em linha de conta a heterogeneidade das situações, o que passa por distinguir categorias e percursos itinerários no seu seio: os que já nasceram no país de acolhimento, os que vieram desde muito cedo com os pais, os que não têm sucesso na escola, os que o têm, etc.

No que toca a questões de identidade, o “viver entre duas culturas”, como se diz habitualmente, não é por definição uma perturbação e nem por isso confere qualquer identidade perturbada só por si. A posição intermédia, transitória da sua situação, vai conferir aos jovens uma identidade particular, culturalmente miscigenada, se quisermos, mas completa. Uma identidade, que seria melhor assumida pelos jovens, caso a mesma não fosse sistematicamente referida como controversa e, quase sempre, colocada em termos negativos.

A própria designação de “segunda geração” cria dificuldades, pois a definição é utilizada como sinónima da reprodução social das condições de vida dos pais, não levando em conta a trajetória dos jovens. O seu posicionamento, comportamentos, atitudes ou representações são determinados por factores que tanto têm que ver com o espaço sociocultural do país de origem, como com o de acolhimento.

Assiste-se com regularidade à construção inadequada de diferenças culturais entre esses jovens e outros da sociedade de acolhimento, vindo depois a ser proclamado o respeito por essas “diferenças”, em “tolerância” para com os grupos minoritários.

A família cabo-verdiana na imigração apresenta um quadro diferente do existente em Cabo Verde. Configurando-se no arquipélago numa forma mais alargada, apresenta-se, na diáspora, na maior parte das vezes, numa forma mais nuclear. O espaço familiar é o do casal, ou da díade mãe-filho, mesmo quando as interacções com a comunidade ou com outros membros da mesma família acabam por alargar esses limites, fazendo intervir outras pessoas nessa mesma

esfera nuclear. O espaço familiar restrito passa então a constituir para as crianças o quadro privilegiado de socialização, que concorre com a rua e com a própria instituição escolar.

Presentes na família estão os modelos, os estilos educativos e culturais que relevam um repertório de identidades, como sejam, hábitos alimentares, organização familiar (com o seu sistema de relações e hierarquia), religião, a que se juntam outras práticas ditadas pela adaptação das famílias às normas da sociedade em que se instalaram. A conservação dessas identidades, ou a sua passagem da esfera do privado para o público, ou dos pais para as crianças, está em função da interacção com outras instâncias da socialização: a escola, a rua. Estas encontram-se em permanente concorrência com a família, cujos valores e modelos próprios, por vezes se opõem aos da sociedade de acolhimento, que já beneficia de legitimidade e reconhecimento formal.

A legitimação social e institucional das práticas familiares torna-se necessária, de modo a que as identidades familiares passem do domínio privado para o público e, em consequência, possibilitem a respectiva apropriação por parte das crianças. Passagem essa que se revela importante, de modo a evitar que as famílias caiam na estigmatização e sejam ocultadas pelos próprios jovens.

Na imigração, o primeiro contacto em permanência da criança com a sociedade de acolhimento é feito através da escola. O confronto com os códigos desse meio, os códigos sociais e escolares, dá-se pela primeira vez através dela. Sendo a escola o lugar da mediação entre a sociedade e a família, é a partir dela que a criança começa a vivenciar a aprendizagem de tensões que nascem de duas situações diferentes, próprias de dois mundos distintos: o familiar e o escolar.

2. A Situação Escolar das Crianças e Jovens de Origem Cabo-verdiana

Praticamente inexistentes nos anos 70, as crianças e jovens de origem cabo-verdiana conheceram um forte crescimento em escolas portuguesas, a partir do início dos anos 80. Segundo os dados do Entreculturas, em 1998 (últimos dados publicados) frequentavam as escolas portuguesas cerca de 12 000 crianças cabo-verdianas, distribuídas pelos vários ciclos da seguinte forma: 6000 no 1.º Ciclo, 3000 no 2.º Ciclo; 2000 no 3.º Ciclo, 1000 no Ensino Secundário. Do seu percurso escolar sabe-se muito pouco, porque se dispõe de muito poucos elementos objectivos para avaliação.

No geral, e para começar, sabe-se que a sua escolarização está sujeita às mesmas dificuldades colocadas às crianças portuguesas da mesma origem social. A sobrecarga de turmas, as diferenças de origem sociocultural, a pobreza dos conhecimentos da língua, a utilização de um “código restrito” (Bernstein, 1973), diferente do “código elaborado” da escola, são factores que pesam para as duas populações de igual modo. Não obstante, parece existir todo um conjunto de problemas que teimam em persistir, desde logo que a criança cabo-verdiana entra para a escola.

Com base nos dados do ano lectivo de 1997/8, um estudo dava conta que de entre as minorias associadas aos PALOP, “(...) os cabo-verdianos apresentam o quadro mais preocupante na medida em que, por um lado, acrescentam às elevadas taxas de desistência (que todos apresentam) as mais baixas taxas de aprovação, durante a escolaridade obrigatória e, por outro lado, e sobretudo, porque abandonam o ensino obrigatório e secundário, progressivamente, muito mais do que qualquer outra minoria africana” (Bastos *et al.*, 1999: 97).

Ainda e segundo as mesmas estatísticas, dava-se conta que os alunos cabo-verdianos, que nos dois primeiros ciclos apresentavam um perfil escolar francamente desvantajoso em relação às restantes minorias dos PALOP, vão no final do 3.º ciclo e no Secundário atingir ou até superar aquelas minorias.

Trata-se de uma constatação reveladora de que a desvantagem registada por parte de alunos cabo-verdianos, bem como o seu intenso abandono escolar, apontam para dificuldades encontradas ainda no seu processo de adaptação escolar, que se manifestam muito precocemente, ainda no 1.º ciclo de escolaridade do Ensino Básico.

Um estudo efectuado sobre esta problemática⁷⁷, a propósito da situação escolar de alunos de origem cabo-verdiana do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que frequentavam uma escola situada na periferia de Lisboa, veio contribuir para esclarecer alguns aspectos do mesmo problema. Os professores entrevistados, acolhiam nas suas salas de aula cerca de 90% de crianças de origem cabo-verdiana. Estas descendiam de trabalhadores imigrantes, oriundos de classes sociais muito desfavorecidas em Cabo Verde e que começaram por integrar o tecido produtivo português, ainda na década de 60, em substituição dos portugueses que rumaram, nessa época, em direcção a França, à procura de melhores salários.

As crianças e as suas famílias habitavam em bairros de habitação “degradada”, situados numa encosta, a meio caminho entre Algés e Dafundo. A sua localização isolada, o aglomerado de famílias e as quase inexistentes interações com os autóctones do país receptor, conferiam a estes bairros a característica de um espaço fechado, em forma de gueto. Tendo sido “tomada de assalto”, no dizer de uma professora, a escola que originariamente foi construída para servir a população autóctone, de extracto social predominantemente médio/alto, acolhia agora crianças que, por alegadas razões, transportavam consigo a marca de muitas histórias feitas de “insucesso” educativo e abandono escolar, conforme os relatos dos professores.

Estes, por nós entrevistados, num total de sete, distribuídos pelos quatro anos de escolaridade, foram convidados a reflectir sobre as causas desse problema, bem como sobre a sua trajectória de vida profissional, vivência, dificuldades e problemas encontrados na relação pedagógica com aquelas crianças. Foram então adiantadas “explicações” que tinham subjacente dois tipos de percepção sobre o assunto. Um que “explicava” a situação do insucesso escolar de uma forma determinística, ou seja, que traduzia uma percepção já determinada à partida, sendo que

⁷⁷ Vd. Ferreira, Lígia Évora (2003) “A Mediação Cultural Luso-Cabo-verdiana nas Construções Cognitivas”, Lisboa, Univ. Aberta, Col. Estudos Pós-Graduados.

pouco ou nada poderia ser feito para alterar os factores responsáveis pela situação; outro, que equacionava essa situação como um sistema, onde confinam múltiplas variáveis que, objecto de reflexão, reflectia um processo de auto-formação, por parte de alguns professores.

Uns e outros, traduzem, no entanto, o ponto de vista dos professores, a relação dialéctica que envolve o seu ser pessoal e profissional, o impacto da sua visão sobre a relação educativa e o desempenho dos alunos, num contexto de interculturalidade.

Esses discursos abriram a via para a despistagem e detecção de variáveis mediadoras do (in)sucesso educativo e inadaptação verificadas nas crianças colocadas em contexto formal de sala de aula.

3. Percepções deterministas e seu impacto

3.1. A desvantagem sócio-económica

Alguns professores, consideram, como estando na base do insucesso, os aspectos da desvantagem sócio-económica dos alunos, como sejam a pobreza, o lugar onde moram, família numerosa, etc.

Prof. – O problema maior é o problema social. São crianças que se sentem abandonadas. As mães, a maior parte delas trabalha ali na Ribeira, saem muito cedo e ficam entregues a eles próprios. Têm de se desenvolver sozinhas. Vêm para a escola sem comer, almoçam... não almoçam... almoçam quando há a sopa da escola; se não houvesse a sopa, a maior parte delas não comia.

Prof. – Chegam a casa, alguns têm que trabalhar, têm que ajudar os pais, têm que ajudar os irmãos, outros ficam na rua e com isso tudo é só o saber unicamente da escola que é transmitido.

Prof. – Vejo que o Meio Físico não lhes diz nada. Sinto uma certa revolta porque tenho que dar, mas ao mesmo tempo sinto que estou a falar chinês porque não entendem.

Prof. – (...) Falar do Minho ou do Algarve, para eles é a mesma coisa. Não conseguem fazer um estudo... O 1.º ano, acho, que está de acordo com eles. A dificuldade que se vai pôr é no 4.º ou 3.º anos. Agora, ler histórias é óptimo, ver filmes, para um 1.º ano, para eles é bom.

Prof. – Confesso-lhe que me choca, por ex., choca bastante o Meio Físico, quando se fala da casa, das divisões da casa, do pai que se senta no sofá, eu não digo que não tenham sofá ou que não vejam sofá, mas na sua maioria não terão, da maneira como estava dito na lição. Às vezes na aula digo à criança, “olha tenho que chamar o teu pai, estás a portar-te mal ou qualquer coisa e ele diz-me: “O meu pai está na cadeia” – o programa em certos pormenores não tem nada a ver com eles. A pessoa fica deprimida... apetece-lhe ignorar essas vivências, mas é a realidade... no fim há uma certa dose de sofrimento. Eu até compreendo a revolta do aluno.

Prof. – Mas depois lá está, acabei por às vezes descobrir, em relação ao trabalho de casa, bem feitos ou mal feitos, na altura do Inverno, em que falei sobre isso, pois veio ao de cima pelo menos um caso de um menino que me dizia: não tinha luz, pronto, lá está... um problema que às vezes passa despercebido... mas que depois dava conta... realmente é verdade... não havendo luz, como é que se pode trabalhar à noite, no inverno? Foram casos em que às vezes me retraía e ficava um bocado chocada.

Prof. – Se tu chegas à escola e tens um filho de médico, sabes muito bem que tens de trabalhar ali com a criança... que chega a casa, sabes que o caderno é visto e revisto... pronto... é diferente. Se tu trabalhas com um menino de um estrato social mais baixo, de que tu ouves dizer “são todos filhos de bêbados, filhos disto, filhos daquilo”, já é a marca que ele traz da rua quando chega à escola.

Trata-se de uma percepção assente na ideia de que factores exclusivamente exógenos, tais como classe social desfavorecida ou outros contextos, iminentemente sociais, só por si, comprometem o rendimento escolar.

O impacto de tal percepção traduz-se numa atitude geradora de inércia institucional, que conduz necessariamente à demissão do papel do professor, o que afecta toda a relação pedagógica. Demissão de um dever que não é apenas o de ensinar, mas também o de proporcionar a todos os alunos, numa base igualitária, as condições para o sucesso. Ora, todos sabemos da importância fundamental do contexto familiar e social para o sucesso escolar de qualquer aluno. No entanto, a literatura recente⁷⁸ com base em estudos diversos já efectuados, elucidam a existência de formas de sobrevivência e de realização escolar mesmo em situações difíceis de privação das famílias.

O aluno, percebido em função da sua desvantagem económico-social – má habitação, bairro degradado, desemprego dos pais, família numerosa – ao ser confrontado com o seu desfavorecimento e com as imagens negativas a ele associadas, tende a subestimar as suas capacidades, escamoteando a sua própria origem familiar.

Exemplo disso é o discurso proferido por uma professora, a propósito dos seus alunos de origem cabo-verdiana:

Prof. – Acontece que eu pergunto aos miúdos quem é que é de Cabo Verde, eles, nenhuns são... ó pá, mas desculpa lá, eu também sou portuguesa... mas não sou lisboeta, eu. Sou de uma aldeia no meio do campo. Quando começaram a trocar esta linha da minha vida, os tipos já eram todos descendentes cabo-verdianos, porque até ali não eram cabo-verdianos, eram todos portugueses...

Prof. – Acho que para certas crianças, quando entram na sala de aula estão completamente num mundo fora delas... não tem nada a ver com elas... isso eu acho.

Prof. – Perdem estatuto enquanto pessoas... às vezes reparo os olhitos, ele estava quieto, estava a olhar para ti,... mas estava longe... mas havia qualquer coisa que de repente o professor falou na própria vivência da criança, daquilo que se faz no bairro, das culturas deles, do que se come, do que se bebe e de que percurso fez pelo caminho, que os pais trabalham muito e de que as pessoas que têm a profissão dos pais,... que se sacrificam e que se levantam cedo para ganhar dinheiro,... que isto... aquel'outro..., tu vês os putos levantarem a cabeça e estar atentos... e olhar...

Em muitos casos, é a própria escola que ao sobrevalorizar as desvantagens sociais vai legitimar nas crianças uma identidade social e cultural desvalorizada, contribuindo para reforçar o sentimento de que possuem um estatuto e uma identidade social marginalizados.

Prof. – (...) Portanto, têm repugnância, têm uma certa repulsa em dizer “Eu moro na... ou na...”. Costumam dizer “Eu moro em Lém Ferreira”⁷⁹

⁷⁸ Vd. Maria Ângela Mattar Nunes, Heloísa Szymansky (2005) in “Entrevista Reflexiva & Grounded Theory: Estratégias Metodológicas para a Compreensão da Resiliência em Famílias” in Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, vol. 39, n.º 3.

⁷⁹ Lém Ferreira é um bairro que existe em Cabo Verde, nos arredores da cidade da Praia, Ilha de Santiago, de onde proveio a maioria dos pais das crianças objecto deste estudo.

4. A Diferença Cultural

Associada à visão determinista de classe social, surge uma outra relacionada com a diferença cultural, muito em especial a língua materna, entendida pelos professores como um obstáculo ao aproveitamento escolar. O crioulo tende a ser visto como um português mal falado, que interfere com a aprendizagem da língua portuguesa, o que à partida é visto como um problema, dado criar condições favoráveis para as alegadas dificuldades de perceber e serem percebidos pelos alunos.

Prof. – São crianças bilingues. Pronto, estão a aprender o português, portanto, é logo uma primeira barreira e o trabalho do professor fica assim... porque nós aqui falamos com eles português e chegam a casa e falam crioulo com eles. Está a ver, não tem continuidade. É uma barreira tremenda. Os problemas que eles têm na língua portuguesa são um caso muito sério. Em casa, a primeira infância é falada em crioulo. Não há pré-primária. Já viu... um problema gravíssimo. É a língua-mãe... e a língua-mãe é muito importante nas crianças... devia ser dado como uma outra língua qualquer obrigatória. Ainda por cima são a maioria. Só há cerca de 10% de brancos.

Ent. – Acha que o crioulo “estraga” o português?

Prof. – Acho que sim, porque eles dão muitos erros. Trocam o feminino pelo masculino... têm que corrigir... porque em França, onde eu estudei como filha de imigrantes, os franceses não se importavam que os portugueses dessem erros porque eram portugueses ou não, tinham era que aprender e mais nada. Porque dar tolerância... é fazer cair no mesmo erro. Para aprenderem o português, têm que deixar o crioulo para falar em casa e não dentro das aulas... nas aulas têm que falar o português, o mais possível, excepto aqueles que não sabem falar mesmo o português. Eles, quando querem que a professora não perceba, eles dizem em crioulo... e as asneiras também. Já lhes disse que queria aprender a dizer umas asneiras em crioulo que é para quando eles falarem, eu perceber. E às vezes há um que diz uma asneira e é ameaçado por outro que diz que lhe bate e então não diz à professora.

Ent. – Eles aqui falam crioulo na sua sala de aula?

Prof. – Não. Mal saem da sala eles falam crioulo... de vez em quando, digo: mas eu também quero aprender o crioulo e tal... ensinem-me lá a dizer isto e tal... e tento que eles saibam que a língua deles é bonita, mas... como querem aprender a falar o português aqui... têm que aprender a falar o português... mas entre eles falam crioulo.

Prof. – Quanto à língua, são crianças pouco trabalhadas em casa e portanto o saber, o saber institucionalizado como está na nossa sociedade é difícil ser acompanhado por estas crianças.

Prof. – Não sei se faço bem, se faço mal, mas eu não deixo falar crioulo na minha sala... só de um momento para outro é que podem... porque estão em Portugal e não estão lá fora no país deles para falarem o crioulo, não é?

A língua é indiscutivelmente o símbolo de uma identidade cultural, que é social mas também pessoal. A língua materna de qualquer criança não deve constituir em si mesma um problema, mas, pelo contrário, representar uma referência permanente no decurso da aprendizagem de uma segunda língua. Ao dominar a sua língua materna, a criança estará mais apta para aprender uma outra língua, nela progredindo de um modo mais rápido. Pode todavia a língua materna constituir problema, caso o aluno perceba atitudes negativas que advêm da própria Escola, consequência da desvalorização da língua falada pelo aluno, em favor de uma valorização feita a uma outra (a da escola).

O impacto desta ocorrência, porque pertencendo ao mesmo fenómeno, são as frequentes situações de rejeição à aprendizagem do português (língua veiculada pela escola), bem como a outras aprendizagens, produto da característica conflituosa das relações entre a cultura familiar da criança cabo-verdiana, a cultura da escola e a do país em que a criança vive. Rejeição habitualmente presente nos cenários habituais de não aproveitamento escolar, que com muita frequência se encontram directamente relacionados com aquelas relações.

O acto de rejeição às aprendizagens escolares, bem como a fuga ao sistema educativo, são dois fenómenos cujas bases assentam na exclusão cultural, tributária do modo como se organiza a própria sociedade e o modo de funcionamento de um sistema educativo não inclusivo, que gera violência.

Prof. – O Paulo... foi dramático... tinha sido no ano anterior aluno... eu não sei a história do Paulo... só sei que no fim do ano o Paulo foi à Polícia por causa desse incidente que houve aqui na escola... No ano a seguir o Paulo calhou-me... o Paulo... em relação ao Português, ele chegou ao 4.º ano quase não era capaz de construir frases completas porque o Paulo tinha uma susceptibilidade tão grande; ele era bom a matemática... mas o português era quase uma rejeição... que se lhe eu dizia está errado, vá tentar emendar, está incorrecto, aqui ou além, o Paulo não aceitava... não aceitava e não aguentava... eu tive que lhe desdobrar aquilo em muitas situações... dizer-lhe assim: “Paulo aqui tá bem... aqui falta um s... se o Paulo não me fizer 5 frases, faz-me 3... se não fizer 3, faz-me 2... se não fizer 2, faz-me 1... mas vai tentar acertar”... eu tive que tentar trocar aquilo tudo por miúdos... e chegou ao fim do ano, pronto, o Paulo atingiu os mínimos... na língua portuguesa... porque o Paulo era um bom aluno a matemática... por isso é que eu acho que é fundamental ir mais devagar... eu este ano tive a coragem de ir mais devagar, muito mais devagar, para não perder ninguém...

Ent. – A sua proposta então seria ir mais devagar e reforçar cada vez mais todos os comportamentos, os desempenhos, as aprendizagens...

Prof. – Sim, sim... ir para o positivo... digo sempre a eles... “Não é capaz, não faz mal não saber”... “quem não souber, diz que eu vou ajudar”... ainda hoje... quer dizer, julgo que nós temos que desdramatizar cada vez mais as situações... não é capaz... não diz que não é capaz... toda a gente sabe... toda a gente sabe tudo...

Os professores invocam com muita frequência problemas de comportamento, indisciplina e até de fraca participação nas aulas. No que respeita a problemas de comportamento, referem dois tipos de atitudes. Por um lado, as crianças que se manifestam muito passivas, que se exprimem com dificuldades e que se mostram quase como que aterrorizadas perante a presença do professor. Atitude que não sendo bem de obediência, mais se assemelha a uma espécie de auto-repressão exercida sobre si mesmas. A consequência prática desse comportamento é, no dizer dos professores, a fraca participação na sala de aula, a incapacidade por vezes de colocar questões e o “estar de pé atrás” em relação a toda actividade colectiva que implique professores e alunos. Por outro lado, assinalam a existência de casos de alunos particularmente indisciplinados, que recusam a autoridade do professor e se mostram muito agressivos para com os colegas. Alguns interpretam o facto alegando as diferenças de estatuto social entre os que são de origem portuguesa e cabo-verdiana na sala de aula. Estes últimos em situação de desvantagem, reagiriam assumindo ou contestando esta posição violentamente. Outros professores alegam, como estando na base desta violência, o desconforto e a frustração de quem já não aguenta o insucesso:

Prof. – (...) porque se eu dizia “está errado” (eu não podia dizer está errado... eu não podia dizer está errado...) atirava com papéis ao ar... e não sei quê... porque a frustração de não acertar é tanta... percebe... e depois gera-se... porque há aqui turmas que ficam realmente problemáticas do ponto de vista do sucesso... realmente... os meninos tornam-se violentos... porque o insucesso deve gerar um tal desconforto interior muito grande e a gente não aguenta mais... papéis para o ar, a professora que se lixe, não é verdade? porque de facto compreende-se...

Fala-se de processos que ocorrem quando o aluno projecta e associa ao professor imagens internas agradáveis ou desagradáveis e quando a sua ligação com um bom ou mau objecto na esfera interpessoal vai incidir no conteúdo da aprendizagem – na “matéria”. É o que acontece quando o aluno detesta a disciplina, ou não a aprende, porque não gosta do professor. É inegável o poder simbólico do professor. Em consonância, há uma dinâmica relacional que se estabelece e que nem sempre é compreensível de parte a parte “se os alunos colocam objectos internos seus no interior dos professores, também os professores fazem o mesmo com os alunos. Numa relação humana cada parceiro é parcialmente depósito de coisas internas do outro” (Pereira, 1991: 335).

Prof. – Sim, julgo que mais... há uma coisa que eles sentem... a percepção que eu tenho da criança... ela não sabe... mas sente qual é a percepção que eu tenho... se estiver aí o Paulo... O Paulo sabe se eu gosto dele... sente nele o que é que eu rejeito e o que é que não rejeito... e isto é que gera a maioria dos conflitos com as professoras...

Prof. – Há uma coisa que eu também considero importante e não lhe disse até agora... às vezes quer a gente fugir daqui... e quando a gente quer fugir daqui para outro lado, vai a gente repetir para outro lado os mesmos erros que fez aqui... porque somos nós que estamos em causa... há uma coisa, pronto, que eu pude aprender com outras pessoas, que não tem nada a ver nem com a via do ensino, nem com a via dos superiores hierárquicos... que é... que eu julgo que somos nós que estamos em causa... por exemplo, cada um destes miúdos sou eu mesma... é um traço de carácter meu que eu preciso de aprender... ao fim destes anos de estar em Lisboa, eu descobri que o africano não são os outros... sou eu... eu sou o africano que estou aprendendo... quando os outros são violentos, eu sou esse africano que é violento... portanto, partes minhas são essas pessoas e julgo que a gente não devia perder de vista isto...

Prof. – (...) porque a gente trata a mesma massa toda igual e as crianças não são todas iguais... cada criança tem... a gente tem que estar com atenção a cada criança como ela é... cada criança está aí viva... e não é aquilo que eu quero que ela seja... é o que ela é...

Ent. – No fundo, há toda uma intersubjectividade que funciona e que as pessoas não dão conta... mas que é fundamental...

Prof. – Há pois... e se eu não vir isso... por exemplo, eu própria... se há uma criança que me irrita e eu fico muito preocupada com o aspecto em que aquela criança me irrita... é porque é um aspecto meu, um aspecto meu que eu tenho que tratar... é um meu aspecto... eu vou ter que tomar atenção... não porque a criança tem aquele aspecto mas porque eu o tenho... ou na minha voz, ou no que eu estou a pensar dela, ou no que eu estou a sentir dela ou... pronto, e eu julgo que isto é qualquer coisa de novo em relação à educação...

A situação didáctica é o lugar de uma negociação que é, ao mesmo tempo, intra e inter-individual; ao identificar-se com o professor, o aluno torna-se candidato à apropriação do saber, que transmitido ao longo das interacções sociais nem sempre será de natureza instituída.

As imagens negativas construídas pelo professor e associadas ao aluno passam igualmente por um processo de auto-crítica consciente ou inconsciente, dirigido a si mesmo. “e quando essa autocrítica, sobretudo quando inconsciente, se abate sobre o próprio professor, a sua tendência

mais natural é a de dizer de si para si: “não sou eu! são eles!” É este passo mais elementar da dinâmica projectiva que, nestas situações, tem por característica central criar problemas insolúveis e além de mais alargá-los (Pereira, 1991: 335).

O aluno revoltado fica com a sua revolta e com a do professor, que a põe dentro dele, libertando-se parcialmente dela. O aluno desinteressado fica com o seu desinteresse e com o do professor, que o põe dentro dele; o aluno mal preparado fica com a sua má preparação e com a do professor, que dela se livra parcialmente, colocando-a também dentro dele (Pereira, 1991).

É sob o efeito de uma violência simbólica que estas crianças realizam por vezes a sua socialização, feita de alguns constrangimentos no que toca às aprendizagens e identidades familiares, como é o caso da língua materna. O fraco nível de trocas entre as famílias e a instituição escolar torna a expressão dessas identidades marginal no seio da escola.

Prof. – Os pais têm vergonha de ir à escola... quando eu peço aos pais para virem falar comigo, e sempre que eu falo com eles, eu digo-lhes:... “Olhem que eu não sou de Lisboa, sou de muito longe, sou de uma parte completamente diferente de Lisboa, daqui de Portugal, de uma outra parte do país, lá também a língua não é assim muito igual à daqui, sabem como é?”(...) Mas, às vezes, digo “Vocês percebem bem o que eu digo?”. Eles dizem que sim. Mas às vezes também dizem-me que eles não percebem o que eu digo, que eu falo muito depressa, eu, então, penso: estou para aqui a falar, a falar... e ele está calado... porquê? Com os pais vi aos poucos, na conversa que eu ia tendo com os pais, que às vezes não participavam, não é porque não tenham vontade... eles têm vergonha de ir à escola...

Os pais, de uma maneira geral, evitam o contacto com a escola. As reuniões com pais são sempre uma oportunidade para a crítica, queixas ou para o conselho maternalista/paternalista que, na maior parte das vezes, têm a ver com rejeição cultural.

A maior parte desses pais, que não sabem ler nem escrever, interpretam a escola como um mundo à parte. A sua relação anterior com a instituição escolar ficou fortemente ameaçada, fazendo desencadear memórias contraditórias, quer ao nível do vivido (a escola tão depressa é sobrevalorizada, como minimizada), quer ao nível da sua relação com os professores, a quem não ousam interpelar nem questionar sobre o ensino e os seus métodos, embora depositem confiança nos seus conhecimentos e acreditem que eles se ocupam bem dos seus filhos.

Quando a linguagem do professor não se faz entender, os pais não ousam dizê-lo; calam-se, porque se sentem desvalorizados e “despossuídos” de si próprios. Porém, conscientes da importância da escola e do trabalho escolar, vêm nela a melhor via para a promoção social dos seus filhos, ao contrário de qualquer ideia de ausência ou de desinteresse pela educação dos filhos. Denotam, outrossim, a inquietude própria de quem não tem da instituição escolar uma imagem de escola aberta para todos, susceptível de constituir atracção.

Torna-se, assim, urgente, por se revestir de uma importância decisiva, a harmonização de uma formação linguística – a alfabetização de famílias imigrantes – com a escolarização de crianças e jovens.

Ent. – Fazia falta algum trabalho de português a fazer junto dos pais? Alfabetizar, por ex.?

Prof. – Exactamente. Chego à conclusão que a maior parte deles são analfabetos. São mães muito interessadas, a maior parte daquelas que eu conheci... amorosas, muito interessadas nos filhos, de aprender, de quererem colaborar e ainda muito, muito simpáticas... mesmo amorosas... trabalhadoras... coitadas... pronto... a pedirem ajuda para saber como é que hão de fazer...

Prof. – Eles têm as mães na faixa etária dos 20 e tal anos. Portanto, muito novas, já nasceram cá algumas, já há uma 3.ª geração, já têm preocupações estéticas e tudo.

Prof. – As mães vêm quando solicitadas, não aparecem assim com uma frequência... também são pessoas muito solicitadas, a maioria é trabalho doméstico, têm muitas dificuldades em vir cá, mas quando vêm, ouvem, conversam, contam histórias da vida delas, mas vêm.

Nesse sentido pode contribuir de uma forma positiva a Educação Intercultural, graças às actividades que vão permitindo a entrada na escola de outras culturas e identidades, saídas do anonimato e da realidade oculta que as crianças carregam consigo. A expressão dessas identidades no espaço escolar afiança legitimidade aos olhos das crianças, pois é inegável o valor da escola na construção das mesmas. Espaço da difusão de saberes, a Escola é também o lugar da formação de saberes sociais.

Qualquer criança de origem cabo-verdiana carrega consigo a sua classe social e igualmente uma cultura tradicional mais ou menos “modernizada” segundo o seu próprio meio sócio-cultural. Alguns professores ignoram muitas vezes os aspectos dessa cultura, fazendo apelo a todos os tipos de estereótipos ligados a um passado colonial e a uma história de África feita de muitos mitos, romances e contos que alimentam um certo número de “imagens”. A escola é, para além disso, muito normativa, ou se é bom ou se é mau aluno, dotado ou sobredotado, sossegado, turbulento, etc. A criança é então muitas vezes compelida para fazer actuar mecanismos conscientes e inconscientes que ajudam a manter à distância mensagens que põem em causa a sua identidade.

Prof. – (...) Há aqui também uma certa vergonha de mostrar as suas origens. Esta vergonha revelou-se no Carnaval. Quando foi no Carnaval, ensaiámos umas danças, fizemos aqui cachupa, mostraram todos uma relutância em explicar e quando perguntámos canções, qual o menino que sabe cantar uma canção de Cabo Verde, ninguém quis. Há uma certa vergonha de mostrar as suas origens... Acham-se como atrasados, pronto... há um espírito de primitivismo, não é? Eles... parece que se escondem em si próprios... isto não quer dizer que seja a regra... não é? Há uma criança mais aberta, mais espontânea, com maior comunicação, poder de expressão, mas no fundo são crianças inibidas, não é?... viradas para dentro...

Ent. – Vê ligação com a cultura dos seus pais?

Prof. – Nós, nesta escola, temos muita preocupação em falar muito na cultura dos pais deles... eles são portugueses e gostam de ser portugueses. São assumidos portugueses e quando nós nos enganamos e dizemos “Cabo Verde, vossa terra”, eles dizem: “Professora, eu sou português” e dizemos: “É verdade”... eles já sabem que quando nós falamos disso... é a origem.

Prof. – Há qualquer coisa que está vivo... e que eles sentem dos seus pais... sentem da família... no dia-a-dia, na convivência com os pais... aquilo, para eles é muito deles... é como os portistas, benfiquistas... aquilo, para eles é tanto eles... “é tanto do meu pai”... se é tanto deles, eles sentem isso... “é tanto da língua dos meus pais”... eles sentem isso... sentem que os pais deles sentem isso, dentro deles... é como ter o sangue...

O problema da interculturalidade também se coloca, na medida em que o que de facto existe é uma hierarquia entre culturas, onde algumas são relegadas para o estatuto de dominadas ou

secundárias. Com efeito, alguns projectos de Educação Intercultural, animados de generosas intenções de respeito pelas diferenças, podem, na verdade, acentuar os problemas de interacção social, os que a escola assegura procurar resolver.

Muitos destes projectos não têm conseguido ultrapassar a fase que consiste em criar actividades que não são mais do que a exibição folclórica de práticas culturais particulares, de grupos étnicos, com especial relevo para as de origem africana. Na maior parte das vezes apoiam-se numa ideia de valorização e promoção de uma cultura étnica, que intrinsecamente se julga dotada de menos valor e que por conseguinte ao exibi-la se está a fazer algo para a sua “promoção”.

5. A Educação para a Diversidade

A reflexão sobre educação e diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro como diferente. A ideia espalhada de que o campo específico de aplicação da educação intercultural, ou melhor, que a origem de qualquer actividade intercultural nas escolas, se prende directamente com a presença de crianças de origem imigrante, não é uma ideia correcta. A sua presença nas escolas não pode constituir, por si, a razão de ser do intercultural, pois a relação da pessoa com qualquer cultura não deve ser colocada de uma forma unívoca. As culturas ditas de origem não são assim tão “originais” quanto se pretende fazer crer. O fundamental não é dar a conhecer sistemas ou culturas, mas o reconhecimento da multiplicidade e da diversidade cultural, para não correr os riscos de categorizar culturalmente as crianças, de racializar a cultura e discriminar com base em racismos de natureza cultural.

As diferenças, ainda que empiricamente observáveis, são também construídas ao longo de um processo histórico, nas relações interpessoais e sociais e nas relações de poder. Na maior parte das vezes, os grupos humanos “constroem o outro”, tornando-o diferente, para fazer dele um estranho e poder dominá-lo.

Com efeito, toda a experiência de relação com o outro que parte de uma diferença, converte-a imediatamente em superioridade ou inferioridade. Reproduz a relação assente no etnocentrismo, em que o outro é percebido segundo os únicos modelos de referência de uma dada cultura, que identifica os próprios valores com os valores em geral, que confunde o Eu com o Universo, na arrogante convicção de que existe um só mundo e que o outro corresponde a um estado imperfeito de nós próprios. Apoia esse processo a ideia de que existe uma hierarquia entre culturas, que faz percepcionar as diferenças (que nem sempre coincidem com as verdadeiras diferenças reais e objectivas) de uma forma acentuada e que as focaliza de forma excessiva, criando o distanciamento e a rejeição de culturas, primeira condição para a transformação da diferença em desigualdade.

Educar para a Diversidade é algo de muito complexo. Exige não apenas reconhecer a diversidade, como também avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o

múltiplo, ou seja, que rompem com a ideia de homogeneidade e uniformização que ainda imperam no campo educacional. Representa entender a educação para lá do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro de um processo de desenvolvimento humano, colocando-a no contexto de outros espaços sociais. Atribuir significado à prática educativa passa por extrapolar os muros da escola, de forma a que as relações entre o conhecimento, o currículo e a comunidade escolar possam assim estabelecer-se.

6. Mudando práticas pedagógicas

A vertente normalizadora da Educação bloqueia na criança a mobilização de processos criativos, função da interpretação de que no contexto da sala de aula determinadas aprendizagens que achamos que são importantes vão constituir um absurdo.

A escola deveria então constituir-se como um contexto de outros contextos que, de igual modo, oferecem oportunidades de aprendizagem, tão boas como quaisquer outros; deveria também ser um espaço de construção social do Eu (Pereira, 1991).

Prof. 2 – Agora sinto que para estes miúdos se a gente pedir determinados movimentos, eles encolhem-se de fazer... eles têm já medo... (aqui não faz... devem pensar) “aqui é escola, não dá para fazer...”. Só quando vêem que a professora entrou também no jogo... aí já entram...

(...) vamos criando uma memória de movimentos... coisas que achamos que são importantes, que alargam toda a experiência... têm um vocabulário rico porque tiveram que ter um conjunto de experiências... lançar, driblar, atirar... atira ao peito... passo picado... passa por cima... é desde... regras do jogo... andar de cócoras... quer dizer, parecendo que não, o português passou... não pela chatice de aprender uma coisa que está escrita e não sei quê... mas por um conjunto de experiências globais e isso acho que é... considero que o português tem que passar assim...

Na Educação para a Diversidade a vertente normalizadora da educação é contrariada pela vontade de inovar. Exemplo disso é a exploração de outras formas de relação pedagógica, como são, por exemplo, as vias não verbais da relação pedagógica.

Prof. 2 – (...) De facto, mas há também uma coisa que considero que é fundamental: poder ter com eles uma experiência global, uma experiência que apanha o corpo todo, eu penso que o que de facto permitiu também um amadurecimento bastante grande com estes alunos foi uma experiência global em termos de movimento... portanto duas vezes ginástica por semana (saltar a corda, jogar, rodar com arcos... um conjunto de exercícios... trocar a bola em si... etc.).

(...) Portanto, está a ver, uma coisa é eu estar a ensinar a uma criança a falar, que não domina a língua e estar a chatear o dia inteiro... chega ao fim está farta... cansada... já não ouve o professor... outra coisa é eu mudar da língua... mudar para a ginástica e agora saltar e lançar... há um conjunto de informações que eu estou a passar... e rodar a bola... lançar por baixo... quer dizer a língua passa de uma maneira mais viva...

As actividades de expressão corporal, vias não verbais da relação pedagógica, são libertadoras no plano emocional, na medida em que vão permitir à criança uma maior segurança, enquanto não possui o domínio efectivo do português, como segunda língua. As explorações que são feitas neste domínio atizam iniciativas individuais marcadas de criatividade, que

parecem responder às necessidades destes alunos, sujeitos a grandes tensões psicológicas, próprias de quem tem que viver entre culturas com pólos diferentes de referência.

7. A Educação para a Diversidade, como um processo de auto-formação

Quando falamos de Educação para a Diversidade não estamos a pensar apenas nos alunos, estamos necessariamente também a pensar nos professores e na sua necessidade de formação. Uma formação para a diversidade e não para a construção da diferença. Formação, que ao contrário da ideia de aperfeiçoamento profissional, traduz outra, de desenvolvimento pessoal ou de conquista de novos meios de expressão, a da contestação do pensamento único e da procura da criatividade (Clanet, 1990). Nesta nova perspectiva, a formação é mais do que um aperfeiçoamento profissional ou técnico para os que dela beneficiem, tornando-se a via para uma melhor inserção sócio-profissional e integração numa sociedade em permanente mutação de valores e significados.

A formação para a diversidade desenha-se e define-se no momento em que o professor se confronta com dois universos de significados, com dois códigos culturais, que logo à partida marcam relações diferentes com o mundo e definem dois modos diferentes de estruturação da pessoa. Esse universo novo de significados e a sua apropriação vão colocar ao professor o desafio de ter que “funcionar” tanto com um como com outro código cultural. Este funcionamento, através da reestruturação que opera, por via do confronto com outros sistemas, leva à transformação do professor e à constatação do “inacabamento” da sua condição, no decurso do seu percurso.

Trata-se de uma inter-relação com dois universos de significados, dois códigos culturais, que logo à partida implicam relações diferentes com o mundo e definem dois modos diferentes de estruturação da pessoa.

A formação em situação intercultural desenha-se e define-se no momento da confrontação do sujeito com esses códigos culturais, veiculadores de formas diferentes de estar no mundo. Neste contexto, a formação em situação de diversidade cultural é então sinónima de um saber-ser, um saber-ser plural, um processo permanente de se tornar pessoa (Rogers, 1961).

Como pode, então, a história de vida de cada professor ser marcada por factores sociais e culturais e como a confrontação com esses factores vem a constituir um processo de auto-formação?

Discursos produzidos por alguns professores enunciaram algumas reflexões que tentam traduzir quais as mediações por que foi totalizado o seu próprio processo de formação, ou seja, quais os espaços e os momentos de um percurso que foram para eles formadores ao longo da vida. Tendo-se esforçado por seleccionar do seu passado educativo o que lhes pareceu ter sido formador na sua vida, trouxeram à evidência uma dupla dinâmica: a do seu percurso e a dos significados que lhe atribuíram.

Ao longo das entrevistas que lhes conduzimos, foram por eles identificados momentos desencadeadores de processos de auto-formação, bem como o modo como cada um se apropriou desses mesmos elementos.

Assim, um momento que para eles terá sido formador ao longo da vida, porque desencadeador de um processo de auto-formação, foi o seu passado educativo.

Prof. 3 – (...) Aí há cerca de 5 anos contactei uma professora de Linguística... que tinha feito o Mestrado em Linguística na América... estava a fazer uma experiência de Linguística com meninos... pronto... para mim foi um apoio... porque eu não estava habituada, eu apercebi-me de um conjunto de coisas, as quais eu não me tinha apercebido... características do crioulo... porque é que as crianças davam bastantes erros nas concordâncias dos substantivos... adjetivos e porque tinham tanta dificuldade na flexão verbal... (...) portanto, eu não tinha apercebido que o crioulo de facto é uma língua com uma estrutura como o português, e na verdade, como tal, eu devia considerar... a verdade é que ninguém me tinha chamado a atenção para isso e eu, de vez em quando, ouvia os miúdos falar o crioulo e de facto nunca me tinha apercebido o que era a língua em si...

(...) Portanto, deu, para, penso eu, melhorar todo o nível de comunicação com os alunos... porque me apercebi que eu própria teria de fazer uma ponte entre o português e o crioulo, coisa que eu até aí... nem os nossos superiores hierárquicos tinham-nos dado isso, nem havia reciclagem... não nos tinha chegado nada...

Há foi, concerteza... eu penso que sim... Penso que sem um toque dela eu não me teria apercebido de um conjunto de coisas... porque, repare, uma coisa extremamente curiosa... neste meu primeiro ano... fui mais devagar... não terminei os casos todos da leitura... mas toda a turma acompanhou... ninguém ficou a um nível abaixo que os outros...

(...) A gente é sempre um somatório... eu sou um somatório do que aprendi da..., do que aprendi do Professor... do que... pronto... eu hoje vejo... sou um somatório dos seres que passaram por mim e me marcaram e que eu achei giro... e assim é com cada criança...

... eu tive que começar do zero... eu tive foi de facto um conjunto de experiências para trás que me ajudaram... mas sinto que desdobrar as coisas, entender uma cultura que não é a nossa cultura... pôr-se no ponto de vista de uma cultura diferente e tentar descobrir sempre os valores dessa cultura eu acho que é fundamental... mas acho que nós não aprendemos a fazer isso nos cursos por onde passamos... mas noutros sítios... ou a pessoa passou por isso e aprendeu... ou se não passou, vai ter graves problemas de comunicação... e depois é uma pena, porque depois gera-se violência entre professores e alunos, e às vezes há um querer de parte a parte e não foram misturados os ingredientes suficientes para aquilo dar...

Outros momentos igualmente decisivos foram o que chamaram de “valorização pessoal”, “mudança” e “luta interior”, revelando constituir para eles “ingredientes” importantes no seu processo de formação ao longo da vida.

Uma espécie de provas que disseram ter estado sujeitos para atingir a “purificação” necessária ante o “esforço” de perceber, “não fazer discriminações”, não “rir da sua linguagem”, sentir a vocação e “descer um pouco” (diga-se do seu etnocentrismo cultural, ou melhor, do centrismo cultural europeu). Provas a que se sujeitaram, para romper com os modos de funcionamento habituais, para a “mudança de estatuto”, para a entrada num outro universo de significações ou para a aquisição de um certo domínio dos dois universos.

Estamos, assim, em presença de processos que intervêm aquando da confrontação do sujeito com dois códigos culturais, veículos de duas concepções diferentes de “estar no mundo”.

Prof. 1 – (...) Há 10 anos, eu rejeitava um trabalho destes, se calhar. Levei as mãos à cabeça, várias vezes, lá no Alentejo, porque eu não percebia algumas coisas, não percebia a cultura daquela gente, não percebia...

Também tentei descer um pouco, perceber a linguagem deles, tentar se ele não sabe em português, se sabe em crioulo, então fica par'á. Tento que ele me diga em português, o português que ele sabe falar... sabem que a professora tenta ir ao encontro deles.

(...) Interiorizei um pouco... que em relação à minha prática pedagógica tinha que mudar a prática um bocado, conhecer um pouco da sua cultura para os cativar, perceber que se estou a dar uma aula e o título do texto é “a profissão do meu pai é picheiro”, como é que posso fazer perceber às crianças que o pai dele é picheiro se nem os de Lisboa sabem o que é um picheiro. Só os do Porto é que sabem... como é que eu ia ensinar no Alentejo... pois, um picheiro é um canalizador...

(...) Entro numa sala de aula, as crianças falam-me crioulo, o que é que eu faço... É evidente que eu tinha de perceber, não fazer discriminações, não me rir da sua linguagem e tentar... como um Alentejano me diz “quet’s qued” não digo nada, assim também quando uma criança me diz “ah! ah!” (qualquer coisa em crioulo), não tenho que dizer nada... tenho que tentar perceber e no dia seguinte voltar a perguntar o que está a dizer, pronto...

(...) Depois, pronto... há um aspecto muito importante na minha vida particular, agradável, tive um outro companheiro, pronto. A minha vida mudou um bocado e ajudou-me a perceber melhor o quanto tem sido positivo este meu sacrifício de mudança. Teve que ser nos dois sentidos. Valorizei-me no aspecto pessoal e também das duas maneiras.

Um outro elemento formador foi para esses professores a capacidade de resistir às imagens negativas e estereótipos (de que não se livram as professoras que dão aulas aos meninos africanos).

Prof. 4 – (...) Sim, às vezes dizem... “então, lá estás tu na escola dos pretos...”, às vezes oiço uma boca ou outra... e... “então os miúdos estão a dar-te muito trabalho... e tal” mas eu sentir-me mal por ser uma professora que dá aulas aos meninos africanos, eu não...

Nesta escola todos os professores têm nas suas salas de aula 90, 80% de crianças de cor... o que eu digo é “olha, ajeito-me muito bem, estou lá muito bem... tenho é pena de não ter condições materiais que me ajudem a ultrapassar alguns problemas...” porque esta escola está longe de ter o essencial, que se refere a materiais, e assim poder responder a necessidades que nós temos aqui: crianças com 4 e 5 anos de repetência...

O medo do outro, fora das fronteiras do *in-group*, é uma constante em situações em que a diferença é percebida como uma ameaça, suscitando assim mecanismos de defesa.

Prof. 5 – (...) Dizem-me: “no bairro dos pretos, qualquer dia assaltam-te”.

No processo de formação para a diversidade a importância do papel da língua materna é reposta, sendo indiscutivelmente o símbolo de uma identidade cultural e uma referência para a aprendizagem de uma segunda língua.

Prof. 6 – (...) Há dois anos eu tive uma aluna guineense... eu estava a questioná-la e dizia-lhe: “Mas despachate, anda lá, tu sabes isso e tanto tempo para responder...” volta-se para mim e diz: “Como é que tu queres, eu estou a pensar; então eu sei português, sei crioulo de Cabo-Verde, sei crioulo da Guiné e tenho que saber como te vou responder”. São coisas que nos fazem reflectir... Então, a miúda tinha mesmo que pensar...

Prof. 3 – Sinto que a comunicação é muito truncada por isso... não é? Porque a experiência deles... os gostos e tudo, pronto... não passa aí... pronto... e a gente... eu julgo que só com uma componente muito amorosa é que a gente pode transcender essa dificuldade... porque um miúdo fecha-se logo... qualquer criança fecha-se logo... não é a sua experiência... ou então... e aí... há aqui uma coisa ou outra muito importante... O miúdo entra num processo muito contestatário... e dá-lhe graça, ri e goza com aquilo... e eu acho que as nossas crianças, as nossas crianças de cor passam rapidamente por este processo.

(...) Eu acho também que há uma grande barreira entre a escola e eles. Os programas também não se ajustam às culturas destas pessoas. São culturas que também não são trabalhadas na escola... são culturas que... entre a cultura deles, entre o espaço deles, a vivência deles e a escola há um fosso muito grande...

Este “fosso muito grande” corresponde às barreiras colocadas entre a escola e os alunos. Perversamente existem culturas que são para “ensinar” e outras que são para “exibir”, em “tolerância” para com os grupos minoritários.

8. Projecto Educar para a Diversidade

Foi neste contexto de reflexão que nasceu o Projecto Educar para a Diversidade do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI da Universidade Aberta.

O Projecto visava colmatar o vazio de informação verificado em diversos sectores da sociedade portuguesa, mais precisamente no sistema educativo, fornecendo aos professores a informação histórica e sociocultural dos países de proveniência e de origem dos seus alunos. Para atingir esse objectivo foram produzidos Blocos Multimédia, constituídos por materiais *scripto*, áudio e vídeo, sobre Cabo Verde, Timor, Goa e ainda Guiné-Bissau. A produção desses materiais pretendia apoiar professores com populações heterogéneas na sala de aula e ao mesmo tempo sensibilizá-los para as diferentes culturas existentes na sociedade portuguesa.

O objectivo principal foi a tentativa de combate à “folclorização” das culturas em presença, na escola, através do uso desses materiais, tentando levar os professores a introduzir nas suas práticas pedagógicas os contextos culturais dos seus alunos, na medida em que a cultura da escola não deveria estar dissociada das culturas familiares dos alunos, nem tão pouco da cultura comunitária envolvente de que fazem parte outros grupos que interagem com a escola e a família.

Ao valorizar a cultura, o aluno estará mais ancorado nas suas referências, ficando mais apto para entender outras culturas e até progredir na sua aprendizagem, na medida em que esta fica mais facilitada, porque culturalmente mais consistente.

Os pais, na sua maioria trabalhadores assalariados, muitos deles em situação de clandestinidade no mercado de trabalho, sentem na pele a opressão de que são vítimas, o que contribui para o muito pouco tempo que dispõem para conversar com os filhos acerca das poucas referências que ainda possuem sobre o seu país de origem. Referências que nem sempre são as melhores, por estarem imbuídas de alguma negatividade, própria de um contexto difícil em que foi tomada a decisão de emigrar. Às crianças, deste modo, só lhes resta o sistema educativo, para de alguma forma lhes ser obviada a deficiente falta de formação e informação existentes.

O Bloco Multimédia Cabo Verde, constituído por uma brochura trilingue (português, francês, inglês), uma colecção de diapositivos com legenda trilingue, um videograma igualmente trilingue, salienta de uma forma genérica os aspectos geográficos de Cabo Verde, a sua história,

os aspectos socioculturais, a emigração, os aspectos actuais do desenvolvimento de Cabo Verde e a imigração em Portugal.

Na Educação para a Diversidade cabe à escola tomar contacto e estar atenta às manifestações culturais dos alunos, evitando a folclorização, ao mesmo tempo que proporciona os meios e a preparação necessária para a boa inserção no seu seio, sem contudo cortar com as pertenças históricas e culturais dos seus alunos. São os valores de uma cultura, daquilo que se ensina nela que faz depender o modo e a forma como pensamos, agimos e aprendemos.

Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Representa também, para além da reflexão, implementar políticas, alterar relações de poder, redefinir escolhas e questionar a própria noção de democracia.

Bibliografia

- ABDALLAH-PRETCEILE, Martine (1990), *Vers une Pédagogie Interculturelle*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- ABOU, S. (1981), *L'Identité Culturelle*, Paris, Éditions Anthropos.
- BASE DE DADOS ENTRECULTURAS (1997/8), Lisboa, Ministério da Educação.
- BASTOS, José Gabriel P. et al., (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Edições Fim de Século.
- BERNSTEIN, Basil (1973), *Class, codes and control*, vol. 2: Empirical Studies, London, Routledge & Kegan Paul.
- CARDOSO, Carlos (1992), *Educação Multicultural*. Lisboa, Texto Editora.
- CLANET, Claude (1990), *L'intercultural*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- COLE, Michael (1995) "Culture and Cognitive Development: from Cross-cultural Research to Creating Systems of Cultural Mediation" in VALSINER, J. (Ed.) *Culture and Psychology* (Vol. 1) n.º 1, London, Thousand Oaks, Ca and New Delhi, Sage Publications Ltd., pp. 25-54.
- FERREIRA, Lígia Évora (1997), *Cabo Verde. Cape Verde. Le Cap Vert*. Lisboa, Universidade Aberta.
- FERREIRA, Lígia Évora (1999), "Uma situação pedagógica de interculturalidade na diáspora cabo-verdiana em Lisboa" in *ANAIS*, vol. 1, n.º 2: Mindelo, Cabo Verde, pp. 91-113.
- FERREIRA, Lígia Évora (2003) *A Mediação Cultural Luso-Cabo-verdiana nas Construções Cognitivas*, Lisboa, Universidade Aberta, IEPG / Coleção de Estudos Pós-Graduados.
- FRANÇA, Luís de (coord.) (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- MINCES, Juliette (1986), *La Génération Suivante*, Paris, Ed. Flammarion.
- OUELLET, Fernand (1991), *L'Éducation Interculturelle*, Paris, Editions L'Harmattan.
- PEREIRA, F. (1991), "O direito ao insucesso" in *Análise Psicológica*, n.º 3/4 Série IX, Lisboa, ISPA: pp. 271-276.
- ROGERS, C. (1961), *Tornar-se pessoa*. Lisboa, Moraes Editores.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (1993), "Migrações e Multiculturalismo" in *Escola e Sociedade Multicultural*, SCOPREM, M.E., Lisboa, pp. 67-73
- SADA, Abou, G. e MILET, H. (1986), *Génerations Issues de l'Immigration*, Ed. Migrations Plurielles.

VIII

IDENTIDADES PLURAIS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA: AUTO-PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES NOS JOVENS DE ORIGEM AFRICANA EM PORTUGAL

MARZIA GRASSI

*ICS – Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa*

1. Introdução

No espaço comunitário europeu, de complexos identitários múltiplos e plurais, local onde existe hoje uma mobilidade incomparável, os imigrantes oriundos de antigas colónias africanas de países europeus, experimentam e manifestam formas de gestão de múltiplas identidades, carregadas de significados inscritos na história das relações entre os países de origem e os países de residência. O presente texto explora a auto-atribuição identitária de um grupo destes sujeitos em movimento, ao mesmo tempo e segundo as circunstâncias, “imigrantes”, “africanos” e “europeus”. Trata-se de uma questão relevante para a análise da sociedade portuguesa contemporânea que, como outros países europeus, a partir da década de 90 do século passado, veio recebendo um aumento e diversificação do fluxo de imigrantes que fazem, hoje em dia, parte incontornável do seu tecido social. Assim, se por um lado, o desenvolvimento de uma cidadania e identidade europeia é visto como essencial para assegurar a paz e a estabilidade entre os estados europeus e aprofundar o sentimento de identificação e tolerância entre os seus cidadãos (Kofman, 1995; Castells, 2000), também se reconhece que conceitos como cidadania e identidade definem os limites entre os que são incluídos e os que são excluídos, ao atribuir certas prerrogativas aos nacionais de países membros e negá-las aos seus residentes de origem não europeia (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002).

Este texto insere-se no âmbito do projecto “Capital Social e Jovens descendentes dos PALOP em Portugal”, em curso no ICS sob a minha coordenação. O texto analisa, de forma comparativa, a auto percepção identitária de um grupo de jovens de origem africana em Portugal, tendo em conta que, se por um lado, a identidade se situa num contexto histórico, cultural, social e local, familiar, individual e geracional, por outro, o processo migratório reveste o imigrante e os seus descendentes de identidades e experiências múltiplas e eventualmente contraditórias. Este é um processo heterogéneo cujas referências e motivações adquirem significados diferentes em cada grupo (De França, 1992; Gardner 1995). A análise que se segue é estruturada a partir das respostas a um questionário aplicado a 400 jovens de origem africana, que vivem em Portugal (200 deles de origem angolana e os outros 200 de origem cabo-verdiana).

O recurso à comparação entre grupos com um passado em comum, enquanto colónias portuguesas, uma história mais recente politicamente distinta e características culturais também

diversas, é considerado um instrumento metodológico vantajoso para o aprofundar da questão identitária nos “imigrantes” de origem cabo-verdiana em Portugal, já explorada no contexto de outros projectos⁸⁰, e a discussão do multiculturalismo no Portugal contemporâneo.

Após uma discussão do conceito de identidade étnica e nacional e da importância da sua análise enquanto potencial lugar de eclosão de conflitos em contextos migratórios, apresentam-se em seguida as auto identificações dos jovens inquiridos a partir das respostas ao questionário relacionadas com os factores de identificação cultural, que definem a comunidade de pertença, com a auto-percepção que os jovens têm de si como imigrantes, europeus e africanos, com os lugares de maior identificação e pertença dos jovens inquiridos que varia entre espaços micro, como o bairro, meso, como as associações e macro, a Europa e o mundo inteiro. Conclui-se que deve ser dado devido realce às limitações da categoria de análise “imigrante” no estudo do multiculturalismo das sociedades europeias contemporâneas, uma vez que os grupos considerados neste estudo não são homogêneos, quanto à maneira de construir e negociar a própria identidade de sujeitos em movimento entre países diferentes. Por outro lado, a imigração é sem dúvida, além de social, um fenómeno político, e a integração dos indivíduos oriundos dos países africanos contemplados por este estudo passa pelo reconhecimento pleno dos seus direitos como cidadãos residentes na Europa contemporânea.

2. Identidades múltiplas e conflitos

A identidade é um conceito complexo, utilizado por todas as Ciências Sociais, e que se define de acordo com as circunstâncias. Para lá da sua raiz essencialista e ontológica, que a define apontando a “essência do ser”, o conceito, hoje em dia, é usado para indicar situações de continuidade de um indivíduo ou de um grupo, um e outro considerados como parte do contexto social. É assim que a identidade pessoal se constitui como objecto da ciência social, nomeadamente da Sociologia. Giddens situa o conceito na modernidade que celebra os valores do individualismo, ao mesmo tempo que enfraquece as identidades de grupo. A identidade é um processo, uma noção que é adaptada, durante o percurso de vida, aos contextos, tornando possível a inserção em grupos sociais diferenciados (De França, 1992; Gardner, 1995). O carácter processual das identidades faz com que estejam sempre em mutação, embora as mudanças não cheguem a retirar importância a grupos como a família, o grupo profissional, etário ou outros que, por si, se adaptam, ainda que com rupturas, à lógica do individualismo. Esta, no mundo global em que vivemos, torna-se fundamental para a inserção no mundo do trabalho, cada vez mais competitivo. Ao mesmo tempo, a sociedade globalizada contemporânea e o multiculturalismo que a acompanha, abrem caminho à afirmação de novas identidades partilhadas de âmbito mais vasto, como é o caso das identidades nacionais. Estas convivem ao lado de outras, cujos referenciais devem ser encontrados noutros critérios que levem em consideração o movimento e o encontro das culturas, típicos do mundo actual de acordo com o *genius loci*. As trajectórias dos indivíduos não são, contudo, completamente imprevisíveis e remissíveis a um

⁸⁰ Grassi (2007a, Grassi, 2007b, Grassi e Melo 2007).

discurso narrativo *a posteriori*, como sugerem as abordagens pós-modernas da identidade. A importância do nível micro, na análise dos fenómenos sociais (histórias de vida, biografias, etc.), torna-se um instrumento para melhor compreender a dimensão macro que o estudo da sociedade implica. Uma teoria da identidade, qualquer que seja o âmbito das Ciências Sociais ao qual ela se possa aplicar, terá de ser uma teoria que tenha em conta a sua dinâmica. Com base nesta visão, no presente texto, entender-se-á por identidade:

“o processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado”

(Castells, 2003: 3).

A escolha desta definição prende-se com a sua operacionalidade na investigação sobre o funcionamento das redes sociais, em contextos migratórios de residência. Este autor admite que, quer os indivíduos, quer os actores colectivos, podem ser portadores de identidades múltiplas, podendo esta pluralidade originar tensões e contradições, quer na auto representação, quer na própria acção social. Nem sempre as identidades interiorizadas pelos actores sociais e que organizam os significados correspondem aos papéis sociais que organizam as funções do indivíduo na sociedade. O mesmo autor admite que, numa sociedade “*em rede*”, o significado acaba por se organizar à volta de uma identidade primária estruturante de todas as outras e auto sustentável ao longo do tempo e do espaço (2003: 4). Por outro lado, sendo a sociedade em rede, num contexto migratório, um produto da separação sistémica entre espaços e tempo, entre poder e experiência, o planeamento da vida torna-se difícil por parte dos indivíduos, e a construção da convivência com base na confiança pode obrigar a redefinir uma identidade fora das lógicas de formação da rede das instituições e organizações dominantes (2003: 9). O absentismo dos imigrantes do grupo inquirido em relação ao associativismo voluntário e ao trabalho comum, que emerge de dados produzidos e analisados recentemente (Grassi e Melo, 2007), sugeriu a necessidade de aprofundar a análise do processo de construção identitária dos jovens de origem africana em Lisboa, como forma de esclarecer a dinâmica do processo de integração na sociedade.

A emigração traz sempre consigo grandes implicações identitárias que surgem pelo encontro de culturas diferentes entre os países de origem e os países de chegada, susceptíveis de engendrar conflitos que, de acordo com os contextos, assumem formas diferentes⁸¹.

A diversidade cultural que existe nas cidades da Europa contemporânea representa um grande potencial de conhecimento a aproveitar sob todos os aspectos, que, na prática e ao mesmo tempo, esbarra contra preconceitos e conceitos pobremente definidos que fazem parte do imaginário de desenvolvimento que as sociedades de chegada teriam assegurado, em termos comparativos, com os diferentes países de origem dos imigrados. Sendo que o desenvolvimento,

⁸¹ Estudos recentes, conduzidos por meio de entrevistas aos indivíduos de origem cabo-verdiana em Lisboa, relataram, por exemplo, uma interacção entre a identidade étnica e nacional e a classe de pertença dos indivíduos, que se exprime nos termos de uma certa ligação entre identidade nacional (etnicidade) e o poder de compra dos indivíduos. Assim, a diferenciação do poder de compra individual é lugar de eclosão de conflitos que emergem de maneira clara das entrevistas com as pessoas (Grassi 2007a: 47-55), as quais relatam, entre outras, a prática da feitiçaria que seria usada para evitar conflitos abertos em relação ao dinheiro.

neste contexto, e a maioria das vezes, percebido como o mero acesso aos recursos materiais⁸². É esta visão que torna possível a atribuição de responsabilidades aos imigrantes, que se verifica comumente, quando se querem explicar os problemas que afectam os países de chegada, tais como a falta ou insuficiência de emprego, habitação, serviços públicos, etc. Todos estes aspectos contribuem para a frustração expressa em ideias xenófobas nas quais, por exemplo, a discussão sobre o emprego rapidamente assume conotações raciais, assumindo-se que a cor da pele, ou outras características, seriam capazes de fornecer explicações subjacentes às tendências económicas, não tendo em conta que as mesmas se encontram muito melhor explicadas nos manuais de economia política. A “racialização da sociedade” que acompanha o movimento migratório de origem africana, traz de volta à actualidade a necessidade de repensar a questão étnica ao nível dos indivíduos, famílias e grupos étnicos, ou, como Barth (1969: 31) sugeriu, da gestão das várias formas do “eu”, das relações entre as pessoas e do nível emocional, cultural e espiritual que influencia estas relações. Este é o nível que afecta significativamente os cidadãos, porque a qualidade e a confiança nas relações sociais, tanto na esfera pública como privada, no trabalho e nos grupos de pertença, determina o sentido de contentamento, satisfação e realização em ambas as esferas. Para além disso, é a este nível que as identidades são construídas e “comunicadas” pelo contacto com os outros. Este nível influencia, por inerência, os níveis macro e meso.

Para melhor problematizar esta questão, torna-se necessário a referência de uma forma mais aprofundada à questão da etnicidade, uma vez que a identidade étnica tem grande relevância para compreender as relações humanas (em toda a sua complexidade e incluindo as relações económicas) em contextos migratórios e multiculturais, e identifica grupos que se acredita possuírem uma grande capacidade cultural de criação e manutenção de capital social.

O que é afinal um grupo étnico? E quão importante é esta definição para a sociedade, para as mobilidades transnacionais e as redes globais que estruturam as relações dos indivíduos?

O conceito de etnicidade desenvolveu-se a partir dos finais dos anos 60 (Barth, 1969). Este autor procedeu à definição das suas principais suposições, repousando em três premissas: 1) a etnicidade é uma forma de organização social; 2) é a fronteira étnica que define um grupo e não o seu conteúdo cultural; 3) a auto-definição é um requisito necessário, bem como a atribuição por parte de terceiros. Barth apresenta a etnicidade (identidade étnica) como uma forma de organização social e não cultural. No entanto, há claramente uma relação entre etnicidade e cultura, no sentido de haver uma necessidade no sentido de diferenciar a identidade étnica das outras identidades sociais. Na sua reformulação do conceito, Vermeulen e Govers (2004) explicam que, nas ciências sociais, existem várias opiniões em relação a esta questão-chave. Se por um lado, Abner Cohen (1974) apresenta a noção de um grupo étnico que se refere a um ou outro comportamento normativo como sendo o factor de diferenciação (deve recordar-se que este autor considerava que os correctores da bolsa da *City* de Londres eram um grupo étnico); outros, como Eriksen (1993: 35), tomavam como critério a crença numa cultura parti-

⁸² Para uma discussão sobre a complexidade deste conceito, ver Grassi (2003:35-97).

lhada. Outros ainda (Wallerstein, 1991; Wolf, 1988), consideravam determinante a existência de uma ascendência e uma história comuns. No entanto, para Eugeen Roosens (1989), uma fronteira étnica, definindo um grupo e não o seu contexto cultural, é insuficiente enquanto factor de diferenciação. Este autor acredita que tais fronteiras podem criar identidades, mas não necessariamente identidades étnicas, e que, ao definir a última, tem que se ter em consideração a metáfora da família, na sua dimensão genealógica.

A etnicidade de Barth parece não fazer diferenciação entre identidade étnica e outras identidades. Apesar disso, Barth define etnicidade também como um elemento da cultura, quando refere que, com um nível de interacção baixo, as diferenças culturais tendem a ser marcadas e as relações inter-étnicas mais estáveis. As pessoas aceitam as diferenças como inatas e não há ideologia étnica significativa, tão-pouco um movimento étnico (cf. Vermeulen e Govers, 2004: 13). Parece acontecer o inverso quando a interacção aumenta e as pessoas têm medo de perder a própria individualidade cultural, tornando-se cientes da sua própria consciência cultural, num processo que pode resultar em exigências de direitos culturais. Este parece ser um caso muito presente na elite cultural de origem cabo-verdiana na diáspora, sendo que o movimento de legitimação da língua crioula nos EUA constitui um exemplo⁸³ disso mesmo.

Entre as críticas à noção de etnicidade de Barth, aquela de Eriksen aponta a sua universalidade e a-historicidade (Eriksen, 1993). Por sua vez, Patterson (1997: 35-66) acredita que apesar da etnicidade não ser universal, esta antecede o estado-nação e relaciona-se com um estado primitivo dominado pela hegemonia de parentesco. No caso da diáspora cabo-verdiana, pelo contrário, a importância das relações de familiaridade para o sucesso das actividades comerciais informais, parece ter o efeito de reforçar a identidade nacional.

Talvez seja necessário compreender a cultura não em termos de simples “partilha”, mas antes de “organização da diversidade”. Isto implica a necessidade de requestionar e repensar a própria noção de “sociedade”. Onde as culturas não são – e elas efectivamente não o são – homogéneas, como se pode esperar que as pessoas partilhem uma ideia dessa cultura ou uma imagem de si próprias e da comunidade étnica?

A nação ou o grupo étnico aparece, através de outros autores, como uma “garantia última” quando a sociedade falha. Nas palavras de Hobsbawm, “não tem de fazer nada para lhe pertencer, não pode ser rejeitado, nasce nele e está nele” (1996: 265). Uma âncora de defesa das minorias que os cabo-verdianos da diáspora traduzem numa forte auto-definição denominada “*caboverdianidade*”, e definida de várias formas nos depoimentos das pessoas que realçam sobretudo a diferença com os que não partilham esta condição. Desenhar fronteiras é sempre um processo que articula e define as diferenças entre grupos, que alguns autores consideram como o mais tangível impedimento para a liberdade dos indivíduos no mundo global (Geisen *et al.*, 2004: 9). Estes autores referem que, se por um lado, as fronteiras constituem uma protecção e

⁸³ As reivindicações e o movimento para a criação da legitimidade da língua crioula nos EUA dizem respeito à criação de um “crioulo unificado”, que deveria servir como língua comum na diáspora, sem correspondência com nenhum dos diferentes crioulos falados nas ilhas do arquipélago, embora reunindo elementos de todos.

um lugar de reivindicação dos direitos das minorias para os indivíduos, por outro, acabam por isolar e excluir os sujeitos do tecido social global.

A percepção de ser cabo-verdiano numa situação de diáspora e a aceitação de uma “pátria distante” revelam-se importantes para a construção e manutenção da identidade nacional e reinvenção da nação que, no caso específico, se torna um assunto vital para a economia de Cabo Verde, pelo peso estratégico das receitas dos emigrantes no orçamento do Estado.

A interação entre identidade étnica e nacional articula-se também com a categoria social dos indivíduos, que é expressa pelos depoentes em termos de exclusão social ligada ao conflito racial. A identidade “cabo-verdiana” é também sentida de diferentes formas entre as gerações da diáspora. Se por um lado, todos os entrevistados referem a importância de se sentirem cabo-verdianos, ao mesmo tempo reclamam direito à cidadania em Portugal por se sentirem parte integrante deste país. Entre os imigrantes de origem cabo-verdiana em Pawtucket, por exemplo, parece que esta “contaminação” de identidade se tornou uma fonte de grande preocupação para as elites cabo-verdianas relativamente às gerações mais novas. Jovens entrevistados, nascidos nos EUA e filhos de pais cabo-verdianos, designaram o sentido de ser cabo-verdiano como um valor nacional que surge como uma identidade construída e consumada ao nível político pelas elites nacionais na diáspora. Além disso, referem que é feito uso da questão racial para forjar a discussão sobre a nacionalidade e a cidadania. As entrevistas a jovens de origem cabo-verdiana confirmam que a tensão mais importante e a auto percepção identitária se centra em torno da temática racial. Tudo isso pese embora a comunidade na diáspora seja referida como um amparo quando as tensões que existem à volta do problema racial tornam a inserção social problemática.

3. As identidades plurais no questionário

O questionário foi aplicado, durante o ano de 2006, a um grupo de jovens na sua maioria de idade entre 21 e 25 anos, solteiros, sem filhos, maioritariamente estudantes e estudantes-trabalhadores, nacionais dos países de origem, que se encontram em Portugal por períodos de tempo que vão de 1 a 10 anos, sendo os jovens de origem cabo-verdiana, comparativamente aos de origem angolana, os que estão em Portugal há menos tempo. Dois terços dos inquiridos vivem com familiares, em agregados que vão de 3 a 5 pessoas, sendo os jovens de origem cabo-verdiana os que mais tendência revelaram a viver com colegas e amigos. A maioria dos jovens tem um nível de escolaridade elevado, registando-se mais de 40% de jovens com escolaridade superior e não existindo analfabetos na amostra. Os jovens de origem angolana apresentam tendencialmente níveis mais baixos de escolaridade quando comparados com os jovens de origem cabo-verdiana. Há também diferenças importantes quando se compara a escolaridade dos pais dos inquiridos de acordo com os países de origem: cerca de 25% das mães são analfabetas ou com baixos níveis de escolaridade, sendo os pais dos jovens originários de Cabo Verde os que apresentam graus mais baixos. Mais de metade dos jovens inquiridos são activos, que trabalham maioritariamente por conta de outrem, como pessoal de serviços e vendedores, a seguir como trabalhadores não qualificados. Cerca de 61% são estudantes, dos quais 31,5%

estudantes-trabalhadores. A maioria de estudantes-trabalhadores é de origem angolana, enquanto que no grupo de jovens de origem cabo-verdiana é que se encontra a maioria de estudantes que não trabalham. As perguntas do questionário foram adaptadas às duas comunidades tendo em conta as características históricas e socioculturais das mesmas.

4. O crioulo como elemento agregador da nação

Muitos estudos indicam que, no caso dos imigrantes de origem cabo-verdiana, a questão da língua surge como particularmente importante como elemento agregador da nação cabo-verdiana no exterior. Em Cabo Verde, o processo de criouliização da língua teve início com a chegada dos portugueses ao arquipélago, no século xv. Não existindo línguas nativas do arquipélago, supostamente encontrado desabitado aquando da chegada dos portugueses, o crioulo cabo-verdiano terá surgido a partir do português e das línguas dos africanos do continente que entraram em contacto com os colonizadores (Dias, 2002: 8). Se a questão do surgimento da língua crioula em Cabo Verde é uma questão controversa de um ponto de vista histórico⁸⁴, o que ressalta da realidade de vida no arquipélago é que o crioulo e o português coexistem na quotidianidade, embora não sem conflitos, sendo o português a língua oficial e o crioulo a língua nacional (Dias, 2002: 9). Debates recentes sobre a oficialização da língua crioula tornaram evidente como os discursos a favor e contra têm lógicas relacionadas com interesses de grupos específicos no interior da sociedade cabo-verdiana. A questão da língua em Cabo Verde é um lugar político que envolve relações de poder e jogos de interesses ligados aos caminhos de desenvolvimento do arquipélago. É uma questão ligada à ideia do Estado-Nação, no sentido dos esforços de construção do modelo nacional europeu dos séculos xviii e xix. Este modelo, na Europa contemporânea, tem vindo a ser substituído pela visão alargada necessária para a construção de uma Europa agregada de um ponto de vista político, na qual devem ser equacionadas dinâmicas nacionais e identitárias como a língua. A língua crioula surge como um elemento fundamental da identidade étnica dos cabo-verdianos na diáspora, servindo o propósito de obedecer à construção nacional de um país cuja viabilidade económica continua a depender maioritariamente das receitas dos emigrantes.

Os dados da tabela que se segue confirmam o uso da língua crioula como prática cultural partilhada pelos jovens inquiridos de origem cabo-verdiana, surgindo como uma especificidade quando comparada com o uso de línguas que não sejam a portuguesa, nos inquiridos de origem angolana.

As respostas indicam que a língua mais falada é o português (52,3%). Permanecendo as restantes línguas como mais residuais, com excepção do crioulo, que aparece em 21,3% dos casos. A questão da língua tem de facto uma importância peculiar na comunidade de origem cabo-verdiana. As diferenças, analisadas tendencialmente, levam a concluir que o português é a língua

⁸⁴ De acordo com António Carreira (1972:344), a língua crioula terá surgido no arquipélago no século XVI, 50 anos após a chegada dos portugueses. Esta hipótese é contestada por outros que acham que a língua terá nascido no continente africano e levada pelos escravos para as ilhas (Rougé 1986).

mais falada, na comunidade angolana (80,5%), enquanto que, na comunidade cabo-verdiana, se destaca o crioulo, quer isoladamente (42,0%), quer em conjunto com o português (19,5%).

QUADRO 8.1

Língua mais falada

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Português	161	80,5%	48	24,0%	209	52,3%
Angolano	1	0,5%	0	0,0%	1	0,3%
Português/Angolano	11	5,5%	0	0,0%	11	2,8%
Crioulo	1	0,5%	84	42,0%	85	21,3%
Português/Crioulo	0	0,0%	39	19,5%	39	9,8%
Ns/Nr	26	13,0%	29	14,5%	55	13,8%
Total	200	100,0%	200	100,0%	400	100,0%

5. Factores de identificação cultural

Os factores que, de acordo com a opinião dos inquiridos, definem culturalmente a comunidade de origem, são a música (65,5%) e a gastronomia (56,0%), com especial destaque para o primeiro. Para além disso, cerca de um terço refere a língua (34,5%) e a dança (31,8%). Estando, neste sentido, as actividades relacionadas com a arte (a música e a dança) em destaque, por oposição a especificidades relacionadas com a nacionalidade dos inquiridos (a língua, a cor de pele). Comparando estes resultados por comunidade de origem, conclui-se, tendencialmente, que a música é especialmente referida pelos inquiridos de origem cabo-verdiana (67,0%), bem como a língua (44,5%), que não assume especial relevância junto dos inquiridos de origem angolana (24,5%). Para além da música e da gastronomia, os jovens de origem angolana, destacam especialmente a dança (38,0%) e a história (29,0%), como factores de identificação cultural.

QUADRO 8.2
Factores que definem culturalmente a comunidade⁸⁵

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Gastronomia	116	58,0%	108	54,0%	224	56,0%
Música	128	64,0%	134	67,0%	262	65,5%
Literatura	20	10,0%	29	14,5%	49	12,3%
Cor da pele/etnia	28	14,0%	36	18,0%	64	16,0%
Tradição oral	18	9,0%	30	15,0%	48	12,0%
Vestuário	14	7,0%	16	8,0%	30	7,5%
Língua	49	24,5%	89	44,5%	138	34,5%
Nacionalidade	53	26,5%	53	26,5%	106	26,5%
Dança	76	38,0%	51	25,5%	127	31,8%
História	58	29,0%	38	19,0%	96	24,0%
Artes plásticas	8	4,0%	7	3,5%	15	3,8%
Tradições religiosas	12	6,0%	7	3,5%	19	4,8%
Outro	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
Ns/Nr	39	19,5%	34	17,0%	73	18,3%
Total	200	311,0%	200	317,5%	400	314,3%

Em seguida, é pedido aos jovens que indiquem quais são, de entre os factores que definem culturalmente uma comunidade, aqueles que consideram mais importantes. A maior parte dos inquiridos não responde a esta questão (45,9%), talvez por considerar que, de entre os factores que referiu anteriormente, todos contribuem da mesma maneira para a definição cultural da comunidade, ou por pensar que já teria respondido. De entre os que respondem, conclui-se novamente que a música é o factor que é mais vezes referido (28,7%), seguido da gastronomia (19,9%) e da língua (14,7%). Analisando estes resultados, tendo em conta a comunidade de origem, conclui-se, tendencialmente, que a taxa de não resposta é sobretudo elevada junto dos inquiridos de origem angolana (66,5%). As referências à música (39,8%) e à gastronomia (24,1%) destacam-se tendencialmente nos inquiridos de origem cabo-verdiana. Para além disso, confirma-se novamente a língua como aspecto referido maioritariamente pelos jovens da comunidade cabo-verdiana, corroborando a importância do crioulo na definição cultural desta comunidade na diáspora.

6. Imigrantes, africanos e europeus

A multiplicidade identitária que os indivíduos vivem pelo processo migratório, juntamente com a condição genérica de imigrante que partilham e que por si sublinha e acentua a auto identifi-

⁸⁵ Pergunta de escolha múltipla.

cação étnica e nacional dos indivíduos, foi questionada com perguntas abertas sobre o significado destas categorias. Quando solicitados a dar uma definição de imigrante, muitos dos inquiridos devolvem aos inquiridores a pergunta. Perante a não resposta da inquiridora, explicando que é necessário não influenciar as respostas dos inquiridos, a maioria concorda que a palavra/categoria imigrante não é adequada para descrevê-los, assim, como não o é, também para descrever aqueles que já nasceram em Portugal. Muitos acham que falar de imigrantes nestes casos não passa de um eufemismo para não usar classificações raciais em nome do “políticamente correcto”. Um jovem de origem angolana, recusa considerar-se como tal porque *“os imigrantes são as pessoas que saem do país devido à sua baixa condição sócio-económica e procuram melhorá-la”*. Este não é o seu caso, acrescenta, uma vez que saiu de Cabo Verde apenas para estudar e pretende voltar assim que termine os estudos. A importância das categorias sociais na análise das dinâmicas migratórias é aqui realçada junto com a necessidade de questionar a categoria. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que a maior parte dos discursos veiculados pelos inquiridos se situam à volta das questões dos direitos, da inclusão/exclusão, das limitações de cidadania que a condição de imigrante comporta, e da importância das redes de solidariedade, na ajuda para uma melhor integração no mundo laboral.

Alguns dos entrevistados exprimem preocupação perante as dificuldades de integração porque, como refere uma entrevistada: *“a confiança não existe de sobra... as solidariedades funcionam também ao contrário...”*

Analisando as respostas a esta pergunta, verifica-se que a maior parte não responde a esta questão (43,0%) no questionário. Contudo, de entre os que responderam, cerca de um terço referiu que um imigrante é uma pessoa que procura melhores condições de vida (29,0%). A maior parte dos jovens inquiridos não indica que tipos de melhores condições de vida são procurados. Contudo, os que especificaram referem condições económicas (5,5%), sociais (1,1%) ou educacionais (1,1%). Para além disso, cerca de um quarto dos jovens refere que o imigrante é uma pessoa que enfrenta mudanças nas condições de existência (21,3%). Os constrangimentos que se devem enfrentar na migração constituem outro factor indicado pelos inquiridos como definidor de imigrante (13,0%). São poucos os que especificam estes constrangimentos, podendo ser sociais (2,3%) ou económicos (1,0%). Para além disso, um imigrante é um estrangeiro (4,8%) porque ou possui outra nacionalidade (0,5%), outra identidade (2,0%), outra cidadania (1,3%), ou pertence a outro território (1,0%).

Comparando os jovens de origem angolana com os jovens de origem cabo-verdiana, no que respeita à definição de imigrante, verifica-se que a principal diferença (descrita apenas tendencialmente) é que os jovens de origem cabo-verdiana descrevem, quase na mesma proporção, um imigrante como uma pessoa que enfrenta constrangimentos (10,5%), ou como uma pessoa que possui oportunidades e potencialidades (8,5%). Existindo um equilíbrio, entre os que realçam os aspectos positivos e os que realçam os aspectos negativos, da condição de imigrante. Porém, os jovens de origem angolana aludem sobretudo aos constrangimentos (15,5%). Os aspectos positivos e as potencialidades são indicados apenas por 6,5% dos inquiridos, dando, este grupo, uma ênfase maior às dificuldades da condição migrante.

QUADRO 8.3

Definição de imigrante⁸⁶

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui oportunidades/potencialidades	13	6,5	17	8,5	30	7,5%
É um ser humano (com deveres e direito civis)	10	5,0	5	2,5	15	3,8%
Procura melhores condições de vida (geral)	50	25,0	40	20,0	90	22,5%
Procura melhores condições económicas	10	5,0	12	6,0	22	5,5%
Procura melhores condições educacionais	4	2,0	-	-	4	1,0%
Procura melhores condições sociais	4	2,0	-	-	4	1,0%
Enfrenta um movimento territorial	16	8,0	9	4,5	25	6,3%
Enfrenta um movimento identitário	24	12,0	37	18,5	61	15,3%
Enfrenta constrangimentos sociais	6	3,0	3	1,5	9	2,3%
Enfrenta constrangimentos económicos	1	0,5	3	1,5	4	1,0%
Enfrenta outros constrangimentos	27	13,5	16	8,0	43	10,8%
Possui outra identidade	4	2,0	4	2,0	8	2,0%
Possui outra cidadania	3	1,5	2	1,0	5	1,3%
Possui outra nacionalidade	1	0,5	1	,5	2	0,5%
Pertence a outro território	2	1,0	2	1,0	4	1,0%
ns/nr	78	39,0	94	47,0	172	43,0%
Total	200	126,5	200	122,5	400	124,5%

Uma segunda questão aberta, na qual era pedido para fornecer uma definição, prende-se com a pergunta “o que é ser europeu?”. A oportunidade de pedir uma definição a este propósito deveu-se ao facto de ter encontrado no trabalho de campo uma referência muito presente, nos discursos dos jovens, à importância de estar em Portugal, por este ser um país europeu. Contrariamente ao discurso muitas vezes utilizado em chave pós-colonial, sobre os laços que ligariam os imigrantes dos PALOP à antiga “madre pátria”, a referência a Portugal como espaço comum cultural e histórico, não aparece muito frequentemente nos discursos dos indivíduos de origem angolana e cabo-verdiana que referem escolher Portugal como país de chegada por ser parte integrante da Europa. Única excepção, como já foi sublinhado, é a referência à questão da língua comum.

Perante a pergunta sobre o significado de ser europeu, mais de metade dos jovens inquiridos não responde (57,3%). Analisando e tendo em conta os que responderam, verifica-se que a maior parte se refere a aspectos relacionados com a cidadania (13,0%). Neste sentido, ser europeu é pertencer à Europa, é ser da Europa, ou é ser um cidadão europeu, indicando as van-

⁸⁶ Pergunta de escolha múltipla.

tagens e as oportunidades que um europeu possui (10,5%). Apenas em terceiro lugar são referidos os aspectos relacionados com a origem de um europeu, ou seja, ser europeu é possuir naturalidade europeia (7,8%).

Analisando os resultados tendo em conta a comunidade de origem, verifica-se que existe uma diferença. São sobretudo os jovens inquiridos de origem cabo-verdiana que salientam os aspectos relacionados com a cidadania, ou seja, para eles ser europeu é, fundamentalmente, ser um cidadão da Europa (16,0%). Já os jovens de origem angolana, destacam as vantagens e as oportunidades que ser europeu implica (13,0%).

QUADRO 8.4

Definição de europeu⁸⁷

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui naturalidade europeia	14	7,0%	17	8,5%	31	7,8%
É um cidadão europeu	20	10,0%	32	16,0%	52	13,0%
Possui nacionalidade europeia	3	1,5%	6	3,0%	9	2,3%
Possui vantagens/oportunidades	26	13,0%	16	8,0%	42	10,5%
Possui liberdade (de circulação/de expressão)	9	4,5%	8	4,0%	17	4,3%
Possui identidade europeia (valores/cultura próprios)	7	3,5%	12	6,0%	19	4,8%
Nada de relevante	6	3,0%	9	4,5%	15	3,8%
É um ser humano (com deveres e direitos civis)	7	3,5%	1	0,5%	8	2,0%
Com quem se possuem conflitos identitários e culturais	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
É uma pessoa com virtudes	3	1,5%	2	1,0%	5	1,3%
Ns/Nr	118	59,0%	111	55,5%	229	57,3%
Total	200	108,0%	200	108,5%	400	108,3%

Deve-se, contudo, referir que a ideia geral, que emerge nas entrevistas a jovens de origem africana, aponta para uma ideia dum Europa estritamente ligada à questão dos direitos políticos de cidadania. Assim sendo, as categorias “ser um cidadão” e “possuir vantagens e oportunidades” poderão ser lidas de forma agregada.

Finalmente, no que respeita à identificação étnico-nacional, e tendo em conta as duas comunidades de origem, verifica-se que equilibradamente um terço dos inquiridos se considera angolano (31,0%) e um terço dos inquiridos se considera cabo-verdiano (33,8%). Poucos são os inquiridos que se consideram portugueses (12,3%), o que revela um forte apego aos valores e à cultura de origem. Ao analisar estes dados por comunidade de origem, conclui-se, como seria de esperar, que existem diferenças, no sentido que, como era expectável, os angolanos se identi-

⁸⁷ Pergunta de escolha múltipla.

carem sobretudo com o ser angolano (62,0%), enquanto que os inquiridos de origem cabo-verdiana consideram-se sobretudo cabo-verdianos (67,5%).

QUADRO 8.5

Auto-identificação étnico-nacional⁸⁸

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Possui naturalidade europeia	14	7,0%	17	8,5%	31	7,8%
É um cidadão europeu	20	10,0%	32	16,0%	52	13,0%
Possui nacionalidade europeia	3	1,5%	6	3,0%	9	2,3%
Possui vantagens/opportunidades	26	13,0%	16	8,0%	42	10,5%
Possui liberdade (de circulação/de expressão)	9	4,5%	8	4,0%	17	4,3%
Possui identidade europeia (valores/cultura próprios)	7	3,5%	12	6,0%	19	4,8%
Nada de relevante	6	3,0%	9	4,5%	15	3,8%
É um ser humano (com deveres e direitos civis)	7	3,5%	1	0,5%	8	2,0%
Com quem se possuem conflitos identitários e culturais	3	1,5%	3	1,5%	6	1,5%
É uma pessoa com virtudes	3	1,5%	2	1,0%	5	1,3%
Ns/Nr	118	59,0%	111	55,5%	229	57,3%
Total	200	108,0%	200	108,5%	400	108,3%

7. Lugar de maior identificação

Foi perguntado aos jovens a indicação do lugar com o qual mais se identificam, a escolher a partir de uma lista de hipóteses, que incluía lugares de dimensões diferentes (visíveis no quadro seguinte), que variavam entre espaços mais micros, como o bairro ou a cidade, até espaços mais macros como a Europa, África ou até mesmo o mundo. O elevado número de não respostas – cerca de dos inquiridos (25,3%) – talvez se explique com o facto da resposta permitir uma só opção, reforçando a hipótese da auto percepção individual da pluralidade identitária dos migrantes. De entre os que respondem e tendo em conta as características dos inquiridos, verifica-se que a maioria das respostas se dividem entre Angola (15,5%) e Cabo Verde (22,5%), dando uma importância fundamental ao lugar de origem como lugar de pertença, sendo a referência a África muito residual (3,0%).

⁸⁸ Pergunta de escolha múltipla.

QUADRO 8.6

Lugar de identificação

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bairro	12	6,0%	15	7,5%	27	6,8%
Cidade	13	6,5%	10	5,0%	23	5,8%
Portugal	13	6,5%	12	6,0%	25	6,3%
Europa	8	4,0%	3	1,5%	11	2,8%
Angola	62	31,0%	0	0,0%	62	15,5%
África	9	4,5%	3	1,5%	12	3,0%
Mundo	33	16,5%	16	8,0%	49	12,3%
Cabo Verde	0	0,0%	90	45,0%	90	22,5%
Ns/Nr	50	25,0%	51	25,5%	101	25,3%
Total	200	100,0%	200	100,0%	400	100,0%

Analisando especificamente estes resultados segundo a comunidade de origem, conclui-se que existem diferenças estatisticamente significativas para além das já expectáveis diferenças relativas aos países de origem (os jovens de origem angolana identificam-se sobretudo com Angola, enquanto que os jovens de origem cabo-verdiana se identificam sobretudo com Cabo Verde). A referência ao mundo, como lugar de maior identificação é especialmente referida pelos jovens de origem angolana (16,5%), enquanto que os jovens de origem cabo-verdiana parecem identificar-se maioritariamente com o próprio país de origem confirmando a importância da auto-identificação nacional neste grupo.

8. Os jovens de origem cabo-verdiana e a Europa

As perguntas que deram origem aos quadros que se seguem têm o objectivo de tentar compreender se os jovens de origem cabo-verdiana no espaço comunitário se identificam ou não com a Europa, com o ser europeu. Num espaço comunitário, de complexos identitários múltiplos e plurais e onde existe hoje uma mobilidade incomparável, pretende-se, com base na sociedade real portuguesa, diagnosticar a emergência de uma consciência europeia entre jovens de origem cabo-verdiana em Portugal e compreender como as suas trajectórias de vida e de família, relações sociais, conhecimentos e valores morais possibilitam a emergência de uma consciência europeia nesta geração. O facto das perguntas serem feitas, de forma exclusiva, aos jovens de origem cabo-verdiana prende-se com a actualidade do debate político sobre a possibilidade de Cabo Verde vir a integrar a União europeia, discussão que estava em curso no período de aplicação do questionário⁸⁹.

⁸⁹ Em 16 de Março de 2005, o ex ministro do ultramar do Salazar, Adriano Moreira e o antigo Presidente da República portuguesa (1986-1996), fundador do partido Socialista e anti salazarista Mário Soares, lançaram uma petição para a adesão de Cabo verde à União Europeia cujo texto é aqui reproduzido.

Foi assim perguntado aos jovens de origem cabo-verdiana se Cabo Verde deveria ou não integrar a União Europeia. Apesar de uma parte significativa não responder a esta questão (44,5%), verifica-se que, dos que responderam, mais de um terço concorda com esta situação (32,5%). E foram várias as razões apontadas para a entrada de Cabo Verde na União Europeia (n = 65). Entre elas, destaca-se especialmente a melhoria das condições de vida que isso traria para os cabo-verdianos na diáspora (16,9%), a par com a justificação relativa à semelhança cultural que aproxima Cabo Verde de Portugal e, logo, da Europa (15,4%). Para além disso, são apresentadas razões relacionadas com o desenvolvimento que a entrada na União Europeia possibilitaria a Cabo Verde (13,8%), bem como as oportunidades de melhorar os direitos de cidadania (13,8%).

Cabo Verde na Europa: O alargamento da União Europeia não pode ignorar a dimensão atlântica, mas não apenas ao que respeita o Atlântico Norte. A valência da segurança e defesa é de importância crescente para o projecto europeu, e o Atlântico Sul ainda não foi objecto de uma definição neste domínio, a qual necessitará da concordância das soberanias envolvidas, de um valor inevitável dos apoios impostos pela geografia, e de uma articulação entre a segurança do atlântico norte e do atlântico sul. Esta premissa evidencia a importância dos arquipélagos do atlântico na linha de articulação, e o envolvimento europeu com os arquipélagos portugueses da Madeira e dos Açores já por isso incluídos na União, e com as Canárias espanholas em situação homologa. Existem propostas e movimentos no sentido de considerar uma forma útil de congregação dos arquipélagos, inspirada na sua situação e natureza, e sempre tendo em conta Cabo Verde, que é um estado independente. Ora Cabo Verde interessa à Europa não apenas pela valência da segurança e defesa mas também, e antes disso, por ser a melhor expressão das sínteses culturais que a experiência euro-mundista produziu, sendo que os padrões culturais europeus estão implantados como componente essencial da sua identidade inconfundível, e por isso Cabo Verde é uma plataforma de valor excepcional para a relação euroafricana. Por outro lado, o seu comportamento na comunidade internacional é exemplar, paradigma de assumida responsabilidade externa e interna, fazendo do desenvolvimento humano sustentado um padrão de governo, e do regime democrático uma definição constitucional sem quebra. Todas as circunstâncias, históricas. Presentes e de projecto futuro, que definem a identidade de Cabo Verde, aconselham que se iniciem negociações entre a União Europeia e Cabo Verde no sentido de aderir à União, iniciativa que deve merecer o apoio de Portugal. Lisboa, 16 de Março de 2005. Personalidades Aderentes: Prof. Doutor Adriano Moreira (Presidente da academia internacional de cultura portuguesa); Doutor Mário Soares (Presidente da Fundação Mário Soares e Antigo Presidente da Republica); General Silvino Silvério Marques (antigo governador de Cabo Verde); Prof. Doutor, Eng. Luís Aires de Barros (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa); Dr. Carlos Monjardino (Presidente da Fundação Oriente e 1º vice presidente da Academia Internacional da cultura portuguesa); Prof. Doutor Adriano Pimpão (Presidente do CRUP e Reitor da Universidade do Algarve); Prof. Doutor João Barata-Moura (Reitor da Universidade de Lisboa); Prof.^a Doutora Maria José Ferro (Reitora da Universidade Aberta); Prof. Doutor Manuel Patrício (Reitor da Universidade de Évora); Prof. Doutor Mascarenhas Ferreira (Reitor da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro); Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz (Reitor da Universidade Católica portuguesa); Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida (Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa); Prof. Barbosa de Melo (Universidade de Coimbra, ex Presidente da Assembleia da Republica); Prof. Doutor Rui Alarcão (Conselheiro de Estado e antigo Reitor da Universidade de Coimbra); Manuel Martins (Bispo emérito de Setúbal); Dr. Martins da Cruz (Presidente do Conselho de administração da Fundação Minerva, universidades Lusíadas); Prof. Doutor Carvalho Guerra (Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade católica portuguesa); Prof. Doutor Antas de Barros (Presidente do Instituto politécnico de Viseu); Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa (Secretário geral da Academia Internacional da cultura portuguesa); Prof. Doutor Paulo Ferreira da Cunha (Director do Instituto Jurídico interdisciplinar da faculdade de Direito – universidade do Porto); Almirante Emílio Sacheti (Presidente da Academia de Marinha); Prof. Doutor José Fontes (Secretário geral adjunto da academia internacional da cultura portuguesa). (publicado online H-NET – Discussion List on Portuguese Speaking African Countries em 21 de Março de 2005).

QUADRO 8.7

Razões a favor da integração de Cabo Verde na União Europeia⁹⁰

	N.º	%
Porque seria benéfico para Cabo Verde	9	13,8%
Para melhorar as condições de vida dos cabo-verdianos na diáspora	11	16,9%
Devido à identidade cultural com Portugal e a Europa	10	15,4%
Porque permite um maior desenvolvimento de Cabo Verde	9	13,8%
Porque permite mais oportunidades e direitos de cidadania	9	13,8%
Devido à existência considerável de cabo-verdianos na Europa	3	4,6%
Porque seria benéfico para a Europa e para Cabo Verde (cooperação)	2	3,1%
Ns/Nr	14	21,5%
Total	65	103,1%

No que respeita aos 23,0% (n = 46) que referem que Cabo Verde não deveria integrar a União Europeia, a principal razão apontada refere-se especialmente à questão da pertença identitária. De facto, a maioria dos jovens inquiridos de origem cabo-verdiana justifica a não integração de Cabo Verde na União Europeia com base no continente de origem (África) a que Cabo Verde pertence (41,3%). Por outro lado, e no mesmo sentido, dos jovens inquiridos refere que Cabo Verde não pertence à Europa (26,1%). Apesar de tudo, 13,0% considera a integração de Cabo Verde na União Europeia como uma meta a alcançar, uma vez que, ainda não estão reunidas as condições para que tal aconteça.

QUADRO 8.8

Razões contra a integração de Cabo Verde na União Europeia

	N= 46	%
Porque é um país africano (cultura e identidade próprias)	19	41,3
Porque não pertence à Europa	12	26,1
Porque ainda não estão reunidas condições	6	13,0
Porque a mudança é uma ameaça em geral	3	6,5
ns/nr	6	13,0
Total	46	100,0
Não se aplica	354	
	Total	400

⁹⁰ Pergunta de escolha múltipla.

Conclusões

O grupo de jovens de origem africana que fazem parte deste estudo é composto de indivíduos que partilham múltiplas identidades e pertenças, mutáveis e provisórias, que emergem em função das circunstâncias e dos discursos. São pertenças geradas pelo processo migratório pelo qual os sujeitos são confrontados com dinâmicas culturais, sociais e simbólicas diferentes daquelas do seu lugar de origem. Assim, os jovens de origem africana, que responderam ao questionário, são sujeitos cujas identidades devem ser negociadas no âmbito da sociedade actual globalizada, a qual envolve uma interacção entre factores económicos e culturais e causa mudanças nas formas de produção e consumo, que, por sua vez, geram identidades “globalizadas”.

A forma que a identidade dos jovens inquiridos neste estudo parece escolher para despontar como diferença em relação às identidades propostas pelo contexto de chegada, alicerça-se no apelo histórico que surge como reivindicativo da origem nacional.

A questão da nação é reconhecida na importância atribuída à língua crioula, como factor agregador dos jovens na diáspora cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, a identificação espacial com o mundo, elementos que caracterizam os jovens de origem cabo-verdiana, quando comparados com os de origem angolana. Para os jovens de origem cabo-verdiana, a migração é uma questão estrutural (Nascimento, 2007: 13) inscrita na história do arquipélago desde o século XVI. A comunidade na diáspora alicerça-se na percepção da nação cabo-verdiana num espaço geográfico global (o mundo), o que não acontece com a mesma intensidade no caso dos jovens de origem angolana, cuja imigração é mais dispersa, relacionada com a história recente deste país que viveu três décadas de guerra, sendo esta circunstância a maior responsável pelas saídas mais recentes do país de jovens, fugindo do recrutamento obrigatório.

Uma característica identitária comum que emerge nos dados do questionário é a importância que os jovens atribuem à circunstância de ser “europeu”, enquanto condição para alcançar condições económicas e privilégios políticos no país em que vivem. No caso dos jovens de origem cabo-verdiana, como vimos, mais de um terço deles admite a hipótese de a integração de Cabo Verde na União Europeia como um factor positivo em termos económicos e de desenvolvimento, os quais consideram mais importantes que as origens culturais.

Os países da União Europeia já não estão só ligados através de vínculos puramente económicos, mas antes e cada vez mais se encontram interligados através de relações institucionais e sociais que se estão a aprofundar e a expandir, seja com a entrada de novos países na UE, seja com o próprio alargamento das instituições europeias (Castells, 2000).

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, trouxe a constituição de uma Cidadania Europeia aliada à ideia do desenvolvimento de uma identidade europeia. Por trás destes desenvolvimentos, está a noção de que as bases culturais europeias promovem os valores da razão, cosmopolitismo, universalismo e do respeito pelos direitos humanos (Licata e Klein, 2002). A Cidadania Europeia

compõe-se pois de uma série de direitos e obrigações, conferidos aos nacionais dos países membros, e que incluem entre outros a mobilidade e residência assim como protecção diplomática de qualquer país membro (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002). Mas a Cidadania Europeia está ainda fixada ao conceito de nacionalidade e por isso aqueles que não possuem uma origem europeia não beneficiam das suas regalias (Licata e Klein, 2002).

A questão da Cidadania Europeia levanta assim debates e preocupação, uma vez que o desenvolvimento de uma cidadania europeia não virá par a par com o desenvolvimento ao nível dos sentimentos de índole xenófoba, em relação aos imigrantes, no espaço europeu, como indicam as preocupações sintetizadas em estudos recentes que visam compreender as dinâmicas entre um sentimento de forte identificação europeia e uma intolerância relativamente à imigração (Licata e Klein, 2002; Kofman, 1995)⁹¹ difusa na maioria dos países da União.

A Europa está a tornar-se num continente cada vez mais multi-cultural e multi-étnico e, por isso, o desenvolvimento de uma identidade europeia deverá tomar como base a aceitação de uma Europa multi-étnica, multi-religiosa e multi-cultural. Apesar de não ser esse o seu intuito principal, estes estudos também visam compreender as consequências do desenvolvimento de uma identificação europeia nas percepções que os jovens europeus têm dos imigrantes no espaço comunitário.

Assim, se por um lado o desenvolvimento de uma cidadania e identidade europeia era visto como essencial para assegurar a paz e a estabilidade entre os estados europeus e aprofundar o sentimento de identificação e tolerância entre os seus cidadãos (Kofman, 1995; Castells, 2000), também se reconhece que conceitos como cidadania e identidade definem os limites entre os que são incluídos e os que são excluídos, ao atribuir certas regalias aos nacionais de países membros e negá-las aos seus residentes não europeus (Kofman, 1995; Licata e Klein, 2002).

A ideia que as fronteiras (geográficas, identitárias, culturais ou simbólicas) são manipuladas para excluir indivíduos ou grupos da plena participação na vida social não é uma ideia nova (Hobsbawn, 1996; Geisen *et al.*, 2004; Davidson, 2004; Weekley, 2004). Migrações e movimento de pessoas acompanham de forma complexa a construção da sociedade global contemporânea e marcam o caminho do seu desenvolvimento. Por outro lado, a identidade nacional e étnica surge como a base da organização dos imigrantes na maioria das análises e aparece normalmente ligada à questão da cidadania. Ao mesmo tempo, outras identidades produzem outro tipo de fronteiras que aludem às diferenças físicas e/ou culturais dos indivíduos, sendo percebidas como explicativas da maior parte dos conflitos sociais do mundo contemporâneo. A cor da pele, o género, a orientação sexual, a religião, são questões culturalmente distintas dos povos e das nações, susceptíveis de gerar auto-identificações exacerbadas e fronteiras entre os indivíduos que partilham o território da Europa contemporânea. Desta forma, reconhecer, de um ponto de vista político, o multiculturalismo tem a consequência de produzir a separação de certas categorias da esfera social, pelo que é necessário ter em conta os mecanismos da cidadania produtores da exclusão de grupos em

⁹¹ Entre os projectos de pesquisa que nos últimos anos se têm centrado no estudo da identidade europeia nos jovens recordam-se Jamieson 2005; King & Ruiz-Gelices 2003 e Licata & Klein 2002. Sobre o contexto português ver Machado Pais (1999) e Vala *et al.* (2003).

relação a outros, e considerar as relações entre indivíduos no espaço europeu como relações totais influenciadas pelas identidades, cultura, práticas institucionais e sentimento de pertença (Turner, 1987: 4), inclusivas da noção de cidadania global e de direitos humanos universais.

Referências Bibliográficas

- BARTH, F. (1969), *Ethnic Group and Boundaries. The social organisation of culture difference*. Bergen, London Allen and Unwin.
- CARREIRA, A. (1972), *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CASTELLS, Manuel (2000), *The rise of network society*, Oxford, Blackwell.
- CASTELLS, Manuel (2003), “O poder da Identidade”, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- COHEN, Abner (1974), *Urban Ethnicity*, London, Tasistock.
- DAVIDSON, A. (2004), “International norms and refugees: the concentration camp world of the Australian state”, in *Migration, Mobility, and Borders: issues of theory and Policy*, Thomas Geisen, Anthony Andrew Hickey, Allen Karcher (eds.), Londres, Iko.
- DE FRANÇA, Luís (coord.) (1992), *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*. Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Lisboa
- DIAS BRAZ, J. (2002) “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional”, *Mana*, vol. 8, n.º 1 Brasil, pp. 7-27.
- ERIKSEN, T. H. (1993), *Ethnicity and anthropological perspectives*, Londres, Pluto Press.
- GARDNER, K. (1995), *Global Migrants, Local Lives. Travel and Transformation in Rural Bangladesh*. Oxford, Claredon Press.
- GEISEN, T.; HICKEY, A. A. e KARCHER, A. (2004), *Migration, Mobility and Borders. Issues of Theory and Policy*, Londres, IKO.
- GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, Marzia (2006), “Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen”, *Etnográfica*, vol. 10 (2).
- GRASSI, Marzia (2007a), “Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora cabo-verdiana”, in M. GRASSI e I. ÉVORA (orgs.), *Género e migrações cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, Marzia e MELO, D. (2007), “Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração”, Working Papers ICS-UL online – www.ics.ul.pt
- GRASSI, Marzia (2007b), “Práticas, Formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal” in *Economia Global e Gestão*. Lisboa, Business School, Indeg.
- HOBBSAWM, E. J. (1996), “Ethnicity and nationalism in Europe today”, *Balakrishnan, Gopal (ed): Mapping the Nation*, Londres, Verso, pp. 255-266.
- JAMIESON, L. (2005), *Orientations of young men and women to citizenship and European identity*. Final Report. <http://www.sociology.ed.ac.uk/youth/>, Janeiro 2006.
- KING, R. e RUIZ-GELICES, E. (2003), International Student Migration and the European ‘Year Abroad’: Effects on European Identity and Subsequent Migration Behaviour. *International Journal Population Geography* n.º 9, pp. 229-252.

- KOFMAN, E. (1995), "Citizenship for some but not for others: spaces of citizenship in contemporary Europe" *Política Geography*, Vol. 14, n.º 2, pp. 121-137.
- LICATA, L. e KLEIN, O. (2002), "Does european citizenship breed xenophobia? European identification as a predictor of intolerance towards immigrants" in *Journal of community and applied social psychology*, vol. 12, pp. 323-337.
- MACHADO PAIS, José (1999), "Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu", *Colecção Estudos Sobre Juventude*, n.º 2, Oeiras, Celta/SEJ.
- NASCIMENTO, A. (2007), *O fim do caminhar longi*, Cabo Verde, Ilhéu Editora.
- PATTERSON (1997), *The ordeal of integration: Progress and resentment in America's "Racial" crisis*, Washington, D.C., Civitas Counterpoint.
- ROOSENS, E. E. (1989), *Creating Ethnicity. The process of ethnogenesis*. Newbury, Sage publications.
- ROUGÉ, J. (1986), "Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné Bissau e da Casamansa Soronda", *Revista de Estudos guineenses*, n.º 2, pp. 28-49.
- TURNER, J. C. (1987), *Rediscovering the social group: a self categorisation theory*. Oxford, Basil-Blackwell.
- VALA, Jorge (coord.); FERREIRA, V. S.; LIMA, N. E. e LOPES, D. (2003), "Simetrias e identidades: Jovens Negros em Portugal, *Colecção Estudos Sobre a Juventude*, n.º 8, Oeiras, Celta/IPJ.
- VERMEULEN, H. e GOVERS, C. (2004), *Antropologia da Etnicidade*, Lisboa, Fim de Século.
- WALLERSTEIN, I. (1991), "The ideological tensions of capitalism. Universalism versus racism and sexism" in WALLERSTEIN, I. e BALIBAR, E. (eds.), *Race, nation and class. Ambiguous identities*, Londres, Verso, pp. 29-36.
- WEEKLEY, K. (2004), "US-Philippines 'Special Relations' Revived? National Borders and the War Against Terror", in GEISEN, Thomas; HICKEY, Anthony Andrew e KARCHER, Allen (eds.), *Migration, Mobility, and Borders: issues of theory and Policy*, Londres, Iko.
- WOLF, E. R. (1988), "Ethnicity and nationhood" in *Journal of Ethnic Studies*, n.º 21, pp. 27-32.

IX

VOZES E MOVIMENTOS DE AFIRMAÇÃO: OS FILHOS DE CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

CARLOS ELIAS BARBOSA
*Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra*

MAX RUBEN RAMOS
*Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa*

1. Introdução

As migrações internacionais são hoje um fenómeno incontornável. Quer pela sua magnitude, quer pelo número de países e de pessoas envolvidas de nacionalidades e culturas diferentes, constituindo-se num quadro de heterogeneização nas sociedades.

Com as independências das ex-colónias portuguesas em África nos anos 60 e 70, dão-se importantes fluxos migratórios para Portugal. Precisamente, nos finais dos anos 70 e inícios de 80 acontece em Portugal um aumento considerável de imigrantes desses países. Este tráfego migratório que se dirige para a antiga metrópole distribui-se, na sua grande maioria, por toda a Área Metropolitana de Lisboa. Cabo Verde é um dos exemplos na história da expansão colonial e, com efeito, vê o seu passado reflectido na sua emigração. Hoje, os fluxos da imigração cabo-verdiana para Portugal mantêm-se, com uma considerável concentração da população de origem cabo-verdiana em vários bairros residenciais ao longo da Área Metropolitana de Lisboa. Rapidamente, a geografia da Grande Lisboa foi revelando as disparidades sociais, destacando em toda a sua periferia os bairros onde as populações migrantes de origem africana que se foram acumulando ao longo dos concelhos pertencentes aos distritos de Lisboa e Setúbal, a saber: Loures, Odivelas, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal. Muitos dos bairros apresentam uma complexidade caracterizada por ocupação ilegal do terreno, construções precárias com deficientes condições de conforto, inexistência de infra-estruturas básicas, elevada densidade de ocupação dos bairros e dos alojamentos, etc. (Barbosa, 2006). No entanto, não podemos descartar o facto da progressiva ocupação habitacional periférica dessas populações migrantes, relacionada, essencialmente, com os preços praticados no mercado habitacional, um forte factor de segregação espacial.

A importância de Portugal como opção de destino migratório dos cabo-verdianos prende-se sobretudo com razões de ordem económica, embora com diferenças consideráveis a nível legal, passando esses de migrantes a imigrantes a partir de 1981. De facto, neste ano a entrada em vigor do DL 264-B/81 regulamentando a entrada, permanência e saída de estrangeiros no terri-

tório português, mudou o sistema de entrada e permanência no território nacional e, o DL 37/81 levou ao abandono do *jus solis* e à adopção do *jus sanguinis* modificando o acesso e a manutenção da nacionalidade portuguesa.

Numa análise das relações coloniais que definiu levas de cabo-verdianos para as antigas colónias é possível verificar a consolidação de uma ordem estrutural influenciando a rota migratória Cabo Verde – Portugal. Isto é, por razões económicas, Cabo Verde representava para Portugal um recurso de importação de mão-de-obra barata e dócil (Saint-Maurice, 1997: 51). Tratava-se de uma imigração essencialmente laboral, exercendo as profissões menos qualificadas e muitos enquadrados em esquemas de clandestinidade laboral. Consequentemente, estes migrantes vão ocupar os bairros suburbanos, progressivamente conotados como “clandestinos”, “degradados” e “perigosos”. Este quadro revela-nos um cenário de fluxos migratórios num contexto pós-colonial que vai, igualmente, estruturar as identidades dos descendentes desses imigrantes através de experiências diaspóricas e de reivindicações de pertenças múltiplas e translocalizadas.

O enquadramento dos descendentes de populações migrantes nos países de destino constitui-se num aspecto pertinente de análise científica no contexto pós-colonial, quer através de uma vertente temporal, quer como abordagem conceptual de desconstrução de práticas e narrativas coloniais. Analisando as experiências dos filhos de imigrantes em contexto de fronteira, elas representam a problematização de processos de integração e possíveis do enquadramento em várias esferas sociais. Deste modo, a sua análise em diferentes dimensões permitirá uma visão das dinâmicas presentes nesses processos, numa relação que ultrapassa os limites do Estado-nação. Contudo, para discernir as dinâmicas existentes neste processo, a avaliação da dualidade integração/exclusão poderá demonstrar-nos modos diferenciados de participação e de representação nos seus múltiplos espaços de interacção ou, por outro lado, um reavivar da pertença desterritorializada da africanidade sob o peso de uma memória histórica (Stora, 1999) e do presente das populações migrantes africanas.

No contexto deste trabalho pretendemos focalizar a participação dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal e elaborar uma análise sobre as suas formas de intervenção, representação e de reivindicação num contexto transnacionalizado. Focalizaremos a nossa análise no envolvimento na cultura do *hip-hop* e na prática do batuque.

2. Heranças numa migração pós-colonial

Nos finais dos anos 70 e inícios de 80 ocorre para Portugal um grande fluxo de imigrantes de origem das ex-colónias africanas que se vai inserir, na sua grande maioria, na Área Metropolitana de Lisboa. Neste período Portugal encontra-se num processo de negociação e integração na Comunidade Económica Europeia (CEE) e, mais uma vez, reproduzindo a sua tradicional condição semi-periférica (Santos, 1994, 2006a). Simultaneamente, dá-se a expansão dos espaços urbanos de que resulta uma aproximação dos bairros suburbanos ao centro das cidades, e uma maior visibilidade desses bairros. Por conseguinte, alargam-se as preocupações sobre os pro-

blemas de acumulação de “marginalidades” (social, económica, espacial, político-institucional, cultural) (Malheiros, 2001: 34-35; Salgueiro *et al.*, 1997; Costa, 1998), fazendo com que surja uma maior atenção às populações dessas localidades.

O contexto em que se encontram os descendentes de imigrantes cabo-verdianos, as suas percepções e os seus posicionamentos (*performances*) em grande parte decorrem de situações de exclusão e de discriminação. Falamos, em especial, de crianças e jovens filhos de imigrantes que habitam as zonas suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa. O olhar sobre os jovens negros desses bairros, continuamente veiculado através dos *media*, vai assinalar e sublinhar o estereótipo associado à degradação, ao desalinho. Pela descrição feita por Lowe (*apud* Hesse and Sayyid, 2006: 13) o “imigrante” (e inclui as designadas “segundas gerações”) é um produto da lei simbolizando a margem mas que, no entanto, constitui ao mesmo tempo a crítica à universalidade do corpo político da nação homogeneizada definidas pelo quadro vestefaliano.

De facto, os filhos dos imigrantes residentes nos bairros que sofrem de uma certa marginalização geográfica e social vão ressentir-se também de políticas discriminatórias. Tais políticas podem se encontrar exemplificadas através de diferenciações culturalistas assumindo uma identidade nacional na inclusão do “nós-nação” e conseqüentemente a exclusão do “outro” (estrangeiro/negro). Estranhamente este “outro” tem um carácter exótico, etnicizado, por isso, tribalizado (Pais e Blass, 2004). Este parece ser um quadro que representa o negro como exótico selvagem. Nesta condição ele é materialmente dominado e explorado pelo seu oposto que se constitui na ordem civilizacional. Está-se perante a reprodução de formas de interacção com base numa hegemonia e de uma hierarquia onde se expressa a linguagem de distinções, as nuances e as representações que culminam na inferiorização e estigmatização do “outro”. Hesse e Sayyid (2006: 17) destacam as associações sobre “raça”, racismo e multiculturalismo a formas ocidentais de governação e de representações culturalmente dominadas pelo ocidente como explicações para esta realidade.

Neste contexto, muitos poderão manifestar através dos seus discursos, atitudes ou modos de estar, sentindo-se como alguém de “fora” do outro lado da fronteira (estrangeiros), embora tenham nascido no país de destino migratório dos seus pais. Segundo a análise de Sayyid (*apud* Hasse e Sayyid, 2006), o imigrante é visto na base de um “imaginário” como um produto da espacialização da ex-colónia etnicamente marcado pelo colonizador. Uma primeira aproximação para a realidade vivida neste contexto revela-nos a presença das comunidades migrantes percebidas como minorias com determinadas atribuições estereotipadas. Um exemplo bastante revelador corresponde ao modo como os órgãos de comunicação difundem as notícias relativamente a esses grupos. Isto é, frequentemente, a representação que se tem dessas comunidades está vinculada a imagens de conflito e de violência. Uma outra perspectiva normalmente relaciona as comunidades migrantes negras à desorganização social e à segregação espacial. Neste sentido, é nítida a linha de exclusão sobre os descendentes de imigrantes no sentido em que são vistos como cidadãos diferentes. Na análise feita por Boaventura Santos (2006b) por referência ao pressuposto do espaço-tempo nacional estatal se define a obrigação política dos cidadãos perante o Estado e deste perante os cidadãos. Como o espaço-tempo nacional estatal está vinculado com

os valores da cultura, os dispositivos identitários vão estabelecer o regime de pertença e legitimar as normas que referenciam as relações sociais confinadas no território nacional. Por não corresponderem a este pressuposto as populações migrantes e os seus descendentes são dotados de uma menor legitimidade face aos direitos, mesmo que se trate de cidadãos formalmente possuidores de direitos políticos e tenham passado por processos de socialização acabam por ser excluídos em termos sociais e económicos (Avenel, 2004). Estas fricções são reforçadas pela situação de segregação que legitima determinadas hierarquias sociais, na maior parte das vezes manifestas pelas situações relativas à pobreza e ao racismo. Uma das consequências dessa fricção presente nos espaços de fronteira da participação dos descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento é determinada pelos discursos identitários produzidos por esses actores, no sentido de auto-afirmação pessoal ou de grupo.

A partir de uma imaginação do centro há uma predominância de valores europeus e de uma população branca, sempre medindo o “outro”. Singularmente, este quadro revela um conjunto de descendentes de populações migrantes perante situações de discriminação e de redução da sua condição de designação de “minoría”.

Tendo em atenção os sucessivos fluxos de homens e mulheres das ex-colónias para a metrópole, no caso português como noutros contextos de acolhimento, persistem as dimensões espaço e “raça” etnicizando os grupos migrantes presentes. Isto é, a figura de imigrante constitui-se, num sentido pós-colonial, como etnicamente distinto, exótico, permanentemente diferenciado. Como refere Boaventura Santos (1994: 128), o conceito de imigração vem substituir o de raça e dissolver a consciência de classe, tratando-se de um racismo de descolonização. Neste quadro os descendentes de imigrantes são englobados dentro desta categorização etnicizante da minoría. Como afirma Hesse e Sayyid (2006: 24), a marca étnica representa o processo de designação das minorías étnicas em relação à maioria nacional e não como uma simples reflexão que serve de fundamento para as realidades presentes. Nomeadamente, trata-se do produto de uma construção particular que tem sido fundamentado em torno da ideia de identidade nacional.

Os processos migratórios contemporâneos caracterizam-se como fenómeno global no mundo pós-colonial e que transporta a problemática das relações e a lógica da diferença, mas aqui numa construção contínua de imagens de espacialidade e estruturas de temporalidade (Grossberg, 1996). Isto é, as definições impostas sobre o “outro” acentuam a ideia da identidade autêntica e original. Com efeito, a identidade dependerá do confronto com a diferença e, nesse sentido, para a representação de um grupo dominante será sempre necessário a marginalização do “outro”. Tal marginalização também se conjuga ao nível da definição do espaço e das relações com as diferenças espaciais do meio urbano. Habitualmente, os bairros habitados por populações migrantes, localizados nos subúrbios dos grandes centros urbanos, carregam o peso da dramatização da insegurança, imagens negativas e uma imagem difundida de criminalidade e delinquência juvenil. Deste modo, cria-se o mito dos bairros (Avenel, 2004) com visões estereotipadas, difundidas sobretudo através dos *media*, num “estereótipo jornalístico” segundo Ciprien Avenel (2004: 35). Aqui podemos citar Homi Bhabha (1994) no sentido da definição do estereótipo enquanto ponto de subjectivação num cenário de fantasia e de defesa perante a ameaça da diferença.

É certo que a lógica que intenta a homogeneização tem uma natureza contraditória, uma vez que possibilita a reposição contínua das diferenças culturais. Mesmo quando se apresenta o significado do conceito da assimilação no contexto migratório, este designa, efectivamente, ser “outro”. Um “outro” assimilado, ou melhor, *assemelhado*. Esta terminologia, sem dúvida, deve assumir a sua forma de representação irónica, uma vez que o assimilado nunca chega a ser, ou nunca é de facto aquilo que se idealiza. O sujeito assimilado é um sujeito deslocado ou des-centrado num processo incompleto de formação, sempre ameaçado pela “falta” (Bhabha, 1994: 77). Neste sentido, há uma relação de linearidade que procura desvirtuar outras formas de interacção e processos híbridos de representação.

3. O Rap representado em “pretuguês”

Warria – Chullage – *Rapensar: Passado, Presente, Futuro* (2004)

Nau e karavela

K kruz de krist na vela

Tchgá mate

Nôs hom, prende kriança, violá afrikana bela

Destruí nôs aldeia/ k'ideia/ de konstrui nôs cela

Rouba nôs tchon, tra d'nôs gamela

Pa entchi sis panela

Bá embora que our e diamant, depois de bem que bugiganga e bagatela

500 on ta sofrê ness represson, 500 on ta sofrê ness tela

Tra nôs dum kau pa ôut na sis plantaçon

De Guinë pa Kabu Verd, ta largá nôs sang na tchon

Ma nô ka papá tont exploraçon

Eskravidon

Cabral mandá pegá na arma, luta pa libertaçon.

Ka tem dia de m'eskcê nôs historia

História

De nôs pov história de um warria

Warria

Ta lutá pa muda nôs história

História

De nôs pov ê história de um warria

Traidor má português

Matá Cabral na 73

Independência foi na 75, igualdade nen na 2003

Uli nôs mãe ta limpa tchon, nôs pai ta senta na tjol

Debosh de tchuva, debosh de sol

Sima maioria de Kriol

Sem temp pa pô sis fidj na kol

Sem midj pa pô na prot, sem grog pa tra um gol

Nha refeição cai tiv sumol

Nha dia d'on ka tiv um bol

Nha natal ka tiv prenda, igualdade onde kês pol

Babilone ta prende nôs Korp, ma ka ta prende nôs soul

Warriaz pegá na arma e Kabu Verd niggaz nu rol

O movimento hip-hop combina 3 tipos de expressões artísticas: a) em primeiro lugar, a música rap, numa conjugação de técnicas de composição, prevalecendo a rima e o ritmo; b) em segundo, a dança, representada através da *break-dance*, designada dança-das-quebras-rítmicas próprias do rap; c) por fim, o grafismo expresso através das pinturas nas paredes, das assinaturas, de expressões críticas e políticas, de riscos e palavras não perceptíveis, etc. Por vezes, essa recriação dos adolescentes e jovens que participam nessa esfera é entendida como uma transgressão não só vista como desvio, por exemplo, quando associada ao consumo de drogas, como pelo seu sentido crítico, ou por vezes provocador. Os registos nas paredes, os *graffitis*, podem também caracterizar a explicitação das suas identidades, tornando-se legítimo interpretá-los como uma forma de seduzir, de reter quem passa. Constituem, deste modo, uma chamada de atenção para a sua presença e participação activa na sociedade.

A cultura hip-hop no seio juvenil tem representado, mais do que uma ocupação de lazer, formas de manifestação, luta e resistência. Por sua vez, a cultura rap, para além de representar uma ideia de pertença ao espaço global (Fradique, 2003), está também associada à representação da identidade de grupo e de solidariedade, servindo-se muitas vezes da rua como palco da sua manifestação. Neste caso, poderemos entender a rua não como um “não-lugar”, um lugar de passagem sem identificação, segundo a terminologia de Marc Augé (1992), mas sim, será o lugar onde se desenrolam e se constroem os cenários e os significados do quotidiano dos jovens. Um lugar de identificação numa relação de familiaridade tal como se reconhece no título do segundo CD dos Black Company, *Filhos da Rua* (1998).

É esta a afirmação também deixada no disco *Rapensar: Passado, Presente e Futuro*, onde Chulage, no tema “Tu és um Hoe”, reafirma o espaço de expressão do jovem negro do bairro. A rua, o lugar onde o seu senso comum se enriquece nas sociabilidades, desenvolve outros saberes e, com a “arma do rap”, afirma-se em resistência à “opressão” e à “discriminação”.

É na rua k isto eu desenvolvo (hip hop)
N me envolvo
Fora da rua
O amor k ela me dá
À ela devolvo

Para certos grupos juvenis, vários espaços de interacção, sejam passeios, esquinas, ou mesmo proximidades das estações e linhas-férreas, constituem-se em lugares de contexto de identificação pela convivência, pela intimidade e cumplicidade. Os próprios bairros relegados podem ser entendidos como integrando-se em espaços mais amplos através de uma relação de distinção e distanciação entre o centro e a referência ao “nós” e o campo estranho do “outro” (Barbosa, 2006: 109).

Actividades e presença de *rappers* num determinado espaço, não devem ser caracterizadas apenas pela sua prática mas também pela sua carga simbólica. As actividades comuns tais como ocupação dos espaços, na rua, nos passeios, nas esquinas, ou nas estações e percursos ferroviários, constituem-se, sobretudo, em formas de sociabilidades específicas. São representações do espaço como modos de construção de mapas geográficos alternativos (Fradique, 2004: 349).

Nesses espaços, constituem-se trocas simbólicas, um reforçar contínuo dos laços, um investimento nas relações que proporcionarão mais valias afectivas e práticas na constituição das inter-ajudas, na troca de experiências e no reforço da unidade de grupo. Por outro lado, são espaços de afirmação e constante reconstrução cultural, exprimindo uma complexidade criativa e dinâmica. Essas sociabilidades envolvem um saber que se traduz em formas lexicais específicas.

Podemos demonstrar o exemplo dos *grafittis* como forma de apropriação e protecção dos espaços. As inscrições nas paredes são uma manifestação de saber e uma forma de expressão cultural, para além de corresponderem a desejos de comunicação, de exteriorização de saberes, iniciativas e improvisação. Na produção de *grafittis*, segundo José Machado Pais (1993: 181), os jovens dão lugar a formas discursivas de libertação de fantasias reprimidas. Deste modo, para além de registarem a sua presença, estarão a afirmar uma identidade, uma manifestação de sentimentos pessoais ou próprios dos grupos de pertença.

Aquilo que parece ser, segundo a racionalidade dominante, um não aproveitamento do tempo, pode também ser interpretado como uma inscrição e afirmação de identidade (Barbosa, 2006). As sociabilidades em que os *rappers* se envolvem não podem ser apenas interpretadas como fazendo parte de uma cultura periférica em relação à dominante. Embora se constitua, muitas vezes, contra ela, em manifestações reveladas nas expressões estéticas do rap (*grafittis*, ritmo, poesia, vestuário).

O hip-hop tem sido uma das expressões fortes de representação entre os descendentes de cabo-verdianos. De facto, quem visita os bairros de forte concentração de populações de origem africana (e não só), pode observar o impacto que a cultura hip-hop tem no seio dos jovens. Efectivamente, hoje o rap extravasa a condição de ser negro, imigrante e de viver ou não num bairro relegado. Na contemporaneidade atinge todos os grupos sociais e muitos jovens, independentemente da sua origem. Contudo, a sua influência acentua-se nas zonas suburbanas, uma vez que coloca em destaque a memória colectiva da génese da cultura urbana, inerentemente remetida para as condições sociais de exclusão, pobreza, discriminação, xenofobia, etc. Exemplificando a influência da cultura hip-hop, um jovem do bairro do Alto da Cova da Moura refere que se identifica acima de tudo com a cultura hip-hop e com a música rap:

“Eu não sei explicar porquê. Deve ser da cultura jovem, é uma coisa mesmo do bairro; para já o rap nasceu num bairro nos EUA. Se reparares em todos os bairros pobres, mais desfavorecidos, os jovens ouvem o rap porque é uma música que mal ouvem identificam-se logo, porque esse género musical fala daquilo que vivem no momento, de coisas que já viveram. O rap começou a falar da pobreza, de coisas que têm a ver com os pobres, do racismo, do desumanismo, e muitas outras coisas, mas principalmente do racismo, e assim o Rap começou a fortalecer. No fundo, foram os negros que, apesar de ter sido nos EUA que é um país de brancos, mas foi lá num bairro pobre que os negros criaram esse género musical. Tudo isso faz-nos identificar, jovens do bairro, logo com o rap. Isso acontece comigo como com a maioria dos jovens aqui do bairro. Se lhes perguntares qual a primeira música com que se identificam, assim de repente, dir-te-ão que é o rap. Depois é que vem a nossa cultura... como kizomba e funaná, mesmo os brancos aqui do bairro também identificam-se primeiro com o rap. Hoje em dia, todos os bairros denominados de ‘dos negros’, de classe média, dos pobres, sei lá... todos identificam-se com o rap.”

Entrevista realizada no Bairro do Alto da Cova da Moura a 27 de Abril de 2007

Na verdade, falar de bairros relegados implica falar das crianças, adolescentes e jovens que passam o seu dia-a-dia entre a escola, a casa, as associações, pelas ruas, nas esquinas, bares e cafés, pelos bairros, muitas vezes limitados ao estreitamento das relações que se vão constituindo entre os grupos de amizade. São contextos de grande vulnerabilidade e em constante denúncia da desigualdade jurídica, da discriminação social, da hierarquização das culturas e do etnocentrismo cultural. Estas representam características autênticas de um “não-actor em pleno” (Afonso, 1997) uma vez que não possui o poder reivindicativo para o exercício pleno dos seus direitos. Assim, a identificação com o espaço do bairro é, não apenas uma busca das origens, mas também uma procura de satisfação da necessidade de pertencer a uma comunidade, mesmo que os nascidos nesse espaço territorial acabem por se sentir “do lado de fora”. Com efeito, são criadas condições possíveis de condutas de risco, e reforçando a dramatização da insegurança e imagens negativas fomentadas através dos *media*. Com efeito, a difusão da associação generalizada de um estereótipo de jovens negros e um conseqüente “mito do(s) bairro(s)” segundo Cyprien Avenel (2004). O que nos diz Laurent Mucchielli (2002) é que:

“la délinquance juvénile est un fait social, qui évolue au cours de l’histoire d’une société... la délinquance juvénile n’est pas absente d’une société que connaît la grande misère, les pathologies familiales, la disparition de l’interconnaissance et tout début de la société de consommation”

(Mucchielli, 2002: 83-87).

Deste modo, o desvio e a delinquência poderão estar directamente relacionadas a uma tentativa de luta contra uma auto-imagem desvalorizada e de, revalorização da identidade, através de rejeição dos códigos culturais e sociais da sociedade de acolhimento (Monteiro, 1997: 301). A escola aparece como o primeiro cenário revelador desta conflitualidade. Como refere Monteiro: “apesar do papel integrador que assume a escola como agente de aprendizagem das normas vigentes na sociedade receptora e, entre elas, da linguagem como instrumento de compreensão e de comunicação, constata-se um maior fracasso escolar entre os filhos dos imigrantes do que os dos autóctones.” Assim, “o insucesso escolar será seguido de uma insatisfatória inserção profissional e, por conseguinte, de uma experiência de frustração psicológica e de marginalidade social” (Monteiro, 1997: 303).

Tomando com temática central a problemática da imigração no tema “Pretugal”, Chullage revela numa espécie de editorial a condição negra em vários bairros relegados como população inferiorizada e estigmatizada, com um modo de vida descrito de seguinte forma:

Koraçon lá e korpo ká em pretugal
 Mentalmente enkkkarcerados ká em pretugal
 Sem pão, mas kom veneno e armas p’ra morrermos em pretugal
 Segregados p’ra n sermos ninguém em pretugal

É sem dúvida um relato demonstrativo da sua visão sobre a condição negra em Portugal, mas que já tem em si, para além da memória da origem, a articulação à pertença ao espaço territorial português. Não se trata de uma simples reflexão que fundamente a realidade. Pretugal representa a fusão dos termos Preto e Portugal destacando uma apropriação do espaço, numa atitude de afirmação política e de legitimação da ocupação de um espaço social. Teresa Fradique (2004: 347) exemplifica a produção do álbum *Rapublica* (1994) através da dimensão cartográfica ilustrada na

capa do disco, particularmente pertinente para a ideia de variação de escala. Isto é, embora os jovens negros se encontrem num espaço que os remete para uma escala mais alargada, marcado pelos fluxos migratórios (pessoas e bens) diaspóricos e transnacionais, há uma opção dos protagonistas do rap por uma visibilidade pública e afirmação de uma pertença geograficamente localizada (e.g. bairros na margem sul, Amadora, Sintra, Oeiras ou Loures).

Mas Pretugal pode constituir-se num modo de renomeação de um espaço de pertença. Num sentido irónico, a identificação de um espaço associado à condição étnica, pode ser lida como uma estratégia de retórica que vem do sentido de inverter a lógica colonial de comparação e nomeação. Num exemplo bem retratado do contexto de descendentes de imigrantes cabo-verdianos em Lisboa, Mohammed em diálogo com Baldo constata que “*as ruas da nossa infância, as nossas escolas primárias estão aqui e não lá*”. Esta é uma realidade aqui presente neste tipo de reivindicação de pertença a um espaço.

É deste cenário que surge todo um espírito de “censura”, discursos usados e formas de expressão em padrões estéticos, numa receptividade às mensagens provenientes do South Bronx nos Estados Unidos, na identificação e acção por causas que dizem respeito a populações com problemas semelhantes (pobreza suburbana, discriminação e racismo). Por outro lado, como está bem expressa no tema Warria do álbum Rapensar de Chullage, estamos perante uma memória revivida de sofrimento passado e que se estende ao presente retratadas nas situações de segregação, discriminação e exploração. Isto é, esta composição transmite a ideia desenvolvida por Benjamin Stora (1999) da memória histórica pesando sobre o presente das populações migrantes de origem africana. Daí o apelo que encontramos neste tema de Chullage vai de encontro à luta e ao reconhecimento de uma identidade desterritorializada da diáspora africana. Na mesma lógica, deparamos com referências de identificação à ancestralidade negra, como diz o tema “África Terra Mãe” do CD *Ombuto, A Semente* dos Crewcial.

Neste contexto de contestação e crítica emergem vários jovens descrevendo o quotidiano de bairros relegados na Grande Lisboa e os problemas enfrentados pelas populações imigrantes e negras em Portugal. Um bom exemplo encontra-se no álbum colectivo *Rapública* (1994) onde Boss AC num tom corrosivo aponta, em especial, para o sistema democrático e para o racismo.

Vejo nos bairros degradados gente com fome
 Que não come
 Gente que não trabalha e não dorme
 Democracia é um pão para mim e dois para ti
 Mas não foi assim que eu aprendi
 Que bom que seria igualdade entre raças
 Respeitar as diferenças é algo que talvez não faças
 Culturas diferentes devem aprender entre si
 Viver entre si e devem conviver entre si
 Com tanta miséria pra quê que queremos guerra
 Só porque sou negro mandam-me para a minha terra
 Mentalidades tacanhas e ignorantes
 Gente que quer que tudo seja como dantes
 Querem um novo Hitler, um novo Salazar
 Racistas e fascistas para o mundo acabar, não! (...)

Numa produção discográfica mais recente, Chullage em *Rapensar: Passado, Presente, Futuro* (2004) passa uma mensagem irónica através do tema “National Ghetto-graphik” descrevendo os problemas da degradação, pobreza, trabalhos precários, famílias monoparentais, insucesso escolar, delinquência juvenil, discriminação, marginalização social...

Olhos filmam, a mente grava, rima revela
 É a realidade k se agrava em todo o guetto, Arrentela
 (...)
 De perto ou de longe, kualker ângulo, kualker plano eu faço o zoom
 É a realidade dos guettos k akí se resume
 K na eskola n se lê
 N mostra na TV
 Mas só kem n ker é kem n vê (...)

O crioulo como um legado

O crioulo cabo-verdiano é uma presença forte nos bairros de origem africana e está muito evidenciado no rap em Portugal como um modo de expressão que revela a condição identitária híbrida e demonstrativo do peso da ancestralidade negra. Mas também passa, sobretudo, como uma forma de manifestação. Sagas, numa entrevista ao jornal Blitz, exemplifica essa ligação com o crioulo numa postura que vai no sentido da valorização da língua (o crioulo), não com um elemento segregativo, mas sim de diálogo e de aproximação.

Preferir, através do rap, o crioulo (cabo-verdiano), com alternâncias ao *black english* e ao português, corresponderá àquilo que António Contador (1999) denomina de “desterritorialização” da diáspora negra. Ao procurar produzir através do rap quotidiano e activamente as suas próprias normas e expressões culturais, os jovens servem-se do espaço (as ruas do bairro), da música (rap) e da língua (crioulo) como instrumentos da sua actuação. Mas, poder-se-á, por sua vez, entender o movimento hip-hop e a manifestação juvenil nesses meios, também, como um meio de contacto com o exterior dos bairros e com a sociedade no geral, como propostas alternativas para a construção de um entendimento intercultural. Vemos isso explícito no tema “A Verdade” interpretado por Boss AC e Q-Pid, bem como no extracto da entrevista a Sagas no jornal Blitz:

“Utilizo o crioulo não só para quem percebe mas também para os portugueses. O crioulo traz uma cena nova ao hip-hop português. Juntei as duas coisas de uma forma natural, mas também como uma intenção: a de mostrar, de uma maneira positiva, que isto é crioulo. Quero que entendam minha cultura como eu percebi a vossa.”

Porventura, encontramos alguns descendentes mais empenhados em acções cívicas ou formas de actividades de confrontação. A música rap é neste contexto um grande exemplo que faz passar sobretudo através dos *media* a posição reivindicativa e afirmação política de legitimação de um espaço social (o bairro) e o reconhecimento da sua população como agentes na sociedade, mas limitados na sua cidadania. Os descendentes de imigrantes e as populações das zonas onde residem auferem de uma representação estereotipada (negros, suburbanos, estrangeiro...), pela qual através do hip-hop se explora uma especificidade narrativa, estética e expressivamente crítica.

Poderemos citar em produções discográficas referenciais como “Miraflor”, associada ao quotidiano do antigo bairro Pedreira dos Húngaros em Miraflores – Algés, do grupo TWA. Numa escala mais alargada encontramos o já citado trabalho de Chullage *Rapensar: Passado, Presente e Futuro* que descreve o contexto pós-colonial numa profunda análise histórica racial, enfrentando a problemática da alteridade no seio da sociedade portuguesa. Através dessa forma de representação manifesta na música rap poder-se-á detectar tanto os discursos identitários, como a memória diaspórica, sobretudo o enraizamento na ancestralidade negra. Esse espaço pode ser entendido pela fluidez, de contactos, um lugar de emergência de solidariedades em contestações e acções comuns contra formas de exclusão, discriminação, discursos e ideias xenófobos. Simbolicamente, a experiência da diáspora africana representa nesses espaços aquilo que Gilroy (1993) designa por reprodução ou recuperação de memórias. Nessas mutações e contínuas relações desencadeando o desenraizamento, o hibridismo, a criouliização, poderão dar lugar a novas expressões de liberdade, de emancipação, de autonomia e de cidadania.

4. A “memória semântica” dos descendentes de cabo-verdianos e sua participação no batuque

Quando iniciamos o nosso trabalho de campo junto do grupo de batuque “Finka-Pé” (Ramos, 2006), no Bairro Alto da Cova da Moura, deparamo-nos com um objecto de análise incontornável: a presença de descendentes de imigrantes cabo-verdianos como elementos efectivos do grupo.

Por um lado, a reconstituição do batuque fora de Cabo Verde, muito nos deslumbrara pela forma absolutamente extraordinária e remoçada como as senhoras dos “Finka-Pé”, no contexto migratório lisboeta, recuperaram, actualizaram e revitalizaram essa tradição do interior de Santiago, contribuindo assim para o reforço e manutenção da preservação do património cultural cabo-verdiano na Região da Grande Lisboa. Por outro, muito nos entusiasmara e aguçara a nossa curiosidade de perceber os motivos da notória presença e participação nesta arte performativa de algumas jovens, adolescentes e crianças, filhas desses migrantes que nunca avistaram a terra natal dos seus pais.

Em Santiago, o batuque está inextricavelmente ligado “aos ‘ritos de passagem’ – às festas do nascimento, do baptismo e, sobretudo, às cerimónias de casamento, acompanhando por vezes a noite de preparação da noiva” (Peixeira, 2003: 163). Nesses períodos de confraternização e cerimoniais, as mulheres através dos seus cânticos satirizam ou nobilitam pessoas e acontecimentos que marcam o seu quotidiano. Embora o interior de Santiago e Lisboa sejam dois contextos totalmente diferentes, os elementos dos “Finka-Pé” reivindicam as mesmas lógicas das que se praticam em Cabo Verde, ou seja, as suas cantigas têm sempre um cunho pedagógico e lúdico. Em suma, a poética patente nas cantigas dos “Finka-Pé” revelam o batuque como sendo um *locus* de reflexão, resistência e reivindicação (Ramos, 2006: 26).

Na próxima secção deste texto, tentaremos explorar um conjunto de questões que ajudar-nos-ão a compreender a presença e a participação das filhas de imigrantes cabo-verdianos no batuque, tais como: a relevância da casa e da família na prática do batuque; o bairro enquanto espaço

gerador de identificações; a visibilidade do grupo “Finka-Pé” e; por último, a noção de “memória semântica dos descendentes”.

4.1. A família

Com alguma recorrência essas descendentes confidenciavam que a razão que mais lhes motivava para a prática desta arte performativa cabo-verdiana tenha sido o facto de “encontrarem-na em casa”. Durante a nossa estada no Bairro do Alto da Cova da Moura, e nalgumas actuações que acompanhamos deste grupo, pudemos constatar, e logo num primeiro relance, que todas estas jovens descendentes eram filhas, netas ou parentes próximas dos elementos dos “Finka-Pé”. Deste modo, aqui propomos ver a casa, ou melhor ainda o ambiente familiar, como um espaço ou uma força motriz que contribui muito para amplificar o estímulo e o desejo para a prática do batuque. Aliás, a família é uma das agências de socialização mais profícua que existe, ou se quisermos é “normalmente a principal agência de socialização, desde a infância até a adolescência e para além desta – numa sequência que liga as várias gerações” (Giddens, 1997: 99), pois além da reprodução biológica que promove, ela converge para uma forte reprodução social, cultural e identitária. É aí que se enceta e estabelece os primeiros contactos com as “raízes” identitárias de uma determinada comunidade, que são transmitidas e se espraiam através da língua, valores religiosos, hábitos, música, dança, literatura, etc.

Se em Santiago, como observa Horácio Santos (1990), “é a caminho da fonte, na ida às lenhas nos matagais, nas sementeiras, que as moças vão murmurando as cantigas de batuque e *finacon*, das cantadeiras que ouviram no terreiro ou no quintal da casa grande, nas festas de casamento, baptizado ou outra grande função”, na Cova da Moura é dentro de casa que algumas das filhas ou netas desses imigrantes dão os primeiros passos no processo da aprendizagem do batuque. É no ambiente familiar que aprendem a estonteante dança de “da-kutornu”, por vezes, mesmo às escondidas, como nos reportou Romilda, uma destas jovens descendentes. Em suma, como nos ressaltou Isabel, que é membro e uma das fundadoras do grupo, os seus descendentes “*nasceram cá mas encontraram a força do batuque na família*”. Ora, neste sentido, podemos afirmar que a família se vislumbra como a agência por excelência de transmissão dessa arte performativa no contexto migratório lisboeta.

4.2. O bairro

A origem do Bairro do Alto da Cova da Moura remonta ao ano de 1974, porém é a partir de 1976 que, de uma forma mais acentuada, se dá a sua constituição efectiva. Este bairro é composto maioritariamente por cabo-verdianos, e poderá se afigurar como um protótipo acabado da recriação de um certo *modus vivendis* cabo-verdiano no contexto migratório lisboeta. É que este bairro apresenta um conjunto inelidível de especificidades do património cultural e social cabo-verdiano. Claro que não podemos aqui deixar de sublinhar que estando num contexto migratório, este bairro, além de elementos culturais cabo-verdianos, portugueses e de outras

populações migrantes, apresenta também “ a interação social e convivial que é praticada normal e rotineiramente na vida quotidiana das cidades pós-coloniais” (Gilroy, 2007: 75). Aqui, Paul Gilroy põe a tônica na “convivialidade” das urbes europeias, como o mecanismo interpretativo mais viável para a análise das migrações transnacionais, contribuindo assim para que não fiquemos de passos peados com a obsessiva interpretação do pluralismo cultural, ou de estarmos defronte a um mosaico culturalmente fragmentado em análise. Retenhamos também que, a cultura cabo-verdiana é tão pluricultural como qualquer outra, e que a monoculturalidade é uma miragem. Mais ainda, nem queremos subscrever uma definição estanque, essencialista ou naturalista de cultura.

No nosso trabalho de terreno observamos que normalmente o idioma mais usado é a língua cabo-verdiana, o crioulo, o que quase nos impele a dizer que ali – tal como o afamado escritor brasileiro Jorge Amado (*apud* Vasconcelos, 2004: 159) advogara, aquando da sua visita a Cabo Verde – “ a vida decorre em crioulo”. Encontramos também pessoas na rua a *kutchi* (pillar) o milho, crianças e jovens pedindo bênção aos mais velhos na conhecida expressão verbal “Nha dam bençon” ou “Nha rastam”, e ainda pessoas a fabricar o seu *kankan*, que é o tabaco tradicional/caseiro de Cabo Verde. Para além disso, Romilda relatou-nos que durante a sua infância os seus pais sempre lhe mostraram vários aspectos da cultura cabo-verdiana desde: a gastronomia, géneros musicais como a morna, o funaná, o batuque, o ritual do *Cola San Jon*; os contos tradicionais de “Ti Lobo e Chibinho”, as estórias de Nho Puxim, conhecido comediante cabo-verdiano; bem como as estórias dos finados e das feiticeiras, etc.

Ora bem, todo o cenário descrito acima conduz um observador minimamente atento e conhecedor da *mundivivência* cabo-verdiana a um certo e óbvio *déjà vu*. Se quisermos, e apropriando-se do termo “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1983), na Cova da Moura estamos perante a projecção e reprodução de uma comunidade cabo-verdiana “imaginada e vivenciada”, que fora forjada através de laços e espaços tangíveis e intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência da interação com a comunidade “real”. Em suma, essa tenaz preservação da integridade cultural, e a reprodução de um certo *modus vivendi* e de certas “raízes” cabo-verdianas fez com que essas descendentes crescessem numa atmosfera preñe de similitudes ou afinidades com o torrão dos seus pais, o que concorreu, por outro lado, para que elas valorizassem e identificassem muito com as tradições e valores que lhes foram transmitidas, especialmente o de livre e autonomamente praticarem e perpetuarem com todo o desvelo o batuque na capital portuguesa.

4.3. A visibilidade pública do grupo “Finka-Pé”

O grupo “Finka-Pé” nasceu no ano de 1988, no âmbito das actividades desenvolvidas pela Associação Cultural Moinho da Juventude. No entanto, é de notar que antes desta data o batuque era praticado nas vésperas de casamentos e baptizados, mas a sua organização e a institucionalização advieram com o apoio dessa associação local.

No ano genesíaco dos “Finka-Pé”, as performances decorriam exclusivamente no bairro, porém a primeira actuação fora da Cova da Moura foi realizada, em 1989, na Damaia, aquando da inauguração do “Centro Cultural 5 de Julho”, sendo que a assistência era maioritariamente cabo-verdiana. Por outro lado, a primeira actuação dirigida ao “grande público” teve lugar no Chapitô, em Outubro de 1990, cujo tema alusivo fora “Viver África num Outono em Lisboa”. As performances do grupo ganharam nobilitação e notoriedade pública, e perante a inquestionável qualidade artística do grupo surgiram vários convites para actuarem fora do bairro e do país. Desde a sua fundação os “Finka-Pé” já actuaram em centenas de actividades de norte a sul do país, em diversas salas de espectáculos, em quase todas as cidades, autarquias, escolas secundárias, universidades (Aula Magna da Universidade de Lisboa, por exemplo), mas é de destacar as seguintes participações: no Chapitô; Expo 92 Sevilha, Expo 98 Lisboa; CCB; ida a Bélgica, a convite das lojas do comércio justo, sendo recebidas pelo Rei da Bélgica; ida a Cabo Verde em 1996; gravações para TV Globo, BBC, para uma TV alemã, documentários e programas da RTP2 e RTP1; participação nos CDs de Rui Júnior “Ó Tambor” (1996) e de General D “Portukkkal É Um Erro” (1994); e o programa encontros ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian (1991).

Estas actuações e a conseqüente visibilidade pública que o grupo foi logrando fazem-nos sugerir que performances tradicionais, como o batuque, possuem um incontestável reconhecimento cultural e social. Como realçou Goodlieve Meersschaert, este prestigioso reconhecimento outorgado não só pelos *media*, promotores e associações artísticas, mas também pelos habitantes do bairro e público em geral “fora de grande estímulo para o grupo, assim como deu uma outra visão aos seus descendentes, pois eles passaram a valorizar e a orgulhar mais ainda da cultura do país de origem dos seus pais”.

Para além da associação Moinho da Juventude, associações como Khapaz e Encontros muito têm feito no sentido de se transmitir uma outra imagem do africano e da história da “cultura negra” e suas tradições entre os descendentes de africanos, pois, para estes, os manuais escolares normalmente representam a história de África e o “homem negro” de uma forma pouco prestigiante, e por vezes, tacitamente depreciativa.

4.4. A memória semântica dos descendentes

A temática da *memória semântica* ganhou nos últimos anos algum destaque no ramo da antropologia das religiões. Sirva de exemplo os trabalhos de Harvey Whitehouse (2000; 2004) que visam estudar a memória como um instrumento essencial na transmissão religiosa, ou seja, como é que através da memória os rituais e as crenças são transmitidos de geração em geração.

Segundo Whitehouse, há basicamente dois tipos de memória: a implícita e a explícita. A memória implícita “deals with things we know without being aware of knowing” (Whitehouse, 2004: 65): o autor sugere-nos o exemplo de guiar uma bicicleta. Já a memória explícita “deals with things we know at a conscious level” (2004: 65). Esta última encontra-se subdividida em dois tipos:

memória *a curto prazo* e a memória *a longo prazo*. O primeiro caracteriza-se pela sua brevidade, ou seja, permite-nos guardar conceitos, ideias ou informações por um curto período de tempo. Whitehouse apresenta-nos o caso do registo de um número de telefone, em que existe um *timing* suficiente para o escrevermos antes de nos esquecermos dele. O segundo torna-nos capazes de guardar informações durante horas ou por toda a vida. Por fim, *memória a longo prazo* divide-se em dois tópicos: *memória semântica* e *memória episódica*. De acordo com Whitehouse, a *memória semântica* consiste no conhecimento geral que temos do mundo, dando como exemplos saber comportar-se num restaurante ou saber qual a capital de França. Por sua vez, a *memória episódica* ou *biográfica* consiste em eventos específicos da nossa experiência de vida, como o nosso primeiro beijo. De seguida, abordaremos como é que essa memória semântica é alimentada entre os descendentes de cabo-verdianos.

Como vimos anteriormente, o ambiente familiar e o bairro são dois espaços de assaz estimulação para a prática do batuque entre as jovens descendentes. Nesses espaços, os imigrantes cabo-verdianos transmitem um conjunto de noções e sentimentos à sua descendência, que ajudam muito a reforçar a adesão e identificação das jovens “batukaderas” ao batuque. Na verdade, para a maior parte dos jovens descendentes em Portugal, Cabo Verde permanece como uma terra ignota. Todavia, muitos deles demonstram um forte sentimento de pertença ao arquipélago, mesmo sem o conhecer. Aqui propomos que este sentimento de pertença é insuflado, em larga medida, pela memória semântica dos descendentes, isto é, muitos deles, apesar de nunca terem visitado Cabo Verde têm, em parte, uma determinada memória “vivenciada” da terra de origem dos seus pais. Esta memória é, por sua vez, estimulada pelos sentimentos de nostalgia ou narrativas de “sodade” e por determinadas práticas performativas. Estas narrativas, posteriormente, desenvolvem neles certas noções, como as que Nina Glick Schiller (*apud Wessendorf, 2007: 1090*) denominara de “ways of being” e “ways of becoming” transnacionais. A primeira noção diz respeito às relações sociais, e a segunda, remete-nos para um conjunto de conexões emocionais ao país de origem dos imigrantes.

À medida que redigíamos este texto encontramos um eco especial numa instigante etnografia de Susanne Wessendorf (2007). Ela convida-nos a uma incursão ao conceito “roots migration” para descrever o retorno à Itália de italianos e seus filhos que nasceram e cresceram na Suíça. Para a migração desses descendentes tivera uma poderosa ressonância as noções de “raízes” e pertença à pátria italiana, que lhes foram transmitidas pelos pais e, reificadas pela nostalgia e o sonho de regresso.

Da mesma forma, para muitos descendentes de cabo-verdianos em Lisboa, a noção de pertença à pátria cabo-verdiana tem muito a ver, por um lado, com situações de exclusão e de discriminação social, aduzidas nas secções anteriores, e, por outro, com um conjunto de valores e nostalgias transmitidas que desaguam em narrativas de pertença, na qual a pátria (cabo-verdiana) é construída como o espaço ideal (*idem: 1089*). Esse Cabo Verde idílico e essa “forma transnacional de ser-se cabo-verdiano” são, sem dúvida, sustentados pelas redes de sociabilidade em jogo que se proliferaram com os grupos e actividades associativas, como as produções culturais, desde a música, gastronomia e literatura. Em suma, este conjunto de práticas performativas ajudaram a

criar uma consciência de pertença, e a sua consequente celebração, no seio dos imigrantes cabo-verdianos e seus filhos, é garantida pelas narrativas de “sodade” da terra mãe.

Voltemos, pois, ao enfoque desta secção para concluir que as jovens descendentes, membros dos “Finka-Pé”, através dos valores e raízes cabo-verdianas transmitidas pela família, bem como através das afinidades entre o bairro e a pátria dos seus pais e dos relatos de “sodade” adquirem uma “memória semântica” de Cabo Verde, “vivenciando” assim um “Cabo Verde transnacionalizado” e suas tradições. Desta forma, sem terem de preterir ou esquecer as suas raízes, elas assumem o batuque como algo que lhes pertence, e com o qual se identificam muito.

5. Conclusão

Diríamos sem pestanejar que a cultura hip-hop ou “a CNN do gueto”, como lhe apodara o rapper norte-americano Chuck D dos “Public Enemy”, é o produto cultural juvenil transnacional mais eloquente no mundo actual, de Bronx a Nairobi, de Londres a Lisboa. Ela, como vimos ao longo deste texto, dá voz a um conjunto de discursos identitários de auto-afirmação pessoal e de grupo num quadro de reivindicação em busca de uma “cidadania plena”, onde tenta-se fugir à discriminação e exclusão a que são, muitas vezes, confinados os descendentes de imigrantes.

Porém, como sublinha Paul Gilroy (2007: 172), há uma relutância em analisar o racismo e a exclusão, e muitos intelectuais e políticos querem fazer do racismo um assunto trivial e insignificante. Mas, é aí que reside o ponto nevrálgico, pois o racismo e a exclusão barraram a cidadania autêntica e válida (Gilroy, 2007). E, para galgarmos essa percepção é necessário remontarmos à história do racismo e a consagração da hierarquia racial, altamente alimentada por alguns dos “expoentes máximos” da intelectualidade ocidental desde Aristóteles a Heródoto, de Plínio-o-Velho, Hume, Voltaire a Kant, às teorias racistas e eugénicas de Joseph Gobineau que muito concorreram para uma certa cristalização dessa hierarquia, onde o “homem negro” era destituído de qualidades humanas. Segundo Gilroy (2007: 177), este facto contribuiu para que na Europa a cidadania fosse distribuída de uma forma desigual. Neste âmbito, muitos dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos, excluídos social e economicamente procuram, através dos seus “beats”, rimas e *graffiti*, promover um conjunto de acções cívicas e reivindicações de injustiça social paradigmaticamente ilustrada no “National Guettographik” de Chullage, bem como procuram o reconhecimento de uma “identidade desterritorializada”.

A prática do batuque pelas jovens descendentes, com o seu cunho reflexivo e interventivo, inscreve-se também nas formas transnacionais de pertença, e na luta pelo reconhecimento das identidades de fronteira ou *in-between* (Bhabha, 1998). Pensa-se que a diferença cultural é incompatível com os cânones do Estado-Nação, e busca-se na obsessiva assimilação a solução para uma “verdadeira integração”, pois há uma assunção de que a “não-assimilação” pode representar uma ameaça à coesão interna (Asad, 2000: 474). Mas Talal Asad refutando esta assunção sugere: “what is crucial for government is not homogeneity versus difference as such

but its authority to define crucial homogeneities and differences” (Asad, 2000: 475). Existirão outras alternativas para ultrapassarmos essas aparentes aporias? Acreditamos que sim. Entre algumas, Kwame Appiah (1998) apresenta-nos o caminho do “patriotismo cosmopolita”, onde as peculiaridades culturais trazidas conviveriam com os valores e tradições da sociedade de acolhimento, e se respeitaria a autonomia individual. Appiah (1998: 16) remata afirmando que devemos tratar decentemente as pessoas de outras culturas e tradições não *apesar de* nossas diferenças mas *através delas*.

Deste modo, tanto a cultura hip-hop como a prática do batuque, entre os jovens descendentes de cabo-verdianos, se apresentam como formas de expressividade de uma determinada *mundi-vivência* que deve ser reconhecida, respeitada e aceite, não como algo que provoque contradições e ameaça a coesão interna, mas que surge na decorrência de processos das migrações transnacionais, onde a montante determinadas comunidades, como as africanas, foram excluídas da cidadania, no processo de construção do Estado-Nação.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, Sofia Isabel Coelho (1997), *A Segunda Geração e o Regresso – A geografia do actor de fronteira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres, Verso.
- APPIAH, Kwame Anthony (1998), “Patriotas Cosmopolitas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, pp. 1-19.
- ARENA, Joaquim (2006), *A verdade de Chindo Luz*. Dafundo, Oficina do Livro.
- ASAD, T. (1990), “Multiculturalism and the British identity in the wake of the Rushdie Affair”, *Politics and Society*, n.º 18, pp. 455-480.
- AUGÉ, Marc (1992), *Non-Lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris, Éditions du Seuil.
- AVENEL, Cyprien (2004), *Sociologie des “Quartiers Sensibles”*. Paris, Armand Colin.
- BARBOSA, Carlos Elias (2006), *Vozes e Olhares de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- BHABHA, Homi (1994), *The Location of Culture*. London, Routledge.
- BHABHA, Homi (1998), “Culture’s in-between”, in David Bennett (Ed.), *Multicultural states: rethinking difference and identity*. London and New York, Routledge.
- BLOCH, Maurice (2004), “Memory”, in BARNARD, Allan and SPENCER, Jonathan (Eds.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London and New York, Routledge, pp. 361-363.
- CALDEIRA, Isabel (1993), “O afro-americano e o cabo-verdiano: Identidade étnica e identidade nacional”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento, pp. 592-627.
- CONCORDA, António Contador (1999), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- COSTA, A. Bruto da (1998), “Exclusão Social”, *Cadernos Demográficos*, Fracturas, 2.

- FRADIQUE, Teresa (2003), *Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FRADIQUE, Teresa (2004), “Escalas de Prática e Representação: A música RAP enquanto projecto de imaginação espacial”, in PAIS, José Machado *et al.* (coords.), *Sonoridades Luso-Afro-Brasileiras*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 335-355.
- GIDDENS, Anthony (1997), *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILROY, Paul (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Harvard UP.
- GILROY, Paul (2007), “Multicultura e convivialidade na Europa pós-colonial”, in A.A.V.V., *A Urgência da Teoria*. Lisboa, Tinta da China, pp. 167-188.
- GROSSBERG, Lawrence (1996), “Identity and culture studies: Is that all there is?” in HALL, Stuart and GAY, Paul du (Eds.), *Questions of cultural identity*. London, Sage Publications, pp. 87-107.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (2004). *Os filhos de África em Portugal: Antropologia Multiculturalidade e Educação*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS.
- HESSE, B. and SAYYID, S. (2006), “Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary”, in ALI, N. *et al.*, (Eds.), *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London, Hurst & Company, pp. 13-31.
- MALHEIROS, Jorge M. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MAMDANI, Mahmood (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton University Press.
- MARTINS, Vasco (1994), “Breve aproximação da Música Tradicional Cabo-verdiana”, *Revista da Sociedade Portuguesa de Autores*, pp. 36-39.
- MCGREW, A. (Org.) (1997), *The transformation of democracy?* Cambridge: Polity Press, pp. 1-24.
- MONTEIRO, César Augusto (1997), *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica. O caso da Itália*. São Vicente, Gráfica do Mindelo, Lda.
- MUCCHELLI, Laurent (2002), *Violences et insécurité*. Paris, Éditions la Découverte.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado e BLASS, Leila Maria (2004), “Introdução”, in PAIS, José Machado e BLASS, Leila Maria (coords.), *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa (2003), *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sócio cultura*. Lisboa, Colibri.
- RAMOS, Max Ruben Tavares de P. (2006), *Uma reflexão antropológica sobre a prática do batuque no contexto migratório lisboeta*. Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Policopiado).
- RIBEIRO, José da Silva (2000), *Colá San Jon, Oh que sabe! As imagens, as palavras ditas e a escrita de uma experiência ritual e social*. Biblioteca das Ciências do Homem, Lisboa, Edições Afrontamento: Ministério da Informação e Cultura de Cabo Verde.
- SAINT-MAURICE, Ana (1997), *Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- SALGUEIRO, Teresa Barata *et al.*, (1997), *Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa*. Relatório de Projecto, Centro de Estudos Geográficos (não publicado).

- SANTOS, Horácio (1990), “Batuque finaçon”. Associação Cultural Moinho da Juventude.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Edições Afrontamento, pp. 119-137.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e inter-identidade”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto, Afrontamento, pp. 211-255.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006b), “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto, Afrontamento, pp. 295-316.
- SAYYID, S. (2006), “Introduction: BrAsians, postcolonial people, ironic citizens”, in ALI, N. *et al.*, *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London, Hurst & Company, pp. 1-10.
- STORA, Benjamin (1999), *Le transfert d'une mémoire*. Paris, Éditions la Découverte.
- VASCONCELOS, João (2004), “Espíritos Lusófonos numa ilha crioula”, in CARVALHO, Clara e CABRAL, João de Pina (Orgs.), *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WESSENDORF, S. (2007), “Roots migrants’: transnationalism and return among second generation Italians in Switzerland”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 33, n.º 7, pp. 1083-1102.
- WHITEHOUSE, Harvey (2000), *Arguments and Icons: divergent modes of religiosity*. Oxford, Oxford University Press.
- WHITEHOUSE, Harvey (2004), *Modes of Religiosity: a cognitive theory of religious transmission*. Walnut Creek, CA, AltaMira Press.

X

A DIÁSPORA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO: OS PONTOS DE CONTACTO ENTRE A EMIGRAÇÃO E A POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA

KÁTIA CARDOSO
 Centro de Estudos Sociais
 Universidade de Coimbra

“A descoincidência entre o nosso espaço de soberania, de territorialidade estatal (dez ilhas e 4033 km²) e o nacional (as ilhas e a diáspora) propende o Estado a uma acção de geometria variável, nem sempre assente na noção tradicional de soberania”.

(Silva, 2001: 26)

Desde a sua independência Cabo Verde tem conduzido uma política externa subsidiária do desenvolvimento, política essa qualificada como pragmática. A assinatura de um acordo de parceria especial com a União Europeia, bem como a saída do país do grupo de Países Menos Avançados (PMA), são as duas mais recentes “conquistas” de Cabo Verde, um pequeno Estado insular cujas principais fontes de desenvolvimento são exógenas: ajuda internacional e emigrantes/emigração.

Neste artigo aborda-se a relação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana, visando-se um duplo objectivo: por um lado, perceber em que medida a relevância da emigração presente nos discursos e programas de governo tem correspondência a nível da implementação de políticas propiciadoras de uma participação activa dos emigrantes quer em Cabo Verde, quer nos países de acolhimento; e por outro lado, analisar de forma genérica a problemática do *lobby* no seio da diáspora cabo-verdiana.

O ponto de partida

Pode um país com uma população expatriada superior à população residente ser alheio a este facto? Em que medida incorpora tal característica na definição da sua política externa e, em última instância, na sua concepção enquanto Estado? Existe correspondência entre a importância atribuída à emigração nos discursos e nos documentos oficiais e a prática, (nomeadamente a disponibilização de meios institucionais e financeiros)?

Foram estas as principais interrogações que nortearam a investigação por detrás deste artigo⁹², no qual pretendo – consciente do seu viés “oficialista” e da ausência da voz e da versão dos emigrantes, e do não aprofundamento de questões centrais – analisar, por um lado, o lugar da

⁹² Este artigo baseia-se no trabalho realizado no âmbito da minha tese de mestrado em Estudos Africanos, intitulada “Diáspora, a décima primeira ilha de Cabo Verde: a relação entre emigração e política externa cabo-verdiana” e defendida em 2004 no ISCTE. Tratou-se de uma investigação qualitativa, tendo como principal

emigração na política externa cabo-verdiana, destacando os mecanismos de protecção legais e institucionais que o governo cabo-verdiano tem criado em prol da defesa do emigrante e da sua integração⁹³ eficaz, quer no país de origem quer no país que o recebe, e, por outro lado, numa lógica inversa, trazer uma breve reflexão em torno da importância do *lobby* dos emigrantes para o desenvolvimento de Cabo Verde.

1. O governo e a protecção do emigrante cabo-verdiano

A defesa do emigrante pressupõe a existência de acordos diversos, regulamentando as condições de trabalho, os seus direitos e deveres civis e sociais, o regime dos seus bens, etc. Porém, implica também a existência de estruturas de representação diplomática no exterior que apoiem os emigrantes no cumprimento das formalidades que lhes são exigidas, os oriente e os informe, os represente e defenda junto das autoridades do país de acolhimento.

1.1. O quadro institucional

Cabo Verde tem celebrado, no pós-1975, acordos gerais de emigração e no âmbito mais específico acordos de segurança social com vários países, bem como acordos multilaterais, designadamente no quadro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da OIM (Organização Internacional das Migrações).

A independência de Cabo Verde viria a juntar ao conjunto dos desafios internos do país, a necessidade de defesa do emigrante, na medida em que, na qualidade de cidadão nacional de um país politicamente independente, ele estaria desligado de qualquer compromisso legal com o Estado Português. Esta foi uma árdua tarefa, porquanto exigiu recursos financeiros e humanos importantes, com a agravante de coincidir no tempo, com a situação de crise económica mundial (1973), com repercussões no campo do trabalho, tendo como consequência imediata, para a emigração, o desemprego, a suspensão ou limitação das correntes emigratórias e o ensaio de medidas de incentivo ao regresso dos emigrantes ao país de origem.

É neste sentido que nos primeiros anos a seguir à independência, foi criado um departamento estatal destinado aos assuntos da emigração, a *Direcção Geral de Emigração e Serviços Consulares*, integrado na estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1984 foi instituído o *Instituto de Apoio ao Emigrante* (IAPE)⁹⁴, com o objectivo de fazer a ponte entre o emigrante e

metodologia de recolha entrevistas semi-estruturadas realizadas (entre 17 de Janeiro e 11 de Março de 2003) a ministros dos Negócios Estrangeiros, responsáveis pelos departamentos de política externa, assuntos consulares e gabinete de estudos dentro desse ministério, bem como ao presidente do Instituto das Comunidades e às embaixadas cabo-verdianas em Portugal e nos EUA.

⁹³ Conceito crescentemente criticado e que levanta questões várias (por exemplo, que factores aferem a integração num determinado país? Até que ponto não significa a anulação das características sócio-culturais, linguísticas específicas das comunidades emigradas?) mas que não será, neste artigo, alvo de problematização.

⁹⁴ Através do Decreto n.º 107/84, que depois foi alterado pelo Decreto n.º 133/87, de 12 de Dezembro de 1987.

os organismos estatais, serviços públicos e privados e manter o emigrante ligado a Cabo Verde. No plano externo, o governo tomou medidas no sentido de garantir representação diplomática e apoio consular aos emigrantes. Ao nível interno criou condições que facilitassem o melhor enquadramento possível dos emigrantes, aquando do seu regresso temporário, em férias, ou do seu retorno definitivo.

O IAPE viria a ser substituído, em 2001⁹⁵ pelo *Instituto das Comunidades* (IC), uma entidade que actua na mesma linha do seu antecessor, isto é, na promoção e execução das políticas dirigidas à diáspora cabo-verdiana. Este organismo pretende ser uma porta do governo, aberta para as comunidades cabo-verdianas no exterior, funcionando sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Tem também como atribuições o apoio à integração dos emigrantes nos países de acolhimento e a sua relação com Cabo Verde. Em termos orgânicos o IC possui um Presidente, um Conselho de Administração e um Conselho Consultivo. O Presidente do Instituto é, por inerência deste cargo, o Director Executivo do *Fundo de Solidariedade das Comunidades* (FSC), que conta também com um Conselho Administrativo. Este Fundo foi instituído a pensar nas carências por que têm passado os emigrantes, principalmente no continente africano e nos óbices de integração que enfrentam nos países de acolhimento, a nível geral. Considerado pelos responsáveis pelo sector da emigração como uma necessidade premente para comunidades que chegam a sofrer as privações mais básicas, o Fundo é apontado, por alguns, como uma medida assistencialista⁹⁶.

Para Álvaro Apolo, o Instituto das Comunidades representou uma grande viragem na abordagem da problemática da emigração, visto que *“foi criado para um olhar mais para fora do que para dentro”*, adaptando-se às novas exigências dos emigrantes. Em comparação com a entidade anterior, avalia da seguinte forma o Instituto que preside: *“(...) já somos visíveis a nível da África; a nível da Europa e da América. A nossa actuação tem de ser diferente, não pode ter aquele carácter assistencial como estamos a ter em África, mas temos que privilegiar a componente de informação, a componente cultural também, a componente de ligação a Cabo Verde e a componente do investimento externo, captação do investimento do emigrante”*⁹⁷.

O Instituto das Comunidades pretende, assim, funcionar em parceria com as várias entidades ligadas à emigração, como a Direcção Geral dos Assuntos Consulares, Embaixadas e Consulados, Municípios, ONG e outras organizações e ser uma peça fundamental na coordenação de toda a problemática da emigração.

⁹⁵ Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 64/2001, de 3 de Setembro.

⁹⁶ Na opinião de José Agnelo Sanches, consultor e então administrador da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL, o Fundo das Comunidades tem mais vocação assistencial do que promocional. Tal facto é, no seu entender, negativo para as comunidades, visto que desta forma não desenvolvem a sua capacidade empreendedora e criativa (Entrevista, 2003).

⁹⁷ Entrevista realizada em 2003.

1.2. O quadro legal: a diáspora nas leis e nos programas de governo

Em termos do quadro legal, a emigração merece honras constitucionais, ou seja, são vários os artigos da Constituição Nacional que expressamente versam sobre a emigração, mais concretamente sobre os direitos e deveres dos emigrantes.

O Artigo 7.º, alínea g, postula que é uma das tarefas fundamentais do Estado: “*Apoiar a comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo e promover no seu seio a preservação e o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana*”⁹⁸. Deste artigo infere-se que os emigrantes são considerados veículo preeminente da divulgação da cultura cabo-verdiana. À luz do Artigo 78.º, alínea e) os emigrantes têm o direito à cultura e incumbe ao Estado “*promover a participação dos emigrantes na vida cultural do país e a difusão da cultura nacional no seio das comunidades cabo-verdianas emigradas*”. De acordo com este artigo, a diáspora é um canal privilegiado para a promoção da cabo-verdianidade no mundo.

É no Artigo 22.º, n.º 2 que se refere explicitamente aos emigrantes como cidadãos cabo-verdianos de pleno direito: “*Os cidadãos cabo-verdianos que residam ou se encontrem no estrangeiro gozam dos direitos, liberdades e garantias e estão sujeitos aos deveres constitucionalmente consagrados que não sejam incompatíveis com a sua ausência do território nacional*”. No rol dos direitos, liberdades e garantias, neste caso individuais, encontra-se salvaguardada, no Artigo 50.º, a liberdade de deslocação e de emigração: “*Todo o cidadão tem o direito de sair e entrar livremente no território nacional, bem como o de emigrar*”.

Para além dos direitos supracitados, os emigrantes podem participar (isto é, elegendo e sendo eleitos), nas eleições legislativas e presidenciais e, deste modo, juntar ao grande contributo económico que dão ao país, através do envio das remessas, a sua contribuição política. Todavia, apesar desta prerrogativa legal, a participação efectiva nas eleições em Cabo Verde, bem como nos países onde residem, tem sido fraca; para tal concorrem vários factores, entre os quais se destaca a falta de informação e as dificuldades burocráticas. Barros considera que a Constituição, aprovada a 25 de Setembro de 1992 e revista a 23 de Novembro de 1999, é “um dos mecanismos através do qual se estruturou e se completou a integração dos emigrantes no sistema político” (Barros, 2000: 125-126).

No Artigo 5.º da Constituição vemos reconhecido aos cabo-verdianos o direito à dupla nacionalidade, o que revela que o Estado de Cabo Verde quer contar com os emigrantes como “cidadãos de primeira”. Também, no que respeita à *Lei de Nacionalidade*, ela veio trazer duas grandes inovações essenciais para o reconhecimento dos emigrantes como cidadãos cabo-verdianos de pleno direito. Por um lado, a possibilidade dos filhos dos emigrantes, nascidos no estrangeiro adquirirem a nacionalidade cabo-verdiana. Por outro lado, a hipótese de aqueles cidadãos que tenham perdido a nacionalidade voltarem a obtê-la, caso o desejem (terão, para tal, de residir em Cabo Verde durante um período de seis meses). Deste modo, grande parte da diáspora viu reconhecida e

⁹⁸ Todas as citações de artigos da Constituição Cabo-Verdiana foram feitas a partir do livro de ALMEIDA, Geraldo de Cruz e LISBOA, Solange Ramos (2000), “*Constituição da República Cabo-Verdiana*” Praia: Livraria Saber, Lda.

protegida *de jure* a sua condição *de facto* de cidadãos plurais, isto é, de cidadãos que se identificam com o seu país de origem, onde têm as suas raízes e onde querem acompanhar a vida social, política, cultural, etc., mas que, simultaneamente, fazem parte integrante das sociedades de acolhimento.

São vários os exemplos que ilustram a *decalage* entre o que está definido na lei e a sua aplicação na prática. No caso concreto da emigração, verificámos que para além de estar consagrada na *Carta Constitucional*, tem sido item obrigatório dos vários Programas de Governo, desde a existência de Cabo Verde enquanto Estado independente. Até que ponto esta relevância tem tido correspondência prática?

Os dirigentes políticos cabo-verdianos cedo perceberam o papel crucial que os emigrantes podiam desempenhar na tão desejada “Reconstrução Nacional”. Os cabo-verdianos na diáspora foram alvos preferenciais de toda a mobilização do PAIGC (depois PAICV)⁹⁹, em prol da independência do arquipélago. Assim, no programa de governo de 1981-1985 lemos:

“O nosso Governo, ciente do papel que cabe aos nossos emigrantes na Reconstrução Nacional, criará as condições necessárias à atracção das suas poupanças e sua conseqüente aplicação em sectores produtivos da vida nacional, através da livre iniciativa de cada um ou da participação em sociedades mistas”.

Para que tal objectivo fosse cumprido, os emigrantes precisavam de ver preenchidos alguns requisitos que tinham que ver com a existência de condições para a sua integração no país de residência e para a sua participação socioeconómica em Cabo Verde. É neste contexto que o Governo de 1981-1985 declarou que envidaria todos os esforços para a abertura de postos consulares, e que, a nível interno, instituiria um organismo que coordenasse a problemática da emigração e auxiliasse o emigrante na sua relação com Cabo Verde, nomeadamente, em relação à aplicação das suas poupanças, ou mesmo sobre os procedimentos em caso de retorno.

No Programa seguinte (1986-1990), o governo faz referência aos efeitos positivos da emigração, principalmente, ao peso das remessas na Balança de Pagamentos (de 1980 a 1984 as remessas significaram 35 a 55% do saldo da balança comercial). Pretendendo alargar o leque de tais efeitos, o governo apelava ao investimento nos sectores da indústria, pesca, construção civil, assim como no sector terciário (comércio e turismo).

Depois de quinze anos de monopartidarismo, em 1991, Cabo Verde entra na vaga da democratização e leva a cabo uma série de reformas, a nível político e económico, indo de encontro a um consenso internacional em torno da democracia como sistema de governo e do liberalismo como modelo económico. A problemática da emigração não ficou de fora desta transição. Os emigrantes foram incentivados a participar activamente nesta nova fase da sociedade cabo-verdiana.

Os governos do Movimento Para a Democracia (MPD) (partido que ganhou as primeiras eleições multipartidárias) perspectivaram também algumas mudanças institucionais, como por exemplo, a

⁹⁹ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, que depois passou a designar-se, em Cabo Verde, por Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

alteração dos estatutos do IAPE e a criação de um Conselho das Comunidades, um órgão consultivo, “(...) um fórum privilegiado de comunicação entre comunidades residentes nos diferentes países e um parceiro fundamental do Estado em tudo o que respeite a políticas específicas dirigidas à diáspora” (Programa de Governo 1995-2000). Foi de igual modo reconhecida a importância dos cabo-verdianos na diáspora estarem a par do que acontece no país, através de notícias actualizadas e serem também tema de programas dos vários órgãos da comunicação social. Assim, o governo considerou prioritário o desenvolvimento de um “serviço adequado de informação (a mais completa, pluralista e actualizada possível)” (Programa de Governo 1995-2000). Actualmente, a Internet (quer através dos jornais *on-line*, quer através das conversas virtuais) desempenha de forma crescente a função de ponte entre os cabo-verdianos no país e nas “ilhas exteriores”.

Começou a ser cada vez mais evidente que convinha ao país conhecer a sua diáspora, e é neste âmbito que o Estado cabo-verdiano, mais concretamente, o governo que elaborou o programa em questão, comprometeu-se a “realizar, incentivar, promover e apoiar estudos estratégicos e pesquisa sobre a emigração e as comunidades cabo-verdianas no exterior e sobre o fenómeno das migrações” (Programa de Governo 1995-2000). O Programa para a VI Legislatura (2001-2005) reconhece a integração das “comunidades no todo nacional como um imperativo da cabo-verdianidade” (Programa de Governo).

A emigração cabo-verdiana, parte integrante da Nação, deve ser encarada não apenas numa perspectiva global do desenvolvimento económico do país, reservando-lhe um espaço de participação e de coexistência com os demais cidadãos, mas também enquanto agente importante para o enriquecimento e divulgação do (nosso)¹⁰⁰ património sociocultural no efectivo exercício do seu direito de cidadania (Programa de Governo 2000-2005).

O actual programa de governo (2006-2011) considera as comunidades emigradas como “parte incontornável da nação global cabo-verdiana”, propondo várias medidas das quais destaco as seguintes:

(...) o reforço da ligação a Cabo Verde das comunidades no exterior, para que se identifiquem cada vez mais com os valores da cultura cabo-verdiana, dando especial atenção às novas gerações; Continuar a incentivar e apoiar iniciativas empresariais das comunidades cabo-verdianas em Cabo Verde, prestando-se particular atenção à melhoria e clarificação do quadro de incentivos, dentro de uma política global e coerente de promoção de investimentos; Garantir, no quadro da implementação e funcionamento das Casas do Cidadão e das Casas de Direito, tratamento adequado à especificidade da demanda do emigrante, em particular no que respeita a habitação, direito de propriedade e actividade económica.

Programa de Governo 2006-2011.

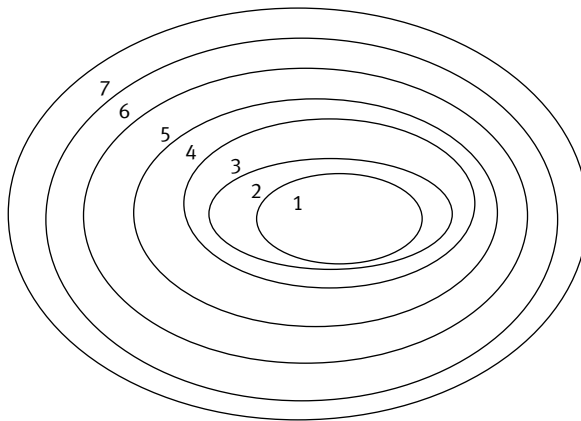
Em suma, depreende-se uma clara evolução nas medidas dirigidas à emigração. As vertentes de protecção consular, incentivo ao envio de remessas, melhoria das condições em caso de retorno, mantiveram-se, surgindo novos focos de atenção, designadamente, a problemática da “segunda geração”, o incentivo à participação dos quadros da diáspora no associativismo,

¹⁰⁰ O parêntesis é meu.

nomeadamente através, do *lobby* que as organizações e os grupos podem fazer a favor do país. O diagrama seguinte resume e esquematiza essa expansão:

FIGURA 10.1

Expansão das medidas vis-à-vis a emigração



Legenda

- 1 – Abertura de representações consulares.
- 2 – Assinatura de acordos gerais de emigração e de segurança social.
- 3 – Incentivo ao envio de remessas.
- 4 – Criação de um organismo (em constante adaptação) coordenador.
- 5 – Incentivo à participação política (importância da informação).
- 6 – Apelo ao associativismo e ao conseqüente *lobby*.
- 7 – Protecção e assistência às comunidades mais carenciadas.

Analisando a figura, importa referir que as medidas tomadas posteriormente (como por exemplo, o apelo ao associativismo e ao conseqüente *lobby*) não implicam a eliminação das anteriores, isto é, não significa que já estejam totalmente consolidadas. Por outras palavras, o facto do governo de Cabo Verde ter atingido os “anéis” 6 e 7, não significa que tenha “abandonado” os “anéis” 2 e 3. Ou seja, a assinatura de acordos e o incentivo ao envio de remessas continuam a ser medidas (necessárias) levadas a cabo pelos governos, em torno da emigração.

1.3. Entre as medidas e a sua concretização

“Entre as declarações nos programas e nas campanhas eleitorais e a prática vai uma distância grande”¹⁰¹.

¹⁰¹ Opinião de Jorge Carlos Fonseca, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, entrevistado em 2003.

A análise da relação entre medidas expressas nos programas de governo e nos discursos e a sua concretização, sua implementação traz à tona um conjunto de elementos que tem que ver com a necessidade de se conhecer melhor a diáspora (é o desconhecimento da realidade da diáspora que tem impedido os governos cabo-verdianos de adoptar as políticas mais adequadas à emigração, é preciso, por conseguinte, um claro investimento no estudo da diáspora), a falta de meios (muitas vezes considerada a principal explicação para a impossibilidade de os governos de Cabo Verde darem a “devida” atenção à emigração), o que impossibilita grandemente que se passe do campo das conjecturas para o da acção concreta.

1.4. Representação Diplomática e Consular

As embaixadas e consulados constituem extensões dos países, e desempenham essencialmente um duplo papel: por um lado, proteger os nacionais e, por outro lado, promover/“vender” as potencialidades do país que representam.

Neste contexto, o meu objectivo é destacar a vertente de “protecção”, ou seja, analisar até que ponto Cabo Verde tem criado condições ou mecanismos que garantam a integração da sua diáspora. A escassez de recursos surge, uma vez mais, como razão central para que a cobertura diplomática e consular cabo-verdiana não seja a ideal, qualitativa e quantitativamente, tendo em conta a comunidade emigrada. Por outras palavras, as restrições orçamentais, a inexistência de recursos apropriados às necessidades, leva a que as representações não prestem o tipo de serviço que desejariam e que, principalmente, a diáspora precisa. Segundo o Director da Política Externa do MNE de Cabo Verde, Dr. Severino de Almeida¹⁰², cerca de 70 a 80% do orçamento do Ministério vai para as representações no exterior. Uma percentagem muito elevada e que em parte explica a dificuldade em se abrir novos postos consulares e embaixadas e as várias peias no funcionamento das representações existentes. Por exemplo, o Consulado Geral de Cabo Verde em Boston, cuja área de jurisdição é bastante alargada, opera com três funcionários administrativos e um diplomata que é o Cônsul Geral.

É neste contexto que os consulados honorários têm surgido como uma solução viável e menos onerosa que as demais representações no exterior, embora as suas competências sejam reduzidas.

Vemos que para além do aspecto quantitativo se coloca a questão da qualidade do serviço que é prestado. É fundamental que as embaixadas e consulados cabo-verdianos se aproximem das comunidades, possuam uma capacidade institucional mais versátil, mais maleável e adaptável à realidade dos emigrantes e às suas necessidades. Os diplomatas de Cabo Verde precisam sair mais vezes dos “salões” para estarem nos bairros, próximos das comunidades, conhecendo de perto os seus problemas e anseios e as suas potencialidades.

¹⁰² Entrevista realizada em 2003.

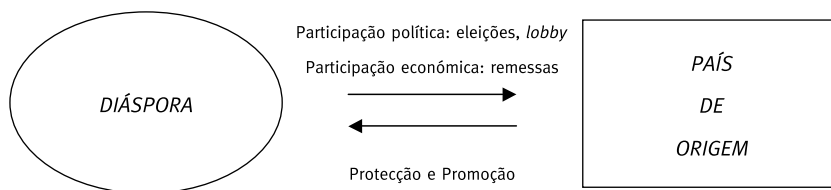
São muitos os que consideram, também, que deverá apostar-se, para além de uma protecção cada vez mais eficaz da diáspora, no aspecto económico, ou seja, na “venda” do país no exterior, assim como no incentivo da participação dos emigrantes na economia do país.

1.5. O lobby na diáspora cabo-verdiana: breves apontamentos

Entre Cabo Verde e os emigrantes cabo-verdianos há uma relação de troca, isto é, o Estado garante a protecção dos emigrantes e a criação de condições para a sua integração nos países que os recebem. E os emigrantes por sua vez, em câmbio, participam no desenvolvimento do país, a nível económico, político e cultural, canalizando as suas potencialidades aos mais diversos níveis para a sua terra de origem. Em teoria, esta troca é tão eficaz quanto maior for o grau de integração nas sociedades de destino e de ascensão na hierarquia social. Em termos gráficos apresento a relação entre a diáspora e o país de origem do seguinte modo:

FIGURA 10.2

Relação Diáspora e o País de Origem



Uma das formas mais frutíferas de os emigrantes ajudarem o seu país de origem é constituírem-se em grupos de pressão, capazes de actuar junto dos governos de acolhimento em prol do desenvolvimento do país natal. Por outras palavras, desenvolverem actividades de *lobbyismo*. O *Dicionário de Política Internacional* define *lobbyismo* como “um sistema diversificado de grupos de pressão que influenciam vários órgãos do poder – legislativo, executivo e judicial” (1986: 232).

É nos EUA que existe a mais forte tradição de *lobbyismo*, prática que se tem generalizado entre os países. Alguns dos grupos de pressão, a par das grandes empresas, são constituídos por emigrantes. Comunidades como por exemplo a irlandesa, a arménia ou a judia têm dado um contributo inestimável aos seus países de origem. Já a comunidade cabo-verdiana neste país, por ser pequena e pouco expressiva e por se encontrar, maioritariamente, nas bases da pirâmide da hierarquia social por comparação a estes grupos de imigrantes (apesar de à escala do arquipélago ser significativa), parece estar, ainda, numa fase bastante incipiente em matéria de *lobby*. Uma das explicações possíveis (numa análise que tem que ser necessariamente multifactorial) para o facto do *lobbyismo* cabo-verdiano nos EUA – podendo se extrapolado para os

demais destinos de emigração – ser “um mosquito no corpo de um elefante” é a falta de organização entre os membros da comunidade, a nível de um movimento associativo mais consolidado. A aposta, relativamente recente, por parte do governo e de outras entidades envolvidas com a problemática no incentivo a um associativismo consciente e profícuo para Cabo Verde resulta, em grande medida, da identificação deste *handicap*.

Na opinião da maioria dos meus entrevistados, não existe uma cultura de *lobby*, e, neste sentido, ela precisa ser fomentada e patrocinada.

A fragilidade ou mesmo a inexistência de *lobbys* no seio da diáspora cabo-verdiana, mais concretamente através das associações, constitui uma das várias preocupações que impulsionou, por exemplo, o Instituto das Comunidades, entre outras actividades, a realizar em 2003, na cidade da Praia, um fórum subordinado ao tema “Movimento Associativo na Diáspora Cabo-verdiana”, que contou com a participação de líderes das associações, organizações cabo-verdianas da diáspora e cientistas sociais. O enquadramento político da emigração deverá passar, também, pelo enfoque nas relações de trabalho com as associações de cabo-verdianos, estruturas criadas e muitas vezes teimosamente mantidas no meio de dificuldades várias. O estabelecimento de relações com as associações é tanto mais importante pelo facto de constituírem as únicas entidades organizadas no seio da emigração, que de um modo mais ou menos eficiente poderão mobilizar os emigrantes.

Concluo este tópico sublinhando a importância de os emigrantes cabo-verdianos almejarem lugares de “destaque” na escala social dos países onde residem, de se organizarem em associações capazes de influenciar os governos e os órgãos decisores, a favor da diáspora e do país de origem.

2. Pontos de contacto entre a política externa e diáspora cabo-verdiana

A condução da política externa é considerada, tradicionalmente, como uma prerrogativa exclusiva dos Estados. No entanto, no caso de Cabo Verde, podemos inferir que houve uma actividade de política externa anterior à existência do próprio Estado. Isto é, o movimento de libertação do país preconizou toda uma série de acções e de negociações internacionais, mais tarde, consolidadas pelo Estado-Nação. Tendo a busca de meios exteriores para o desenvolvimento interno como *leitmotiv*, Cabo Verde tentou sempre conduzir uma política externa que tem sido classificada de pragmática, no sentido em que se tem adaptado às mais diversas conjunturas internacionais e tem gerido positivamente a pequena margem de manobra que lhe é conferida na comunidade das nações.

A política externa cabo-verdiana possui um molde fixo, isto é, um núcleo duro de princípios, de objectivos estruturais, directamente ligados à sua condição de Estado pequeno, arquipelágico, vulnerável e que se resume no conceito de “diplomacia do desenvolvimento”. Esta é uma noção que está presente desde a independência, desde Abílio Duarte, o primeiro responsável pela pasta dos

Negócios Estrangeiros, e que resulta da necessidade que o país tem de angariar recursos externos para o seu desenvolvimento interno. Neste âmbito, a maximização das potencialidades da diáspora, a par da busca de parceiros estratégicos, reveste-se de capital importância.

Os meus entrevistados foram unânimes em concordar que o arquipélago tem sido pragmático na prossecução da sua política externa. Quando solicitados a apresentar algum exemplo que espelhe esse pragmatismo todos apontaram a proliferação de exemplos como a principal razão pela qual era difícil escolher algum em concreto.

Em síntese, a política externa cabo-verdiana, mais concretamente a actividade político-diplomática, tem a sua génese antes mesmo da criação do Estado, num período em que o movimento de libertação nacional, tendo à cabeça o carismático Amílcar Cabral, encetou vários contactos junto da comunidade cabo-verdiana emigrada, no sentido de granjear apoio. Segundo Leitão da Graça (Graça, 1998: 166), “Amílcar Cabral e os companheiros de luta armada lançaram os alicerces históricos da política externa da República de Cabo Verde”. Lobban (1995) considera que a atitude política adoptada pelo movimento de libertação de Cabo Verde foi “extremamente eficaz na condução dos assuntos internacionais e diplomáticos e na construção de frentes unificadas nos momentos críticos” (Lobban, 1995: 145).

No pós-independência, o país – dadas as suas características que estruturalmente se mantêm, apesar de um processo evolutivo positivo – teve de conceber uma política externa subsidiária do desenvolvimento. Na verdade, esta tem sido uma constante ao longo dos 33 anos de existência do Estado cabo-verdiano.

Durante o período periclitante da Guerra Fria, os executivos de Cabo Verde conseguiram fintar os alinhamentos desejados, quer pelo bloco socialista, quer pelo mundo ocidental, adoptando uma posição considerada pragmática. Tratou-se de um verdadeiro “alinhamento cabo-verdiano”, nas palavras de José Eduardo Barbosa, Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um dos meus entrevistados.

Com a alteração das regras do jogo na cena internacional e com as mudanças ocorridas no território nacional na década de 90, o arquipélago teve de adaptar-se a esta nova realidade, optando, por exemplo, por uma maior extroversão económica e consolidando a sua imagem externa.

Portanto, num país em que grande parte dos seus nacionais está “fora de portas” e onde a quase totalidade dos recursos que impulsiona o país encontra-se no exterior, em que as fontes do desenvolvimento são exógenas, a política externa reveste-se de uma importância vital. Usando uma terminologia biológica/médica, esta dependência afecta o “sistema imunológico” do país, mas, simultaneamente, produz os seus próprios “anticorpos”, ou seja, é através da boa gestão da ajuda e da maximização das potencialidades da emigração, no âmbito de uma política externa consciente, que o país maximizará os recursos externos para o seu desenvolvimento interno. Deste modo, poderá transformar esta condição esquematizada na figura 3 na equação da figura 4:

FIGURA 10.3

Importância da política externa

Dependência da Ajuda + Dependência da Emigração = > Importância da Política Externa

FIGURA 10.4

Desenvolvimento

Gestão Eficaz da Ajuda + Aproveitamento das Potencialidades da Emigração = Desenvolvimento

Na concepção da política externa são vários os factores que influenciam e que explicam determinado sentido de orientação do Estado. Em Cabo Verde, a emigração é um destes factores, presente em todas as áreas da esfera política, quer doméstica, quer internacional. Portanto, qualquer que seja a decisão tomada pelo executivo ou pelas demais entidades envolvidas, ela tem de ponderar impreterivelmente a problemática da emigração. A nível das suas relações externas (e não só) Cabo Verde não pode, e nunca pôde, alhear-se do facto de possuir a maior parte dos seus nacionais/cidadãos fora, na diáspora. Há um conjunto de aspectos que corroboram esta relação existente entre a emigração e a política externa cabo-verdiana. Destaco os três seguintes:

- 1 – Os principais parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde, ou seja os principais doadores, são simultaneamente os principais países de acolhimento da emigração cabo-verdiana.
- 2 – A abertura das primeiras missões diplomáticas foi exactamente nos países onde a diáspora cabo-verdiana se encontra radicada. Tem havido, portanto, a preocupação de garantir condições de segurança e de integração, nos vários países onde há cabo-verdianos.
- 3 – A emigração é factor determinante na resolução de determinadas questões bilaterais. Por exemplo, segundo Severino de Almeida, Director da Política Externa do MNE, o país tem tido alguns problemas com a imigração senegalesa, nomeadamente em relação à integração desta comunidade, cuja matriz cultural é diferente da cabo-verdiana, mas não pode adoptar uma atitude muito restritiva, com receio de haver algum tipo de represália junto da comunidade cabo-verdiana no Senegal.

As respostas dos entrevistados, sintetizadas no quadro seguinte, evidenciam o peso/a importância da emigração na condução da política externa de Cabo Verde.

QUADRO 10.1

**“O lugar da diáspora na política externa cabo-verdiana”
– Síntese das respostas dos entrevistados**

Entrevistados	Aspectos em destaque
Manuel Inocêncio [ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE)]	<ul style="list-style-type: none"> – Inevitabilidade da relação; – Onde há maior comunidade emigrada há mais cooperação; – Alcance de um patamar de certa convivência com os países de acolhimento.
Corsino Tolentino (Diplomata)	<ul style="list-style-type: none"> – Se o país for capaz de casar a vertente afectiva com o conhecimento efectivo da emigração, conseguirá tirar mais dividendos.
Jorge Gonçalves (Director-Geral das Migrações, Comunidades e Serviços Consulares)	<ul style="list-style-type: none"> – Os deputados pelos círculos da emigração desempenham um papel de <i>pivot</i>: transmitem ao governo os anseios dos emigrantes e divulgam no seio destes as medidas do governo no âmbito da emigração.
Manuel Amante Rosa (Director do Gabinete de Estudos do MNE)	<ul style="list-style-type: none"> – Peso económico da emigração: remessas; – Peso político: participação nas legislativas e presidenciais.
Álvaro Apolo (Presidente do Instituto das Comunidades)	<ul style="list-style-type: none"> – Importância estratégica da emigração para o desenvolvimento de Cabo Verde; – A designação “Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades” é expressiva do realce que é dado à emigração; – Últimos ministros do MNE particularmente sensibilizados com a questão da emigração.
José Eduardo Barbosa (Secretário do MNE)	<ul style="list-style-type: none"> – Importância de uma actuação coordenada de todo o “sistema de política externa” do país.

3. Alguns pontos de chegada (ou outros pontos de partida)

Devido à sua omnipresença na sociedade cabo-verdiana, a emigração tem merecido, da parte das instituições responsáveis pela política externa, uma atenção particular.

O Estado de Cabo Verde viu-se, enquanto país de emigração, levado a criar condições para a saída dos emigrantes, para a sua integração nos países de acolhimento – nomeadamente, através da assinatura de acordos – e para a sua participação económica, política e cultural nas ilhas. Cada vez mais, este arquipélago do Atlântico tem-se assumido como uma “nação diaspORIZADA”.

Os governos de Cabo Verde têm dado uma importância crescente à emigração, não só como fonte de remessas, mas como actores políticos, com participação activa na sociedade cabo-verdiana. Todavia, esta atenção, plasmada quer na Constituição quer nos programas de governo, não tem tido correspondência cabal na prática, no quotidiano da diáspora cabo-verdiana. A falta de recursos e de instituições pode, em certa medida, explicar este desfasamento.

A emigração é, por conseguinte, uma espécie de “colete-de-forças” para as relações internacionais (e não só) cabo-verdianas, sendo, no entanto, simultaneamente, uma das principais fontes do desenvolvimento do país.

Apesar da trajectória positiva dos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer, quer em relação ao conhecimento profundo das comunidades emigradas, em termos numéricos e, principalmente, qualitativos, quer no que concerne ao apoio às organizações associativas e ao incentivo a uma actividade “lobbista” consistente e positiva para a diáspora e para Cabo Verde.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Geraldo de Cruz e LISBOA, Solange Ramos (2000), *Constituição da República Cabo-Verdiana*. Praia, Livraria Saber, Lda.
- BARROS, José Borges de (2000), *Integração dos emigrantes no sistema político cabo-verdiano*, Tese de Mestrado em Estudos Africanos, apresentada no ISCTE,
- DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL* (1988), Lisboa, Edições Avante.
- GRAÇA, Camilo Querido Leitão da (1998), “Dos alicerces históricos da política externa da República de Cabo Verde”, *Direito e Cidadania*, n.º 4, pp. 151-166.
- LESOURD, Michel (1995), *Etát et société aux îles du Cap-Vert*. Paris, Éditions Karthala.
- LOBBAN, Jr., Richard A. (1995), *Cape Verde: crioulo colony to independent nation*. Boulder, Westview Press.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES, Gabinete da Ministra, “Balanço e perspectivas do sector da emigração” (versão o), Praia, 09 de Abril de 2003.
- PROGRAMAS DE GOVERNO: 1981/1985; 1986/1990; 1991-2000, 1995/2000; 2001/2005/ 2006/2011.
- SILVA, António Leão Correia (2001), “Para um novo arquipélago à escala da diáspora”, *Jornal A Semana*, 27 de Abril.

XI

DO SILÊNCIO À PARTICIPAÇÃO: CABO-VERDIANOS E SAÚDE MENTAL NA HOLANDA¹⁰³

CLÁUDIA DE FREITAS
*Universidade de Utrecht
 (Holanda)*

Introdução

Os imigrantes cabo-verdianos na Holanda são apelidados de *stille migranten* ou imigrantes silenciosos¹⁰⁴. Este rótulo deriva de uma imagem dos cabo-verdianos enquanto grupo reservado, dócil e auto-suficiente e denota alguma falta de reconhecimento social e um certo isolamento (Smulders, 2003), que apontam para o seu carácter de minoria entre minorias. Essa imagem tem, no entanto, vindo a alterar-se e isso é particularmente perceptível no campo da saúde mental. Hoje, a comunidade cabo-verdiana já não passa despercebida. Ela não só se faz representar nos encontros, debates e grupos oficiais de trabalho sobre saúde migrante e interculturalização¹⁰⁵ mas começa a ter também uma “voz” própria, isto é, participa cada vez mais na defesa dos seus interesses. Esta mudança deve-se, em larga medida, às acções desenvolvidas no âmbito de um projecto – o Projecto Apoio – criado especificamente para promover os direitos e o acesso dos cabo-verdianos aos serviços de saúde mental. Implementado no ano 2000 numa organização de utentes¹⁰⁶ em Roterdão, este projecto visa mobilizar os utentes cabo-verdianos no sentido de uma participação¹⁰⁷ activa em actividades relacionadas com a saúde mental, marcando uma profunda diferença relati-

¹⁰³ A autora gostaria de agradecer a Rute Castela, Rui Guerra e Luís Azevedo pela leitura cuidadosa deste texto e pelos seus valiosos comentários.

¹⁰⁴ É importante mencionar que os imigrantes cabo-verdianos na Holanda são bastante dinâmicos no campo do associativismo (Da Graça, 2005). No entanto, as actividades desenvolvidas no seio destas associações nem sempre adquirem visibilidade fora da comunidade.

¹⁰⁵ A interculturalização dos cuidados de saúde na Holanda refere-se ao processo iniciado nos anos 80 com o objectivo de aumentar a acessibilidade dos serviços de saúde para os migrantes. Este processo pautou-se, numa primeira fase, pelo desenvolvimento de conhecimento sobre as necessidades específicas dos migrantes e a criação de serviços de saúde “culturalmente sensíveis”. A partir dos anos 90, ocorreram mudanças estruturais na filosofia de prestação de cuidados que passou a ser orientada em favor da procura (*demand-oriented care*), por oposição à oferta (*supply-oriented care*) (Ingleby, 2003). Esta reforma implicou, na prática, a incorporação de mediadores culturais nos serviços existentes, o desenvolvimento de serviços específicos para migrantes e a criação de um centro nacional de conhecimento sobre saúde migrante.

¹⁰⁶ As organizações de utentes na Holanda trabalham em prol dos direitos dos utentes no campo da saúde, defendendo os seus interesses junto dos serviços de saúde e promovendo projectos que têm por objectivo fomentar o *empowerment* e a emancipação dos utentes. Muito embora estas organizações empreguem diferentes tipos de profissionais que asseguram a realização e continuidade dos projectos (mas não prestam cuidados de saúde) as decisões sobre as acções desenvolvidas pela organização são tomadas através de uma assembleia constituída pela direcção, pelos profissionais e pelos utentes que são membros da organização.

¹⁰⁷ A participação comunitária em saúde é um processo complexo, multifacetado e profundamente contextual que varia de país para país e, até mesmo, dentro dos próprios países. Não é, por isso, possível apresentar uma definição única e comumente aceite deste processo (Khassai e Oakley, 1999). De entre várias definições

vamente à situação de há uns anos atrás, quando a participação destes imigrantes pouco mais além ia da presença, muitas vezes passiva, em sessões de esclarecimento sobre saúde mental.

Como vimos num outro trabalho, os cabo-verdianos na Holanda subutilizam os serviços de saúde mental, em parte, porque estes lhe são inacessíveis (De Freitas, 2006). A nível internacional, tem sido apontado o potencial da participação comunitária em saúde enquanto processo capaz de melhorar o acesso aos cuidados de saúde (Khassay e Oakley, 1999; Zakus e Lysack, 1998), uma vez que as comunidades detêm recursos que podem ser mobilizados por essa via para disseminar informação sobre os serviços disponíveis, alertar para problemas de saúde que vêm sendo negligenciados e gerar novas soluções de cuidado (Frankish *et al.*, 2002). Para além disso, a participação possibilita o aumento do nível de responsabilidade das comunidades para com a sua saúde e uma distribuição mais equitativa de poder, através da aquisição de competências e controlo sobre os recursos (Dujardin, 1994; Rifkin, 1990).

Na Holanda, a participação da comunidade em saúde mental iniciou-se nos hospitais psiquiátricos através de um movimento social de utentes¹⁰⁸ de cuidados de saúde, constituído nos anos 70 (Haafkens *et al.*, 1986). Hoje, as acções participativas dos utentes nesse país apresentam um carácter consolidado e ocorrem a três níveis: ao nível da comunidade (através de organizações de utentes e de projectos liderados exclusivamente por utentes), ao nível dos serviços de saúde mental (através dos conselhos de utentes¹⁰⁹), e ao nível da formulação de políticas e controlo de qualidade dos cuidados de saúde (através de órgãos consultivos regionais e nacionais onde o movimento de utentes se faz representar juntamente com os prestadores de cuidados e as empresas seguradoras).

No entanto, à semelhança do que se passa em países como a Austrália ou o Reino Unido (Crawford *et al.*, 2003; Sozomenou *et al.*, 2000), as populações autóctones na Holanda permanecem

possíveis, citamos a definição proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1991, que, se referia a este processo enquanto “envolvimento comunitário no desenvolvimento da saúde”:

“CIH [community involvement in health development] is essentially a process whereby people, both individually and in groups, exercise their right to play an active and direct role in the development of appropriate health services, in ensuring the conditions for sustained better health and in supporting the empowerment of communities for health development. CIH actively promotes people’s involvement and encourages them to take an interest in, to contribute to and to take some responsibility for the provision of services to promote health” (OMS, 1991 *in* Khassai e Oakley, 1999: 10).

¹⁰⁸ Reconheço que há um debate em torno de qual deve ser a designação mais apropriada para pessoas que fazem (ou fizeram) uso de serviços de saúde mental, e recorro aqui ao uso do termo “utente” sem de nenhum modo me identificar com o estigma a que, por vezes, é associado. A escolha deste termo deriva da falta de uma designação isenta de conotações negativas capaz de caracterizar esta população. Na Holanda, é mais comum empregarem-se os termos “paciente” ou “cliente”. Estes termos são também alvo de crítica.

¹⁰⁹ Os conselhos de utentes são os órgãos através dos quais se processa a participação de utentes nos serviços de saúde. Estes conselhos estão sediados nos próprios serviços dos quais recebem financiamento sendo compostos por utentes e familiares que se dedicam a avaliação da satisfação dos utentes para com os serviços recebidos, à execução de propostas no sentido de melhorar os serviços prestados, à prestação de informação sobre saúde mental, etc. A maioria destes conselhos conta com um *ondersteuner* ou “facilitador”, habitualmente empregue pelo Sindicato dos Utenes, cujas funções principais são as de apoiar os utentes nas suas iniciativas e de assegurar a continuidade do funcionamento do conselho.

pouco representadas nas organizações, nos conselhos e nos órgãos consultivos destinados à participação de utentes em saúde (De Graaf e Eitjes, 2004; De Savornin Lohmam *et al.*, 2000) e isso é ainda mais notório no campo da saúde mental. Com efeito, o movimento de utentes é constituído predominantemente por cidadãos nativos holandeses.

A comunidade cabo-verdiana constitui uma das excepções a este nível, participando activamente numa organização de utentes, através do já mencionado Projecto Apoio. No entanto, os cabo-verdianos continuam a estar sub-representados nos conselhos de utentes dos serviços de saúde mental. Este texto visa discutir que barreiras impedem este tipo de participação e de que forma elas foram contornadas pelo Projecto Apoio, que é hoje exemplo de boa prática neste campo e agente facilitador da transição dos cabo-verdianos para uma posição de maior visibilidade.

Iniciamos com uma reflexão acerca da relevância da participação migrante em saúde mental no actual contexto holandês. De seguida, procuramos dar conta dos impedimentos à participação dos imigrantes cabo-verdianos nos serviços de saúde. Para isso, recorreremos a um estudo anterior (De Freitas, 2007) no qual se analisaram estas barreiras em relação aos migrantes em geral, tecendo-se considerações específicas sobre o caso dos cabo-verdianos onde apropriado. Finalizamos com uma análise dos elementos e práticas utilizadas pelo Projecto Apoio para estimular a participação da comunidade cabo-verdiana na Holanda e apontamos possíveis “caminhos” para a sua expansão.

1. Saúde mental e participação migrante na Holanda

A participação dos cabo-verdianos, e dos outros cidadãos em geral, no sector da saúde assume uma relevância sem precedentes nos tempos que correm. No novo milénio iniciou-se uma reestruturação da prestação de cuidados de saúde na Holanda, cuja ideologia de base reflecte uma mudança de opinião na política em geral com respeito à migração. Políticos e *policy-makers* alegam que a integração dos migrantes falhou. No seio deste discurso encontra-se implícita a questão: será que os migrantes estão dispostos a integrar-se? No entanto, “integração” já não significa tolerância, aceitação da diversidade e equivalência entre culturas mas, antes, e especialmente segundo os mais populistas, um “passo para a modernidade”. A cultura das maiores comunidades de migrantes (e isto aplica-se com maior intensidade àqueles que professam a religião muçulmana) passou, assim, a ser retratada como pré-moderna, tradicional e retrógrada, ou seja, em clara oposição à moderna cultura holandesa. Posto isto, a verdadeira questão parece ser: até que ponto os migrantes estão dispostos a modernizar-se?

No que concerne o sector da saúde, isto reflectiu-se na constatação, ainda que não unânime, de que a interculturalização dos cuidados de saúde também não alcançou os seus objectivos e deve ser reequacionada. A filosofia de prestação de cuidados em favor da procura (*demand-oriented care*), e os princípios de *managed care* implementados a partir do fim dos anos 80 (veja-se De Freitas, 2006) deverão manter-se mas, se antes a diversificação, acessibilidade e qualidade dos cuidados disponíveis eram da responsabilidade dos prestadores de cuidados, agora, os serviços

serão planeados e implementados em favor das necessidades e interesses demonstrados pelos utentes (Van Dijk, 2003). Por outras palavras, os migrantes (mas também os nativos) devem emancipar-se. Isto significa uma radical mudança nos papéis conferidos aos utentes. Se até aqui eles tinham a responsabilidade de zelar pela sua saúde, evitando comportamentos de risco e procurando ajuda quando necessário, agora eles devem incorporar uma multiplicidade de funções, entre as quais: a de consumidores informados e activos na escolha dos cuidados mais adequados, a de participantes críticos nos serviços de saúde, a de eleitores conscientes e atentos às políticas de saúde e a de actores sociais no movimento de utentes.

A incorporação destas funções requer, por sua vez, o desenvolvimento de competências e o envolvimento dos utentes num conjunto de processos indispensáveis à emancipação. A “proto-profissionalização” dos utentes, isto é, a adopção de atitudes e de conceitos básicos empregues habitualmente nos ciclos de profissionais (De Swaan, 1990), constitui um dos processos necessários para que tenha lugar a escolha informada e eficaz de cuidados de saúde adequados. Para além disso, é fundamental um processo de conscientização (Freire, 1970) no campo dos direitos, assente sobre a reconfiguração do exercício da cidadania de modo a incluir também a “cidadania social” (Marshall, 1950), onde se insere o direito à saúde. Na Holanda, a máxima “os direitos não se ganham, conquistam-se” reflecte com precisão a importância de uma cidadania activa. Dada a incontestável presença de relações de poder em qualquer acto de emancipação (Laclau, 1996) e as actuais directivas para que os utentes se organizem de modo a influenciar a criação e implementação de serviços de qualidade, é absolutamente essencial um processo de politização no sentido de “identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada” (Santos, 1995: 271). Finalmente, para que a autoridade possa ser de facto partilhada e a perspectiva dos utentes se faça representar no sector da saúde, é imperativo que estes participem tanto individual (por exemplo, na escolha e planeamento do tratamento) como colectivamente (por exemplo, na formulação de políticas, avaliação dos serviços, capacitação de profissionais, etc.).

Assim, pode dizer-se que, segundo o actual discurso político, a modernização dos utentes migrantes no campo da saúde é sinónimo de proto-profissionalização, conscientização, politização e participação. Estes processos são especialmente relevantes entre aqueles cujo acesso aos cuidados de saúde é limitado, já que a responsabilidade de reverter essa situação recai, hoje mais do que nunca, sobre os próprios utentes. A efectivação destes processos implica, entre outras coisas, a existência de colectivos dinâmicos, solidários e com algum poder de deliberação, capazes de organizar e representar “vozes” individuais, de promover o desenvolvimento de competências (como por exemplo a capacidade de lidar com o conflito, de negociar, etc.) e de exercer pressão para a criação de espaços institucionais e não institucionais de participação comunitária.

Na Holanda, estes processos começaram a desencadear-se através do já mencionado movimento de utentes em saúde mental, que é, aliás, considerado um movimento pioneiro na Europa neste campo (Rogers e Pilgrim, 1991). De seguida, apresentamos uma breve caracterização do movimento de modo a ilustrar a sua posição enquanto veículo de participação e agente de mudança.

1.1. O movimento de utentes em saúde mental

O movimento de utentes surge no início dos anos 70, como um movimento social de oposição ao carácter fechado do sistema de saúde mental holandês e ao elevado grau de autonomia concedido aos profissionais de saúde mental pelo Estado, advogando a emancipação dos utentes. A sua intervenção inicia-se nos hospitais psiquiátricos e através de organizações criadas por utentes e familiares. Numa primeira fase, as acções do movimento pautam-se pela defesa dos direitos dos utentes durante a hospitalização e pela quebra do isolamento em que vivem, trazendo a público as suas experiências com a psiquiatria e consciencializando o resto da população sobre os abusos cometidos.

No início da década de 80, o movimento começa a fazer propostas claras de reorganização dos serviços de saúde mental que resultam no compromisso assumido pelo governo de criar cuidados alternativos no seio da comunidade e, mais tarde, no processo de desinstitucionalização psiquiátrica (Haafkens *et al.*, 1986). O movimento marca, desta forma, uma posição de contrapeso e de agente crítico de mudança que recebe o apoio da Secretaria de Saúde, começando a despontar a possibilidade de se tornar um parceiro oficial na formulação de políticas. Em 1984, num comunicado ao Parlamento sobre o planeamento dos cuidados de saúde mental, a Secretaria de Saúde defende que “a experiência dos pacientes deve ser o ponto de partida para a política de saúde mental no futuro” argumentando que “nos últimos anos, a necessidade de um modelo integral de decisão, planeamento e financiamento do sistema de saúde mental é consensualmente reconhecida pelo movimento de utentes, pelos profissionais de saúde mental, pelas organizações sociais e pelos políticos” (Reyden, 1984). É também nesta altura que começa a aumentar o número de conselhos de utentes, que são hoje os principais espaços institucionais de participação colectiva nos serviços de saúde mental¹¹⁰.

No fim dos anos 80, o governo inicia um conjunto de reformas no sector da saúde. Num primeiro momento, tem lugar a transferência de responsabilidades relativas à implementação de políticas inerentes à prestação de cuidados de saúde do governo nacional para as autoridades regionais e locais. Em 1988, o governo anuncia uma nova estratégia de gestão cujo principal objectivo é a prestação de cuidados orientada pela procura (*demand-oriented care*), ou seja, o desenvolvimento e disponibilização de cuidados em função das necessidades dos utentes (Oudenampsen e Steketee, 2000). No entanto, a principal motivação do governo para colocar em prática esta estratégia reside na redução de custos com a saúde. A grande mudança efectiva na política de gestão dos cuidados de saúde consistirá, portanto, na introdução do princípio de *marktwerking* ou das “forças de mercado”, segundo o qual, adoptando uma lógica de mercado, se prevê que o melhor produto com o menor custo prevaleça perante os demais. Na prática, isso significa a transferência de poder e responsabilidade sobre a prestação de cuidados e controlo de qualidade do governo para os diferentes agentes de mercado: os prestadores de cuidados de saúde, as empresas de seguros de saúde e os utentes de cuidados de saúde. Estes três agentes tornam-se, a partir daí, parceiros com papéis definidos, que devem negociar entre

¹¹⁰ Em 1996 foi aprovada uma lei (Lei WMCZ) que formaliza o estatuto dos conselhos de utentes e garante o direito à participação dos utentes nos serviços de saúde através destes (Van Haaster, 2001).

si a melhor forma de prestação de cuidados de saúde, supervisionando-se mutuamente no exercer das suas funções (Oudenampsen, 1999).

Ao movimento de utentes é atribuída a responsabilidade de promover a qualidade dos cuidados de saúde em função da perspectiva dos utentes, alargando-se o seu campo de influência e intervenção. Em 1991, a organização nacional (*Nederlandse Patiënten Consumenten Federatie – NP/CF*) e as organizações locais (*Regionaal Patiënten Consumenten Platform – RP/CP*) de utentes são subsidiadas pela primeira vez pelo governo. A partir desta altura, a participação dos utentes através do movimento, que recebe a designação de “terceiro parceiro”, passa a ser reconhecida oficialmente (Nederland *et al.*, 2003) e uma parte dos utentes começam a dedicar-se à participação em arenas institucionais.

É importante referir que esta forma de participação mais “institucionalizada” e a posição de “terceiro parceiro” não foram prontamente aceites por todos os membros do movimento. Estes receavam, por um lado, a perda do poder de resistência e, por outro, o terem que acatar medidas pouco favorecedoras da posição dos utentes como resultado das decisões tomadas pelas comissões apontadas para a formulação de políticas de saúde mental. Consequentemente, formaram-se correntes distintas no seio do movimento de utentes (veja-se Oudenampsen e Steketee, 2000), que permanecem activas até hoje, lutando em diversas frentes pela melhoria da qualidade de vida e dos direitos dos utentes.

Ainda nos anos 90, é constituída uma comissão governamental com o objectivo de traçar um novo plano de contenção de custos com os cuidados de saúde. Essa comissão constata que o objectivo relativo à implementação de cuidados de saúde em favor da procura não foi alcançado. Para além disso, verifica-se que os três parceiros dos cuidados de saúde não têm levado a cabo as suas funções: o movimento de utentes não incorpora totalmente o seu papel de controlo da qualidade dos cuidados de saúde e os prestadores de cuidados e as empresas de seguros exercem a autoridade que lhes foi concedida mas negligenciam as suas responsabilidades de diversificação e adequação do cuidado e de transparência, respectivamente (Oudenampsen e Steketee, 2000). Estes problemas permanecem até hoje (Van Dijk, 2003; Nederlandse Zorgautoriteit, 2007), colocando em evidência a necessidade premente de um movimento de utentes crítico e dinâmico.

Actualmente, o movimento de utentes é composto por um leque variado de organizações de utentes que actuam nos campos da defesa de interesses, da organização de serviços de saúde e da disseminação de informação sobre saúde mental. Cada uma destas organizações tem um passado e objectivos próprios, trabalhando juntas sempre que uma causa maior o justifique. Uma característica exclusiva do movimento holandês de utentes relaciona-se com a existência de “organizações-mãe”¹¹¹, tanto a nível nacional (federação) como a nível regional (plataformas), que coordenam as acções de defesa de interesses dos utentes promovidas pelas “organizações filiadas” na arena política. Outra característica específica deste movimento é a sua forte relação

¹¹¹ Na Holanda é comum referir-se as estas organizações enquanto “organizações cúpula”, já que abrangem e prestam apoio às demais.

com o movimento de utentes no campo da saúde em geral que, com quase dois milhões de membros¹¹², é um dos movimentos sociais de maior expressão na Holanda (Nederland *et al.*, 2003). Foi numa destas organizações de utentes – a Basisberaad Rijnmond – que se criou o Projecto Apoio, com o objectivo de promover os interesses dos utentes cabo-verdianos no campo da saúde mental (Smulders, 2003).

Mas até que ponto os migrantes participam neste tipo de organizações e/ou nos serviços de saúde mental? Ou seja, até que ponto as populações alóctones se “modernizaram”?

1.2. Migrantes: que participação?

Muito embora não seja possível apresentar dados concretos sobre a participação de migrantes no campo da saúde mental na Holanda, é comumente aceite que estes participam significativamente menos quando comparados com os nativos. Os resultados de um relatório publicado recentemente sobre a experiência de organizações de utentes com participação migrante corroboram esta ideia (De Graaf e Eitjes, 2004). Das 141 organizações de utentes abrangidas pela pesquisa apenas 54 têm projectos com migrantes. Entre estas, 7 organizações dedicam-se exclusivamente a populações alóctones.

O desenvolvimento de organizações de utentes específicas para migrantes resultou da iniciativa de algumas populações migrantes, que decidiram associar-se em prol dos seus interesses. Na sua maioria, este tipo de organizações canaliza as suas actividades em favor de um só grupo. Os grupos de migrantes com maior expressão na Holanda, isto é, os Turcos e os Marroquinos, detêm a liderança sobre o maior número de organizações. Existem, porém, algumas organizações onde foram criados projectos para grupos mais pequenos. Esse é o caso da referida Basisberaad Rijnmond que, há oito anos atrás, deixou de ser uma organização somente vocacionada para utentes nativos e passou a representar também os migrantes. Esse processo iniciou-se com um projecto piloto orientado para a promoção do acesso dos imigrantes cabo-verdianos aos cuidados de saúde mental (Projecto Apoio). Com o decorrer dos anos, face ao sucesso desse projecto, foi criado um departamento de apoio aos migrantes no seio da organização o que levou à diversificação das nacionalidades e estatutos dos utentes que procuram os seus serviços e participam nas suas actividades. Hoje, para além de cabo-verdianos, é possível encontrar portugueses, brasileiros, angolanos e alguns antilhanos, cujos estatutos variam entre imigrantes laborais, migrantes em situação irregular, refugiados e requerentes a asilo.

A participação dos migrantes em organizações de utentes constitui uma tendência recente que tem vindo a verificar-se com maior intensidade desde o início do novo milénio. Ainda assim, de acordo com o relatório mencionado, apenas uma pequena parte das organizações (26%) inclui os migrantes na sua política interna e a maioria (78%) afirma que estes têm pouca (38%) ou nenhuma (40%) “voz” sobre o modo de funcionamento das organizações. A mesma fonte con-

¹¹² A Holanda tem uma população de 16 357 992 habitantes (CBS, 2007).

clui que apesar de a maioria das organizações demonstrar insatisfação face à parca participação de migrantes, somente um pequeno número se mostra inteiramente disposta a embarcar na defesa dos seus interesses e direitos (De Graaf e Eitjes, 2004).

Uma situação idêntica parece ter lugar no que toca aos serviços de saúde mental onde, como referimos, a participação de utentes ocorre através dos conselhos de utentes. Segundo uma avaliação dos efeitos da lei sobre a participação dos utentes em serviços de saúde (Lei WMCZ), levada a cabo pela Organização Holandesa para a Investigação e Inovação dos Cuidados de Saúde (ZonMw), a participação dos migrantes nos conselhos de utentes é extremamente reduzida (De Savornin Lohman *et al.*, 2000). Ainda que não tenhamos disponíveis dados estatísticos sobre a composição étnica dos conselhos de utentes, podemos afirmar, com relativa margem de segurança, que os cabo-verdianos também não integram estes conselhos. Ressaltando a importância deste tipo de participação, De Savornin Lohman *et al.* (2000) recomendam a criação de organizações nacionais especializadas no campo da participação que possam orientar os conselhos de utentes existentes e as organizações que lhes servem de apoio a fomentar a participação das populações alóctones. A adopção de abordagens mais sensíveis às diferenças culturais é apontada como um ponto de partida para contornar este problema.

Vale a pena discutir ainda no âmbito desta secção as possíveis repercussões da sub-representação de migrantes nos espaços institucionais destinados à participação. Como vimos, nas últimas duas décadas, foram adoptadas novas medidas de gestão dos cuidados de saúde na Holanda, entre as quais se destacam a adopção de uma filosofia de prestação de cuidados em favor da procura e a instauração dos princípios de *managed care* e de *marktwerking*. Uma análise atenta destas medidas permite detectar algumas incongruências que abordamos de seguida.

A implementação de princípios de *managed care* implica a racionalização, estandardização e monitorização dos tratamentos (Ingleby, 2005). Isso significa uma maior propensão para o emprego de abordagens terapêuticas menos focadas no utente (por oposição às designadas *client-centered therapies*) e de carácter mais breve, assim como a diminuição da variedade de tratamentos disponíveis já que isso permitirá reduzir custos e produzir resultados mais rapidamente. Por sua vez, a prestação de cuidados em favor da procura enuncia, e implicitamente recomenda, a possibilidade de diversificação do cuidado. Isto é, se por um lado os princípios de *managed care* levam à diminuição da oferta, por outro, a ideologia inerente à prestação de cuidados em favor da procura incita precisamente o contrário, ou seja, o aumento da variedade do cuidado. Este tipo de incongruências põe em evidência a importância da existência de uma massa de utentes informados, críticos e activos, enquanto uma das únicas “forças” capazes de impedir a total polarização da prestação de cuidados em função dos princípios de *managed care*. A escassa participação das populações alóctones quer nos serviços de saúde mental, quer nas organizações de utentes, coloca em perigo a manutenção de um leque variado de tratamentos culturalmente sensíveis. Esta ameaça é particularmente real numa altura em que, como vimos, o discurso político dominante aponta tanto a falha da integração como da interculturalização.

Voltando-nos agora para o princípio de *marktwerking* podemos dizer que a sua implementação proporcionou a oficialização do poder de deliberação do movimento de utentes. Mas, ao mesmo tempo, isso aumentou dramaticamente a responsabilidade do movimento na execução de políticas de saúde e no controle da qualidade dos cuidados. Como referimos, o exercer destas funções processa-se lado a lado com dois poderosos parceiros, os prestadores de cuidados e as empresas seguradoras, cujos interesses nem sempre se coadunam com os interesses dos utentes. Se já se assume difícil a luta pela promoção dos interesses dos utentes nativos holandeses, o alargamento desta, de modo a integrar também os interesses dos migrantes, parece pouco exequível, a menos que aqueles directamente implicados se associem e criem um *lobby* nesse sentido. Como verificámos anteriormente, o movimento de utentes apresenta uma composição quase monoétnica: existem poucas organizações dedicadas aos migrantes e poucos são os conselhos de utentes onde estes se encontram representados. Esta situação coloca em causa a activação dos processos de proto-profissionalização, consciencialização, politização e participação necessários à emancipação dos utentes migrantes, sem a qual o desenvolvimento e sustentabilidade de cuidados de saúde acessíveis e adequados às suas necessidades poderão ficar claramente comprometidos.

Posto isto, e dado o nosso interesse em particular pelo processo de participação, a questão que emerge é: como se explica a ausência dos migrantes nos espaços institucionais de participação? Não podemos adiantar uma resposta a esta questão no que concerne à participação em organizações de utentes. No entanto, num outro artigo, tivemos a oportunidade de apresentar alguns resultados preliminares explicativos da reduzida participação de migrantes nos serviços de saúde mental (De Freitas, 2007). Com efeito, foi identificado um conjunto de barreiras que impede a participação a esse nível: o acesso limitado aos serviços de saúde mental, a estigmatização associada à doença mental, as dificuldades com o domínio da língua, poucos recursos financeiros, burocracia e uso de jargão e participação *token*¹¹³. As últimas três barreiras referem-se a problemas que também afectam a população nativa. Por um lado, isso ilustra alguns dos desafios gerais que se colocam à participação. Por outro, põe em evidência as dificuldades adjacentes que os migrantes necessitam ultrapassar para poderem participar.

De seguida, procuramos explorar de que forma estas barreiras poderão explicar a ausência dos imigrantes cabo-verdianos dos conselhos de utentes. Para esse efeito, recorreremos aos resultados preliminares de um estudo qualitativo em curso sobre o impacto da participação na recuperação dos utentes, para o qual foram realizadas 52 entrevistas em profundidade com dois grupos de participantes: um grupo de 22 imigrantes cabo-verdianos residentes na região de Roterdão (primeira e segunda geração); e um grupo composto por diferentes *stakeholders* no campo da participação em actividades e projectos relacionados com a saúde mental, incluindo

¹¹³ A palavra inglesa *token* é habitualmente usada no campo da participação para indicar situações em que, apesar de se falar de participação, não existe de facto a possibilidade para que esse processo ocorra genuinamente, isto é, a adopção das opiniões e propostas dos utentes depende (ainda que não abertamente) da autorização de outras entidades com mais poder ou, simplesmente, essas opiniões e propostas não são usadas para produzir mudanças efectivas.

profissionais de saúde, *managers* interculturais, membros de organizações de utentes, facilitadores de conselhos de utentes e peritos por experiência¹¹⁴.

Vale a pena salientar que os cabo-verdianos em Roterdão constituem um caso particularmente interessante no campo dos estudos sobre participação na área da saúde já que estes imigrantes só em em parte reflectem a tendência observada com outras populações alóctones na Holanda isto é, a sua sub-representação nos espaços destinados à participação não se generaliza a todos os níveis de participação mas encontra-se circunscrita ao nível dos serviços.

2. Barreiras à participação dos cabo-verdianos nos serviços de saúde mental

De entre as barreiras à participação em serviços de saúde mental que citamos acima, algumas impedem a tomada de conhecimento sobre possibilidades de participação, impossibilitando o desencadear deste processo. São exemplos destas barreiras o *acesso limitado aos serviços de saúde mental*, a *estigmatização associada à doença mental* e as *dificuldades com o domínio da língua*. Outras, porém, tendem a obstruir a continuidade da participação, podendo mesmo levar a um *drop-out* precoce. Este é o caso de barreiras como os *poucos recursos financeiros*, a *burocracia e uso de jargão* e a *participação token*. Visto os imigrantes cabo-verdianos não participarem ao nível dos serviços de saúde, a análise dos impedimentos a esse tipo de participação terá que recair principalmente sobre o primeiro grupo de barreiras. Com o que se segue, procuramos explorar mais detalhadamente o impacto de cada uma delas.

2.1. Acesso limitado aos cuidados de saúde mental

O exercício da participação no campo da saúde exige, antes de mais, que se reconheça a possibilidade de ter uma “voz” e que seja claro em que espaços se pode participar e que tipo de resultados é legítimo esperar-se como consequência dessa participação. Para além disso, é fundamental que ocorra uma conscientização sobre os direitos que assistem a cada um (Cornwall e Coelho, 2007) e, em particular, de que forma estes se aplicam no domínio dos serviços e com relação aos profissionais de saúde. Na Holanda, este tipo de informação é disponibilizado, principalmente, através da Internet, das organizações de utentes e dos serviços de saúde. No entanto, à excepção da organização de utentes Basisberaad Rijnmond, o acesso a estes recursos não está amplamente disseminado por todos os imigrantes cabo-verdianos.

¹¹⁴ A expressão “peritos por experiência” constitui uma das possíveis traduções da palavra *ervaringsdeskundigen*. Esta designação é atribuída na Holanda a pessoas cujo uso dos serviços de saúde mental e a experiência com problemas psicossociais lhes permitiram adquirir um conhecimento aprofundado sobre esses serviços e sobre saúde mental.

No que concerne à Internet, as elevadas taxas de analfabetismo e de baixa escolaridade entre a primeira geração de cabo-verdianos residentes em Roterdão¹¹⁵ (ISEO-COS, 2001) permitem supor que estes imigrantes apresentem também um nível baixo de literacia digital. A confirmar-se, esta situação coloca os cabo-verdianos numa posição de grande desvantagem e até mesmo de risco de marginalização. O acesso e a capacidade de utilizar o computador e a Internet são hoje considerados elementos fundamentais para a inclusão social (Törenli, 2006). Para além disso, perante a crescente necessidade de que os utentes dos cuidados de saúde adotem o papel de consumidores informados e activos na escolha do seu tratamento, assume-se imprescindível o acesso a informação relevante e fidedigna que permita fazer comparações e escolhas acertadas. A exclusão digital não só coloca em causa a participação destes imigrantes na área da saúde como inibe a sua emancipação em geral.

Esta situação vê-se ainda agravada pela frágil posição social dos cabo-verdianos na Holanda. Tal como referimos no início deste capítulo, os cabo-verdianos são apelidados pelo público em geral de *stille migranten*. Este rótulo resulta da ideia de que este é um grupo de imigrantes discretos, tranquilos, dóceis e auto-suficientes, algo isolados e não totalmente integrados mas que, ainda assim, não são vistos como um “grupo problema” (Smulders, 2003).

A atribuição e aceitação do rótulo de *stille migranten* deixa transparecer, no entanto, uma situação de invisibilidade e, até mesmo, de uma certa segregação desta comunidade. As políticas e programas oficiais destinados aos imigrantes só recentemente começaram a incluir os cabo-verdianos. Não fazendo parte de nenhuma das principais categorias de imigrantes na Holanda (imigrantes laborais recrutados, imigrantes das ex-colónias e refugiados), este grupo foi negligenciado pela política de imigração durante várias décadas. O mesmo se verifica no campo dos estudos sobre migração onde, até há pouco anos atrás, pouco se sabia sobre os cabo-verdianos.

O associar desta população ao *silêncio* e à *auto-suficiência* pode levar a que, por exemplo, ninguém se questione sobre o porquê de estes imigrantes não participarem nos serviços de saúde mental e, na eventualidade de surgir essa questão, rapidamente se chegue à conclusão de que os cabo-verdianos não sentem a necessidade de o fazer. Muito embora esta seja uma mera especulação, parece-nos legítimo afirmar que um grupo envolto nos meandros da invisibilidade e com um parco reconhecimento social terá sérias dificuldades em incorporar os papéis que hoje se exigem de utentes de serviços de saúde emancipados, uma vez que, ao não ser identificada enquanto grupo-alvo, a probabilidade de que sejam feitos esforços no sentido de lhe tornar acessível a informação e os instrumentos necessários à activação dos processos que potenciam a emancipação decresce significativamente¹¹⁶. Consequentemente, o seu acesso aos serviços de saúde fica comprometido.

¹¹⁵ A maioria dos imigrantes cabo-verdianos na Holanda vive na região de Roterdão.

¹¹⁶ Como veremos mais à frente a organização de utentes Basisberaad e o Projecto Apoio, em particular, tiveram um papel fundamental na identificação das necessidades específicas da comunidade cabo-verdiana, tornando-as mais conhecidas para os profissionais de saúde e criando uma oportunidade ímpar para a promoção dos seus direitos e defesa dos seus interesses.

É justamente este último aspecto que parece impedir de forma mais acentuada a participação dos cabo-verdianos nos serviços de saúde mental. Como vimos num outro trabalho (De Freitas, 2006), os imigrantes cabo-verdianos na Holanda são confrontados por um conjunto de barreiras que limitam o seu acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente: falta de informação sobre os serviços de saúde disponíveis, problemas na relação com os profissionais de saúde e dificuldades em lidar com a condicionalidade da ajuda prestada. Ainda que muitos destes imigrantes venham a adaptar-se, ao longo do tempo, ao sistema de saúde holandês (o que se torna possível através da incorporação de pelo menos alguns dos papéis esperados por parte de utentes emancipados), outros há, porém, que não conseguem encontrar um *bom médico*. Nestes casos, os tratamentos que recebem são, frequentemente, considerados inadequados, emergindo sentimentos de rejeição, vulnerabilidade e desconfiança que conduzem ao *drop-out*.

Uma das soluções encontradas pelos cabo-verdianos para dar conta deste problema é a procura transnacional de cuidados, particularmente em Portugal e em França. A presença de fortes redes transnacionais de apoio e, nalguns casos, de experiências migratórias anteriores nesses países, permitem tomar conhecimento sobre os serviços aí disponíveis e reunir as condições necessárias para a sua utilização, isto é, a assistência logística e emocional necessária durante o processo de recuperação (De Freitas, 2005; 2006).

Se tomarmos como exemplo o caso de Portugal, verificamos que, à parte das vantagens que advêm do emprego de um idioma familiar, o seu sistema de saúde e os profissionais que o integram actuam de forma mais consistente com as expectativas dos cabo-verdianos sobre a prestação de cuidados. Em Portugal, a ajuda prestada tende a ser mais imediata e incondicional, não exigindo um papel tão activo (isto é, enquanto *consumidor*) por parte dos utentes na selecção dos tratamentos. Estes factores facilitam o acesso principalmente daqueles que detêm menos informação sobre saúde e se sentem afrontados perante, necessidade de provar a seriedade dos seus problemas e de negociar os cuidados a receber, como acontece actualmente na Holanda.

A procura transnacional de cuidados pode, no entanto, ter também consequências negativas, principalmente quando aplicada em regime de exclusividade. A opção por outros sistemas de saúde faz com que ocorra uma diminuição no contacto com os serviços de saúde holandeses. Ora, isso impossibilita a aquisição das competências necessárias para dar conta das suas complexidades, o que, por sua vez, contribui para o perpetuar da falta de acesso aos serviços de saúde (Beijers e De Freitas, 2008).

O impacto desta situação na participação dos utentes cabo-verdianos nos serviços de saúde mental é evidente: a falta de informação sobre o sistema de saúde em geral e o parco contacto com os serviços restringem significativamente a possibilidade de estes imigrantes tomarem conhecimento de que a participação é um direito e que, através desse processo, podem ter um papel activo na mudança dos serviços que consideram desadequados.

2.2. Estigmatização associada à doença mental

A participação nos serviços de saúde, quando levada a cabo activamente, implica uma certa exposição social, ou seja, os utentes que participam têm uma maior probabilidade de que o seu problema de saúde se torne público. No caso das pessoas que sofrem de transtornos mentais, esta nem sempre é uma situação desejável. Como se sabe, o problema da estigmatização de pessoas com doenças mentais continua presente nas sociedades ocidentais (Thornicroft, 2007) e é visto por muitos como uma “segunda doença”, já que pode conduzir à perda de auto-estima, ao isolamento social e a uma diminuição generalizada da qualidade de vida (Rosenfield, 1997; Mechanic *et al.*, 1994; Link *et al.*, 1987).

Os cabo-verdianos na Holanda também se defrontam com este problema. Ainda que se observem alguns progressos, a doença mental permanece um assunto tabu no seio da comunidade devido ao forte estigma a que está associada. Muitos, perante o medo de vitimização, intriga e descrédito optam por não procurar ajuda ou, quando o fazem, tentam mantê-lo em segredo. Efectivamente, raros são os cabo-verdianos que se referem aos serviços de saúde mental pelo nome, preferindo dizer: “fui àquele lugar, na Mathenesserlaan”¹¹⁷. A aquisição do rótulo “doente mental”, “maluco” ou “louco” é tão receada que alguns, à parte de omitir os seus problemas, se sentem forçados a mentir. O caso do Sr. Fonseca¹¹⁸ é particularmente ilustrativo deste facto. Voluntário do Projecto Apoio na organização de utentes Basisberaad Rijnmond durante anos, só recentemente se viu capaz de partilhar que tem um filho diagnosticado com esquizofrenia. Até então, dizia que ele tinha problemas de comportamento e estava na prisão. O seu interesse pela doença mental fez com que, por várias vezes, a coordenadora do projecto o abordasse, a sós, a esse respeito. Só ao fim de três anos conseguiu dizer que o filho não estava detido mas vivia num hospital psiquiátrico.

Quando o rótulo “criminoso” se mostra uma alternativa menos penosa que o rótulo “maluco” torna-se evidente o quão real é o medo das consequências da estigmatização.

Ao passo que numa organização como a Basisberaad Rijnmond é possível participar sem que ocorra necessariamente uma identificação com a doença mental (uma vez que presta também apoio social), o mesmo não se pode dizer da participação nos serviços de saúde mental. A maioria dos conselhos de utentes tem como condição obrigatória que os seus membros sejam utentes, ex-utentes ou familiares de utentes. Isso significa que a ligação, directa ou indirecta, à doença mental deixa de poder ser negada a partir do momento em que uma pessoa decide tornar-se um dos seus membros. Para a comunidade cabo-verdiana, toda e qualquer associação aos serviços de saúde mental funciona como um “atestado de insanidade” ao qual corresponde o descrédito do seu detentor. A participação destes imigrantes nos serviços de saúde mental exigirá, portanto, que ocorra uma profunda mudança na forma como a doença mental é encarada, que se esbata o preconceito a que está associada e que se criem condições para que aqueles que se deparam com ela possam partilhar as suas experiências sem o medo de serem excluídos.

¹¹⁷ Mathenesserlaan é o nome da rua onde se situa o principal serviço ambulatório de saúde mental em Roterdão – o RIAGG Rijnmond.

¹¹⁸ De modo a preservar a identidade da pessoa em questão, recorreremos aqui ao uso de um pseudónimo.

Estes objectivos assentam em processos morosos que dificilmente são alcançados sem apoio. Ao nível local, e no caso específico da comunidade cabo-verdiana, a organização de utentes Basisberaad Rijnmond tem procurado criar projectos que dêem conta destas necessidades. No entanto, continua a detectar-se um grande desacompanhamento das populações alóctones a nível nacional. Embora a luta contra a estigmatização tenha sido um dos primeiros objectivos do movimento de utentes na Holanda, este não foi, até a data, capaz de mobilizar de forma eficiente as comunidades migrantes nesse intento. Como referimos, o movimento de utentes é constituído predominantemente por nativos holandeses. Ainda que o desejo e a vontade para que este se torne mais multicultural exista, os “caminhos” pelos quais os migrantes e os nativos transitam permanecem mutuamente desconhecidos:

Nós somos um movimento branco. Eu acho que poucos migrantes participam. (...) Talvez esteja a acontecer com o movimento o mesmo que acontece com a integração em geral: ainda não está completa. Ainda existe segregação. Eles [migrantes] são bem-vindos mas talvez não se sintam bem-vindos. Temos que fazer mais para promover a participação deles. Temos que os convidar a participar. Mas para isso precisamos saber quem são e isso é um grande problema porque muitas pessoas sentem vergonha de ter problemas mentais. Eu não sei muito acerca de outras culturas mas ouvi dizer que, nalgumas delas, não é assim tão fácil dizer que se endoideceu e se esteve num hospital psiquiátrico. Nós não sabemos como convidá-los a participar. (Perito por experiência)

2.3. Dificuldades com o domínio da língua

Um dos principais objectivos da participação em serviços de saúde mental reside na formulação de alternativas de cuidado capazes de servir as necessidades dos utentes de forma mais adequada. Isso implica, frequentemente, um intenso processo de negociação no seio dos conselhos de utentes e entre estes e a direcção dos serviços, para o qual é essencial um conhecimento profundo sobre a maneira como os serviços se encontram organizados, sobre outras formas de tratamento e sobre os instrumentos legais que podem servir de apoio na implementação das mudanças propostas. O domínio do neerlandês assume-se fundamental para que o acesso a este tipo de informação se torne possível e o processo de negociação possa ser desencadeado.

Para além disso, dadas as particularidades do actual contexto da prestação de cuidados na Holanda, existe um outro aspecto que deve ser considerado: a *mondigheid* em saúde. A palavra *mondigheid* pode ser traduzida como “maioridade”, “independência” ou a “capacidade de decidir, lidar e julgar de forma independente um determinado assunto ou situação”. No campo da saúde, isso corresponde à capacidade por parte dos utentes de articularem as suas necessidades e apresentarem as suas escolhas e propostas de forma assertiva e eficaz. Se antes a *mondigheid* era apenas um objectivo, hoje, face à filosofia de prestação de cuidados em função da procura e a aplicação do princípio de *marktwerking*, tornou-se uma necessidade sendo cada vez mais aplicada como sinónimo de emancipação.

À semelhança de outras comunidades de migrantes, os cabo-verdianos apresentam uma baixa *mondigheid* (especialmente a primeira geração) que advém das dificuldades com a língua e, provavelmente, do escasso uso da Internet, o que afecta negativamente a sua proto-profissionalização. O fraco domínio destas competências constitui uma barreira à participação dos cabo-verdianos, mesmo em espaços como os conselhos de utentes, que são por definição *user-friendly*.

3. O Projecto Apoio

Antes da criação do Projecto Apoio, a comunidade cabo-verdiana não só não tinha voz, como era pouco conhecida entre os profissionais de saúde mental. A existência de uma elevada taxa de problemas psicossociais (Huiskamp *et al.*, 2000) e o uso reduzido dos serviços de saúde mental (Dieperink e Wiersdema, 2000) expunham, no entanto, um sofrimento emudecido, confinado à comunidade, imperceptível para grande maioria do outro lado da “fronteira”; apenas visível para aqueles que se interessam pelos grupos à margem do cuidado.

Foi através de uma dessas pessoas, Rob van Dijk, antropólogo médico há muito dedicado às questões da saúde mental das populações alóctones, que surgiu a ideia do Projecto Apoio. Reconhecendo-se não só a falta de participação desta comunidade no campo de saúde mental mas também o grave problema de acesso aos serviços enfrentado por esta, foi escolhida uma organização de utentes (por definição mais acessível a populações que, por uma razão ou por outra, não procuram serviços de saúde mental) para acolher o projecto. Para além disso, dado o objectivo de se prestar um apoio culturalmente sensível capaz de contornar o problema da estigmatização da doença mental e das dificuldades com o idioma neerlandês, considerou-se essencial que a pessoa responsável pela sua implementação fosse de origem cabo-verdiana (Smulders, 2003). Esta pessoa viria a tornar-se uma das primeiras mediadoras culturais no campo da saúde mental na Holanda.

Desde então têm sido organizadas várias actividades com os objectivos de prestar informação sobre problemas de saúde mental e sobre os serviços disponíveis, de conscientizar os cabo-verdianos dos seus direitos, de promover os seus interesses e acesso aos serviços de saúde mental e de melhorar a qualidade da saúde da comunidade cabo-verdiana em geral.

Oito anos após a sua implementação, o Projecto Apoio continua a justificar a sua existência em função do elevado número de pessoas que a ele acorrem. Para além disso, é considerado uma boa prática na área da saúde mental na Holanda, tendo conseguido gerar um grupo substancial de familiares e (ex-)utentes cabo-verdianos que participam activamente enquanto voluntários nas várias actividades que organiza. Isto pode ser visto como um indicador de que o processo de emancipação já foi iniciado por alguns.

Mas que aspectos facilitam a participação dos cabo-verdianos na organização de utentes através do Projecto Apoio? Creio que a resposta a esta questão assenta sobre dois aspectos gerais: a forma como se processa a disseminação de informação e o tipo de filosofia de acolhimento adoptada.

Antes de prosseguir com uma exposição mais detalhada destes dois aspectos é importante salientar que a participação da comunidade cabo-verdiana no Projecto Apoio foi definida como condição essencial para o seu desenvolvimento, implementação e sustentabilidade, antes mesmo de o projecto ter sido apresentado ao público. Assim, uma das primeiras iniciativas consistiu em deixar que a própria comunidade escolhesse o seu nome. Para esse efeito, foi realizado um concurso numa das rádios cabo-verdianas em Roterdão onde, após a resposta a uma questão sobre saúde mental, era permitido votar num dos nomes sugeridos, sendo o vencedor do concurso premiado com uma máquina de café. Isso permitiu que o projecto Apoio fosse divulgado de uma forma divertida, não intrusiva e eficaz¹¹⁹.

A esta iniciativa seguiu-se a criação de um grupo de peritos por experiência na área da saúde mental com o objectivo de apoiar outros cabo-verdianos com o mesmo tipo de problemas, através da partilha de experiências pessoais e das soluções encontradas para lidar com a doença mental. Este grupo, designado Comissão de Apoio, tornou-se um dos primeiros veículos de informação sobre saúde mental no seio da comunidade. O facto de os seus elementos serem todos (ex-)jutentes de origem cabo-verdiana e de falarem na primeira pessoa, usando um idioma e vocabulário acessíveis, permitiu que se evitasse o jargão habitualmente empregue nos campos da psiquiatria e psicologia e o desconforto de se falar de assuntos tabu com alguém com quem não existe qualquer tipo de identificação.

A esta estratégia de disseminação de informação sobre a saúde mental foram-se somando outras com o decorrer dos anos, nomeadamente: a realização de sessões de esclarecimento e de debates uma vez por mês ao domingo a tarde (de modo a possibilitar a presença daqueles que trabalham), anunciados em espaços conhecidos dos cabo-verdianos (organizações recreativas, igrejas, etc.) e seguidos de uma actividade cultural; a realização de um programa de rádio bimensal onde podiam ser colocadas questões em directo sem necessariamente ser revelada a identidade dos intervenientes; a colaboração com organizações cabo-verdianas no sentido de estas tornarem disponível informação ou de encaminharem pessoas com problemas de saúde mental para o Projecto Apoio; e a possibilidade de se marcarem encontros individuais com a mediadora cultural. O que é importante notar aqui é que estas são formas de disseminação de informação que fazem sentido aos cabo-verdianos, isto é, respeitam o seu ritmo de vida e sensibilidades, levam em conta os espaços por onde transitam e as fontes de informação da sua preferência, preservando a sua privacidade.

Uma vez diminuída a barreira da desinformação, houve que ultrapassar a barreira do estigma associado à doença mental. Como vimos, o receio de estigmatização é tão premente entre os cabo-verdianos que poucos se atrevem a partilhar os seus problemas e a procurar ajuda caindo, muitas vezes, num forte isolamento e na desassistência. Pode, por isso, dizer-se que este é um grupo de difícil alcance (*hard to reach group*). A Comissão de Apoio teve um papel fundamental em dar conta deste problema, indo directamente ao encontro dos membros da comunidade, identificando os principais tipos de problemas que os afectam, indicando potenciais formas de

¹¹⁹ As rádios cabo-verdianas, Cabo Verde FM e Rádio Voz de Cabo Verde, encontram-se entre as três rádios de minorias étnicas mais ouvidas em Roterdão (COS, 2004).

ajuda e participando na organização de sessões de esclarecimento sobre saúde mental. Isso não se traduziu de imediato na procura de serviços de saúde mental mas, a pouco e pouco, as pessoas começaram a contactar o projecto pedindo esclarecimentos. Numa primeira fase, muitos recusavam-se a ir à Basisberaad Rijnmond (sede do Projecto Apoio), tornando-se necessário que a mediadora cultural fizesse visitas domiciliárias ou se reunisse em locais alternativos, ou seja, foi necessária a adopção de uma abordagem de *outreaching*. Hoje, a maioria dos atendimentos individuais (no âmbito da assistência social) são realizados na Basisberaad Rijnmond.

As acções da Comissão de Apoio constituem, talvez, um dos exemplos mais concretos de participação de (ex-)utentes cabo-verdianos na comunidade. Na minha opinião, a mobilização deste grupo de pessoas tornou-se possível através da adopção de uma filosofia de acolhimento segundo a qual se procura estabelecer uma relação de proximidade baseada na confiança e no respeito do *timing* de cada um para expor a sua situação pessoal e da aplicação de princípios de *empowerment* (Vasconcelos, 2003), enfatizando-se as competências e experiência dos utentes em vez dos seus problemas. Ao permitir que cada indivíduo participasse ao seu próprio ritmo, sem o peso de um rótulo e vendo a sua experiência com a doença mental valorizada (em lugar de repudiada), o processo de participação passou a ser visto como uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de reconhecimento social. Isso não quer dizer, no entanto, que não tenham surgido problemas, mas a criação de um grupo de pessoas com uma bagagem cultural e uma experiência migratória semelhantes abriu a possibilidade para a geração de uma *safety net* e de um “espaço de pertença” onde, pela primeira vez, vários dos seus elementos se sentiram seguros para expor os seus problemas.

Segundo Nancy Fraser (1992), os grupos marginalizados ou de menor visibilidade têm uma maior probabilidade de adquirirem e exercerem uma “voz” através da criação de espaços *próprios* onde podem ser identificados interesses e objectivos comuns e definidas estratégias para os alcançar. Acredito que este espaço estivesse a ser construído quando a Comissão de Apoio foi dissolvida no fim de 2003, como resultado de um período de ausência justificada da mediadora cultural. Muito embora exista um claro interesse em reactivá-la, isso não foi, até ao momento, possível já que os recursos existentes foram canalizados para outros projectos. Entre estes encontram-se o Grupo de Amigos (que fazem visitas domiciliárias periódicas a pessoas da comunidade com problemas mentais e em situação de isolamento), o Grupo de Conversa (onde se discutem temas relacionados com a doença mental e se partilham experiências e soluções), o Grupo de Neerlandês (onde se lecciona a língua neerlandesa), etc. A relevância destes projectos é indubitável quer pelos seus objectivos e pelas competências que fomentam, quer por propiciarem novas formas de participação. No entanto, na minha opinião, este tipo de projectos têm menos potencialidade de gerar um espaço onde se possa desenvolver uma posição crítica relativamente ao sistema de saúde holandês e onde possam ser identificados interesses comuns e “líderes” capazes de os expressar e defender. Por outras palavras, projectos como o Grupo de Amigos ou o Grupo de Conversa fomentam processos como a proto-profissionalização e a participação dos utentes mas não têm por objectivo fomentar directamente o exercício da cidadania social ou a sua politização. Assim, podemos dizer que o processo de emancipação dos (ex-)utentes cabo-verdianos ainda não está completo e iniciativas como a

Comissão de Apoio continuam a ser necessárias, especialmente se existe o interesse em promover a sua participação ao nível dos serviços de saúde mental.

Finalmente, é importante salientar que, apesar da ausência de representantes dos imigrantes cabo-verdianos nos conselhos de utentes, a sua participação ao nível da comunidade e o trabalho realizado no âmbito do Projecto Apoio têm tido um impacto positivo na promoção dos interesses e do acesso destes aos serviços de saúde mental. Para além dos atendimentos individuais com a mediadora cultural facilitarem a aquisição de informação sobre os serviços disponíveis e a sua utilização, vêm sendo realizadas, ao longo dos anos, reuniões, sessões de esclarecimento e debates para os quais são convidados profissionais de saúde com o objectivo de tomarem conhecimento sobre as problemáticas que afectam a comunidade e de responderem às suas questões. A participação dos cabo-verdianos nestes eventos vem adquirindo um carácter cada vez mais interventivo. Segundo a mediadora cultural: “antes eles viam os encontros como uma lição de moral. Hoje há debate!”. Esta mudança é indicadora de que, efectivamente, o estigma associado à doença mental vem diminuindo; de que a comunidade tem cada vez mais “voz”; e de que a vontade para que se crie uma *ponte* entre os serviços de saúde mental e a comunidade cabo-verdiana existe. Por outras palavras, o silêncio que caracterizava os imigrantes cabo-verdianos parece ter sido quebrado.

Conclusão

A emancipação dos cidadãos no campo da saúde é um processo cada vez mais necessário na Holanda por conta da implementação de uma filosofia de prestação de cuidados orientada pela procura e dos princípios de *marktwerking* e de *managed care*. Os imigrantes cabo-verdianos já iniciaram este processo sendo isso particularmente visível a partir da sua participação ao nível da comunidade em actividades relacionadas com a saúde mental. Neste sentido, constituem uma importante excepção quando comparados com outras populações alóctones cuja participação é ainda muito reduzida.

Como vimos, o Projecto Apoio tem tido um papel fundamental a este nível, contribuindo para a geração de uma “voz” cabo-verdiana em Roterdão na área da saúde mental que resgatou esta comunidade dos meandros da invisibilidade e do silêncio que a caracterizavam. Isso tornou-se possível através do emprego de uma abordagem culturalmente sensível, do tipo *outreaching*, que prima pela identificação e uso dos recursos e conhecimento existentes na própria comunidade, fomentando a participação activa desta no desenvolvimento de iniciativas com vista à formulação de soluções para os problemas que afectam os cabo-verdianos em particular.

No entanto, a emancipação dos imigrantes cabo-verdianos permanece incompleta sendo necessário que processos como a proto-profissionalização, a conscientização para os direitos sociais, a politização e, até mesmo, a participação continuem a ser fomentados. Neste capítulo, identificamos um conjunto de impedimentos que dificultam a participação dos cabo-verdianos nos espaços institucionais (conselhos de utentes) reservados ao exercício desse direito no campo da

saúde mental, nomeadamente: o acesso limitado aos serviços de saúde mental, a estigmatização da doença mental e as dificuldades com o domínio da língua. A última questão que nos colocamos é: como se pode fomentar a participação dos cabo-verdianos nos serviços de saúde mental?

Sem a pretensão de querer proporcionar uma resposta integral a esta questão, acreditamos ser necessário um maior investimento a, pelo menos, quatro níveis: na disseminação de informação sobre saúde mental e participação, na luta contra a estigmatização da doença mental, no desenvolvimento de competências e na promoção de iniciativas que potencializem a participação. Como vimos anteriormente, todos estes aspectos vêm sendo considerados, ainda que nem sempre de forma continuada, no âmbito do Projecto Apoio. Julgamos que se continua a justificar a manutenção de várias iniciativas onde estes aspectos são abordados, nomeadamente, o Grupo de Conversa e as sessões de informação e de debate sobre saúde mental mas, desta feita, com maior atenção para a questão da participação dos utentes cabo-verdianos. Para além disso, consideramos fundamental que se retomem iniciativas como a Comissão de Apoio já que esta, além de permitir o desenvolvimento de competências essenciais para a participação, reúne ainda condições para se transformar num *espaço próprio* (Fraser, 1992) onde se podem definir objectivos comuns e traçar estratégias para os alcançar assim como identificar líderes que sejam capazes de expressar e defender os interesses da comunidade cabo-verdiana.

No entanto, o que consideramos ser realmente fundamental é a criação de relações mais estreitas de parceria entre o Projecto Apoio e os profissionais e os conselhos de utentes dos serviços de saúde mental que visem a implementação de novas iniciativas com o objectivo de promover a participação dos utentes cabo-verdianos ao nível dos serviços. Isso pressupõe, por um lado, que os directores e *managers* destas instituições entendam e incentivem o trabalho dos profissionais de saúde na comunidade. Apesar da vontade de alguns profissionais em fazê-lo, isso nem sempre é possível dadas as quotas semanais de trabalho a realizar na própria instituição a que estes estão sujeitos o que, muitas vezes, não permite dispor de tempo para sair e participar dos eventos realizados na comunidade. Por outro lado, é importante que os conselhos de utentes também se façam representar nesses eventos com o intuito de disseminar informação sobre o trabalho que realizam, de abrir canais de comunicação com os utentes cabo-verdianos e de tornar a participação nos serviços de saúde mental um processo cada vez mais inclusivo.

Referências Bibliográficas

- BEIJERS, Huub e DE FREITAS, Cláudia (2008), “Cape Verdeans’ pathways to health: Local problems, transnational solutions”, In BATALHA, Luís e CARLING, Jørgen (eds.) *Transnational archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*, Amesterdão, Amsterdam University Press.
- CENTRAAL BUREAU VOOR STATISTIEK (CBS) (2007), *Bevolking, kerncijfers*, Voorburg/Herleen, CBS.
- CENTRUM VOOR ONDERZOEK EN STATISTIEK (COS) (2004), “Rotterdam bekeken en beluisterd in 2004”. Disponível em: <http://www.slor.nl/>

- CORNWALL, Andrea e COELHO, Vera Schattan (2007) (eds), *Spaces for change? The politics of citizen participation in new democratic arenas*, Londres, Zed Books.
- CRAWFORD, M. J.; ALDRIDGE, T.; BHUI, K.; RUTTER, D.; MANLEY, C.; WEAVER, T.; TYRER, P. e FULOP, N. (2003), "User involvement in the planning and delivery of mental health services: a cross-sectional survey of service users and providers", *Acta Psychiatrica Scandinavica*, n.º 107, pp. 410-414.
- DA GRAÇA, António (2005), "Associativismo cabo-verdiano em Roterdão e integração política", apresentado na *International Conference on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Lisboa.
- DE FREITAS, Cláudia (2005), 'Health has no borders': Cape Verdean immigrants in the Netherlands and the transnational quest for health care across Europe", *International Journal of Migration, Health and Social Care*, vol. 1, n.º 1, pp. 19-36.
- DE FREITAS, Cláudia (2006), *Em busca de um bom médico – Quando 'a saúde não tem fronteiras'. Percepções dos Cabo-verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*, Lisboa, Observatório da Imigração/Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- DE FREITAS, Cláudia (2007), "Barriers to migrant and ethnic minority participation in mental health care in the Netherlands", apresentado na *reunião conjunta da WHO Migrant Friendly Hospitals Task Force e da COST Action Home (Health and Social Care for Migrants and Ethnic Minorities in Europe) sobre Community engagement, user involvement and health promotion*, Brighton.
- DE SWAAN, Abram (1990), *The management of normality: Critical essays in health and welfare*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- DE GRAAF, Fuusje e EITJES, Herman (2004), *Participatie van allochtonen in de gezondheidszorg*, Haia, Mutant.
- DE SAVORNIN LOHMAN, J.; RIJSCSCHROEFF, R.; OUDENAMPSEN, D.; VERKUYL, L.; VAN GELDER, K. e VAN OVERBEEK, R. (2000), *Evaluatie wet medezeggenschap cliënten zorginstelling*, Haia, ZonMw Nederland.
- DIEPERINK, Cathrien e WIERSDMA, André (2000), *Meer GGZ voor allochtonen 1990-1998. Periodieke Rapportage Psychiatrisch Casusregister Rotterdam e.o.*, Roterdão, SOGG.
- DUJARDIN, Bruno (1994), "Health and human rights: The challenge for developing countries", *Social Science & Medicine*, vol. 39, n.º 9, pp. 1261-1274.
- FRANKISCH, C. James; KWAN, Brenda; RATNER, Pamela A.; WHARF HIGGINS, Joan e LARSEN, Craig (2002), "Challenges of citizen participation in regional health authorities", *Social Science & Medicine*, vol. 54 n.º 10, pp. 1471-1480.
- FRASER, Nancy (1992), "Rethinking the public sphere. A contribution to the critique of actually existing democracy", In CALHOUN, Craig (ed.) *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MA, MIT Press.
- FREIRE, Paulo (1970), *Pedagogia do Oprimido*, 38.ª Edição, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- HAAFKENS, J.; NIJHOF, G. e VAN DER POEL, E. (1986), "Mental health care and the opposition movement in the Netherlands", *Social Science and Medicine*, vol. 22, n.º 2, pp. 185-192.
- HUISKAMP, Nelleke; VIS, Henk; SWART, Wim e VOORHAM, Toon (2000), *Gezond in kaart. Allochtonen, gezondheidsproblemen en preventiemogelijkheden in kaart gebracht*, Roterdão, GGD Rotterdam.
- INGLEBY, David (2003), "Goodness of fit' between service providers and clients: Explanatory models, idioms of distress and problem construction", apresentado na conferência do *European Master on Migration, Mental Health and Social Care on Service Provisions for Migrants and Refugees*, Utrecht.

- INGLEBY, David (2005), "Introduction", In INGLEBY, David (Org.) *Forced migration and mental health: rethinking the care of refugees and displaced persons*, Nova Iorque, Springer
- ISEO/COS (2002), *Minderhedenmonitor 2000. Etnische minderheden in Rotterdam*, Roterdão, Erasmus Universiteit/Gemeente Rotterdam.
- KHASSAI, Hale Mariam e OAKLEY, Peter (1999), *Community involvement in health development: a review of the concept and practice*, Genebra, WHO.
- LACLAU, Ernesto (1996), *Emancipation(s)*, Londres/Nova Iorque, Verso.
- LINK, Bruce G. (1987), "Understanding labeling effects in the area of mental disorders: An assessment of the effects of expectations of rejection", *American Sociological Review*, 52, pp. 96-112.
- MARSHALL, Thomas Humphrey (1950), *Citizenship and social class and other essays*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MECHANIC, David; MCALPINE, Donna; ROSENFELD, Sarah e DAVIS, Diane (1994), "Effects of illness attribution and depression in the quality of life among persons with serious mental illness", *Social Science & Medicine*, vol. 39, n.º 2, pp. 155-164.
- NEDERLAND, Trudi; DUUVENDAK, Jan Willem e BRUGMAN, Margaret (2003), *Belangenbehartiging door de patiënten – en cliëntenbeweging. De theorie*, Utrecht, Verwey-Jonker Instituut.
- NEDERLANDSE ZORGAUTORITEIT (NZA) (2007), *Brief: onderzoek transparantie aanvullende verzekering*, Disponível em: http://www.zorgvisie.nl/ts_zv/resources/attachments/download/true/im/false/id/27905/Brief_vergoedingsoverzicht_1.pdf
- NUTBEAM, Don (2000), "Health literacy as a public health goal: A challenge for contemporary health education and communication strategies into the 21st century", *Health Promotion International*, vol. 15, n.º 3, pp. 259-267.
- OUDENAMPSEN, Dick (1999), *De patient als burger, de burger als patient. Burgerschap en kwaliteitsbeoordeling in de gezondheidszorg*, Tese de Doutoramento, Universidade de Utrecht.
- OUDENAMPSEN, Dick e STEKETEE, Majone (2000), "De patiëntenbeweging: van afhankelijkheid naar eigen regie", In Sunier, Thijl, Duyvendak, Jan Willem, Saharso, Sawitri e Steijlen, Fridus (Orgs.) *Emancipatie en subcultuur. Sociale bewegingen in België en Nederland*, Amsterdão, IPP.
- REYDEN, Jan van der (1984), *Een integrale visie op de geestelijke gezondheidszorg*, Leidschendam, Departamento de previdência social, saúde e cultura.
- RIFKIN, Susan B. (1990), *Community participation in maternal and child health/ family planning programmes*, Genebra, World Health Organisation.
- ROGERS, Anne e PILGRIM, David (1991), "Pulling down churches: Accounting for the British mental health user movement", *Sociology of Health and Illness*, vol. 13, n.º 2, pp. 129-148.
- ROSENFELD, Sarah (1997), "Labeling mental illness: The effects of received services and perceived stigma in life satisfaction", *American Sociological Review*, vol. 62, n.º 4, pp. 660-672.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, 11.ª Edição, São Paulo, Cortez Editora.
- SMULDERS, Renée (2003), *Apoio. Een GGZ-consulente voor Kaapverdië in Rijnmond*, Roterdão, MIKADO.
- SOZOMENOU, Andrew; MITCHEL, Penny; FITZGERALD, Maureen H.; MALAK, Abd-Elmasih e SILOVE, Derrick (2000), *Mental health consumer participation in a culturally diverse society*, Sydney, Australian Transcultural Mental Health Network, Management Unit.

- THORNICROFT, Graham (2007), *Shunned: Discrimination against people with mental illness*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- TÖRENLI, Nurcan (2006), “The ‘other’ faces of digital exclusion: ICT gender divides in the broader community”, *European Journal of Communication*, n.º 21, pp. 435-454.
- VAN DIJK, Rob (2003), “Interculturalisation of health care: Dutch lessons”, apresentado na conferência do *European Master on Migration, Mental Health and Social Care on Service Provisions for Migrants and Refugees*, Utrecht.
- VAN HAASTEER, Harrie (2001), *Cliëntenparticipatie*, Bussum, Uitgeverij Coutinho.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (2003), *O poder que brota da opressão. Empowerment, sua história, teorias e estratégias*, São Paulo, Paulus.
- ZAKUS, J. David L. e LYSACK, Catherine L. (1998), “Revisiting community participation”, *Health Policy and Planning*, vol. 13, n.º 1, pp. 1-12.

XII

THE CAPE VERDEAN COMMUNITY IN LEÓN : THE SHIFT OF ECONOMIC IMMIGRANTS FROM THE INDUSTRIAL SECTOR TO THE SERVICES SECTOR

ROCÍO MOLDES FARELO
*Departamento de Sociología
 Universidad Europea de Madrid*

1. Introduction: Spain as a prototypical new receiving country of immigrants in the 1980s

Spain belongs to the “European Migratory System”¹²⁰ that was shaped after the Second World War and characterised by migration from the poorer countries in the south – Spain, Portugal and Greece – towards the prosperous north of the continent. These population movements were a constant in the building of the so-called industrial society (which was the activity sector that absorbed most of the workers, both native and foreign) and their decline began when, during the second half of the 1970s, pioneer receiving countries such as France and Germany began to introduce restrictive measures in their migratory policies. The demand to reduce the entry of immigrants derived from the profound economic instability unleashed, partly, by what was known as the 1973 oil crisis. This meant the beginning of the transformation of the industrial productive system to give way to the new ‘post-industrial’ model characterised by technologisation and the rise of the tertiary sector, accompanied by a considerable decrease in the size of firms. In this context of transformation, towards the beginning of the 1980s Spain changed its migratory character, developing from a history as a sending country to becoming a receiving country.

Regardless of the continent of origin, – albeit with highly significant differences between them – the trend has been towards a continuous increase in the number of foreigners who have settled in Spain during the last 25 years. In 1975 the percentage of foreign residents comprised 0.4 per cent of the whole population, and for 1985 this doubled to 0.8 per cent. The proportion reached around 6.5 per cent in 2004, meaning that currently there are between 3.5 and 4 million foreigners living in Spain. According to official figures, 2001 was the first year in which the number of persons of foreign origin exceeded one million. It is not for nothing that the period between 1997 and 2001 is known as the ‘five-year duplication period’. This means that during this period there was a strong growth trend in the migratory flows, with an annual average of 20%. Between December 1996 and March 2002 the number of foreigners registered was higher than before¹²¹.

¹²⁰ J. Arango (1993) defines “migratory system” as “the establishment of diverse types of relations of a relatively stable nature between a receiving region and a set of sending countries”.

¹²¹ During the period 1997-2001, the number of foreigners in Spain grew at a rate much higher (20% per year) than they had in the previous 15 years. That is why this period is known as the “five years of duplication.”

Together with the constant quantitative increase there has also been a transformation in the qualitative composition of foreigners, a migratory model that makes Spain a prototype of European immigration in the 1980s.

This change is related to what experts call the 'third-worldisation' of the immigrant population. While in 1975 the foreigners who arrived in Spain from Africa, Asia, Oceania, Latin America and Europe outside the EU did not reach 35.5% of total immigration, in 2004 these same regions contributed almost 69% of immigrants. The case of Africa is particularly striking, which increased its contingent by over 90,000 people between 1985 and 1995 and currently represents 27% of the whole immigrant population. This is almost the same proportion as EU Europeans – although among the latter there is hardly any irregularity and among the former, according to estimates, irregular migration is quite high. *Legal irregularity*, deriving from the restrictive policies of the receiving countries, and *precariousness of employment*, are, together with *geographic and/or cultural distance*, the differentiating features of the migratory movements started in the last third of the twentieth century, making these people highly vulnerable in a profoundly unregulated and flexible labour market.

2. Cape Verdeans in Spain: the importance of the province of León¹²²

Just over 3,500 Cape Verdean-born people were registered as residents of Spanish municipalities in 2005 (Instituto Nacional de Estadística, 2006). Of these, almost 80% were Spanish citizens. In addition, there are an unknown number of undocumented Cape Verdeans in Spain. According to the Consulate of Cape Verde in Madrid, the total size of the community is around 6,000 people. During the last twenty years the evolution of Cape Verdean residents in Spain, like that of other immigrants from poor countries, has followed the general trend of growth.

As can be seen, historically in the region of Castile and León, and specifically in the province of León, there has been a concentration of Cape Verdeans. Around 40 per cent of this population was systematically absorbed, reaching a representativeness close to 60% per cent (58.4%) at the beginning of the 1990s¹²³.

Together with the autonomous region of Madrid, where Cape Verdean emigration is predominantly female, Castile and León has welcomed over 90% of the Cape Verdeans. While very equally spread throughout the 1980s, at the end of this decade (1988) the trend changed to increase notably in favour of Castile and León. This trend was maintained throughout the 1990s (especially

¹²² The autonomous regions are divided into provinces; in this context, Castile and León is the name of the autonomous region and León is one of its nine provinces. Within this province two areas – Laciana and El Bierzo – are the greatest receivers of Cape Verdean immigrants. Villablino (in Laciana) and Ponferrada and Bembibre (in El Bierzo) are the three towns where Cape Verdeans have mainly settled.

¹²³ As noted in Table 12.1 in 1990 and 1991 the percentage of Cape Verdean population in the community of Castilla y León grew by nearly 10 percentage points, from 49% to 58.4% (795 to 861 people in absolute numbers). Nationally, the number of Cape Verdeans was falling, meaning that there were internal movements within the country towards the community of Castilla y León.

pronounced between 1990 and 1994), with the number of Cape Verdeans in León tripling, standing at double that of those settled in Madrid. One of the reasons for this increase was the internal exodus that occurred from Madrid to León. In León, job stability in mining, a sector where the Cape Verdean labour force works *en masse*, toned down the social tension at that time deriving from the killing of a Dominican immigrant. This incident represented one of the first outbreaks of racism against foreigners in Spain, which began to be seen particularly in the large cities.

TABLE 12.1

***Distribution of the Cape Verdean Population in Spain
by Years and Principal Autonomous Regions of Residence***

YEARS	TOTAL SPAIN	ARAGON	CASTILE & LEON	GALICIA	MADRID
1983	3232	2	117	7	174
1984	557	12	244	6	257
1985	593	20	269	11	247
1986	1.038	36	448	42	426
1987	1.164	66	456	59	479
1988	1.416	70	687	50	473
1989	1.622	78	795	83	515
1990	1.474	73	861	88	283
1991	1.486	74	860	100	291
1992	1.939	119	853	174	590
1993	2.041	128	866	230	585
1994	1.940	147	891	203	475
1995	1.896	169	864	170	464
1996	2.166	161	963	169	597
1997	2.322	219	1001	186	662
1998	2.691	239	1.165	203	814
1999	2.628	275	1.106	204	723
2000	2.052	220	715	174	654
2001	2.021	199	565	169	789
2002	2.051	207	613	186	745
2003	2.037	218	489	199	816
2004	2.063	239	478	193	818
2005	2.278	304	459	251	861
2006	2.350	322	461	297	843

Source: INE, *Anuario de Migraciones, Anuario Estadístico de Extranjería*. Several years

Only a couple of years after the arrival of Cape Verdeans in León, another community was developing on the coast of Galicia (González, 2004). In 1977-1978, a large group of Cape Verdean men were working in the construction of the Alúmina-Alumínio metallurgical plant. Once this

construction was finished, however, they were not accepted as permanent workers and some left the area in search of work elsewhere. Those who stayed eventually became an important substitution labour force in a different sector: fisheries. Many locals were offered better jobs on the plant, and left vacancies in fishing which the Cape Verdeans filled. The men were later joined by women and children, and a stable community developed on the coast of the province of Lugo, known as the *Marinha*.

The majority of Cape Verdeans in the area come from Santiago, especially from the western and northern coasts. The principal areas of origin are the villages of Porto Rincão and Porto Mosquito, from which there are strong migratory networks based on kinship. In the second half of the 1980s, many Cape Verdean families also arrived from Lisbon.

Finally, Aragón (13%), and especially the city of Zaragoza, has attracted numerous Cape Verdeans more recently, often internal migrants escaping unemployment in Galicia.

It was with the coming of the new millennium that the dynamics we have described began to reverse, and the number of Cape Verdeans resident in León began to decline progressively. The year 2001 was the first year in a decade in which the Community of Madrid surpassed the province of León; from then on and until now, this trend has been consolidated.

The cause of this change of orientation was directly linked to the early retirement plans implemented by *La Minero Siderúrgica* in Ponferrada, where Cape Verdeans had been working since the second half of the 1970s. It is of note that during the period of the first early retirements (1997/1999), the number of Cape Verdeans in León increased. Subsequently, however, there was a progressive reduction of the population from this area starting in 2000. This could be interpreted as a transition period during which the ‘heads of family’, now retired, gathered their families together to choose a new destination (owing to the lack of prospects because of the crisis in the mining sector), where job opportunities for the second generation and a less hostile environment would be the criteria for choice. This is the reason why the number of Cape Verdean residents has increased in the Autonomous Region of Madrid (as a traditional arrival), as well as in other places such as the Autonomous Region of Valencia and the Canary Islands, where most of these people are hired in the service sector¹²⁴.

Chain migration through family networks continued in the 1990s, but under different conditions. Many of those who arrived in this decade were male teenagers or young men, often nephews or children (*fidj’ fora*)¹²⁵ of the men in the community. These newly arrived Cape Verdeans faced a much more difficult labour market, disadvantaged by their lack of qualifications and often wor-

¹²⁴ Both Valencia and the Canary Islands are regions with a vibrant service sector that provides access to the labor market for people with low and middle levels of qualification.

¹²⁵ They are “filhos de fora” those born from previous relationships of any member of the couple, usually the man, and that sometimes join the nuclear family formed in the country of destination. This expression is used consistently throughout the article, because it is common and frequent in the cultural tradition. Sociologically it would be the equivalent of the contemporary model of “family reconstituted”.

king or residing illegally. They often ended up working without contracts in the construction sector, or in the illegal coal mines that are widespread in the area.

FIGURE 12.1

Important locations in Cape Verdean migration to Spain



2.1 The sociological relevance of the Cape Verdean community in Spain

However, the social and sociological importance of the Cape Verdean community in León lies in the aspects that we will examine here rather than in its numerical significance. The arrival of the Cape Verdeans in Spain cannot be explained without referring to the successive waves of migrants who first went to Portugal. Following the classification of Luís de França *et al.* (1992),¹²⁶ the Cape Verdean contingent living in the province of León began to arrive between 1975 and 1976; hence they would be included in the third period.

In the province of León the immigrants settled in the mining basins of two areas: El Bierzo and Lacia, mainly in Bembibre and Villablino. It can be said therefore that Cape Verdean immigration to León is a clear example of the characteristics of migrations in the 1960s and 1970s: male, working in the secondary sector (industry, mining), unskilled and temporary.

¹²⁶ The author distinguished three periods: 1960-73: Cape Verdeans are considered Portuguese nationals and occupy jobs made vacant by the emigration of Portuguese to France; 1974-76: an elite group employed mainly in administration; from 1976 on: foreign workers in a labour market in recession.

The second major issue revealed in this study of the Cape Verdean community is the importance and functioning of the networks of relations between countries; it shows that connections made between sending countries and receiving countries are never random. The fact that a number of people from African islands, whose culture, race and climate are considerably different from those of the northwest of León, became employed as mineworkers in these valleys is at the very least striking. All the elements that 'separate' Cape Verde from León make sense when we connect this province with Portugal, especially with the depressed area of Trás-os-Montes. The Portuguese colonisation of the Cape Verde islands, which only ended in July 1975, made Portugal the location of the 'first migration', a traditional destination where many Cape Verdeans take stock of the possibilities offered by each potential destination.

Following the pattern that characterised emigration from Cape Verde to Europe, the first three Cape Verdeans who arrived in León also had as a 'first stop' the capital of Portugal, where they received information from different families and friends living in Portugal who were more up-to-date with the diverse situations of the potential receiving countries.¹²⁷ On many occasions their fare was paid by family members living all over the world, and who, in most cases, also gave them the contact they needed for obtaining their first chance of a job.

The arrival of Cape Verdeans in this Spanish province was not so much a decision as the probable result of a series of circumstances in which survival played a major role. The objective was to go to the Netherlands, the traditional destination of Cape Verdeans since 1950, just as the United States had been from the last years of the nineteenth century until successive restrictive laws for immigrants of African origin came into force between 1910 and 1920.

Deceived by a fellow countryman in Lisbon who promised to take them by car to the Netherlands, they were abandoned at the French-Spanish border in Hendaye (only after charging their fare). With the scarce means they had, they caught a train from there that left them in Spain, specifically in the province of Orense, coming closer to what would be their unforeseen final destination.

In this province of Galicia, they contacted a Portuguese immigrant who was doing construction work and who, tired of the bad conditions in the sector, suggested they go to Ponferrada in the province of León, to work in the mines where he had been employed for a while. It should be remembered here that Portuguese emigration – mainly from the economically depressed area of Trás-os-Montes, geographically very close – to León had been constant since the mid-1960s. During this period, the combination of two factors made the areas of El Bierzo and Laciaña become preferential destinations with guaranteed jobs: on the one hand, the renewed interest in mining deriving from the importance that coal had acquired as a consequence of the rise in the price of oil during the energy crisis of 1973; and, on the other hand, the shortage of young workers. As was the case in Portugal, young workers were emigrating towards the more prosperous north of Europe.

¹²⁷ The attitude of the Cape Verdeans clearly reveals the importance of historical relations, as well as the existence of communities of the same origin when choosing a certain country as destination.

Despite their previous experience, the Cape Verdean emigrants followed the suggestion and, taking advantage of the prior contacts of this Portuguese worker, went to Ponferrada. On arrival at the railway station in the capital of El Bierzo, the workers met '*ganchos*',¹²⁸ who were individuals hired by firms to recruit staff and spread the word about the need for workers in the sector. The *ganchos* gave the Cape Verdeans a ticket from Ponferrada to Villablino. They made this journey on the now non-existent 'mining train' which, built in the first years of the century, served to transport coal and travellers until the 1980s.

Once they had arrived in Villablino, the ease with which they were hired as miners in the *Minero Siderúrgica de Ponferrada* (MSP) was the best proof of the expansion of the sector: the first three Cape Verdeans, all from the island of San Nicolau, reached Villablino on 25 April 1975 and three days later they started work in the Paulina pit as assistant miners in Caboalles de Abajo. Thus the Cape Verdean community became pioneers in African immigration to Spain, ten years before the subsequent settlements from that continent.

The only requirement for working in the mine was to pass the medical examination, which was not very difficult; it was enough to not have any notable physical disabilities that would impede carrying out the activity required in the mine (lameness, sight defects, and so on). In those years, blood tests or x-rays did not form part of general check-ups. With these requirements, 100% of the Cape Verdeans who applied in this period were hired.

This situation of a shortage of workers resulted in a flexibility (practically at the will of the worker) in hiring and firing conditions in the mines. The news that the few opportunities in the traditional destinations were speedily disappearing gave rise to a 'reformulation' of the period in the mines of León. Information on the existence of sure work in the area was progressively spread, mainly by letters. The area attracted workers despite the harshness of the labour and climate conditions for workers whose only previous activity had been agriculture (and sporadically construction) in an almost tropical climate.

The dynamics described for the Cape Verdean community are set within the contemporary historical-structural approach (Portes & Böröcz, 1992), the key idea of which is that the characteristics of the settlement models come from interaction between the initial conditions (situation of the country of origin and social origin of the immigrant) and the conditions of the arrival context (situation of the labour market, immigration policies, public opinion and prior existence of other migrant communities). The main contribution of this approach is the incorporation of the idea of social networks; labour migration creates its own internal dynamics regardless of economic fluctuations through a process of progressive building of relations. This allows individuals settled in different areas to connect with each other and develop their survival and adaptation strategies with fewer difficulties.

¹²⁸ The *ganchos* were a very common figure at that time, who subsequently, as the community became consolidated, lost all their importance, given that the internal networks themselves disseminated the existence of job possibilities.

3. Cape Verdeans in the province of León: the first African community to settle in Spain with a complete 'migratory cycle'

Undoubtedly, the most outstanding feature of the Cape Verdean community in León is the possibility it provides to study a complete "migratory cycle" (Dassetto, 1993): getting a job, family reunification (arrival of women, schooling of children and geographic settlements) and finally, participation in political life.

Analysing this community makes it possible to get a close look at the life of the second generation, their development, expectations, institutional relations, identification with native young people and countless issues that make this a unique experience, taking into account the short history of Spain as a country receiving immigration, especially when dealing with cultural and *racially* different communities¹²⁹.

3.1. *Joining the labour force*

As we have said, the Cape Verdean immigrants were mainly young men who arrived on their own, with the idea of working for a time and saving as much money as possible. Their more-or-less "accidental" arrival, their absolute lack of knowledge about work in the mines and the harshness of this work, together with the climate, meant that at first, this situation was considered to be purely transitory. The commencement of work by Cape Verdeans in the MSP was mainly concentrated in 1975 and 1976, and finally ended in January 1978, when the last two contracts were signed.

The working conditions at the MSP were exactly the same for national and immigrant workers. All the hiring done by the firm during the reference period was for an indefinite period. It was in accordance with the Miner's Statute applied in "firms devoted to the exploitation and use of mineral deposits and other geological resources" (Miner's Statute 21/12/83. Manual of the Mining Union Delegate), and was governed by the Collective Agreement signed by the firm and representatives of the workers.

On the firm's staff, the maximum number of Cape Verdeans hired was 96, 71 of whom were face workers. The total number of face workers was 327, which means that the Cape Verdeans represented 21.7% of the total and 74% of all the workers from Cape Verde. The reasons for the concentration of Cape Verdean workers in the category of face worker can be explained by the good wages, the lack of responsibilities and the scarce skills needed. What is most striking is the total absence of promotion from this category, where they remained, in contrast to the progress made by Spaniards or Portuguese.

¹²⁹ While from a scientific point of view "race" is a category devoid of substance, when it comes to social notions, it remains a relevant variable in the sense that it implies different attitudes and behavior. I share the view that race is not an issue of ethnicity. See Oommen, T. K.: "The relationship between race, ethnicity and class: analysis of the interrelationships", *International Social Science Journal*, N.º 193, Feb. 1994, pp. 101-113.

According to the testimony of different workers, Cape Verdeans, Spaniards and Portuguese (Moldes, 1998), the promotion of Cape Verdeans to the category of chargehand (the next level on the professional scale) was a conflict situation for all involved. Cape Verdeans were subjected to what F. Parkin (1984) called “social closure of usurpation”: the strategies that a group of individuals display for restricting access to resources or opportunities to a limited number of candidates, wielding as an argument their peculiarities of race and/or gender. The “social closure of usurpation” was presented as a very suitable method for explaining the non-continuity between class situation (face workers with high wages) and status (lack of capability of Cape Verdeans to reach more prestigious job categories).

Cape Verdeans were expected to work hard, show commitment and remain in the background. A ‘black boss’ would (if the case ever occurred) be an ‘odddity’ for his subordinates and for a Cape Verdean it would be a situation hard to handle inside or outside the work sphere, with risks of indiscipline and permanent resentment, which very few were willing to bear. Thus, the very few Cape Verdeans who attempted to attain the category of chargehand found that, in the end, their lack of progress was related to ethnic origin and not skill.

However, knowledge of these obstacles within the Cape Verdean community led to an attitude of lack of initiative or submissiveness, which was interpreted by their immediate bosses as lack of merit or capability to reach job categories with responsibility. In this context it is noted that “ethnic divisions cut through class differences” (Bastenier, 1992) so that “ethnostratification” understood as a form of “social differentiation” was articulated around three elements: economic stratification, political inequality and cultural hierarchisation, as a category of fundamental analysis.

After the beginning of the 1990s, the mining sector underwent a severe crisis. The end of subsidies from European funds for mining planned for 2005; the continual conflicts of the sector in the province caused by the progressive worsening of working conditions; lay-offs caused by demands of profitability; closing of mines; lower rates for piecework; and having to work on Saturdays, are some of the causes of the last strike in October 1999. This strike lasted until the middle of December of that year, and a sad record was broken: five men remained at a depth of over 200 metres for 56 days.

This combination of circumstances caused enormous uncertainty and mistrust among the workers, exacerbated by the scarce alternative of reindustrialisation caused by the unfavourable situation of the valley, historically isolated by difficulty of access.

The attitudes of the natives became increasingly hostile to the presence of immigrant workers. This conjuncture of events reveals, conclusively, the profound impact that the situation of the labour market has on other social relations. With the change of fortunes in the economic situation the immigrant went from being a necessary worker to becoming a different competitor.

One of the consequences of the harsher productive conditions in the sector (the attempt to implement the “Electricity Protocol”¹³⁰) was the need to reduce staff, which had been set in motion with early retirement (requirement of the Three-Year Plan 1997/1999). From the 65 or 64 years established in the Miner’s Statute as retirement age, the age when the *reducing coefficient* began to operate was brought down to 55. This coefficient meant that the age for retirement was reduced to a period equivalent to that which results from applying this coefficient to the period of time effectively worked in each of the professional categories and specialities.

The Early Retirement Plan became effective in July 1997, when 316 miners aged 55 retired; up to the end of that year 38 more miners accepted early retirement. These workers received 76% of their gross wage monthly. Almost all of the Cape Verdeans hired between 1975 and 1978 retired in 1998; the last one retired in November 2000. Hence the Cape Verdean community in Spain showed a very new situation in the framework of immigration: the stage of retirement and with it two of its most interesting dimensions: leisure and return to their country of origin by economic immigrants. We shall refer to both aspects under another heading.

By way of synthesis it can be said that the insertion of the Cape Verdeans into the labour market in conditions of contract stability, high wages and security in employment have “compensated” for the anomalies relating to the processes of promotion, finally favouring their subsequent social insertion, which we shall deal with in the following sections.

3.2. The family reunification process: the arrival of women and the schooling of the children

The reunification process began four or six years after the men had settled. The women began to arrive from very diverse places: Madrid, Lisbon, and Rome – and rarely from Cape Verde. This variety of points of origin derived from something very characteristic among the Cape Verdean community, “generic branching”. This phenomenon describes the fact that men and women emigrated through different channels to different places; in this respect we refer to Carreira (1977a, 1977b), where the data show the exclusively female or male nature of emigration according to destination. In the case of Cape Verdean emigration to Spain, as we have tried to reflect in another section, the areas of El Bierzo and Laciana received exclusively male workers, whereas Madrid was characterised by receiving women who mainly worked in domestic service.

The fact that men and women, even when they have maintained strong links with the country of origin such as matrimony or cohabitation, emigrated separately, reflects the fact that this strategy facilitated their incorporation into the labour market. It is, in short, a matter of trans-nationalisation of kinship ties as a consequence of emigration. On other occasions the bonds are established in the country of destination between members of the same nationality who have settled in different cities.

¹³⁰ This protocol sought to remove the obligation of the electricity plants to use coal from Spain, resulting in the disappearance of national mining, given that imported coal was cheaper. This measure was ultimately not implemented owing to massive popular opposition.

This is precisely the case of the Cape Verdean men who settled in Laciana and the Cape Verdean women in Madrid; many women went to Villablino when the work situation of their partners or husbands became stable, and in many other cases new couples were formed who followed the same dynamics. Other women who had left Cape Verde separately from their husbands came from other cities where it had been easier for them to find a chance of a job – such as Lisbon.

When the women, who had left their jobs to devote themselves completely to their homes, arrived in Villablino, the real process of settlement began. The residences of the firm, with full board (“with a landlady”), where some of the Cape Verdean men resided, gave way to the renting of flats and the concentration of the community in specific places. In this sense the small town of Villaseca was of great importance as a migrant centre *par excellence*. The Cape Verdeans there represented 6% of the total population, whereas in Villablino, the urban centre, they comprised 2%.

The reason for this geographic concentration basically relates to the more rural nature of the area, which made it possible to maintain a way of life closer to the style of Cape Verde, such as relations in the street. In other words, the criteria for concentration were a greater community cohesion and proximity to work (the sites where the Cape Verdeans were preferentially employed at first were close to this town). In no sense, however, are we dealing here with spatial or geographic segregation.

In the 1990s family reunification, ‘the *chamada* process’ continued, but in very different conditions; immigrants arriving in this decade found that in the European labour markets there was lack of work, lack of qualifications and illegality. In Laciana young people aged between 16 and 20 had recently arrived (generally “filhos de fora” of the father, nephews) and some adult men (also with some kind of kinship). They are a group who are not registered officially; generally they work without a contract in construction or in the illegal coal mines that are widespread.

3.2.1. Cape Verdean women in the Laciana valley

The situation of Cape Verdean women living in Laciana is characterised by social isolation and subjugation to chauvinist husbands or partners, who maintain codes of behaviour inherited from the culture of origin. For a long time in Cape Verde only the men went to school, whereas the women began to deal with household chores at a very early age. This was the beginning of a long process of inequality and exclusion that Cape Verdean women interiorised as a way of life. Only after many years of emigration and ‘contagion’ from other lifestyles have they begun to reconsider in order to commence a tentative improvement of their situation.

The patterns of discrimination and chauvinist behaviour were perhaps reinforced by the characteristics of the receiving society; a society whose main activity was mining and consequently the figure of the man occupied a central place in the network of relations of authority – he did the ‘hard work’, brought home a high wage, and so on. The women from the area also carried out exclusively, in general terms, the role of wife and mother. Apart from this “macro-coincidence”,

however, there were significant differences determining the way of life of immigrant women and those from the area.

Unlike their husbands or partners who established relationships at work, a key element in integration and participation (such as knowledge of the language)¹³¹, the immigrant women from Cape Verde encountered serious difficulties in insertion in the different activities that the community offered and in short, in forming an active part of the society in which they lived. Despite having lived in the Laciana valley for almost twenty years, the Cape Verdean women almost completely lack social representation. Their sphere of activity is limited exclusively to the home and the care of their children.

In an attempt to alleviate this situation, at the beginning of the 1990s the “Association of Cape Verdean Women” was created in imitation of Spanish women’s associations, but adapted to the culture of the Cape Verdeans. The primary objective was to achieve a space that the Cape Verdean women would feel was their own, where they would have a greater degree of protection with regard to the outside and confidence in themselves that would allow them to show their lack of resources without complexes (difficulty in expressing themselves, in reading, and so on). The results were not satisfactory. Against all predictions, the new association reserved and devoted exclusively to the community of Cape Verdean women and led by one of them also showed serious drawbacks, which caused deep internal discord.

Some Cape Verdean women, incapable perhaps of recognising the real problem (prohibition by their husband or partner, shame at presenting their situation of subordination, insecurity, incapability to communicate and a long et cetera of needs), began to allege, that in the association they were being indoctrinated to lose respect for their husbands, that attendance was a waste of time and that it had very negative repercussions on the efficient performance of their household chores, which were their true and primary obligation.

This network of attitudes revealed a problem with deeper roots: the structures of a profoundly male chauvinist community incapable of breaking with these patterns or denouncing them to the receiving society. In summary, the question we want to answer can be formulated in the following terms: why do women maintain and accept this situation in a receiving context favourable for mitigating their subordination by fomenting greater interaction?

The response is possibly related to the control of the group and the protection of image. Any migrant group exercises active control over its reputation, the main object of which is to avoid rejection in the receiving community. The Cape Verdean community is very zealously protects its positive image. ‘Ideal workers’, as outlined above, they are the first to condemn those who threaten the good reputation of the group (such as traffickers and prostitutes), because they are damaging the prestige forged by hard work and the tacit rule must be respected. Independent women do not fit with the profile of the ‘good Cape Verdean woman’, at least in the Laciana valley.

¹³¹ The women suffered from what de França (1992) calls “semi-linguism”: impoverishment of the language of origin and ignorance of that of the destination.

On the other hand, the “School for Adult Education” was one of the key places for improving the insertion of Cape Verdean women in the receiving society. Considered as a fundamental instrument for solving the most diverse affairs of a bureaucratic nature, it was conceived as a more neutral place far from all the internal intrigues of the Cape Verdean community.¹³² The women considered the school as a place for expansion, which made them feel more useful and have more in common with their school-age children. The men considered it more as an obligation and that it had an instrumental aim, such as getting a driving licence.

After what has been explained, it is easy to suppose that the relations between Cape Verdeans and those from the area were peaceful and harmonious, but in no case are we dealing with a space for permanent exchange or a “melting pot of races and cultures”.¹³³ The daily identification (practices, language and ethnic pride) of the Cape Verdeans with their culture of origin was perceived by many of the native inhabitants as an indication of refusal to adapt; this is the blurred line between adaptation and assimilation.

3.2.2. The schooling of the children and the role of the second generations

School and the second generation form the other major axis of the family reunification process. The school was, during the first years, the most integrated area. Children from different nationalities grew up together and “mixed” constantly. As regards academic performance they all fitted the pattern of working classes in a semi-urban area: class attendance in itself rarely gave personal satisfaction; the instrumental value of what was learned in the medium – and long – term did not seem to have an application in a framework characterised by a lack of opportunities; and the need to leave the area to complete their studies.

As the pupils passed from primary to secondary education, the dropout levels rose, and were higher among the Cape Verdeans than among the Spaniards. One in every ten dropped out among the latter, compared to up to four out of ten among the Cape Verdeans. The high dropout levels among the Cape Verdeans did not correspond to their discourse on education conceived of as the only method of social mobility and of improving living conditions. Both parents and children agreed that their scarce “powers of social negotiation” (Villa, 1990) and the non-existence of an effective network of social relations meant that when a young Cape Verdean stood out as a good student, the family¹³⁴ spared no effort in helping him to escape from what his ‘class pathway’ would bring him.

¹³² Although receiving societies usually consider migrant communities as a homogeneous whole, they, like any human group, show considerable internal heterogeneity deriving from many factors, such as island of origin and social class. A good example of this is the existence, at the end of the 1990s in the province of León, of four different associations within the Cape Verdean community, which arose as splinter groups of the original one.

¹³³ The rare mixed marriages between young Spaniards and Cape Verdeans (4 in 25 years) in the first generations, and the conflicting sentimental relations, almost always because of the opposition of the Spanish parents, may serve as an indication.

¹³⁴ The parents had such confidence in the school that most Cape Verdean families *forbade* their children from speaking Creole so that this would not interfere negatively with their studies.

However, the parents maintained with the educational institution the same attitude of submissiveness and distance as with the other local institutions, avoiding contact with the teachers. This attitude may not be the best way to contribute to the academic success of the children. The young Cape Verdeans, who had grown up in a setting of economic expansion and social stability, began to see how the equality that they had experienced until then and on which the school had insisted so much, began to change into inequality.

It was a matter of the acute imbalance between the expectations generated by egalitarian values and the opportunities offered by a system in crisis. In this context the second generations of migrants in the whole of Europe and from the end of the 1980s became “ethnic groups”. Ethnic self-affirmation is no more than a response: the young people are responding to discrimination by making use of identity. They seek to thus reject a process of social incorporation that does not contemplate their rights of citizenship.

These attitudes entail a twofold source of conflict: in relation to the receiving society that will feel threatened by foreigners who seek real equality and in relation to their families, who have acted as submissive and united ‘migrant communities’, because they seek to go beyond formal equality by abandoning the discreet background position reserved for the migrant, necessary for not eliciting the racism of the native inhabitants.

3.3 Participation in political life and the novelty of retirement: the “invention of leisure” and the ‘myth of return’

Just as they did in other aspects – lack of initiative at work, lack of prevention in relation to health, the expiry of documents, and the practice of multiple union affiliation on the part of Cape Verdeans, without ever becoming union representatives –, the first generations of Cape Verdeans learned the rules to make use of them and survive in this very different area of exchange, but did not assume or interiorise the meaning. They grasped the rule but not the spirit of the relations of the country of destination. As we have explained, the attitude of the second generations is substantially different.

As some Cape Verdeans themselves explained (Moldes, 1998), an economic immigrant employed in the mining sector does not contemplate the issue of free time while he is working, mainly for several reasons: his job demands great physical effort, he has little free time and he spends it resting or in recreational activities – mainly focused around the bar. The demands of saving mean that the idea of planned leisure is not very feasible.

While they were working, the immigrants’ leisure activities consisted of meeting at the bar of the association where typical activities were carried out, such as music, games and drinking. As regards returning to their country, during the first years of emigration the immigrants only demonstrated one dimension: that of workers, deploying an enormous ability to adapt, in the face of both material and symbolic difficulties. In this sense the idea of return is presented as a

psychological compensation. In their conversations, returning to the home country, characterised as a kind of paradise lost,¹³⁵ is a constant feature.

As they have retired, the Cape Verdeans have left the Laciana valley *en masse*. Currently it is calculated that among all the towns in the valley there may remain scarcely 25 families. In absolute numbers this may mean some 125 people. On being released from their work obligations they have gone to other places on the peninsula. Surprisingly, and despite the discourse articulated in interviews five years ago, nobody has returned definitely to their home island.

This sharp drop in the African population has as its main consequence, besides an atmosphere of abandonment and degradation which is especially evident in places such as the association, the difficulty of maintaining any of the traditional activities that a few years ago formed part of daily life: gastronomic meetings, popular fiestas, and so on. A clear example of this trend is the situation of the “Peña Tropical”, a splinter group of the Association “Los Unidos de Cabo Verde en Laciana”, which has gone from 33 members to 8. With this small number of people it is very difficult to finance the activities it used to organise. This state of affairs generates a feeling of helplessness and abandonment that those affected express with more or less intensity.

The definitive factor for staying in Laciana is that of being a homeowner; only those who bought their house have remained because, at this moment of degradation and uncertainty, selling it implies a certain loss. This situation reveals once again that life in the valley beats to the rhythm of the coal. Some of the Cape Verdeans who remain in the Laciana valley live in rented houses, but their number is of little significance. The fact that buying a house has become a cause of being involuntarily chained to the area shows the mistrust in the job expectations the area offers in the short run, basically with the second generation in mind. This is the main concern for Cape Verdean parents.

Despite the current normality, the threat of dismantling is the constant fear of the population of the Laciana valley. Young workers in the sector want to know whether after the closing down of the mines, which will occur halfway through their working life, there will be feasible alternative employment in the valley on an industrial estate that is always mentioned, with land reserved, but which has never materialised.

This situation of uncertainty and professional stagnation for the second generations affects all the retired workers and employees of the firm and sector. The main difference between the native inhabitants and the immigrants (even when naturalised) is how great their link with the valley is. The natives have a solid network of relations, lands owned and are used to a climate that the visitors find too harsh.

Cape Verdeans who have retired are aged between 45 and 48 and have children aged between 16 and 21 who must necessarily move elsewhere if they want to go to university and will also

¹³⁵ As a result of selective memory, many Cape Verdeans interviewed only remember – and thus it is expressed in interviews – an egalitarian society, without hierarchies, showing solidarity, friendliness and no rushing.

have to do so in order to have access to the labour market, whether or not they have a university education. The parents do not want to wait until this situation forces them to make the decision of either moving or becoming separated from their children; they reject the latter situation unanimously since they have an expert knowledge of the feeling of being uprooted.

Thus, the main factor for leaving is the lack of job opportunities for the future of the young people; they want to leave because they want to plan their future near their children, and they want their children to be able to find the minimum conditions for getting a job. The destinations of the Cape Verdeans from Láciana are preferentially: Ponferrada, the hub of El Bierzo, 70 kilometres from Villablino, with a population of about 90.000 and an excellent network of communications and services, and necessarily, more job opportunities. Around thirty families have moved here and settled in a neighbourhood where there were already Cape Verdeans and which has grown considerably in recent years. In the Autonomous Region of Valencia – specifically the town of Torrevieja in the province of Alicante – the number of people from Cape Verde increased from 41 to 84. Although statistically these data are scarcely relevant, the constant increase is very interesting as a trend, especially when the Cape Verdean population in this region had been insignificant throughout the 1980s and 1990s: an average of between seven and ten people, respectively.

Traditionally, publicity campaigns that present this area as an ideal place for spending the winter months, fleeing from the cold northwest of León, have been very popular in the valley. The brochures and video-conference sessions given in restaurants and bars in Villablino were sufficiently attractive for the Cape Verdeans, who mainly lived in rented accommodation, to consider this place, with a climate similar to that of their home islands and job opportunities in the catering sector for their children, as a place to settle, where the price of buying a house was not excessive. Therefore, greater job opportunities – bakeries, fast food restaurants and bars are some of the places where second generation Cape Verdeans have been employed -, a more familiar climate and the possibility of owning a house are the three variables that have acted as attraction factors.

Much less significant from the quantitative point of view are the settlements of Cape Verdeans in León or Villalba in the province of Madrid, where there is also a community from Cape Verde.

When asked about the possibility of returning to Cape Verde for good, those interviewed generally refer to the impossibility of doing so because of their children and the wish for them to grow up in a context with greater opportunities than there are on the islands. Although at present Cape Verde is undergoing a tourist boom, mainly brought about by foreign firms, especially from Belgium and Germany, the Cape Verdeans still have no confidence in the infrastructures of employment and education. In most cases, as emigrants who have been successful, they have built or restored their house on their home island. This is useful for holidays but since the fare is so expensive and the families are usually large, it is much more profitable to rent it out.

Just as they had explained in the interviews that when they retired they would definitely go back to that warm place of communal life, now they do not hesitate to affirm that they will do so as

soon as the children have “their life set up”. Although at the same time they admit that if they are moving now it is to keep together and finally do away with the feeling of uprootedness that has been with them for most of their lives.

As regards leisure, for most it is a matter they have not even considered. At first they were unhappier because the days seemed very long and they did not know what to do. Some have opted for working in small allotments, which they already rented when they were working. Others mainly take walks and watch television, and a few have increased their participation in the housework. In general, they say they have not suffered with the change and they are happy with the new situation, although a considerable percentage answered “yes” to the question: if you could choose, would you continue working? In some way the quest for a future for their children in a situation of crisis means that they continue to feel active.

By way of conclusion, it can be said that the history of the Cape Verdean community in Spain convincingly shows the ineffectiveness of the term integration for the study of inter-ethnic relations from a sociological approach. The inequality of opportunities revealed in the labour stagnation of some workers because of their ethnic origin, the rejection – in the form of latent opposition – of marriages between racially and ethnically different young people, or any voluntary form of permanent interaction, have not impeded the development of peaceful co-existence, the maximum aspiration of any human group, between Cape Verdeans and the people of Lacia for almost thirty years.

REFERENCES

- ARANGO, J. (1993), “El sur en el sistema migratorio europeo. Evolución reciente y perspectivas”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 12, pp. 7-19.
- BASTENIER, A. e DASSETTO, F. (1993), *Immigration et espace public. La controverse de l'intégration*. Paris, L' Harmattan.
- CARREIRA, A. (1972), *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata*, Lisboa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CARREIRA, A. (1977), *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações*, Lisboa, Ulmeiro.
- FRANÇA, Luís de et al. (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- GONZÁLEZ, L. F. (2004), “Evolução da comunidade cabo-verdiana residente no Litoral Luguês”, in MATÉS, R. V. and GONZÁLEZ, R. L. (eds), *As migracións em Galiza e Portugal*. Contributos desde as Ciências Sociais. Santiago, Edicións Candeia.
- MOLDES FARELO, Rocío (1998), *Relaciones etnia clase: inmigrantes caboverdianos en las cuencas mineras del Valle de Lacia*. Madrid, Editorial Complutense.
- PARKIN, F. (1984), *Marxismo y teoría de clases. Una crítica burguesa*, Madrid, Espasa Calpe.
- PORTES, Alejandro e BÖROCZ, J. (1992), “Inmigración contemporánea: perspectivas teóricas sobre sus de terminantes y modos de acceso”, *Alfoz*, n.º 91-92, pp. 20-33.

XIII

“THEY ARE UNGRATEFUL!”

CAPE VERDEAN NOTIONS OF TRANSNATIONAL OBLIGATIONS

LISA ÅKESSON

*Departamento Antropologia Social
Göteborg University (Suécia)*

Dona Maria lives in Mindelo, the second biggest city of Cape Verde. We meet her and her two youngest grandchildren in Dona Maria's tiny kitchen. Her body is aching and she remains seated on a worn plastic chair while she orders her grandchildren around. It is Saturday and preparations are being made for the traditional *catchupa* stew. Suddenly there is a loud rap on the door and in comes Pedro, the children's father, who earns his meagre living carrying out odd jobs in carpentry. He is drunk and obviously in a bad mood. He immediately turns to his mother and asks what we are talking about. When Dona Maria explains that she was talking about her other children – all of whom have emigrated –, Pedro flies into a rage. Shaking his fists in front of his fragile mother, he shouts that he never will forget what his brothers and sisters are doing to him. They are emigrants but they never help him. They only think of themselves and not of him, living in poverty in Cape Verde.

When Pedro at last leaves the kitchen, Dona Maria is nearly in tears. In her despair and anger she tells me that her emigrated children cannot be blamed for neglecting the family. They are duly supporting her, but have given up on Pedro. Earlier they had tried to help him emigrate, but he lacked the skill and ambition to fill in the immigration forms. Now it is considered that all help is wasted on him, and despite her age she is the one who has to support his children.

The conflict between Pedro and his mother shows how sensitive the relationship may be between those who have migrated and those who have stayed – or in other words, between people who maintain transnational social ties. Such ties are created and recreated through everyday long-distance contacts across national borders. The question of who is supporting whom with what easily gives rise to arguments and conflicts. Migrant remittances, together with other forms of transnational exchange, play an important role in families where some members have left and others have stayed. Pedro and his siblings shared a childhood marked by poverty and deprivation. Pedro's anger is fuelled by his conviction that his siblings who have succeeded in emigrating have a self-evident obligation to support him in his present poverty. Pedro vents his anger on his aged mother because she has not sided with him against his siblings in Europe.

The perspective of those who have stayed

The transnational approach to migration, which has dominated research since the early 1990s, has one limitation. In their seminal article on transnational migration, Glick Schiller *et al.* define “transnationalism” as “the processes by which *immigrants* build social fields that link together their country of origin and their country of settlement.” (1992: 1, my italics). Thus, the focus is on migrants’ experiences and ties to the homeland rather than on those who remain at home. This bias is evident not only in theoretical approaches, but is also reflected in the fact that the majority of empirical studies depart from the perspective of the migrants. This, in turn, has to do with a reality where most researchers do not reside in countries of emigration, but are living and working in countries of destination. The majority of the migration scholars reside in Europe or the US. Often they do not have the possibility – and sometimes they may lack the interest – to carry out fieldwork in a sending country, and consequently they focus on the migrants’ living conditions.

A strong engagement in activities that transcend borders is, of course, also apparent among those who stay behind in the country of origin (Åkesson, 2004; Golbert, 2001; Levitt, 2001; Mountz & Wright, 1996). Although they stay put, their daily lives often depend upon people, money, ideas and resources located in another setting. Many will never leave their homeland, partly because of the immobility imposed on them by the restrictive immigration policies of countries of destination. Nevertheless, they live their lives in a social universe that stretches far beyond the borders of their country. In a complex interplay, the non-migrants interact with those who have left. The actions of those who stay are important not only for their own lives in the homeland, but also for the migrants’ living conditions.

A focus on non-migrants’ ideas and practices may contribute to deepening our understanding of migrants’ situations. If we incorporate non-migrants’ notions and actions in research on transnational migration, a more dynamic perspective opens up, through which the form and content of long-distance contacts may be appreciated as something that is continuously negotiated between the different actors. This approach may also function as a counterbalance to some of the problems that have characterised traditional ‘immigrant research’, namely a tendency among some scholars to regard their own conceptualisations of migrants and migrants’ lives as natural and universal. One way of counteracting ethnocentric and essentialised notions of ‘immigrants’ and ‘contacts with the homeland’ may be to change perspective and instead analyse ideas and practices related to the non-migrants. What kind of moral claims do those who stay direct towards migrants? How do non-migrants legitimise these claims?

In this chapter I discuss how Cape Verdean non-migrants perceive migrants’ obligations towards their families in the homeland.¹³⁶ I do this against the background of Carling’s (2007) argument that transnational relations between migrants and non-migrants are often characterised by an inherent asymmetry. Migrants and non-migrants experience the asymmetry of the relationship in

¹³⁶ The chapter is based on a total of one year of ethnographic fieldwork between 1998 and 2004 in Mindelo, Cape Verde. A deepening and contextualisation of my argument is to be found in my Ph.D. dissertation *Making a life: Meanings of migration in Cape Verde* (Åkesson, 2004).

different ways, but it may be a source of frustration for both sides. Many of those who stay feel that they are exposed to the whims of their migrant relatives and friends. They wait for help and contact from abroad, and employ a lot of time and energy in interpreting and criticising the migrants' actions. They experience the reality that the migrants move about in a world which they themselves in their capacity as non-migrants have little chance to influence. The migrants, for their part, sometimes feel they are victims of an "enforced transnationalism" (Al-Ali *et al.*, 2001). From their perspective, the expectations and demands harboured by relatives and friends in the country of origin may attain unrealistic proportions. Despite this, maintaining relations to the family in the country of origin is seen as something natural and necessary, and most migrants do their best to try to maintain a balance between their everyday life in the new country and their relatives' demands and expectations (Salih, 2000).

A transnational history

For many people in Cape Verde, transnational relations are an important part of life. Nearly all Cape Verdeans have close relatives who have migrated to Europe or the US. Extensive emigration from the Cape Verdean islands has been taking place for more than a hundred years, implying that border-crossing networks based on kinship are an institutionalised phenomenon. Everyday activities – such as sustaining a living, fostering children and construction of houses – are often carried out in cooperation with relatives who live far away. The concept 'non-migrant' should therefore be understood in relation to an existence that in many different ways is characterised by ideas and practices connected to people who reside in faraway places.

Cape Verde is made up of nine small islands with a total population of about half a million people. The archipelago is situated 400 kilometres off the coast of Senegal in West Africa. In 1455, when the first Portuguese expedition dropped anchor in Cape Verde, the islands were uninhabited. The Portuguese brought enslaved Africans from the Guinea coast, and the few white settlers were soon outnumbered. The male colonisers considered sexual relations with enslaved women their unquestioned privilege, and after a few decades a mixed Creole population became the largest group.

Over the centuries, long recurring periods of drought in combination with a neglectful Portuguese colonial police have brought hunger and suffering to the Cape Verdeans. As late as in the 1940s, one third of the population died in consequence of famine and concomitant diseases, but today hunger is no longer widespread. After independence in 1975, the Cape Verdean state has developed health services as well as the educational system, and the standard of living has improved for most people¹³⁷. The economic dependence on the outside world is, however, deep. Since independence, Cape Verde has received development aid from a large number of different international donors. Between 2002 and 2005, migrant remittances amounted to between 10 and 15 per cent of the national income (Banco de Cabo Verde, 2006). According to different estimations, between one third and two thirds of the households receive money from relatives living abroad (Carling, 2005).

¹³⁷ In UNDP's Human Development Index, Cape Verde is ranked as number 102 of 177 states (2008). Among the countries on the African mainland, only Libya and Tunisia have a higher ranking.

Already by the end of the eighteenth century, people from Cape Verde had started to migrate in search of a better life free from hunger and deprivation. The early onset of migration can be linked to the harsh environmental conditions, to Lisbon's neglect of the islands and to their geographical position at the crossroads of Atlantic trade. Today, migration is a deeply-rooted tradition that profoundly affects the way people see themselves and their nation. Migration is not seen as a departure from the national community, but as an integral part of Cape Verdean existence. Shifting economic conditions and immigration policies in countries of destination have over the years directed the flow of Cape Verdean migrants to many different parts of the world. The US, South America and West Africa were among the early destinations.

From the 1960s onwards, many Cape Verdeans have left for Western and Southern Europe. During recent decades, Portugal, France, Spain, the Netherlands, Italy, Luxemburg and the United States have been the most important countries of destination. As a consequence of this long history of migration, Cape Verdean communities are present in many countries in Africa, the Americas and Europe. Many Cape Verdeans claim that the diaspora outnumbers the population who actually live in Cape Verde.¹³⁸ This gives an image of the wide dispersal of the Cape Verdean nation, but indicates at the same time that the migrants and their descendents are seen as a part of the national "imagined community" (Anderson, 1991).

Global family networks

The long history of migration and the dispersal of the Cape Verdean diaspora to three continents have meant that social ties between Cape Verdeans living in different parts of the world are complex and multi-layered. Within one household in Cape Verde, people may maintain relations with migrants in Massachusetts and Portugal, while their neighbours receive phone calls and money from France and Italy. Even people living in the same household may maintain different transnational contacts. In research on migration dealing with movements from Latin America and the Caribbean to the United States, the phrase "transnational social fields" is frequently used as an analytical concept (*e.g.* Glick Schiller *et al.*, 1992; Levitt, 2001; Mahler, 1998). These fields link sending and receiving countries or communities to one another and they are created and maintained through continuous contacts between groups of people at home and abroad. Such "social fields" create an image of continuous singular wholes (Mahler, 1998: 76).

From the Cape Verdean homeland perspective, it is difficult to discern specifically delineated transnational social fields thus defined. Numerous individuals engage in transnational practices, but few communal activities emerge, at least as seen from the homeland perspective. The non-migrants are certainly transnational in their orientation and activities, but because of the broad and complex dispersal of the migrants, those left behind are linked to different places as individuals or members of a specific *família*. It is therefore more appropriate to speak of networks than "social fields" since network analysis sees each individual as "... a 'node' linked with others to form a network." (Vertovec, 2001: 6).

¹³⁸ There are no reliable statistics on the Cape Verdean diaspora population.

The transnational networks are primarily based on kinship ties. Belonging to the same *família*, that is, kinship group, is seen as a natural and obvious basis for both local and global ties.¹³⁹ Relationships based on friendship or a history as neighbours or co-workers are also important in Cape Verde. Migrants' friends can claim their right to support from the migrants, but such requests do not have the same social weight as demands directed towards relatives, and are therefore less effective. There is a strong ideal that relatives, and especially close relatives, should keep together and help each other. This is the reason why relatives abroad are often a target for non-migrants' criticism when they feel they receive too little help and support.

I often heard people talk about relatives who had migrated as *ingrôt* (ungrateful). This word was used, for instance, by my friend Sonia when she talked about her sister. The sister had managed to acquire a tourist visa to the USA five years ago, and since then she had lived there as an undocumented migrant. Now Sonia believed that the time had come for her sister to help her to gain entry into the United States.

Research shows that kinship is generally an important organising factor for social relations in transnational space (Eastmond & Åkesson, 2007; Faist, 2004; Bryceson & Vourela, 2002). Variations in kinship ideologies and practices, including understandings of the rights and obligations of different relatives, are fundamental for the exchange taking place through these long-distance relations. This means that practices carried out in transnational networks should be analysed within an understanding of how kinship is construed.

In Cape Verde, the concept of *família* is often used to refer to the group of relatives that an individual maintains active contacts with. Relatedness through the *família* is seen as open to everyone perceived to be related through blood, while in-laws do not belong to the *família*. When I asked people about the status of in-laws, they referred either to lack of 'blood ties' or to the instability of conjugal relations. Conjugal relations are often transitory, at least compared with the European ideal. Both women and men tend to find new partners and also separate from former ones with comparatively little social upheaval, even though emotional and economic costs can be high, especially for women. People – especially men – seldom expect conjugal relations to be life-long commitments.

Many men maintain sexual relations with more than one woman at a time. Notions of masculinity are strongly coupled with sexual activity, and polygamous behaviour is an important element of being "a real man". Yet life-long monogamy is not expected from women either. There is an important difference however – while it is seen as more or less "natural" for men to maintain more than one relationship simultaneously, it is normally acceptable for women to enter a new conjugal relation only when they are single. It happens, however, that women have secret lovers.

¹³⁹ The Cape Verdean *família* should not be confused with the Western nuclear family. The concept of *família* can be translated into 'kinship group'. In order for two persons to consider themselves member of the same *família*, several conditions must be fulfilled. Firstly, it must be socially acknowledged that their relation is constituted through kinship, which means that they and others must agree upon a relation through blood. Secondly, there must be a mutual *tratamento* (treatment, way of addressing), implying that both partners affirm the relation in some kind of social interaction.

The flexible character of the conjugal relationship means that long-lasting transnational ties are hardly ever based on a relationship between a woman and a man. Instead, the basic building block in kin networks, providing continuity and stability in local as well as transnational relations, is the mother-child tie. People in Cape Verde often stress the enduring quality of the bond between mothers and children. The strength of consanguineous ties is manifest also in relations between siblings. A history of shared childhood experiences, and the character of the relation which has developed out of these experiences, is more important for the closeness and strength of a sibling relation than conceptualisations of being half or full brothers and sisters in terms of biology. The kinship relations that are maintained despite long periods of geographical separations are thus often ties between mothers and their children, and ties between siblings (Åkesson, 2004).

Practising transnationalism

Transnationalism is not a phenomenon that exists in and of itself, but something that is continuously shaped and reshaped in a changing reality. Different practices form the elements of transnationalism as a comprehensive social phenomenon, but at the same time these practices are carried out in relation to social networks and cultural notions that embrace a transnational orientation. The social dynamic between the migrants and the non-migrants is created and maintained through different activities. These activities can be divided into three different categories. In the first place, there are communicative practices such as telephone calls, letters and contacts over the internet. For Cape Verdeans, telephone calls are the most important means of communication with relatives abroad. Phone calls make direct two-way communication possible, and do not require an ability to write. In Cape Verde, as in many other developing countries, access to telephones has increased considerably during recent decades. According to the World Bank (2008) there are more than 300 fixed line and mobile phone subscribers per 1.000 people. Most Cape Verdeans cannot, however, afford to make an international call, which implies that the migrants control the frequency of contact. The initiative rests with the relatives abroad, and many people in Cape Verde spend a lot of time and energy waiting for telephone calls. The migrants also have a hold over the possibilities to meet “in reality”. Among the non-migrants, it is only the elite that have the possibility to visit their relatives abroad due to visa requirements and expensive airfares. The rest of the population has to wait until the migrants come home for holidays.

Secondly, there are the services that those who stay carry out on behalf of the migrants during their absence. For these services the non-migrants often receive compensation. In Cape Verde, the non-migrants support the migrants mainly with child fostering and supervision of house construction projects. One of the most important practices for sustaining linkages between emigrants and their homeland kin is child fostering across borders. For the adults concerned, child fostering contributes significantly to the maintenance of active transnational ties through which money flows and commitments are upheld.

Cape Verdean female migrants often leave a dependent child behind when they migrate. Such separations of mothers from their children produce obligations both for those who stay and those who leave. A refusal to provide a home for the children of a female relative who wants to go abroad is considered disloyal. Often it is the maternal grandmother who ends up taking care of a child instead of the mother. The mother's sisters, as well as other female kin, are also frequently requested to become foster parents. The mother, on her part, is expected to continuously send money for the provision of her children. A woman who neglects this duty is seen as an irresponsible mother. Thus, expectations are high both for the child giver and the child receiver, and, together with the fact that the upbringing of children is a long-term practice, this means that child fostering produces enduring links.

Another long-term service afforded by those who stay is the supervision of migrants' house building projects in Cape Verde. The building projects often stretch out over a long period of time. Migrants often entrust the supervision of the house project to a relative in the homeland. Whenever the migrant can afford it, he/she sends this person a sum of money together with detailed instructions about the next step to take in the building process. The migrant may also try to visit Cape Verde during holidays in order to personally oversee the progress of the building project. The relationship between the overseas house builder and the local supervisor demands mutual trust, though sometimes this may sour.

During fieldwork I met migrants who told stories of being cheated. They described how they had managed to save some money through years of hard work and sacrifice. They had regularly transferred their savings to a trusted person in the homeland. On return, they had received descriptions of how their house project was progressing. When the migrants had later visited Cape Verde to inspect the project, there was no house to be seen – only a relative telling a patched up story about what had gone wrong. In their defence, these local “supervisors” sometimes inverted the story, claiming that the migrants had never sent any money but had still had expected their poor relatives to build them a house. Where the truth lies in these stories is unclear and of little interest for the present discussion. What is interesting, however, is how common this kind of conflict seems to be. House projects obviously constitute an important linkage between people at home and those in the diaspora, and the tension that often builds up between the emigrant builder and the homeland supervisor reflects how important the whole enterprise is for both parties. From an economic as well as a social perspective then, transnational relations are mediated by house projects.

The third kind of practices, which I will focus on in what follows, concerns the cases when the migrants are givers and the non-migrants receivers. In this kind of exchange, which comprises remittances, gifts and facilitation of migration, the initiative rests with the migrants. These different kinds of support build on morals founded on notions about relatives' obligations towards each other. The migrants are expected to maintain an active relationship with, at least, their closest relatives in Cape Verde. Through different kinds of support the migrants are expected to show that they are not *ingrôt* (ungrateful) toward those who have supported them earlier in life. The non-migrants' expectations are created against the background of their

assessment of the migrants' resources (Carling, 2007). The control of the exchange ultimately rests with the migrants.

“They send nothing”

In 2007, official remittances to Cape Verde amounted to about €100 million (Banco de Cabo Verde, 2008). If we take into consideration the average size of a Cape Verdean household, which is 4.6 people, then an average household should receive about €920 per year. This sum corresponds to more than the annual salary of, for example, all the women in Cape Verde who work as domestic servants. All the remittances are not, however, destined for the migrants' relatives. Many successful returnees receive a substantial pension every year from Europe or the USA. Furthermore, migrants send money to Cape Verde for savings, construction of a house or other investments.

Despite this, there are many non-migrants who receive remittances more or less regularly. The anxious wait for money from a relative living abroad is an everyday reality for many who stay. When a growing debt makes it impossible to enter the neighbourhood grocery store, when schoolbooks and school uniforms must be bought or when the electricity has been cut off because of unpaid bills, hope of rescue is pinned on relatives abroad. For larger investments, such as construction of a house or purchase of land, support from people living abroad is often necessary. The central importance of the money from the migrants for both short and long-term livelihood strategies means that remittances are a key topic in many everyday discussions and conflicts.

Money sent by those who have left is a primary sign of not having been forgotten and the demonstration of transnational loyalty. People I met were often critical of the “migrants” generosity, and when they complained about lack of attention from relatives abroad they frequently claimed that “she/he sends nothing”. Nothing (*nada*), in this context, may mean a variety of things. In some cases “nothing” means “she/he doesn't even drop us a few lines and tell us of her/his whereabouts, we have lost all contact.” In other cases “nothing” may mean, “well, she/he sends us letters, some money and/or gifts, but she/he does not live up to our expectations.” The first time I actually noticed this was when a neighbour who was always complaining about her sister's “forgetfulness” suddenly turned up in a smart new dress and new shoes and casually mentioned that her sister had sent her a big package the other day. After other similar experiences, I began to interpret “nothing” as meaning “not enough”. This seemed to be especially true when the complainer was poor and therefore had a strong sense of a right to expect assistance from more prosperous kin.

The sending of remittances is a practice that is intimately associated with how kinship and gender mutually constitute each other. When kinship relations are seen as close, the obligation to send money home is stronger, and, as already mentioned, ties between mothers and children are especially important. In fact, the only cases of *regular* transfers of migrants' incomes I encoun-

tered were remittances sent by mothers to their children and by adult children to their elderly mothers. Even when mothers have been absent for many years, they are not expected to ‘forget’ their children, and they must continue to support them more or less consistently, or arrange for their emigration. Although in practice it happens that mothers stop sending money, it is clear that the moral expectations associated with motherhood do not cease when a woman leaves Cape Verde. It is more acceptable for fathers to break their contact with children left behind.

Elderly women with no income of their own clearly expect children in Europe and America to help them economically. If this does not happen, the offended woman may complain about her children’s lack of gratitude to everyone she meets, which means that her children’s ungratefulness becomes known both in Cape Verde and among Cape Verdeans living abroad. The fact that children who do not send money to their mothers are accused of being ungrateful (*ingrôt*) indicates that ideas concerning reciprocity play an important role. Women often portray the struggle for their children’s welfare as “sacrifice”. By this they mean that they forsake their own wellbeing and health for the sake of their children. In a moral discourse, these sacrifices are the rationale behind the obligations children living abroad have towards their ageing mothers.

Elderly men cannot in the same natural way expect to receive economical support from their children. Largely, this depends upon whether the individual man has sustained his children when they were small. Many fathers claim that they are incapable of “helping” their children due to economic difficulties, and this excuse is much more socially acceptable for men than for women. Men who have not supported their children cannot later contend that adult children who have migrated owe a debt of gratitude to them. Expectations of support may also be made of migrant siblings, especially if a brother or sister in Cape Verde is living in precarious economic circumstances. The narrative about Pedro and Dona Maria, which opened the chapter, points to the importance of sibling ties and to the social tensions that are often created around expectations about receiving money from abroad.

Gifts connecting places

Like remittances, gifts from abroad are interpreted as signs of being “remembered” and as symbols of an unbroken loyalty on the part of the migrant. By creating a tangible link between migrants and those who stay, gifts give a sense of spatial reunion between diaspora and homeland (Werbner, 1999), and they may, at least momentarily, ease feelings of being “forgotten” by those on the outside. Gifts reach Cape Verde in two ways. They may arrive in shipped containers that are filled with goods or they may be brought by visiting migrants.

Gifts sent by boat are usually packaged in modern “oil drums” made of plastic, a tradition that goes back a long way. Formerly, the oil drums contained foodstuffs, primarily maize and beans for making *catchupa* and thereby ensuring the survival of the *família*. Today, they are filled mainly with non-food commodities, though I heard some complaints about the descendants of migrants sending maize because they are not updated on the developments that have taken

place since independence in 1975 and do not know that maize and beans are now in plentiful supply. Normally, Cape Verdeans receive clothes, shoes, toys, toiletries, books and pens for children's schooling, electrical appliances, and maybe some carefully hidden cash. A visit to customs revealed that more bulky objects such as refrigerators, televisions and stereo equipment are also sent to kin in the homeland.

The expectations and demands made of a visiting migrant are high, especially if she or he has maintained strong links to the homeland. The gifts travellers bring differ from the shipments. These gifts tend to symbolise the imagined essence of destination countries. Preferred presents such as brand-name clothing, electronic goods, cosmetics and jewellery all are items that signify modernity and affluence. Werbner (1999) describes a similar situation in relation to Pakistani migrants in England for whom the metonymic movement of special gifts embodies places. The gifts make places "travel", according to the author, and bring them together. As Gardner (1995: 122) remarks, goods from abroad also carry ideas about power. The giving and consumption of such gifts link non-migrants with the economic and political force of the powerful foreign countries.

Cape Verdeans I know in Sweden sometimes complain about the expectations of those who stay regarding gifts, and say that because their relatives want them to return as "Father Christmas", they cannot afford to visit their homeland. A similar situation is described by Salih (2000) who writes about Moroccan female migrants in Italy who work hard all the year in order to be able to take expensive presents with them when they return for holidays in the homeland. However, by comparison with the hopes and fantasies Cape Verdeans attached to returning migrants in colonial times (Meintel, 1984), expectations of gifts today seem to be more realistic. A higher standard of living, the increased importation of foreign products and a growing knowledge of the world beyond the ocean have all contributed to this.

The items people take away from Cape Verde when they leave represent an inversion of the modern and luxurious items from abroad. Usually people take some simple but particular foodstuffs when leaving: *grog* (sugarcane liquor), tins of tuna fish and a special kind of dry biscuit. These locally produced objects are widely distributed in the diaspora, and they are felt to contain the sum and substance of the homeland. People in Cape Verde often know that similar products can be bought in countries of destination, and they might even acknowledge that the foreign products are of a higher quality, but this changes nothing because it is the local identity of these gifts that matters. When I asked people why they bring these objects, they explained that they are "very Cape Verdean". One man said that, "*grog*, tuna fish and biscuits are visiting-cards of the nation. We distribute them everywhere we go so that people will remember us." These objects are emotionally charged, they are permeated with a Cape Verdean spirit, and when they leave the country they transmit this spirit to places far away.

When we compare the gifts migrants bring to Cape Verde with the foodstuff they take from the islands, some striking contrasts appear. The power and affluence of foreign countries is reflected in the gifts from abroad, while the humbleness of the homeland is articulated in the simple food articles. But the fact that these articles are edible gives them a special value. The spirit of the

homeland is to be absorbed by the human body, while the essence of abroad only can be worn on the outside of the body, on its surface. Similar to people in many other parts of the world, some Cape Verdeans adhere to the idea that locally grown food gives more energy and power than imported food. Possibly, this notion is embedded in the persistent practice of carrying heavy tins of tuna fish, litres of *grog* and sacks of dry biscuits across the world.

Facilitation of migration

In the minds of many non-migrants, the most important contribution migrants can make is to facilitate the movement of those left behind. In order to gain entry into Europe or the USA, contacts via transnational networks are crucial. Migration through family reunification is an obvious example of the mediation these can provide, and this is the preferred method of migration as the migrant arrives in the country of destination equipped with full rights of residence. Many of those who are eligible for family reunification, however, have already left Cape Verde. A more common way to migrate is to acquire a tourist visa, and overstay it after it has expired. Even acquiring a tourist visa requires that the applicant has somebody in the country of destination who officially stands as host and takes economic responsibility for the applicant's visit. Cape Verdeans formulate this by saying that they need somebody abroad who can "give entry" (*dá entrada*). This wording shows that agency is placed with the migrants; that people in Cape Verde are waiting for somebody to help them out. Another way to acquire a residence permit is to marry someone who is a citizen or resident in a country of destination. In this case, it is often necessary to have help from people abroad in arranging a suitable partner. In some cases, marriage documents are obtained by paying prospective partners, and migrant relatives may be expected to assist in generating the money needed. Lastly, kin already established abroad can help to procure labour contracts that confer residence rights.

Relatives who refuse to facilitate someone's migration often cause much frustration. Mostly, this concerns refusals to stand as guarantor for a short-term tourist visa. Fatima, a young woman living in deep poverty, conceived of herself as totally at the mercy of her migrant relatives and their benevolence:

Everybody wants to leave. At least everybody who is young. Here, life is worth nothing. It's just misery and sufferings, but these days it's harder and harder to leave. Only those who have família outside of Cape Verde have a chance. I've an uncle in Portugal, and once he sent me the papers and said that he would give me entry. It didn't work out, because he is responsible for three children and doesn't live together with the children's mother. His house isn't a proper house. It lacks the necessary conditions [in the eyes of the Portuguese immigration authorities]. There is also my godmother... but she's useless. She lives a good life in Luxembourg, but doesn't want to help. She says that I must find somebody in Holland who can give me entry, and then she can help me find a job in Luxembourg. It is just talk, talk, talk! Why doesn't she help? I don't know.

It is evident that Fatima interprets the attitude of her godmother as arrogant and unhelpful. However, like others who desperately long to migrate, Fatima does not mention the fact that a migrant who declares responsibility for a person who later overstays a visa can run into problems. Migrants on holiday in Cape Verde, on the other hand, were eager to tell me that they themselves

could get into trouble with immigration authorities or the police if they helped a potential overstayer. It is likely that the migrants communicate this to their relatives as well, but those who long to go abroad are probably seldom prepared to accept what the migrants say. In many cases, the migrants' explanations are interpreted as nothing but manoeuvres to escape the obligations of *família* unity. Like Fatima, many Cape Verdeans see themselves as victims of their migrant relatives' lack of loyalty. Among the non-migrants, complaints are common about contemporary migrants being less helpful than earlier generations. Those who complain say that the traditional idea about the migrants' self-evident obligations towards those left behind no longer is respected.

Moral claims on the migrants

Relations between those who give and those who receive are often complicated and vulnerable. Long-distance relations are often charged with tensions and conflicts. The symbolic dimension of transnational practices is apparent. Non-migrants interpret different kinds of support, or lack of it, as reflecting their migrant relatives' concern for their wellbeing. People in Cape Verde often showed dissatisfaction with the support they received from abroad. When visiting people in their homes I had the opportunity to listen to discussions about absent kin. In these often animated conversations, the services, money, and goods received from migrants were much debated and frequently criticised. I also had the opportunity to follow migrants' reunions with homeland kin during holidays in Cape Verde. Such meetings generally involved negotiations of obligations between the two parties, and when discussions turned into conflicts, the non-migrants argued that the migrants had forgotten the sacrifices of life in Cape Verde, while the migrants retorted that those in the homeland knew nothing about the difficulties of life abroad. In all these different situations, the non-migrants shared the idea that the migrants had a moral obligation to support them.

Those who stay may sometimes, as already mentioned, help the migrants with child fostering and construction of houses. But besides this, from the perspective of the non-migrants transnational relations should be founded on a flow of resources from the migrants to those they have left behind. The force of this moral notion comes from the idea that relatives are necessarily obliged to help each other. In a book about Haitian transmigration, Nina Glick Schiller and Georges Fournon (2001) state that the most important meaning of family relations is not love, but obligations. The same could be said about Cape Verdean family ties, which does not rule out the existence of strong emotional ties between different family members – both among Haitians and Cape Verdeans. Nevertheless, the obligation to help each other is a fundamental aspect of kinship relationships, and especially of relationships considered to be close. It is seldom forgotten when somebody neglects to help a close relative. Those who do not support the family in Cape Verde run the risk of being subject to bitter words and slander.

Having close relatives abroad gives access to “moral capital” (Gowricharn, 2004) – a moral right to support without necessarily reciprocating. Family relations are underpinned by the notion that those in need have a right to support from those who are better off. In Cape Verde, the non-migrants relate to the migrants in a way that reminds us of how they normally act

towards rich and powerful relatives living in the homeland. Trust and solidarity between relatives who more or less share the same living conditions are expected to be manifested in the reciprocal exchange of material and non-material benefits. In relations characterised by socio-economic asymmetry, the picture changes. The rich and successful should help poor and vulnerable kin without expectations of equivalent return.

When links are transnational, the same principles often apply. Migrants are thus exhorted to support members of their immediate *família* at home without expecting equal recompense because they are assumed to be in a better economic position. If a close relative, such as a mother, is living in poverty, the expectations made of the migrant increase. Failure to provide economic support for a close relative in need is strongly reproached by people in the homeland. However, if relatives in Cape Verde do not need economic assistance from those living abroad, the expectations made of the migrants diminish or disappear.

Ingrôt (ungrateful) is a concept that often is used when people in Cape Verde discuss their contacts with the migrants. Relatives abroad who never send any news or who send less money and/or gifts than their non-migrant relatives expect, are often characterised as “ungrateful”. This wording shows that despite the fact that resources are expected to flow from the migrants to those who stay, there exists an idea about some kind of reciprocal relation. Those who have left are seen as owing a debt to those who have stayed. This idea seems to build on the notion that sharing a (close) social relationship entails making sacrifices for each other. Thus, as long as they lived in Cape Verde, the migrants – at least ideally – have benefited from the support family members are supposed to give each other. And if they do not reciprocate this when they have managed to migrate, they are *ingrôt*.

In the close relationship between mothers and children, the connection between sacrifice and debt of gratitude is clearly exposed. The concept of “*sakrifís*” relates to devotion as well as to deprivation. As already mentioned, there are strong expectations that a mother’s ‘devoted deprivation’ should be repaid by the children when they have grown up. Even in other less close social relations, where those concerned have “sacrificed” themselves for each other in a more equal way, the same way of thinking seems to prevail. The social demand to return what one has received is always present. When somebody migrates, this demand is transformed into an asymmetrical relation, in which the migrant is the giver and the non-migrant the receiver.

Transnational relations are further complicated by the fact that in order to attain a dignified and respected existence, the non-migrants are often dependent upon the migrants. The dependency can be related to both remittances and facilitation of migration. Especially elderly people without any children in Cape Verde may be totally dependent on money from abroad for their survival. If no remittances appear, those who cannot work any more are forced to live on begging and charity. For young people, help to migrate may be more important than receiving remittances and gifts. Most young Cape Verdeans are able to secure their daily bread through odd jobs, petty trading and *spedient* (‘tricks’), but many find that they cannot live a “normal” and “stable” life in

their homeland. Such a life, young people say, includes a steady job with a salary one can live on, a household of one's own and the possibilities to give children a good education.

A lack of these fundamental conditions feeds the image of life in the USA and Europe as easy and fortunate. Statements such as “the most important thing in my life is to emigrate” are common. Young people who dream of leaving identify strongly with a future life somewhere else. To many young people, relatives living abroad, and their possibilities to facilitate migration, symbolise a normalisation of life and a freedom from the humiliation poverty brings about. The relatives are seen as capable of both making the dream of a better life come true and of shattering all hopes.

Not only Cape Verdeans

In literature from many parts of the world about non-migrants' attitudes towards migrants (such as: Cohen (2004) on Mexico, Gardner (1995) on Bangladesh, Glick Schiller and Fouron (2001) on Haiti and Weyland (1993) on Egypt), there are many similarities with the Cape Verdean case. In the non-migrants' claim for help and support from abroad there are general characteristics. This has to do with the fact that the extremely unequal global economy is reflected in the transnational relations. Colonial and post-colonial processes have created the foundation for weak states and socio-economic vulnerability for many people in the third world. Non-migrants in developing countries have generally less access to material resources than the migrants who have managed to enter a rich and powerful country of destination. Conceptualisations associated with this difference deeply mark the interplay between the migrants and those who stay. Many non-migrants' everyday lives are burdened with economic deprivation and social stagnation, which lead to increasing dissatisfaction and dreams about a better life somewhere else. This situation, in turn, easily gives rise to jealousy towards those who have managed to leave. When the migrants, who supposedly live a secure and easy life abroad, in addition do not give

Ethnographic studies show that those who stay in many parts of the world experience vulnerability and a need to make claims on the migrants. These moral claims are variously constructed in different social contexts. Haitian transmigrants, for example, are expected to fulfil their obligations towards the nation (Glick Schiller & Fouron, 2001), while Cape Verdeans, as mentioned, run the risk of being accused for their “ungratefulness”. Moreover, non-migrants' moral claims may be directed towards different social categories, depending on the construction of the transnational networks. Family and kinship generally are important for long-distance ties, but there are important variations in how these relations are understood and practised. In the Cape Verdean case, ties between mothers and children, and between siblings, tend to be the strongest ties in the transnational networks. A common feature in many ethnographic studies of transnational relations is that the migrants' obligations are clearly expressed and that the symbols used are understood by everyone. The migrant, as a discursive figure, is well-known for everybody and her or his duty to support poor family members is seldom negotiable.

From the perspective of those who stay, the migrants are in control. They decide when and if money should be sent, they can make a phone call whenever they want to and they are free to travel between Cape Verde and the country where they live and work. When the migrants try to say that they cannot support with everything that is expected from them because life in Europe or the USA is not always easy, this is sometimes interpreted as an evasion. This interpretation is partly grounded in the migrants' connection to places characterised by power, modernity and material welfare, but it also has to do with the fact that the migrants often represent the only hope of another and better life. The more desperate the non-migrants' present life, the harder it is for them to accept that the dream about security and happiness may not come true even if one succeeds in entering a rich destination country. People who in their daily existence experience deprivation and humiliation may find it impossible to accept the thought that migrant family members could be unable to help.

Many states have failed to give their citizens a decent existence. People in these countries direct their hopes of a better life towards relatives living abroad. These expectations are of central importance for the social dynamics in transnational networks. In many ways the non-migrants' needs and demands have a strong impact on the migrants lives in the countries of destination. They may influence the migrants' economy, plans for the future and social life. Often migrants have to carefully balance non-migrant family members' needs against their own efforts to build a new existence. The classical definition of transnationalism, as formulated by Glick Schiller *et al.* (1992), suggests that it is only the migrants who shape the transnational relations. This definition needs to be opened up in order to also encompass the non-migrants. The global development of border-crossing ways of living is not only shaped by migrants' practices and notions, but rises from the complex interplay between migrants and non-migrants. Therefore it is important to highlight the non-migrants' attitudes and actions in research on transnational migration.

References

- AL-ALI, Nadje; BLACK, Richard & KOSER, Khalid (2001), "The limits to 'transnationalism': Bosnian and Eritrean refugees in Europe as emerging transnational communities", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, n.º 4, pp. 578-600.
- ÅKESSON, Lisa (2004), *Making a life: Meanings of migration in Cape Verde*. Ph.D. Dissertation, University of Gothenburg.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London New York, Verso.
- BANCO DE CABO VERDE (2008), *Remessas de emigrantes por países de origem*. (www.bcv.cv/_conteudo/estatistica/quadros/quadro3.2.5.xls [2008-03-04]).
- BRYCESON, Deborah & VUORELA, Ulla (2002), *The transnational family: New European frontiers and global networks*. Oxford & New York, Berg.
- CARLING, Jørgen (2007), "The human dynamics of transnationalism", *Ethnic and Racial Studies*, pp.1-26.
- CARLING, Jørgen (2005), "Transnational family ties and remittances to Cape Verde." Paper presented at the conference "Cape Verdian Migration and Diaspora", Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisbon, 6-8 April.

- COHEN, Jeffrey (2004), *The culture of migration in Southern Mexico*. Austin, University of Texas Press.
- EASTMOND, Marita & ÅKESSON, Lisa (2007), *Globala familjer: Transnationella migration och släktskap* [Global families: Transnational migration and kinship]. Hedemora, Gidlunds.
- GARDNER, Katy (1995), *Global migrants, local lives: Travel and transformation in rural Bangladesh*. Oxford, Clarendon Press.
- GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda & SZANTON, Cristina Blanc (1992), *Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York, New York Academy of Science.
- GLICK SCHILLER, Nina & FOURON, Georges (2001), *Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home*. Durham, Duke University Press.
- GOLBERT, Rebecca (2001), "Transnational orientations from home: Constructions of Israel and transnational space among Ukrainian Jewish youth", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 27, n.º 4, pp. 713-31.
- GOWRICHARN, Ruben (2004), "Moral capital in Surinamese transnationalism", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 27, n.º 4, pp. 607-21.
- LEVITT, Peggy (2001), *The transnational villagers*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- MAHLER, S. (1998), "Theoretical and empirical contributions toward a research agenda for transnationalism" in SMITH, M. & GUARNIZO, L. (eds) *Transnationalism from below*. New Brunswick & London, Transaction Publishers.
- MEINTEL, Deirdre (1984), "Emigração em Cabo Verde: Solução ou problema?", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2, pp. 93-120.
- MOUNTZ, Alison & WRIGHT, Richard (1996), "Daily life in the transnational migrant community of San Agustín, Oaxaca, and Poughkeepsie, New York", *Diaspora*, vol. 5, n.º 3, pp. 403-28.
- SALIH, Ruba (2000), "Moroccan migrant women: Transnationalism, plurinationalism and gender" in GRILLO, Ralph; RICCIO, Bruno & SALIH, Ruba. *Here or there? Contrasting experiences of transnationalism. Moroccan and Senegalese in Italy*. CDE: University of Sussex.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) (2008), *Human development report 2007/2008* (available at [http://hdr.undp.org/en/statistics/\[2008-02-28\]](http://hdr.undp.org/en/statistics/[2008-02-28])).
- VERTOVEC, S. (2001), "Transnational social formations: Towards conceptual cross-fertilization." Paper presented at the workshop 'Transnational Migration: Comparative Perspectives', June 30-July 1, Princeton University.
- WORLD BANK (2008), *World development indicators database* (available at <http://devdata.worldbank.org> [2008-03-02]).
- WERBNER, Prina (1999), "Global pathways: Working class cosmopolitans and the creation of transnational ethnic worlds", *Social Anthropology*, vol. 7, n.º 1, pp. 17-35.
- WEYLAND, Petra (1993), *Inside the third world village*. London & New York, Routledge.



CO-FINANCIAMENTO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

